

ISSN 1413-704

HISTÓRIA SOCIAL

Número 4/5 1998

REVISTA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
IFCH / UNICAMP

HISTÓRIA SOCIAL

**PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
IFCH/UNICAMP**

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas - SP	Nº 4/5	1-241	1997/1998
-----------------	---------------	--------	-------	-----------

HISTÓRIA SOCIAL é uma publicação anual dos alunos do
Programa de Pós-Graduação em História Social da Unicamp.
e-mail: hsocial@hotmail.com

ISSN 1413-7046

Solicita-se Permuta/Exchange Desired

As posições expressas em trabalhos assinados são de exclusiva
responsabilidade de seus autores e os textos não poderão ser
reproduzidos sem a permissão dos mesmos.

Conselho Editorial

Ana Cláudia Fonseca Brefe
Antonio Luigi Negro (Gino)
Cândido Domingues Grangeiro
Cristina Meneguello
Fernanda Mendonça Pitta
João Paulo Coelho de Souza Rodrigues
Paulo Roberto Ribeiro Fontes

Conselho Consultivo

Cláudio Henrique de Moraes Batalha
Edgar Salvadori De Decca
Maria Stella Martins Bresciani
Robert Wayne Andrew Slenes

Créditos de Produção

Revisão: Liliane Moreira Matos
Diagramação: Marilza A. Silva
Impressão: Gráfica do IFCH
Projeto da capa: Matias e Jap
Capa: Fátima de Lourdes Dias

IFCH - UNICAMP

Diretor: Paulo Miceli
Diretor Associado: Rubem Murilo Leão Rêgo

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
--------------------------	----------

Artigos

As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930)

Luciana Barbosa Arêas.....	9
----------------------------	---

Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na Fábrica de Ipanema

Jaime Rodrigues.....	29
----------------------	----

Dossiê História Social Inglesa

Mesa Redonda

A era de Hobsbawm

Nicolau Sevcenko, José Sérgio Leite Lopes,

Marco Aurélio Garcia, Michael Hall, Eric Hobsbawm.....	45
--	----

Tradução

As guinadas linguísticas na história social britânica

Miles Taylor.....	77
-------------------	----

Artigos

Thompson e a primeira geração dos Annales:

uma abordagem comparativa a partir das noções de estrutura e processo em história

Ana Rosa Clochet da Silva	91
---------------------------------	----

Possibilidades de diálogo: classe e gênero

Ana Paula Vosne Martins.....	135
------------------------------	-----

Notas sobre a teoria da formação de classe de E. P. Thompson

Artur José Renda Vitorino.....	157
--------------------------------	-----

Resenhas

<i>A cidade. Os cantos e os antros</i> de Roberto do Amaral Lapa, por Valter Martins.....	177
<i>A construção de um sonho: os engenheiros arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil</i> de Marisa Varanda Teixeira Carpintéro, por José Tavares Correia de Lira.....	181
<i>O tráfico de escravos para o Brasil</i> de Jaime Rodrigues, por Roquinaldo Pereira	187
<i>Resistencia e integración. El peronismo y la clase trabajadora argentina, 1946-1976</i> - de Daniel James, por Norberto O. Ferreras.....	193
<i>Baile de máscaras. Mulheres judias e prostituição. As polacas e suas associações de ajuda mútua</i> de Beatriz Kushnir, por Magali Gouveia Engel	199
<i>O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950</i> - de John French, por Adriano Luiz Duarte e Adelaide Gonçalves.....	205
<i>Trabalhadores e cidadãos. Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50</i> - de Paulo Fontes, por Renato Perim Colistete	209
<i>Sobre História</i> - de Eric Hobsbawm, por Valter Pomar.....	215

Fontes e Arquivos

<i>Clamores da escravidão: requerimento dos escravos da nação ao Imperador, 1828</i> - Carlos Eugênio Líbano Soares	223
<i>O arquivo e a biblioteca da Academia Brasileira de Letras</i> João Paulo Coelho de Souza Rodrigues	229

Dissertações e teses defendidas.....233

Recebemos e agradecemos.....237

APRESENTAÇÃO

Com esse volume *História Social* chega a seu quinto número. A quantidade e a qualidade das contribuições recebidas nos levaram a optar pela edição de um número duplo.

Na seção *Artigos*, Luciana Arêas e Jaime Rodrigues apresentam resultados inéditos de pesquisas. “As comemorações do 1º de maio” e “Ferro, trabalho e conflito”, os autores dialogam com a temática do dossiê desta edição.

A seção *Dossiê*, “História social inglesa”, é composta pela transcrição inédita da mesa redonda “A era de Hobsbawm”, promovida pelo Instituto Cajamar (SP) em 1992, com a participação de Nicolau Sevcenko, Marco Aurélio Garcia, Michael Hall e José Sérgio Leite Lopes que debateram com Eric Hobsbawm sua obra. A influência e a atualidade da história social inglesa na historiografia brasileira justifica a organização de um dossiê especial dedicado ao tema. Os artigos de Ana Paula Vosne Martins, Artur Vitorino e Ana Rosa Clochet são o resultado de um longo debate que se realiza no programa de pós-graduação em História Social da Unicamp. Os três autores discutem a obra de E. P. Thompson sob diferentes perspectivas: enquanto Clochet traça uma relação entre o historiador inglês e a escola dos *Annales*, Martins o faz com relação ao conceito de gênero e Vitorino critica o conceito central de experiência na obra do autor de *A formação da classe operária inglesa*. Por fim, para além da obra individual dos dois historiadores ingleses citados acima, com a tradução do artigo de Miles Taylor, “As guinadas lingüísticas na

história social britânica”, procuramos apresentar ao leitor brasileiro recente balanço historiográfico nesta área.

Na seção *Resenhas* continuamos priorizando a reflexão sobre livros de pesquisadores ligados ao programa.

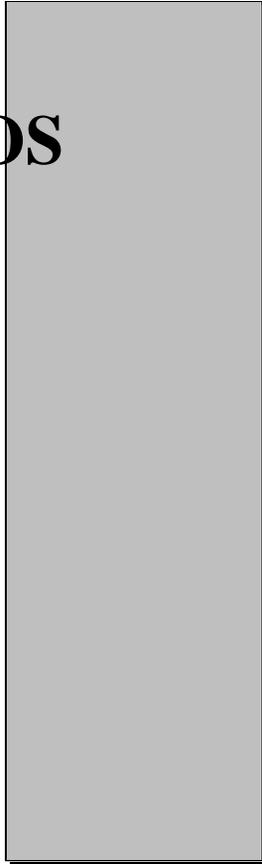
Nesse número, *Fontes e Arquivos*, traz um informe sobre o arquivo e a biblioteca da Academia Brasileira de Letras e o documento “Requerimento dos escravos da Nação ao Imperador, 1828”. Inauguramos uma nova seção, *Dissertações e Teses*, trazendo as referências dos trabalhos defendidos no Departamento de História no ano de 1997.

Agradecemos a todos que colaboraram com este número e aproveitamos a ocasião para informar o nosso novo e-mail: hsocial@hotmail.com.

Esse número duplo consolida a proposta inicial de uma revista feita por alunos para a divulgação de resultados de pesquisas desenvolvidas por colegas das mais diversas áreas de estudo. Consolida também a importância da renovação constante do Conselho Editorial, bem como da experiência profissional propiciada aos seus participantes. Esperamos que nossos leitores apreciem esta edição de *História Social* e tenham a mesma satisfação em lê-la que tivemos em organizá-la.

O Conselho Editorial

ARTIGOS



AS COMEMORAÇÕES DO PRIMEIRO DE MAIO NO RIO DE JANEIRO (1890-1930)*

Luciana Barbosa Arêas**

Resumo: Este artigo analisa as comemorações do Dia do Trabalho no Rio de Janeiro, entre 1890 e 1930, e as interpretações desta data elaboradas pelos operários e por outros grupos sociais. Procuramos demonstrar que o Primeiro de Maio constituiu um dos momentos de expressão da consciência de classe do operariado.

Abstract: This article analyses the commemorations of May Day in Rio de Janeiro, between the years of 1890 and 1930, and the interpretations of this date elaborate by the workers and other social groups. We try to prove that May Day constituted one of the moments of expression of the workers' class consciousness.

Palavras-chave: Rio de Janeiro – Primeiro de Maio – Cultura operária – Consciência de classe.

Keywords: Rio de Janeiro – May Day – Working class culture – Class consciousness.

O surgimento do Primeiro de Maio está relacionado a acontecimentos ocorridos nos Estados Unidos no ano de 1886. No dia 1º de maio desse ano, uma grande mobilização em prol da adoção da jornada de oito horas de trabalho atravessou o país. Em Chicago, cidade com um forte movimento operário, o dia transcorreu sem qualquer incidente. Contudo, a situação

* Este artigo constitui uma síntese da minha dissertação de mestrado, *A redenção dos operários: o Primeiro de Maio no Rio de Janeiro durante a República Velha*, defendida em março de 1996 na Unicamp.

** Doutoranda em história social pela Unicamp e bolsista da Fapesp.

complicou-se em 3 de maio com a intensificação das greves. À tarde, um incidente em frente à usina McCormick resultou em um confronto entre grevistas e policiais, no qual dois trabalhadores morreram e vários ativistas foram presos. Para protestar contra essas mortes, os anarquistas marcaram um *meeting*¹ para a noite do dia 4 na praça Haymarket (Perrier, 1994: 332-334; Del Roio, 1986: 58-60 e Avrich, 1986: 186-189).

Cerca de três mil pessoas compareceram ao *meeting*, inclusive muitas mulheres e crianças. Quando a chuva e o frio já haviam reduzido os assistentes a menos de 200, surgiu um destacamento policial com 140 homens. De repente, uma bomba de origem indeterminada explodiu no meio dos policiais. A reação foi imediata e violenta. Os agentes abriram fogo contra a multidão, que tentou fugir desesperadamente. Ao término do conflito, 60 policiais encontravam-se feridos, dos quais seis não conseguiram sobreviver. O número exato de vítimas entre os manifestantes é desconhecido até hoje, mas Paul Avrich (1986: 208-210) estima que seja de sete a oito pessoas, sendo que outras 30 provavelmente ficaram feridas.

Os acontecimentos de Haymarket desencadearam uma onda de repressão inédita em Chicago. Oito dirigentes sindicais foram acusados do assassinato dos policiais; no final do processo, cinco deles foram condenados à morte e os outros três à prisão. Os condenados foram enforcados no dia 11 de novembro de 1887 e uma multidão acompanhou o cortejo fúnebre. Esse dia passou a ser conhecido como o ponto final da tragédia dos “mártires de Chicago” (Perrier, 1994: 334-339 e Del Roio, 1986: 60-63).

O Primeiro de Maio só entraria definitivamente na história do proletariado internacional em julho de 1889, durante a realização de um congresso socialista em Paris. Na verdade, ocorreram dois congressos socialistas ao mesmo tempo naquela cidade. No congresso organizado pela Federação Nacional de Sindicatos, considerado de tendência marxista, nasceu oficialmente o Primeiro de Maio. No último dia de debates foi aprovada, por aclamação, uma proposta que previa um protesto internacional em favor da jornada máxima de oito horas.

¹ *Meeting* era o nome dado na época ao comício.

“Será organizada uma grande manifestação internacional com data fixa de maneira que, em todos os países e cidades ao mesmo tempo, os trabalhadores intimem os poderes públicos a reduzir legalmente a oito horas a jornada de trabalho e a aplicar as outras resoluções do Congresso Internacional de Paris.

Considerando que uma manifestação semelhante já foi decidida pela American Federation of Labor para o 1º de maio de 1890, em seu congresso de dezembro de 1888 em Saint Louis, esta data é adotada para a manifestação internacional.

Os trabalhadores das diversas nações deverão realizar manifestações nas condições que serão impostas pela situação específica de seu país”. (*apud* Dommanget, 1956: 104)

A resolução determinava a realização do protesto apenas naquele ano. Contudo, a repercussão da defesa da jornada de oito horas foi tão boa entre o operariado de diversos países que, no segundo congresso da Internacional Operária Socialista, realizado em 1891, foi aprovada a resolução que tornava permanente a comemoração do Primeiro de Maio.

Mas por que os americanos escolheram justamente o dia 1º de maio para a manifestação pelas oito horas de trabalho? Segundo Hubert Perrier (1994: 320), simbolicamente a escolha reuniu a ação projetada a uma etapa anterior da luta, já que uma grande manifestação com o mesmo tema ocorreu em Chicago, no dia 1º de maio de 1867. Por outro lado, de acordo com uma tradição anglo-saxônica, o 1º de maio era o “Moving Day”, dia de renovação dos contratos de aluguel e de trabalho. Na Europa, o Primeiro de Maio foi ao encontro dos ritos aldeões de celebração da primavera. Na França, era o momento do renascimento da vegetação e de mudanças na casa (Perrot, 1988: 135). Em Portugal, além das tradições camponesas ligadas à fertilidade, maio também concentrava a renovação de contratos e o pagamento das rendas (Fonseca, 1990: 46). Perrier, Perrot e Fonseca demonstram que, junto com o revigoramento da natureza, representado pela chegada da primavera, maio significava o florescimento das esperanças em um mundo mais justo, mais igualitário e mais livre.

Essas ligações da data do Primeiro de Maio com elementos mais antigos das culturas de diversos países certamente contribuíram para a aceitação e a consolidação da jornada entre os operários. A referência ao passado tornou a nova tradição mais familiar aos olhos da classe. Essa referência, aliás, é uma das principais características das “tradições inventadas”, conceito que podemos aplicar ao Primeiro de Maio².

No Brasil, essa data foi adquirindo uma relevância cada vez maior, no decorrer da República Velha. Pode-se mesmo afirmar que ela se tornou a data mais importante do movimento operário. Nosso objetivo, neste artigo, é analisar as comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro durante a República Velha. Também abordaremos as várias interpretações dessa data, elaboradas pelos operários e por outros grupos sociais.

As comemorações

Em 1890, ano estipulado para a primeira manifestação do Primeiro de Maio em todos os países, não houve registro de qualquer evento realizado pelo movimento operário sobre esse tema no Rio de Janeiro. Essa ausência não pode ser justificada pelo desconhecimento da decisão do Congresso de Paris, pois um editorial do jornal diário *O Paiz* informava sobre o protesto³.

As comemorações do Primeiro de Maio iniciam-se em 1891, permanecendo, contudo, pouco constantes durante toda a década. Para dar uma idéia, não há registros de comemorações nos anos de 1894, 1895 e 1896, e em alguns anos, como em 1893, as comemorações resumem-se a uma discreta sessão solene. A entrada no século XX marca a consolidação da data, acompanhando o processo de desenvolvimento da classe operária.

² Esse conceito refere-se a um conjunto de práticas, de origem ritual ou simbólica, que objetiva inculcar certos valores e normas de comportamento pela repetição. No caso do Brasil, o 1º de Maio também pode ser considerado uma “tradição inventada”. Para maiores detalhes, ver Hobsbawm e Ranger (1984: 12).

³ *O Paiz*, 01/05/1890.

Entre 1901 e 1929, não há um ano sequer em que a cidade do Rio de Janeiro não tenha assistido às comemorações do Primeiro de Maio.

Vários eventos eram programados pelas diversas associações e federações de trabalhadores, e mesmo por grupos de operários de uma determinada fábrica: salva de tiros na aurora, saudando o grande dia; ida de comissões de operários aos cemitérios para prestar homenagem aos companheiros mortos (prática bastante comum até 1907); celebrações de missas; passeios até algum ponto do subúrbio ou até outra cidade, como Niterói; festivais comemorativos, dos quais constavam geralmente uma conferência, peças teatrais e um baile “familiar”, harmonizando, desta forma, a propaganda da doutrina e a simples diversão. Geralmente à noite eram realizadas sessões solenes nas sedes das associações operárias. Um exemplo de comemoração bastante completa pode ser encontrado na programação do Congresso Central União dos Operários do Brasil:

“O Congresso Central União dos Operários do Brasil aprovou o seguinte programa para as festas comemorativas do 1º de maio:

6 horas da manhã – Inauguração do pavilhão com uma salva de 24 tiros.

8 horas da manhã – Os sócios e demais operários, incorporados, irão depositar no sarcófago de França e Silva uma grinalda, como prova de afeto e consideração à memória do saudoso companheiro.

2 horas da tarde – Assembléia geral para aprovação de uma mensagem dirigida ao Congresso Nacional.

7 horas da noite – Sessão solene comemorativa do 1º de maio, com a seguinte ordem do dia:

1ª parte – Posse da diretoria eleita.

2ª parte – Inauguração do retrato de França e Silva.

3ª parte – Comemoração a 1º de maio”⁴.

Outra forma de comemoração realizada com frequência era o préstito ou passeata. A massa compacta de operários percorria as principais ruas da

⁴ *Correio da Manhã*, 29/04/1902.

cidade, parando para saudar a imprensa e as associações irmãs. Algumas vezes, a passeata podia ser interrompida para a realização, geralmente nas principais praças, de pequenos comícios. Em geral à frente do préstito, vinha a comissão encarregada da organização, seguida de forma ordenada pelas representações das associações operárias. Muitas vezes eram utilizados carros decorados com símbolos operários e retratos de operários mortos. Hinós operários eram entoados e estandartes das associações, empunhados com orgulho. Cartazes de protesto, sempre relacionados com a conjuntura do momento, completavam a manifestação.

A partir de 1903, as comemorações do Primeiro de Maio ganharam um novo elemento, os comícios. De início tímidos e pouco freqüentados, eles conseguiam reunir um número cada vez maior de participantes a cada ano e transformaram-se, desse modo, na mais importante manifestação do Primeiro de Maio. Em geral promovidos pelas federações operárias, os comícios ofereciam a oportunidade de uma manifestação que reunisse as várias associações, como acontecia também nas passeatas. Ao mesmo tempo, possibilitavam que um grande número de pessoas – na maioria das vezes na casa dos milhares – participasse das manifestações e, principalmente, ouvisse os discursos dos oradores. Esse raio de alcance mais amplo não poderia ser conseguido nas sessões solenes das associações, pois havia o limite físico das salas.

A cada ano, os militantes operários esforçavam-se ao máximo para conseguir reunir nas manifestações um número significativo de pessoas. Contudo, na busca desse objetivo enfrentavam uma série de obstáculos, dentre os quais a própria indiferença dos operários. Muitos preferiam ficar em casa, aproveitando a folga conseguida com a paralisação do trabalho. Se, por outro lado, pretendessem sair e se divertir, opções não lhes faltariam. Vários empresários do ramo do entretenimento promoviam sessões especiais de cinema e espetáculos teatrais. A partir de 1909, o Jardim Zoológico passou a reduzir pela metade o preço de seu ingresso, prática que continua até hoje. Em 1923, os operários e suas famílias puderam entrar de graça na Exposição do Centenário⁵.

⁵ *O Paiz*, 25/04/1923.

Além disso, muitos patrões realizavam festas comemorativas do “dia do trabalho” nas próprias fábricas e oficinas. Pretendiam, dessa forma, suavizar o caráter de protesto da jornada e anular as tentativas de paralisação do trabalho por parte dos operários, já que o dia seria considerado como folga ou feriado. Ademais, tais eventos reforçavam a idéia de que patrões e empregados formavam uma mesma família. Um exemplo dessas festas foi a promovida pela Companhia América Fabril em 1928. Da programação constavam jogos de futebol entre times de diferentes fábricas, torneio de tênis, jogos de ginástica infantil pelas alunas das escolas da Companhia e, à noite, uma *soirée* dançante na sede da Associação⁶.

O Primeiro de Maio foi também comemorado por associações políticas, como o Grêmio Republicano Português (1919) e a Loja Maçônica “Amor ao Trabalho”, em diversos anos desde a primeira década do século. Porém, o caso mais curioso de comemoração fora do meio operário é o da Confederação Espírita do Brasil. Desde 1876, ela vinha celebrando a data da “glorificação do trabalho”, a princípio no dia 1º de janeiro e, a partir de 1890, no dia 1º de maio. Isto lhe dá a primazia das comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro, à frente até do próprio movimento operário. Contudo, a interpretação dada à festa pela Confederação divergia em muitos pontos do que o operariado considerava acerca do Primeiro de Maio. Para essa instituição, a data da glorificação do trabalho e do protesto de reivindicação pacífica, deveria ser comemorada “como inicial da confraternização que se há de dar, evolutivamente, entre a classe produtora e a classe impulsora do trabalho capitalizado, até que desapareça a ficção monetária – o dinheiro”⁷. Provavelmente a Confederação mudou a data de sua festa para 1º de maio a fim de que esta tivesse maior repercussão e fosse associada às manifestações operárias.

A primeira década do século XX marca a consolidação do Primeiro de Maio como a data máxima do operariado carioca. A participação das diversas categorias de trabalhadores nas comemorações aumenta a cada ano

⁶ *Correio da Manhã*, 01/05/1928.

⁷ *Idem*, 01/05/1914.

e a repercussão da data cresce até mesmo entre as outras classes sociais. Ao mesmo tempo em que o Primeiro de Maio foi adquirindo um significado cada vez maior para o operariado, pode-se perceber alguns esforços das classes dominantes em criar sua própria “festa do trabalho”, contando para isso, muitas vezes, com o apoio do Estado.

Na década de 1910, o governo do Marechal Hermes da Fonseca empreendeu uma intensa campanha de apropriação do Primeiro de Maio. Essa campanha, a nosso ver, pode ser considerada como um dos pontos do trabalho de aproximação do governo em relação aos operários. Fonseca foi o primeiro candidato à República a tratar da questão operária em sua plataforma. Além disso, seu governo era apoiado por um grupo de republicanos radicais que defendia um maior contato com os operários como forma de “legitimar” o governo, mediante a sustentação das massas populares. Sua política repercutiu bastante no meio operário, encontrando apoio em vários sindicatos e associações, principalmente os controlados pelos “amarelos”⁸.

A campanha de apropriação possuía dois eixos principais. O primeiro, era a tentativa de monopolização das comemorações do Primeiro de Maio nas mãos do governo. Em todos os anos do período em que Hermes da Fonseca esteve no poder – ou seja, entre 1911 e 1914 – ocorreram atos oficiais em homenagem à data. O outro eixo da campanha era a transformação progressiva do Primeiro de Maio em feriado oficial. Alguns passos desse processo podem ser percebidos com clareza. Em 1902, o deputado Sampaio Ferraz apresentou na Câmara um projeto de lei tornando a data uma das “festas nacionais”⁹. Quatro anos depois, é decretado feriado na cidade de

⁸ “Amarelos” era a denominação dada na época ao *reformismo operário*, o qual pode ser entendido como um conjunto de correntes ideológicas que sustentam práticas sindicais semelhantes, dentre as quais, por exemplo, a busca de consolidação das conquistas trabalhistas por meio de leis, a eleição de candidatos operários, a procura de apoio de políticos e autoridades nas campanhas por melhorias e a defesa de sindicatos ricos e fortes (cf. Batalha, 1990: 120). Para maiores detalhes ver Batalha (1986).

⁹ O projeto foi apresentado no dia 30 de abril. Na sessão de 7 de maio ele foi enviado à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça para que fosse dado um parecer. Contudo, nenhum parecer foi efetuado e o projeto nem chegou a ser

Niterói¹⁰. A partir de 1912, o dia passa a ser considerado ponto facultativo nas repartições públicas, a princípio apenas nas municipais e, posteriormente, também nas federais. Finalmente, em 26 de setembro de 1924, o presidente Artur Bernardes decreta que o Primeiro de Maio passaria a ser considerado feriado nacional (Del Roio, 1986: 141). O objetivo desse processo era bem claro. A paralisação do trabalho por parte do operariado era uma das formas de protesto levadas a efeito durante a jornada do Primeiro de Maio. Transformando-se o dia em feriado, ou simplesmente concedendo-se o ponto facultativo, conseguia-se retirar dos operários a iniciativa da paralisação. O operário não mais se ausentaria do trabalho porque estava enfrentando seu patrão e mostrando-se solidário para com seus companheiros, mas porque o governo havia concedido a folga. E o governo não se furtaria a alardear aos quatro cantos que tomara aquela decisão para “homenagear todos os trabalhadores”. Além disso, o reconhecimento oficial do Primeiro de Maio seria uma maneira eficiente de tornar os trabalhadores simpáticos em relação ao governo.

Mas a campanha de apropriação não conseguiu obter um sucesso completo. A interpretação de que o Primeiro de Maio era uma “festa do trabalho” chegou a ser adotada por uma significativa parcela do operariado, mas o caráter de protesto da data não deixou de existir. Mesmo nos anos em que houve a concorrência das comemorações promovidas pelo governo e que contavam com o apoio de vários sindicatos “amarelos”, continuaram a ocorrer manifestações operárias, ainda que em número reduzido, como em 1911 e 1912. O governo do Marechal Hermes da Fonseca não conseguiu monopolizar em suas mãos as comemorações, nem anular de forma definitiva a ação das associações e sindicatos, principalmente os das correntes anarquista e sindicalista-revolucionária. Com o fracasso dessa campanha, os governos seguintes mudaram de tática. Passaram a reprimir com mais força as comemorações e aceleraram a transformação da data em feriado, através da extensão do ponto facultativo aos operários federais. Não por acaso, essas

votado. *Correio da Manhã*, 30/04/1902 e *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902, vols. 3 e 4.

¹⁰ *Correio da Manhã*, 28/04/1906.

medidas foram primeiramente postas em prática em 1917, ano de grandes manifestações operárias no Primeiro de Maio.

Em 1919, ocorreu a maior comemoração do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro durante a República Velha. O final da I Guerra Mundial e a onda anti-capitalista que percorria a Europa compuseram o pano de fundo da mobilização. Milhares de pessoas reuniram-se no comício, realizado pela primeira vez na Praça Mauá, seguindo depois em um préstito que percorreu as principais ruas da cidade. Há divergências quanto ao número exato de participantes: 20.000 de acordo com o *Correio da Manhã*, mais de 50.000 para *O Graphico* e 60.000 segundo *A Razão*¹¹. A participação em anos anteriores sempre girou em torno de, no máximo, 10.000 pessoas. Como todas as fontes são unânimes em afirmar que essa foi a maior manifestação até então, certamente este número foi ultrapassado.

A grande afluência ao comício deveu-se em parte à campanha preparatória empreendida pelas associações e sindicatos, que programaram sessões solenes em suas sedes e divulgaram intensivamente as manifestações do dia. Junto a isto, a aceitação da data como feriado pela maioria das empresas comerciais e industriais pode ser apontada como a razão do sucesso da jornada¹². Provavelmente, essa decisão favoreceu a ida de um número maior de operários ao comício, mas isso não anula o fato de que eles preferiram comparecer a uma manifestação de protesto ao invés de ficar em casa ou de aproveitar o dia com alguma diversão.

O ano de 1924 constituiu outro momento importante da história do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro. As divergências que dividiam o movimento operário chegaram às comemorações. Anarquistas e comunistas planejaram comícios separados, os primeiros na Praça Onze de Junho e os segundos na Praça Mauá. A Confederação Sindicalista-Cooperativista Brasileira, presidida por Sarandy Raposo e claramente “amarela” chegou a propor um acordo entre as várias tendências. As bases desse acordo seriam o compromisso de que nenhum dos oradores atacaria qualquer uma das

¹¹ *Correio da Manhã*, 03/05/1919; *O Graphico*, 16/05/1919; *A Razão*, 03/05/1919.

¹² *Correio da Manhã*, 30/04/1919.

correntes adversárias e a constituição de um comitê de propaganda, formado por representantes das três tendências e pelos redatores das colunas operárias de todos os jornais¹³. Mas o esforço foi em vão: anarquistas e comunistas mantiveram sua decisão e realizaram os dois comícios, não muito concorridos¹⁴. Essa divisão nas comemorações perdurou até o final da década.

Na segunda metade da década de 1920 vários obstáculos impediram o operariado de comemorar livremente sua grande data. Entre 1924 e 1926, durante o governo de Artur Bernardes, vigorou o estado de sítio no país e, em consequência da grande repressão policial, as comemorações do Dia do Trabalho sofreram uma redução drástica. Em 1930, a Polícia proibiu manifestações externas, como comícios e passeatas.

O ano de 1930 marca também o início de uma nova fase na história do Primeiro de Maio, pois ao longo do governo Vargas ele foi sendo totalmente incorporado ao conjunto de comemorações oficiais do regime, ao mesmo tempo em que as manifestações promovidas pelo movimento operário foram duramente reprimidas.

As interpretações

Para o operariado carioca da República Velha, o Primeiro de Maio era a data mais importante do calendário. Mas a unanimidade terminava aí. Havia divergências quanto à melhor forma de comemorar a data e quanto à interpretação a lhe dar. Até mesmo os grupos mais conservadores da sociedade possuíam uma visão própria do tema. Vamos tratar aqui das principais interpretações do Primeiro de Maio e de sua influência sobre as formas de comemoração.

A primeira interpretação é a que considera o Primeiro de Maio um dia de lembrança e de luto pelos militantes mortos em Chicago no ano de 1886. Estes eram considerados mártires que se sacrificaram, que deram seu sangue pela causa do operariado e da humanidade em geral. Além da morte dos

¹³ *Correio da Manhã*, 25/04/1924.

¹⁴ *O Paiz*, 02/05/1924.

“mártires de Chicago”, eram lamentadas as mortes de outros militantes, como a do anarquista espanhol Francisco Ferrer. Tal interpretação está presente, em todo o período, nos textos das várias correntes do movimento operário. Era, sem dúvida, uma das interpretações mais importantes, influenciando de forma direta as formas de comemoração da data. Como um dia que lembrava lágrimas, o Primeiro de Maio não podia ser comemorado com festas e manifestações de alegria, mas sim com protestos.

“Companheiros, hoje não é dia de festas, foguetórios, bailes, etc., mas sim um dia de protesto, de irmos pedir aos senhores contas do sangue de nossos irmãos derramado para nossa redenção; a estes senhores desta sociedade sem igualdade e sem liberdade.

Eles morreram para nos libertar dos grilhões destes algozes.

Continuemos as obras iniciadas por eles para breve depararmos na estrada da salvação.

Ai de vós, senhores, que dia menos dia receberéis os castigos de tantas carnificinas que haveis praticado.”¹⁵

Na segunda interpretação, o Primeiro de Maio é colocado como o ponto de partida da conquista da jornada de oito horas de trabalho. Esta interpretação relaciona-se diretamente com a própria origem da data, pois a luta pela redução da jornada foi o principal objetivo da mobilização norte-americana em 1886 e da resolução do Congresso de Paris em 1889: o Primeiro de Maio surgiu como uma manifestação internacional a favor da adoção das oito horas de trabalho. Entretanto, nas fontes por nós pesquisadas, a interpretação do Primeiro de Maio como o dia dessa conquista é bem menos frequente do que se poderia esperar. A menção das oito horas é feita em referência aos acontecimentos de Chicago, e não como um dos objetivos a atingir por meio das manifestações. Isto vem confirmar uma das conclusões de Eric Hobsbawm (1987: 112), ou seja, a de que em muitos países a reivindicação original do Primeiro de Maio logo caiu para segundo plano, sendo suplantada em importância por idéias como a lembrança dos mártires.

¹⁵ *O Graphico*, 01/05/1916.

A redução da jornada de trabalho constituía uma das principais reivindicações do operariado no mundo inteiro. No Rio de Janeiro, a questão é debatida pelo menos desde a década de 1890, e várias categorias de trabalhadores lutaram, por meio de greves e manifestações, pela implantação da nova jornada. O sucesso foi parcial, pois somente algumas categorias conseguiram a redução – como a dos marmoristas em 1905 e a dos têxteis em 1919¹⁶. Na maior parte dos casos, ou a reivindicação não era atendida, ou os patrões não respeitavam o acordo sobre o horário. Ao mesmo tempo, várias leis sobre essa questão não saíam do papel, como a que regulamentava a jornada dos operários municipais em 1909¹⁷.

“No Brasil, país há 26 anos *democratizado*, num regime que é a *incorporação* do proletariado na sociedade, o operário, na sua maioria, vegeta uma existência de privações, enquanto eles, os tais das legislações e do Estado, vivem fartos, sadios e nédios, com os dentes presos à teta farta da *mãe pátria*. Em ambas as casas do Congresso Nacional, vários projetos têm sido apresentados regulamentando as 8 horas de trabalho, bem como o trabalho dos menores e das mulheres nas fábricas e oficinas, sem contudo se ter cogitado do seu andamento ou da sua aplicação.”¹⁸

Em alguns textos escritos por operários, nas décadas de 1890 e 1900, pode ser encontrada uma visão bem mais harmônica e conciliadora do Primeiro de Maio. Este é interpretado como um dia de festas em homenagem ao trabalho, principal fator de crescimento e riqueza. Geralmente seus autores são socialistas que, naquele momento, não viam o capital como um inimigo tão perigoso e, por isso, propunham uma comemoração na qual patrões e operários não entrassem em confronto, ou seja, sem qualquer tipo de protesto mais violento por parte dos trabalhadores¹⁹.

¹⁶ *O Paiz*, 01/05/1924; *A Voz do Povo*, 22/04/1920.

¹⁷ *O Echo do Mar*, 15/07/1909. O projeto de lei foi apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Ernesto Garcez.

¹⁸ *O Graphico*, 01/01/1916.

¹⁹ Ver, por exemplo, o manifesto do Grupo Operário 1º de Maio publicado no *Correio da Manhã* em 28/04/1902.

Contudo, a interpretação do Primeiro de Maio como a “festa do trabalho” foi defendida com algumas modificações e de forma mais veemente e constante pelos grupos conservadores da sociedade, principalmente nos editoriais dos grandes jornais diários. Apesar de esses jornais não formarem um bloco absolutamente homogêneo em termos de tendência política e da linha adotada em relação a várias questões sociais, pode-se dizer que possuíam algumas posições em comum, como a reelaboração do conceito de “festa do trabalho”. Ela foi extremamente útil nos momentos em que o governo tentou apropriar-se das comemorações do “dia do trabalho”, como na década de 1910. Os jornais diários constituíam um poderoso instrumento de divulgação da idéia de um Primeiro de Maio harmônico e confraternizador. Suas tiragens eram bem maiores do que as dos jornais operários, que na maior parte das vezes apresentavam interpretações muito diferentes sobre o tema.

De acordo com os defensores da “festa do trabalho”, era absolutamente inconcebível que o Primeiro de Maio, no Brasil, tivesse um caráter de protesto contra o capitalismo. Essa situação só se justificava na Europa, onde havia miséria, infelicidade e ódios seculares entre as classes. O rigor do inverno transformava o Primeiro de Maio europeu numa grande celebração do retorno do sol e do calor com a chegada da primavera. Como que sentindo o clima de tensão, os governos tomavam medidas preventivas para evitar conflitos mais violentos.

Ainda segundo essa visão conservadora, no Brasil – este eterno paraíso tropical – não havia qualquer motivo para conflitos. O lar do operário, pobre mas não miserável, era brindado todos os dias com o calor do sol e com as demonstrações exuberantes da natureza. Além disso, aqui não existia oposição entre o capital e o trabalho; ao contrário, ambos cooperavam para atingir o objetivo maior, o engrandecimento do país. Se os operários brasileiros seguiam os passos das correntes revolucionárias, era apenas por uma tênue identificação com suas idéias, juntamente com um sentimento de solidariedade para com seus irmãos de outros países. As boas condições de vida e a ausência de um capitalismo feroz no país davam a nosso operariado tranqüilidade para reivindicar de forma pacífica as

possíveis mudanças que julgasse necessárias. Não existia, portanto, razão para a utilização de métodos violentos de luta nem para a realização de protestos no Primeiro de Maio²⁰.

O segundo ponto principal da interpretação conservadora do Primeiro de Maio incorpora a idéia, defendida pelos militantes socialistas, de que a data deveria ser dedicada à celebração do trabalho. Seu maior objetivo não é a lembrança dos mártires ou a reivindicação de direitos, mas a homenagem ao trabalho de forma geral. Além de dignificar o homem, o trabalho constitui o grande impulsionador da evolução do mundo. Os operários merecem um lugar especial nessa celebração porque são eles os mais importantes agentes do trabalho. Sem eles, praticamente nada existiria, e por isso toda a gratidão possível deve ser manifestada. Contudo, todas as classes sociais devem ser recordadas nesse dia, pois no fundo todos os indivíduos são também trabalhadores²¹.

Pode-se perceber uma pequena mudança, a partir de meados da década de 1920, nos editoriais dos grandes jornais sobre o Primeiro de Maio. Passa-se a dar maior ênfase à ausência de conflito entre os interesses do capital e os do trabalho. Ao mesmo tempo, as correntes do movimento operário que denunciavam esse conflito são objeto de críticas mais ferozes.

A interpretação do Primeiro de Maio como “festa do trabalho”, defendida nos editoriais dos grandes jornais, provocava a ira da maioria dos militantes operários. Estes acusavam a burguesia e o Estado de patrocinar os festejos de comemoração da data, tentando, dessa maneira, iludir os operários e impedi-los de participar das manifestações de protesto. Ao comemorar com festas o Primeiro de Maio, o operariado estava, na realidade, colaborando com seus inimigos. A “festa do trabalho” é um desvio do verdadeiro sentido da data e um desrespeito à memória de seus mártires.

“Erroneamente e isto por desconhecem a verdadeira causa que deu margem ao 1º de Maio, grande número de operários o festejam. Por interesse, por bajulação, como um pretexto para salamaleques, muitos indivíduos, exploradores do operariado,

²⁰ *Correio da Manhã*, 01/05/1902.

²¹ *O Paiz*, 01/05/1899.

preparam grandiosas festas, ruas embandeiradas, foguetórios, musicatas, tudo enfim para desvirtuar a origem desta data e distrair o trabalhador, pois bem sabem que enquanto ele se vai deixando explorar ingenuamente vão os *amigos dos operários* gozando sem preocupações com o dia de amanhã.”²²

A questão do verdadeiro caráter do Primeiro de Maio, se de festa ou de luta, foi objeto de debates em vários congressos operários realizados no Rio de Janeiro. A resolução aprovada no 1º Congresso Operário Brasileiro, em 1906, afirma que o caráter que compete à data é “de sereno, mas desassombrado, protesto, e de enérgica reivindicação de direitos ofendidos ou ignorados” (*apud* Rodrigues, 1979: 101). A recusa em aceitar o lado festivo do Primeiro de Maio, incentivado, segundo os militantes, pela burguesia e pelo Estado, é enfatizada em outros congressos, como o 2º e o 3º Congressos Operários Brasileiros, em 1913 e 1920²³, e o Congresso Anarquista Sul-Americano em 1915²⁴.

Para muitos operários anarquistas não havia, na sociedade capitalista, nenhuma razão que justificasse a realização de festas homenageadoras do trabalho, por parte do operariado. O trabalho apresentava-se como um elemento de opressão, fomentando injustiças, miséria e desigualdade. Era incompreensível, portanto, que fosse transformado em motivo de comemorações e festas.

O Primeiro de Maio era também interpretado pelos operários como o dia da grande revolução social. Muitos consideravam que a única maneira de conseguir mais justiça e igualdade para a sua classe e, por extensão, para toda a humanidade, seria derrubar a sociedade capitalista. Mediante a revolução social implantar-se-ia uma nova sociedade, um novo mundo de esperança e felicidade. O Primeiro de Maio era visto como o prenúncio

²² *A Voz do Trabalhador*, 01/05/1913.

²³ Para as resoluções do 2º Congresso Operário Brasileiro, ver Hall e Pinheiro (1979: 218). Para o 3º, *A Voz do Povo*, 01/05/1920.

²⁴ *Na Barricada*, 28/10/1915.

dessa revolução, cujo resultado final, acreditava-se, seria certamente a vitória. Quando esse momento chegasse, a obra iniciada pelos “mártires de Chicago” estaria totalmente concluída e sua morte, vingada. Proletários de todo o mundo, reunidos sob a bandeira do Primeiro de Maio, participariam do processo da revolução.

“Por toda parte do mundo, no dia 1º de maio, todas as categorias de operários de todos os ofícios ou profissões fazem vibrar sua voz e seu gesto de solidariedade internacional, unindo, através das fronteiras, no mesmo impulso fraterno, a classe proletária de todos os países.

Também entre nós, as camadas mais conscientes do proletariado brasileiro erguem seu grito de energia, irmanando-o, altivamente, ao clamor universal dos peitos proletários, que afirmam, à face do mundo, no dia 1º de maio, sua vontade heróica de emancipação.”²⁵

Uma das condições necessárias, segundo os militantes operários, para que a revolução social se realizasse, era a formação de uma consciência de classe entre o operariado. Mediante sua conscientização, este conheceria sua missão histórica, ou seja, a de ser o principal agente da derrubada do capitalismo²⁶. Ao contrário, a ausência de consciência levaria o operariado a deixar-se explorar de forma desumana pelos capitalistas e a não demonstrar solidariedade para com seus companheiros.

Toda essa questão encaminha-nos para a última interpretação do Primeiro de Maio: como o dia do despertar da consciência de classe. Nessa data em especial, o operariado surgiria como um bloco unido e forte, como uma força avassaladora derrubando todos os obstáculos. Todo um processo anterior de formação da consciência encontraria seu ápice nesse momento.

²⁵ *O Paiz*, 01/05/1923. O texto é um manifesto da Associação Gráfica do Rio de Janeiro.

²⁶ Um desenho publicado na edição de 15/04/1920 do jornal *A Voz do Povo* mostra o proletariado como um exército avançando em direção à burguesia, representada por um homem gordo. O título é “O ajuste de contas” e sua legenda diz: “Quando surgir a Consciência, o proletariado será um gigante e a burguesia um pigmeu”.

A crença na inevitabilidade desses fatos era tão forte que poucos militantes questionavam a idéia de que em um dia predeterminado os operários se encontrariam prontos para a luta. Apenas alguns anarquistas criticavam, em seus textos, a escolha de somente um dia para o ponto de partida da emancipação. Argumentavam que a luta contra o capitalismo deveria ser levada a efeito todos os dias do ano, pois desta forma as ações do operariado teriam um resultado muito mais prolongado e realmente transformador.

Por outro lado, em alguns textos produzidos nos anos finais da década de 1920, o Primeiro de Maio é colocado como uma manifestação da consciência de classe. Esta não seria um objetivo a atingir, pois já estaria formada, pronta. Durante as comemorações do “dia do trabalho”, o operariado afirmaria sua força e sua vontade de emancipação de forma veemente e incontestável.

“Nesta vasta senzala a que procuram reduzir o movimento proletário os senhores da burguesia, no poder, para melhor se venderem ao capitalismo estrangeiro, é preciso que o nosso 1º de Maio seja a manifestação mais positiva de nossa força e de nossa consciência de luta.

E o proletariado do Rio – cuja decisão e bravura, nas lutas passadas, deve ser uma segura garantia de que não falhará, nesta hora, em que mais se apertam os rigores da reação e mais aumenta a miséria em seus lares, deve vir para a rua, deve conquistar a rua (...).”²⁷

Nosso argumento é de que as comemorações do Primeiro de Maio durante a República Velha realmente foram demonstrações da consciência de classe do operariado carioca. É necessário ressaltar que tal consciência estava presente em alguns setores do operariado – justamente os mais organizados –, e não na totalidade da classe. Entendemos a consciência de classe como um processo histórico em que a classe interpreta suas experiências em termos culturais. A classe, por outro lado, surge quando um grupo de pessoas, a partir de uma série de experiências comuns, identifica

²⁷ *A Classe Operária*, 17/04/1930.

seus interesses particulares, em contraposição a outro grupo de pessoas cujos interesses lhes sejam opostos (cf. Thompson, 1987, vol. 1: 10). Como se trata de um processo, a formação da consciência de classe não se apresenta totalmente uniforme, homogênea e definitiva. Segundo Adam Przeworski (1989: 67), as classes podem se organizar, desorganizar e reorganizar. Tal afirmativa pode ser comprovada, por exemplo, pela existência de períodos em que o movimento operário sofreu desaquecimento e em que, de maneira paralela, reduziram-se as comemorações do Primeiro de Maio. Como a consciência de classe interliga-se profundamente com a classe, podemos deduzir que ela também tenha flutuado durante o período estudado.

A consciência de classe não pode ser considerada como um objeto, imóvel e sem vida. Ela apresenta nuances e particularidades que devem ser levadas em conta. Além disso, uma classe nunca é um bloco absolutamente homogêneo, sempre existindo diferenças internas. No caso do operariado carioca, por exemplo, havia uma parcela significativa que pouco participava das várias atividades como assembléias, eleições e greves. Contudo, grande parte dessa mesma parcela indiferente interessava-se e comparecia às manifestações do Primeiro de Maio. Estas alcançavam um grau de repercussão e de participação entre a classe somente comparáveis aos momentos mais importantes de agitação. Durante o Primeiro de Maio a consciência do operariado revelava-se de forma mais intensa e clara, o que fazia com que a data se constituísse, sem dúvida, em uma das ocasiões mais importantes para a afirmação da classe.

Muitos operários participavam das manifestações do Primeiro de Maio não como membros de uma categoria determinada, mas como pertencentes a um conjunto bem maior, o dos trabalhadores. Isto auxiliou a construção de uma identidade entre eles, ou seja, a construção do sentimento de pertencer a um mesmo grupo, a uma mesma classe. Logo o Primeiro de Maio tornou-se um dos momentos mais importantes de expressão da consciência de classe presente em vários setores do operariado carioca. Isto foi percebido por militantes operários de várias tendências e por indivíduos pertencentes a outras classes sociais que descrevem, em seus textos, a existência de uma classe operária unida e consciente, que luta por seus

interesses comuns, como melhorias em suas condições de vida. Uma luta que sofria, muitas vezes, derrotas e retraimentos, mas que era simbolizada em toda a sua força durante o Primeiro de Maio.

Bibliografia

- AVRICH, P. 1986. *The Haymarket tragedy*. Princeton, Princeton University Press.
- BATALHA, C. 1986. *Le syndicalisme "amarelo" à Rio de Janeiro (1906-1930)*, Tese de Doutorado, Université de Paris I.
- BATALHA, C. 1990. "Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República" *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, Vértice/Editora Revista dos Tribunais.
- DEL ROIO, J. L. 1986. *1^o de Maio*. São Paulo, Global.
- DOMMANGET, M. 1956. *Historia del Primero de Mayo*. Buenos Aires, Editorial Américalee.
- FONSECA, C. da. 1990. *O 1^o de Maio em Portugal. 1890-1990*. Lisboa, Antígona.
- HALL, M. & PINHEIRO, P. S. 1979. *A classe operária no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- HOBSBAWM, E. 1987. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____ & RANGER, T. (orgs.). 1984. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- PERRIER, H. 1994. "Chicago, 1885-1887: du mouvement pour la journée de huit heures à la tragédie du Haymarket". In: REBERIOUX, M. (éd.) *Fourmiers et les Premiers Mai*. Paris, Éditions de l'Atelier.
- PERROT, M. 1988. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PRZEWORSKI, A. 1989. *Capitalismo e social democracia*. São Paulo, Companhia das Letras.

RODRIGUES, E. 1979. *Alvorada operária*. Rio de Janeiro, Mundo Livre.

THOMPSON, E. P. 1987. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3 vols.

FERRO, TRABALHO E CONFLITO: OS AFRICANOS LIVRES NA FÁBRICA DE IPANEMA

Jaime Rodrigues*

Resumo: A partir da definição do estatuto legal dos africanos contrabandeados para o Brasil depois de 1831 e de sua inserção compulsória no mercado de trabalho na ambígua condição de livres, este artigo discute as questões relativas à disciplina que se tentava impor aos africanos livres, através do estudo do caso da Fábrica de Ferro de Ipanema. Como contraponto, surgem também os atos de resistência às tentativas de disciplinar os trabalhadores, através do caso exemplar de africanos que requereram, de próprio punho, sua liberdade para poderem tratar de suas vidas.

Abstract: From the definition of the legal statute of the Africans smuggled to Brazil after 1831, and their compulsory insertion in the work market, this article discusses the questions related to the discipline imposed on the free Africans, by studying the case of the Iron Factory in Ipanema. As a counterpoint, resistance acts sprout against the attempts to drill workers. For instance, there is the exemplary case of the Africans who wrestled the freedom to lead their own lives by themselves.

Palavras-Chave: contrabando de africanos - africanos livres - Fábrica de Ferro de Ipanema

Keywords: smuggling of africans - free africans - Iron Factory in Ipanema

* Doutorando em história social pela Unicamp.

I. A letra da lei

Em 7 de novembro de 1831, entrava em vigor a primeira proibição ao comércio de africanos para o Brasil. Normalmente, esse dispositivo legal é lembrado como letra morta que, ao contrário de inibir o tráfico, gerou um imenso contrabando de escravos. Embora isso esteja correto, há outro aspecto da lei menos lembrado: o que definiu que “todos os escravos que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres” (art. 1º). Criava-se, assim, os termos legais que deram aos escravos contrabandeados a partir de 1831 o estatuto especial de “africanos livres”. A criação desse estatuto, que atendia às demandas de parte da elite política e dos senhores de escravos, foi o arranjo possível para uma situação em que o tráfico estava legalmente proibido e a visão sobre os africanos na sociedade brasileira era bastante desfavorável. Além disso, a lei previa a reexportação para a África dos escravos introduzidos depois de 1831. Até que isto ocorresse, o governo deveria encontrar meios para a sobrevivência dos africanos contrabandeados, respeitando sua condição legal de homens livres, mas que na prática estavam obrigados à prestação de serviços.

No entanto, não se podia prever em 1831 o descumprimento desses dispositivos. Criou-se, assim, um paradoxo: a constituição de um grupo social cuja existência pode ter amplificado as demandas dos escravos, no momento em que estes se faziam passar por africanos livres para conseguirem o reconhecimento formal de sua liberdade.

Através da lei de 1831 e de seus regulamentos posteriores, podemos definir a situação legal desses africanos e indagar às fontes quais foram as experiências vividas por eles na condição ambígua de homens livres obrigados à prestação de serviços a um senhor ou ao governo. O que era um mero estatuto legal transitório originou um grupo social, que só pode ser definido enquanto tal através de suas relações de trabalho e interação social com os outros grupos, quais sejam: escravos, senhores, homens livres e autoridades administrativas.

Assim, o objetivo deste artigo é duplo: de um lado, ele pretende mapear a transformação do estatuto legal desses homens e mulheres que foram

apreendidos como escravos, contrabandeados e depois tornados livres; de outro, buscar evidências, através do estudo do caso da Fábrica de Ferro de Ipanema, de como se dava a experiência de integração desses mesmos homens e mulheres ao mercado de trabalho do Império brasileiro na primeira metade do século 19, profundamente marcado pela escravidão e por sua ideologia.

Regulamentos posteriores à lei de 1831 abriram a possibilidade de os escravos se fazerem passar por africanos livres. Os juizes de paz eram obrigados “em qualquer tempo, em que o preto requerer”, a certificar-se das circunstâncias em que a entrada no Brasil fora feita, “obrigando o senhor a desfazer as dúvidas”, ou seja, colocando o ônus da prova sobre o acusado - neste caso os senhores de escravos arrematantes da força de trabalho dos africanos livres¹.

Anos após a promulgação da lei, o dispositivo que previa a reexportação de africanos para seu continente de origem caíra em descrédito sem nunca ter sido cumprido. Era necessário, então, dar um destino aos africanos apreendidos. Atendendo a um pedido do presidente da província da Bahia, o Ministério da Justiça determinou, em 1834, que eles fossem empregados nas obras públicas da província, “não podendo ainda ser exatamente cumprida a lei de 7 de novembro de 1831”². Inaugurava-se assim uma prática que levou muitos africanos livres ao trabalho em obras e empresas públicas de outras províncias, como veremos no caso de São Paulo.

Para coibir abusos, a mesma resolução proibiu a arrematação dos africanos livres a particulares. Porém, a decisão não foi definitiva: em outubro de 1834, o Ministério determinou a arrematação dos africanos que estavam na Casa de Correção da Corte. Dos arrematantes se requeria “reconhecida probidade e inteireza”, além de se exigir: o arremate de mulheres e crianças, a comunicação ao juiz de paz do falecimento dos africanos e que aos mesmos fossem informados de que eram livres e trabalhariam mediante um salário, a ser entregue ao curador dos africanos e depositado no juízo da arrematação, para custear a reexportação. Além disso, “os arrematantes se sujeita-

¹ Decreto de 12 de abril de 1832, art. 10^o.

² Ato 289 do Ministério da Justiça, 27 de agosto de 1834.

ção a entregar os ditos africanos logo que a Assembléia Geral decidir sobre a sua sorte”³.

Um novo regulamento a respeito dos africanos livres viria em 1847. O Ministério da Justiça determinou que não era necessário formar-se processo para definir se os africanos apreendidos tinham direito à liberdade, “bastando para título e prova o simples ato da apreensão”⁴. Provavelmente, estabeleceu-se como prática a formação de processos em separado a fim de provar que os africanos eram de fato homens livres e, no transcorrer da ação, ficava em suspenso sua condição, enquanto eles trabalhavam como escravos.

Em 1850, o tráfico de escravos foi novamente proibido. O destino dos africanos apreendidos nos navios contrabandistas foi redefinido pelo regulamento da nova lei: até que fossem reexportados - desta vez por conta do governo - trabalhariam “debaixo da tutela do governo, não sendo em caso algum concedidos os seus serviços a particulares”⁵. A questão era que o governo tinha um controle muito reduzido sobre os africanos que desembarcavam contrabandeados no país. Mesmo aqueles que eram apreendidos e colocados sob a custódia das autoridades policiais tornaram-se objetos de uma ampla rede de corrupção interessada nessa fatia preciosa de força de trabalho. É o que transparece nas palavras do deputado Montezuma, ao discutir a necessidade de urgência na votação do projeto de Barbacena sobre a segunda proibição do tráfico negro, em 1840. O deputado trouxe à tona um caso curioso e revelador dessa prática de corrupção, envolvendo, de forma um tanto patética o brigadeiro Tobias de Aguiar que, ao ocupar a presidência da Província de São Paulo, tentara fazer cumprir a lei de 1831, conseguindo, porém, angariar apenas inimizades:

³ Ato 346 do Ministério da Justiça, em 13 de outubro de 1834. O Ato 367 do mesmo Ministério, de 28 de outubro de 1834, referendou os termos do anterior e acrescentou que na arrematação, “o juiz fará entregar ao africano uma pequena lata, que lhe penderá ao pescoço uma carta declaratória de que é livre, (...) indo na mesma carta inscritos os sinais, nome, sexo e idade presumível do africano”.

⁴ Ato 88 do Ministério da Justiça, 29 de maio de 1847.

⁵ Lei 581, de 4 de setembro de 1850.

“(…) alguns africanos mesmos (sic) que aquele ilustre e digno paulista mandou recolher à prisão, no dia seguinte, fazendo-se uma vistoria sobre eles, de africanos boçais que eram, apresentarem-se ladinos! Milagre maior ainda houve, que foi a mudança de sexo: porque entrando entre esses africanos algumas raparigas, no dia seguinte todos eram homens! (risadas). E ainda mais milagre de saúde, porque um tinha entrado com fratura no braço, e no dia seguinte não se achou algum com fratura”⁶.

Havia, antes de 1850, outros tipos de fraude: por exemplo, muitos senhores matriculavam africanos livres no lugar dos seus escravos que morriam, afirmando que os verdadeiros defuntos eram os africanos livres arrematados para prestarem serviços em suas propriedades. Com isso, eximiam-se do pagamento de seus salários e ainda compensavam o prejuízo causado pela morte de um escravo ao colocar, em seu lugar, outro africano - provavelmente jovem e com muitos anos de trabalho pela frente, a julgar pela idade da maioria que fora introduzida pelo tráfico ilegal pós-1831.

Entretanto, a proibição relativa à arrematação de africanos livres, contida na lei Eusébio de Queiroz (como ficou conhecida a segunda proibição do tráfico, em 1850), teve vida curta. Em 1853, voltou-se a permitir que eles fossem entregues a particulares; depois de prestarem serviços por 14 anos, os africanos deveriam ser emancipados “quando o requeiram; com a obrigação porém de residirem no lugar que for pelo governo designado, e de tomarem ocupação ou serviços mediante um salário”⁷.

Esta última regulamentação sobre a vida dos africanos livres estava sintonizada com as perspectivas senhoriais sobre a emancipação dos escravos na América⁸. O trabalho assalariado sob as ordens de um patrão era o que desejava a elite política para os africanos livres ou libertos e, em geral, para toda a população livre e pobre, visando a formação de mercados de mão-de-obra nacionais e coloniais. Esta concepção de liberdade não era

⁶ Anais da Câmara dos Deputados, 23 de maio de 1840, I, p. 435.

⁷ Decreto 1303, de 28 de dezembro de 1853.

⁸ Sobre a discussão em torno da vida dos libertos e as concepções de liberdade após a emancipação, ver Fonner (1988a, passim) e Fonner (1988b, 9-36).

compartilhada por todos aqueles para quem ela havia sido pensada. No estudo de caso que se segue, encontramos alguns elementos para afirmar que a liberdade tinha outros significados e que as atitudes dos africanos demonstravam claramente sua disposição em cuidar de suas próprias vidas com maior autonomia. Essa autonomia não era, de modo algum, compatível com o trabalho assalariado ou com a fixação no lugar determinado por algum senhor, mesmo sendo ele o governo imperial.

II. O caso de Ipanema

Em *Nouvelles études sur le Brésil*, de 1872, Charlez Pradez calculou em 10.719 o número de africanos livres existentes no país. Destes, 2.447 receberam emancipação nos termos do Decreto nº 3.310, de 1864, e 3.856 foram dados por mortos, embora o mais provável é que seus arrendatários os tenham matriculado no lugar dos escravos que faleciam. Não havia notícia alguma a respeito dos 4.416 restantes.

Estes números dão uma pálida idéia da quantidade de africanos livres existentes no momento da emancipação do grupo. Porém, ainda estão por ser estudados a quantidade e os mecanismos de sua distribuição pelas províncias do Império. Não se sabe, por exemplo, quantos vieram para São Paulo. Sabe-se apenas em que locais os africanos livres trabalharam a serviço do governo provincial: o Jardim Público, na capital; a colônia de Itapura e a Fábrica de Ferro de Ipanema, além do emprego na construção e no reparo de estradas e edifícios públicos.

A regulamentação desse trabalho nas províncias também não está esclarecida em detalhes. São conhecidos apenas dois regulamentos na província de São Paulo - o de 31 de dezembro de 1851 e o de 5 de maio de 1852 - sobre as atribuições dos administradores e feitores dos africanos livres empregados nas obras da estrada de Cubatão. O administrador encarregava-se de dirigir e vigiar os africanos, auxiliado por um feitor para cada turma de quinze trabalhadores. As atribuições do administrador incluíam a revista diária, o provimento da alimentação e do tratamento necessário, a aplicação do “castigo moderado” e a comunicação das fugas à polícia.

Porém, enquanto inexistia regulamentação das atribuições dos administradores e feitores e enquanto não foi fixado o tempo de serviço dos africanos livres - o que, como vimos, só ocorreu em 1853 - as relações de trabalho foram mediadas unicamente pelas tensões e estratégias cotidianas. É nesse sentido que adquire importância o estudo de caso da Fábrica de Ferro de Ipanema no período que antecede a essa regulamentação, por recuperar um fragmento do mundo do trabalho brasileiro da primeira metade do século 19, com os vários segmentos que o compunham: escravos, brancos e negros livres, sentenciados e capatazes.

Criada em 1811, nas proximidades da atual Sorocaba, a fábrica começou a receber africanos livres quando era dirigida pelo major João Bloem, em 1834⁹. Desde então, o número de trabalhadores aumentou e, entre eles, os africanos livres. Em 1837, trabalhavam ali 121 escravos (68 homens, 24 mulheres e 29 “crioulos”) e 48 africanos livres (30 homens e 18 mulheres). Excetuados 12 escravos e um africano fugidos, a fábrica contava com 169 trabalhadores. Quatro anos depois, o número de escravos havia diminuído, mas fora amplamente compensado pelos africanos livres e presos sentenciados: 45 livres (incluindo os diretores de Ipanema), 9 guardas municipais, 88 escravos, 33 crioulos, 42 presos e 104 africanos livres, além de 5 “crias das africanas” viviam na fábrica, totalizando 312 trabalhadores (excetuados os guardas e as “crias”)¹⁰.

Durante a administração de Bloem, aumentaram o número de trabalhadores e os problemas de disciplina. Em 1839, o administrador queixava-

⁹ O alemão João Bloem prestara serviços durante a Guerra de Independência no Pará, tornando-se depois oficial do Exército brasileiro. Entre agosto de 1837 e dezembro de 1838, visitou mais de 60 siderúrgicas na Europa para conhecer seus processos produtivos, trazendo na volta 277 trabalhadores, 56 dos quais para Ipanema. Sobre esse assunto, ver Freire (1953, p. 195) e Azevedo (1959, pp. 145-146). De acordo com Amaral (1980, p. 187), Bloem assumiu a direção da Fábrica em 1835.

¹⁰ Os dados baseiam-se na lista encaminhada por Bloem ao presidente da província em 1 de maio de 1837 e no "Mapa dos Empregados, Artistas, Escravos, Africanos e Presos que Existem na Fábrica de Ferro de S. João do Ipanema" de 9 de agosto de 1841. Arquivo do Estado de São Paulo (a partir daqui AESP), Latas 5214,3 - *Fábrica de Ferro do Ipanema* (1835-1839) e 5215,3 - *Fábrica de Ferro do Ipanema* (1840-1848), respectivamente.

se ao presidente da província das dificuldades que enfrentava para conseguir “boa moralidade” entre os trabalhadores, que “vivem presentemente nesta como animais, e não como cristãos”, solicitando o envio de um sacerdote que ocupasse com missas e sermões os domingos dos trabalhadores, que teriam “mais respeito a um sacerdote, do que a vinte diretores”¹¹. Mesmo que a preocupação de Bloem com a cristianização dos trabalhadores fosse sincera, esse não era o único motivo pelo qual ele pedia a vinda de um padre; a indisciplina era um problema que ele desejava inibir com a presença do sacerdote.

Bloem continuou a enfrentar problemas disciplinares, especialmente com os africanos livres, até as vésperas de sua saída da direção da fábrica, em 5 de novembro de 1842, acusado de envolvimento na revolta liberal de São Paulo¹². Em março de 1840, o administrador acusou o recebimento de quatro escravos da nação e duas africanas, “uma prenhe e outra criança e quatro africanos (entre eles um cego, que agora fico com cinco cegos)”. As queixas prosseguiram, referindo-se à inadequação da força de trabalho às exigências do serviço: “É de lastimar que só haja gente inútil para mandar-se para este estabelecimento; o que se necessita são 160 ou 200 homens capazes de pegar em machado para os cortes de madeira e outros serviços”¹³. Certamente, o corte de madeira destinava-se ao suprimento dos fornos da metalurgia. Mas que “outros serviços” os africanos executavam na fábrica?

Escravos e africanos livres inseriam-se no processo produtivo direto. As listas nominais dos trabalhadores demonstram, por exemplo, que Fran-

¹¹ AESP, Lata 5214,3 - *Fábrica de Ferro do Ipanema* (1835-1839), ofício de 27 de setembro de 1839.

¹² Os estudos sobre a Fábrica assinalam a saída de Bloem como o início de um período de decadência que prosseguiu até 1860, quando o governo imperial determinou seu fechamento e a construção de uma nova fábrica em Mato Grosso, enviando para lá os equipamentos, técnicos e escravos, “ficando no Ipanema alguns velhos inválidos, indo o resto para a Colônia do Itaperuna”. O abandono durou até 1865, quando a Guerra do Paraguai inviabilizou o funcionamento da nova fábrica de ferro em Mato Grosso e Ipanema foi reativada. Ver Freire (1953, p. 195).

¹³ AESP, Lata 5215,3 - *Fábrica de Ferro do Ipanema* (1840-1848), ofício de 8 de março de 1840.

cisco, angola, “trabalha nas fundições dos fornos altos”; Braz, benguela, era ferreiro, e que outros trabalhavam como carreiros, carpinteiros, torneiros, pedreiros e moldadores¹⁴. Das forjas de Ipanema saíam “moendas para cana, serras, moinhos, despoldadores de café, ventiladores, eixos e rodas para va-gões, ferramentas para lavoura, pregos, munições de guerra, castiçais, bustos, baixos-relevos, e peças avulsas encomendadas pelos fregueses”¹⁵.

Fujões contumazes, os africanos livres que a fábrica recebia desani-mavam Bloem cada vez mais: “(...) eles são relaxados, mostram sempre uma cara feia, e parece que são seduzidos por algum mal-intencionado, pois há entre eles alguns de cinco a oito fugidas, e não servem correções”¹⁶.

Apesar das constantes reclamações a respeito da mão-de-obra que rece-biam, os diretores da fábrica sempre solicitavam ao governo o envio de mais africanos livres. Ao suceder Bloem, Antonio Manoel de Melo afirmava, em 1843, que eram necessários “ao menos cem deles, que tenham a robustez con-veniente, mas qualquer número destes acima de quarenta já virá dar notável aumento ao produto do ferro, por cortar grande parte da dificuldade com que até agora tenho lutado”. Ipanema contava então com 91 africanos livres (além de 4 fugidos), 120 escravos (além de 24 fugidos) e 28 presos¹⁷.

Os levantamentos sobre a mão-de-obra na Fábrica de Ipanema de-monstram que o ápice no número de trabalhadores de todas as condições ocorreu em fins de 1846, momento em que os africanos livres compunham o

¹⁴ "Relação nominal dos Africanos livres, maiores e menores, extraída do Livro de Matrícula dos mesmos, organizada em julho de 1849, declarando os que atualmente existem nesta Fábrica, os que tiveram destinos, e os que faleceram". AESP, Lata 5216,4 - *Fábrica de Ferro do Ipanema* (1849-1879).

¹⁵ Azevedo (1959, p. 150).

¹⁶ AESP, Lata 5215,3 - *Fábrica de Ferro do Ipanema* (1840-1848), ofício de 28 de fevereiro de 1842.

¹⁷ Ofícios de 7 de novembro de 1843, do diretor da Fábrica para Joaquim José Luiz de Souza, presidente da província; "Relação mensal dos Africanos, e escravos existentes na Fábrica de Ferro" (25 de outubro de 1843); "Relação mensal dos presos sentenciados que trabalham na Fábrica de Ferro de Ipanema" (1 de outubro de 1843), em AESP, Lata 5215,3 - *Fábrica de Ferro do Ipanema* (1840-1848).

principal contingente de trabalhadores. Nesse ano, a mão-de-obra (excluídos os presos) estava assim dividida:

	Africanos livre	Escravos
Homens	196	71
Mulheres	23	59
Crianças	21	36
Total	240	166

“Soma de

Fonte: “Resumo estatístico dos africanos livres e escravos consignados à Repartição da Nacional Fábrica de Ferro de S. João do Ipanema designados com as casualidades nas respectivas relações” (9 de dezembro de 1846). AESP, Lata 5215,3 - *Fábrica de Ferro do Ipanema* (1840-1848).

Em 1846, Ipanema contava com o maior número de trabalhadores desde sua fundação, mas o problema mais grave de indisciplina ocorreu três anos depois. Um grupo de africanos livres da fábrica, acreditando que sua condição de trabalho era irregular, passou a reivindicar a liberdade.

O diretor Ricardo Gomes Jardim foi enganado por alguns africanos, que solicitaram licença para irem a Sorocaba, “sob pretexto de comprarem palha para chapéus” naquela cidade. Na verdade, o objetivo deles era encaminhar um requerimento escrito de próprio punho ao juiz de órfãos local, onde deixavam clara sua pretensão de serem livres, apesar do texto truncado. O raro documento escrito pelos africanos vai transcrito a seguir em sua grafia original, ao contrário do que foi feito com os demais documentos de época:

“Illmo Exmo V. Sa. Em

Diz os Fricanos q. vierro na provincia da cidade da bahia foi tomado no engenho cabrito por ordem de S. N. para servir 10 annos como ja 10 annos ja passou temos mais servindo de 16 annos no arsenal da marinha, entendente Jose Carvalho e testemunho ao mesmo ele sahio no arsenal da marinha da provincia da cidade da bahia veio feito ao espetor para o arsenal da marinha do rio de janeiro por isto vos suppte. [ileg.] V. Sa. em [ileg.] enquanto foi ao governo mendou emsibora 30 pessoa em sua terra nos fiquemos por ordem do governo pa. servir 10 annos como ja no lugar de servir 10 annos ja servimos de 16 annos

por isto requereu ao Snr. Dr. Martins presidente da provincia da cidade da bahia informação que deo ao Snr. Dr. Martins presidente da provincia da cidade da bahia mandou logo preso rio de janeiro nos não chegaríamos de sataras em terra ser nos chega a ser satara ser em terra no rio de janeiro então nos requeria a V. S. Em. portanto seja bem atendido ao q aos suppte. requerei.

V. Em. há e a por bem atende no que pede.

a V. Em.

M.C.”¹⁸.

A presença dos africanos portando um requerimento nestes termos assustou o juiz de órfãos Vicente Eufrásio da Silva e Abreu, da comarca de Sorocaba. Imediatamente, ele os mandou de volta à fábrica, recomendando que se entendessem com o diretor. A seguir, escreveu a Ricardo Gomes Jardim um relato pormenorizado do episódio, informando do perigo que a situação representava.

Os africanos afirmavam terem sido contratados para trabalhar dez anos e já trabalhavam 16. “Continuavam a servir como escravos, quando são livres, e que não estavam dispostos a se conservarem assim”, disse o juiz, reproduzindo a conversa que manteve com os africanos¹⁹. Como vimos acima, não havia ainda definição legal do prazo pelo qual os africanos livres deveriam prestar serviços. Somente em 1853 estipulou-se em 14 anos o tempo da prestação de serviços, findos os quais os africanos deveriam ser emancipados “quando o requeiram”.

Evidentemente, os africanos não estavam reivindicando antecipadamente a aplicação da lei; estavam apenas cobrando o que lhes fora prometido na Bahia, onde já haviam trabalhado no Arsenal da Marinha. Aparentemente, a transferência do diretor daquela instituição para o Rio de Janeiro fez o acordo verbal entre eles cair por terra, como se pode deduzir pelo requerimento dos africanos.

¹⁸ AESP, Lata 5216,4 - *Fábrica de Ferro do Ipanema* (1849-1879).

¹⁹ AESP, Lata 5216,4 - *Fábrica de Ferro do Ipanema* (1849-1879), ofício de 16 de março de 1849.

Para o juiz de órfãos, o diretor da fábrica e, posteriormente, o presidente da província, não havia dúvidas: a situação era grave ou, como disse o juiz, perturbava a ordem e a subordinação “que deve reinar entre semelhante gente, considerando como absoluta necessidade a retirada dos tais pretos daí dessa fábrica”.

Ricardo Gomes Jardim tomou suas providências para que isso acontecesse. Alegou ao presidente da província que, por terem trabalhado durante muitos anos na Bahia, os africanos em questão não se adaptavam ao trabalho fabril, “por serem quase todos marinheiros, exigentes e mal acostumados”.

Se considerava-os exigentes e mal acostumados, “além de pouco úteis”, por que Jardim não procurara se livrar deles antes? Porque, ao que parece, a partir daquele momento aqueles africanos tornaram-se não apenas maus trabalhadores, mas também “perigosíssimos” e alguns, dentre os mais influentes do grupo, deveriam ser afastados “para evitar-se a tempo funestas conseqüências, fáceis de prever, em vista do que já se tem passado, e da circunstância de haverem no estabelecimento muitos outros africanos com mais de 10 anos de serviço”²⁰.

O medo da revolta dos africanos foi expressado pelo diretor da fábrica e pelo juiz. Este afirmou que em virtude do “estado em que eles se acham, que com muita facilidade prognosticam uma insurreição, espero que V. Sa., tomando na devida consideração este negócio, dará as providências que lhe competem”²¹.

Depois de comunicar ao presidente da província do que vinha acontecendo na fábrica, Jardim pediu afastamento por quatro semanas alegando problemas de saúde, não regressando a Ipanema mesmo depois de terminada a licença. O novo diretor - João Pedro de Lima Gutierrez - assumiu em 2 de

²⁰ AESP, Lata 5216,4 - *Fábrica de Ferro do Ipanema* (1849-1879), ofício de 21 de março de 1849. Embora não esteja presente neste caso, a irregularidade no trabalho dos africanos livres criaria problemas em 1860, quando, por intervenção do ministro inglês no Brasil, apurou-se que cerca de 200 deles trabalhavam na fábrica há mais de 14 anos, contrariando o decreto de 1853, que estabeleceu esse prazo. O episódio foi mencionado por Queiroz (1977, p. 70).

²¹ AESP, Lata 5216,4 - *Fábrica de Ferro do Ipanema* (1849-1879), ofício de 16 de março de 1849.

abril, mesmo dia em que o presidente da província determinou o envio para a capital dos “africanos livres que forem mais perigosos”²².

Sete deles foram levados para São Paulo, com uma escolta fornecida pelo delegado de Sorocaba, composta ainda pelo feitor da fábrica, João Rodrigues de Oliveira, e um soldado do destacamento de Ipanema. Além dos que redigiram o requerimento de liberdade, é possível que a direção de Ipanema quisesse se livrar de outros africanos “perigosíssimos”, enviando Félix, Damião, Agostinho, João, Luiz, Silvério e Desidério para a cadeia da Capital, onde perdemos seu rastro.

Este estudo encerra-se em fins da década de 1840, com o propósito já declarado de verificar a mediação das relações de trabalho envolvendo os africanos livres antes da definição do tempo de trabalho a ser cumprido até a emancipação. Entretanto, a série documental e a vasta bibliografia disponível sobre a Fábrica de Ferro de Ipanema, bem como a pesquisa sobre outros lugares onde os africanos livres tenham prestado serviços até 1864, permitiriam aprofundar os temas levantados aqui: disciplina, concepções de liberdade, processo de trabalho e relações sociais. Especificamente sobre a Fábrica de Ipanema, muito pouco se tem produzido nos últimos tempos, fazendo com que a ampla documentação existente esteja praticamente inexplorada, aguardando pela curiosidade dos pesquisadores²³. A vida, o número, o trabalho e as perspectivas de liberdade dos africanos livres também mereceram pouca atenção dos historiadores, sendo um tema de pesquisa praticamente inédito²⁴.

²² AESP, Lata 5216,4 - *Fábrica de Ferro do Ipanema* (1849-1879), ofícios de 7 de abril e 9 de maio de 1849.

²³ Um dos poucos estudos recentes sobre a Fábrica de Ipanema é o de Menon (1992).

²⁴ Poucas pesquisas sistemáticas sobre o tema vem sendo desenvolvidas. Entre elas a de Afonso Bandeira Florence no Mestrado em História Social da Unicamp, que já trouxe à luz alguns resultados, como Florence (1898a) e Florence (1989b). Beatriz Gallotti M. Bessa também desenvolve sua tese de doutorado sobre o tema no Departamento de História da Universidade de Waterloo (Canadá), numa perspectiva comparativa entre os processos de emancipação dos africanos livres brasileiros, os *servants* e *free labourers* no Caribe e em Serra Leoa e os *emancipados* em Cuba. Para uma primeira abordagem do tema, ver Bessa (1995).

Bibliografia

- AMARAL, Antonio Barreto do. 1980. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo, Governo do Estado.
- AZEVEDO, Astor França. 1959. "A Fábrica de Ferro do Ipanema e o município de Tatuí". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 57.
- BESSA, Beatriz Gallotti Mamigonian. 1995. "A Theatre of Conflicts: The Anglo-Brazilian Mixed Commission Court in Rio de Janeiro, 1827-1845 and the Abolition of the Brazilian Slave Trade". University of Waterloo (Canadá), Ensaio de conclusão de mestrado, ago.1995. Ex. mimeo.
- FLORENCE, Afonso Bandeira. 1989a. "Nem escravos, nem libertos: os 'africanos livres' na Bahia". *Cadernos do CEAS*, Salvador, 121: 58-69, jun/jul.1989.
- FLORENCE, Afonso Bandeira. 1989b. "Disciplina e dominação: o africano livre no mercado de trabalho escravista". Texto apresentado à Linha de Pesquisa de Escravidão e Trabalho Livre do Departamento de História/IFCH/Unicamp, ago.1989. Ex. mimeo.
- FONNER, Eric Fonner. 1988a. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Brasília, CNPq.

_____. 1988b. "O significado da liberdade". *Revista Brasileira de História*, 16: 9-36.

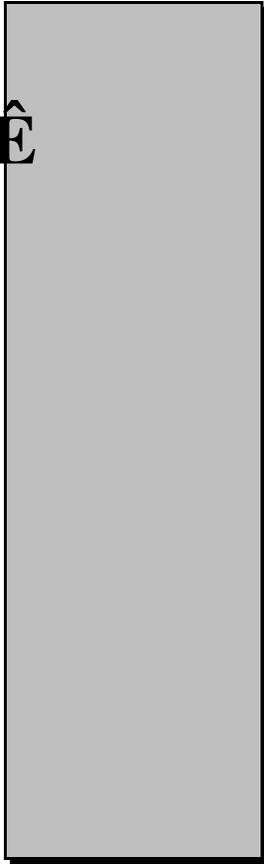
FREIRE, Ezequiel. 1953. "Sorocabá". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 51.

MENON, Og Natal. 1992. *A Real Fábrica de Ferro de São João*

do Ipanema e seu mundo (1811-1835). São Paulo, PUC/SP, Dissert. Mest.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. 1977. *Escravidão negra em São Paulo*. Rio de Janeiro, José Olympio.

DOSSIÊ



**Mesa
Redonda**



A ERA DE HOBBSAWM

Apresentação

Com o apoio do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT - Unicamp), o Instituto Cajamar (Inca) – entidade destinada à educação popular – promoveu, em dezembro de 1992, o seminário "É possível um projeto nacional?". Durante três dias, sete mesas discutiram no Sindicato dos Químicos de São Paulo o tema proposto pela organização do evento.

A mesa redonda que ora reproduzimos, "A Era de Hobsbawm", foi organizada por Alexandre Fortes, então diretor de Projetos do Inca, e Marco Aurélio Garcia, que integrava a Coordenação dessa mesma entidade. Ela contou com a presença de Garcia e dos professores Nicolau Sevcenko, José Sérgio Leite Lopes e Michael Hall, bem como do próprio Eric Hobsbawm. O objetivo era não só homenagear o convidado, mas também elaborar um balanço de suas contribuições à historiografia. Ao final, coube a Hobsbawm comentar essas intervenções.

Realizadas há um certo tempo, as apresentações dos palestrantes poderiam até ressentir-se de uma atualização. Nos últimos anos, as mudanças ocorridas no mundo foram objeto de intensa reflexão do autor,

inclusive com a publicação de *A Era dos Extremos*, que aborda o século XX e completa sua série de estudos sobre as grandes transformações históricas das idades moderna e contemporânea (vale lembrar que seu último livro publicado no Brasil, *Sobre História*, recebe uma resenha neste número). Longe de desautorizar a mesa, acrescenta a ela um ingrediente especial, o de ter sido realizada no momento em que as perspectivas do socialismo como um dos principais projetos políticos dos movimentos sociais entrava em crise com as mudanças do Leste Europeu. Mais do que a transcrição de uma mesa, o que os leitores têm agora em mãos é um documento. Gostaríamos, por fim, de agradecer o empenho de todas as pessoas envolvidas na realização deste evento sem o qual não seria possível esta publicação.

O Conselho Editorial

CONSTRUINDO PRINCÍPIOS

Nicolau Sevcenko*

É um prazer participar desta homenagem ao professor Eric Hobsbawm. Convidado pelo Instituto Cajamar para este debate, considero importante ressaltar as qualidades e o valor absolutamente único e óbvio que o professor Hobsbawm representa para a historiografia contemporânea. Creio ser uma excelente oportunidade para manifestar toda a minha gratidão pelo aproveitamento que tenho feito da sua obra e, assim, saldar a dívida intelectual com aquele que é um dos historiadores mais lúcidos e com as obras mais sistemáticas e abrangentes a cerca da formação do mundo contemporâneo. No espírito dessa reunião, a idéia é tentar organizar algumas reflexões sobre os temas que o professor Hobsbawm contribuiu para renovar na historiografia contemporânea e, em particular, na historiografia marxista.

Penso que o primeiro ponto a destacar é sua visão articulada, densa, abrangente e dinâmica da formação do mundo contemporâneo, desenvolvida em três obras sucessivas e reunidas numa trilogia que traz os fundamentos da sua organização, tal como nós o conhecemos e vivemos hoje em dia. Trata-se de *A Era das Revoluções*, *A Era do Capital* e *A Era dos Impérios*.¹

O professor Hobsbawm, ao longo dos três livros, marca como se opera a formação de uma rede integrada, inclusiva, de base tecnológica e em

* Prof. do Departamento de História da USP.

¹ Hobsbawm, Eric, 1982. *A Era das Revoluções - Europa: 1789-1848*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. *A Era do Capital - 1848-1875*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; *A Era dos Impérios - 1875-1914*, 1988. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

permanente expansão, onde se constróem as bases de uma espécie de grande rede global de inter-relações não só econômicas, mas, também, políticas e culturais. O particular no modo de entabular as condições da formação e da consolidação desta rede global é - embora ela opere por alguns pólos dinâmicos, com os países que têm a vanguarda no desenvolvimento econômico capitalista - demonstrar que o conjunto do sistema funciona de tal forma que as menores oscilações e as menores proporções, nos planos mais distantes, rebatem nos pólos centrais, fazendo com que o conjunto tenha que ser visto permanentemente de uma forma unitária, ao invés da tendência à fragmentação e à explicação por partes que caracteriza o estilo mais clássico, mais convencional, da historiografia do mundo contemporâneo.

A maneira de estabelecer uma explicação historiográfica em escala global permite - o que do ponto de vista brasileiro e latino-americano é decisivo - a relativização do enfoque eurocêntrico que marca as explicações historiográficas mais comuns.

O professor Hobsbawm adota um enfoque especial, de observar uma mundialização das condições de enquadramento da sociedade e da economia, vista como uma totalidade de alcance mundial, na qual cada uma das partes faz sentido, ao mesmo tempo que o conjunto funciona em seu dinamismo. A contrapartida deste tipo de enfoque que relativiza o eurocentrismo é marcar a ativação dos contextos mais restritos, nacionais, regionais, locais. Isso obriga o professor Hobsbawm a um exercício extraordinário de erudição. Lendo nas mais diversas línguas e familiarizando-se com historiografias das mais variadas partes do mundo, no intuito de compor a rede de inter-conexões, ele colabora de uma maneira decisiva para o desenvolvimento dessas historiografias locais, particularmente com as do genericamente chamado “Terceiro Mundo”. É nesse sentido que a minha dívida e a minha gratidão com ele são imensas, na medida em que foi através da sua obra que pude vislumbrar como as explicações decisivas para compreender certos momentos de transição na história do Brasil na verdade tinham que ser vistas não através de uma dinâmica interna, mas pela maneira como o país se ajusta a essa grande dinâmica mundial.

Do ponto de vista interno, o professor Hobsbawm trabalha, em qualquer parte deste processo de mundialização, com as tensões geradas pelo confronto entre as dimensões rurais e urbanas da organização social contemporânea. A tendência permanente à polarização das sociedades e dos núcleos urbanos e à incorporação de comunidades humanas, que procedem de áreas rurais, não é tratada pelo professor da forma convencional, que contrapõe campo e cidade. Ele compreende o campo também como um espaço onde existe a dialética do desafio imposto pela cidade. Por todos os recantos e por todos os quadrantes sobre os quais a análise do professor Hobsbawm recai, prevalece este esforço de compreensão dialética. É por essa razão também que ele estuda os movimentos de migração de massa de seres humanos, deslocados por pressões econômicas e expostos a situações que lhes são completamente adversas e que ampliam enormemente este fenômeno tão típico da contemporaneidade – a alienação e a perda das raízes culturais. São multidões que se deslocam, perdem nexos territoriais, laços comunitários e tradições culturais. Em função disto, são envolvidas por novas linguagens e novas formalizações, tanto culturais como políticas, dentro das quais têm a opção de serem mobilizadas por ideologias que lhes são estranhas, como o nacionalismo, ou por outras que tentam representar seus valores mais autênticos e mais presos a humanidade, como as correntes contestatórias, um fenômeno que o professor Hobsbawm estudou em livros que marcaram época e transformaram o debate nos estudos da formação da sociedade moderna, como *Os Rebeldes Primitivos* e *Os Trabalhadores*.² Nesse sentido, esta ordem global não é somente de origem sócio-econômica, mas também de origem cultural. Ao fundamento tecnológico ele rebate com a acentuação das idéias, aproximando dois extremos que parecem tão distantes. Um não é compreensível sem o outro, permanecendo essa integridade, essa homogeneidade do enfoque dialético.

² Hobsbawm, Eric, 1970. *Rebeldes Primitivos: Estudos sobre Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar e 1981. *Os Trabalhadores: Estudos sobre a História do Operariado*. Rio de Janeiro, Paz & Terra.

A segunda grande característica a destacar no estilo de trabalho do professor Hobsbawm é a ênfase colocada na historicidade dos conceitos com os quais opera suas análises. Isto impede que os conceitos se tornem categorias abstratas, fora do tempo ou como que condições naturais da sociedade ou do homem, transtemporais, transcorrendo ao longo de uma temporalidade vaga e sem registro circunscrito. Mesmo os conceitos chaves para as análises do professor Hobsbawm, que têm a ver com a sua própria perspectiva analítica, tais como o conceito de socialismo ou de comunismo, são recuperados como construções históricas específicas de determinados momentos, de determinados modos de confrontação social. Não podem, portanto, ser aplicados aleatoriamente para qualquer outro momento, senão para aquele no qual seus sentidos são historicamente construídos.

Da mesma maneira, o professor Hobsbawm trabalha para colocar em xeque dois dos conceitos organizatórios mais fortes do mundo contemporâneo e mais comumente mobilizados para produzir explicações compreensivas e que, no entanto, têm um estatuto muito discutível, que são os conceitos de nação e de nacionalismo. Isto aparece com muita clareza em livros como *A Invenção das Tradições*, uma das obras mais perturbadoras da historiografia contemporânea, e *Nações e Nacionalismos*³. Em ambos, o professor Hobsbawm defende o ponto de vista de que a nação é uma construção política muito recente, totalmente artificial, que tenta responder a condições históricas específicas, particularmente aquelas colocadas pelo desenvolvimento da sociedade capitalista e pelo esforço de emancipação dos trabalhadores.

Segundo este enfoque, o nacionalismo precede a nação. A ideologia nacionalista cria a expectativa da percepção da condição nacional e da experiência social, ao contrário do que estamos habituados a pensar, que uma nação procura defender seus valores articulando uma concepção ideológica, ou seja, o nacionalismo. Segundo o professor Hobsbawm, é o desenvolvimento dessa ideologia, que tem um caráter bastante conservador e, eventualmente, muito reacionário, que institui a categoria de nação, como decisiva para a

³ Hobsbawm, Eric, 1990. *Nações e Nacionalismos desde 1870 – Programa, Mito e Realidade*. Rio de Janeiro, Paz & Terra.

compreensão da realidade. Este esforço leva o professor Hobsbawm a discutir, metodologicamente, as condições necessárias para se proceder um esvaziamento da carga emocional dos pesquisadores, de forma a serem capazes de pesquisar essa tipologia bastante complexa do nacionalismo e, em particular, o potencial que ela tem de mobilizar a sociedade e a cultura política contemporâneas.

Segundo esta prática historiográfica, o professor Hobsbawm trabalha com uma espécie de instabilidade dos conceitos, sempre vistos dentro do seu aspecto metafórico. Eles aparecem em condições históricas específicas, sendo explicáveis, compreensíveis e circunscritos a estas circunstâncias e aos desdobramentos que provocam. Não são conceitos com validade em si, fora do tempo, nem fazem parte de uma realidade integral da sociedade. É isso que lhe permite estudar as condições materiais de formação da sociedade contemporânea e, também, os mitos que ela forja para produzir uma interpretação de si mesma, o que, via de regra, nada tem a ver com a sua realidade de base.

O terceiro e último elemento que eu destacaria deste conjunto de aspectos inovadores da produção do professor Hobsbawm, é o primado ético que ele dá a sua prática historiográfica crítica. Em princípio, o objetivo de suas pesquisas não é o de tentar revelar uma espécie de lógica subjacente e inelutável dos fatos, mas o de compreender como os processos históricos circunscrevem e limitam as alternativas postas aos homens, como eles condicionam os modos de vida e, neste sentido, restringem e atingem as condições e as necessidades existenciais do ser humano. É desta maneira, por este processo de imitação, construído com os fatos, que se acaba roubando ao homem a sua dignidade e, à sociedade, os seus nexos afetivos de solidariedade e comunhão. Sua ênfase é crítica, mas é uma ênfase não-instrumental. Ela valoriza a sensibilidade sobre o jargão técnico, o que explica a linguagem extremamente comunicativa e uma plasticidade que parece mais descritiva do que densamente analítica. Na verdade, pela leitura de seus textos, tem-se a satisfação de ver o quanto ele, humildemente, reconhece algo im-

ponderável nos processos históricos e que é preciso compreendê-los justamente para evitar que nos conformemos com eles.

É por isso tudo que elegi o professor Hobsbawm como o meu mestre historiográfico. Assim o tenho mantido desde o início de minha carreira até os dias de hoje e é por isso que aqui estou para agradecer-lhe publicamente.

TRABALHADORES E CAMPONESES NA ERA DE HOBBSAWM

José Sergio Leite Lopes*

Dentre os trabalhos que fazem uma reflexão sobre a obra de Eric Hobsbawm, o livro de Harvey J. Kaye, *Os Historiadores Marxistas Britânicos*, dedica um capítulo (intitulado “Hobsbawm, Trabalhadores, Camponeses e História Mundial”) à importância de Hobsbawm na renovação da historiografia marxista. Essa contribuição estaria localizada preferencialmente – já que a obra de Hobsbawm abarca um domínio muito vasto de objetos e temáticas – nos temas da história do trabalho e dos trabalhadores, nos estudos camponeses e na história mundial do século XIX. Vou centrar minha comunicação nos dois primeiros temas. Nicolau Sevcenko já falou um pouco da história mundial, da trilogia das eras e eu, por limitações de minha formação de antropólogo, vou me concentrar na história do trabalho e nos estudos camponeses. Minha comunicação talvez saliente unilateralmente uma leitura da obra de Hobsbawm preocupada mais com a cultura no sentido antropológico.

O trabalho de Harvey Kaye destaca a contribuição de Hobsbawm na renovação da história feita até então, pelo fato pioneiro de subverter, com a história social, alguns temas da história tradicional. Eu iria um pouco além – e vou tratar, logo de início, de algo de que deveria falar mais ao final para demonstrar o que penso – não somente Hobsbawm é pioneiro, mas é também capaz de pôr em jogo coisas “teóricas” importantes a respeito de

* Prof. do Museu Nacional - UFRJ.

objetos “empíricos” muito precisos, frequentemente menores na aparência, às vezes aparentemente irrisórios, mas, por fim, importantes. Isso pode ser logo exemplificado: sua capacidade em reconstituir cientificamente os grandes objetos socialmente importantes, apreendendo-os de um modo imprevisito, manifesta-se quando ele transforma os “quebradores de máquinas” ou o artesão itinerante (o *Jazz* só foi publicado depois, porque fazia parte de uma outra identidade do professor) em objetos significativos que iluminam de forma diferente a história social do período (no caso dos séculos XIX e XX).

Isso acontece na história do trabalho e dos trabalhadores. Esta área temática é retomada no pós-guerra de uma forma criativa pelos fundadores da história do trabalho na Inglaterra, em particular por G. D. H Cole e pelos casais Sidney e Beatrice Webb e J. L. e Barbara Hammond. Esses fundadores estão mais próximos do movimento operário e das correntes políticas ligadas ao sindicalismo do que a uma carreira universitária regular. Eles desenvolvem seus trabalhos no interior de uma abordagem que se tornará clássica, moldando a maneira de pesquisar a área no estudo das instituições do movimento operário: sindicatos, partidos, correntes políticas. Isso é válido principalmente para os Webbs e para Cole, em seu livro (muito utilizado no pós-guerra porque nos dá uma visão vasta dessa história) intitulado *The Common People: 1746-1946*. Os Hammonds poderiam ser vistos como os precursores da história social posterior, com sua trilogia sobre o trabalhador do campo, o trabalhador da cidade e o trabalhador qualificado (*The Village Labourer*, *The Town Labourer* e *The Skilled Labourer*). Eles são os iniciadores do debate posterior sobre os níveis de vida da população inglesa durante a revolução industrial.

Essa temática é vista por Hobsbawm desde o início dos anos 1950. A princípio, com os mesmos objetos dos anos anteriores, como, por exemplo, na coletânea *The Turning Point* (1948), na qual realiza a reflexão sobre o movimento operário entre 1880-1900, e em sua tese de doutorado de 1950 sobre os fabianos. Progressivamente, no entanto, ele passa a se interessar por outros temas que rompem com a temática e a abordagem dos antecessores.

Ao dar importância a movimentos sociais não-organizados como os “quebradores de máquinas”, ao tema do “metodismo” e da “ameaça da revolução” na Inglaterra, a tradição do “artesão itinerante” (*the tramping artisan*), ou à importância de Tom Paine para a história operária, Hobsbawm começa a abrir caminho para a renovação e a subversão dessa área de estudos. Assim também com o artigo sobre “costumes, salários e carga de trabalho”, ou o artigo sobre as “tradições operárias” em diferentes países europeus, artigos elaborados durante os anos 50 e consolidados no livro *Labouring Men*, publicado em 1964¹. Inicia-se aí essa preocupação com a dimensão *cultural* da história social do trabalho, gestada por toda uma geração de historiadores marxistas.

Talvez Hobsbawm tivesse qualidades específicas que o habilitassem particularmente para esse empreendimento incomum. Tendo passado a infância e a adolescência em Viena e Berlim, e tendo chegado à Inglaterra aos 16 para os 17 anos, de família judia, “exilada” na Inglaterra (seu pai era inglês, de ascendência judaico-russa), Hobsbawm já tinha passado pela experiência da politização precoce em Berlim, e pelo estranhamento cultural na Inglaterra – embora tivesse todas as condições de adaptação ao país de seu pai. Essa experiência anterior certamente contribuiu para sua habilidade no aprendizado de novas línguas (além do inglês e do alemão, línguas latinas, entre outras), assim como para sua crescente erudição e para sua capacidade de *observação direta* em diferentes países.

No que diz respeito à história do trabalho, Hobsbawm contribuiu pioneiramente para a passagem da história das instituições operárias – partidos e sindicatos – à história social da *classe* operária. Ele próprio tem consciência disso quando destaca, no prefácio de *Labouring Men* (p. vii): “tem havido comparativamente pouco trabalho sobre as classes trabalhadoras como tal e sobre as condições econômicas e técnicas que permitiram que esses movimentos operários se tornassem efetivos”.

¹ Talvez o título em inglês, *Labouring Men*, com “homens” destacado, quisesse designar dimensões mais amplas do que o estrito trabalho – coisa que o título da tradução em língua portuguesa, *Os Trabalhadores*, denota menos.

Ele inicia, assim, uma história social do trabalho não limitada aos trabalhadores organizados, suas organizações e líderes, mas voltada, ao contrário, para as *experiências* das classes trabalhadoras. Com isso, ele escapa — eu o cito — “das fronteiras da ordenação cronológica ou da história narrativa dos movimentos operários” (isto também está no prefácio de *Labouring Men*).

Portanto, a possibilidade de ruptura com a história tradicional anterior em parte se deve a peculiaridades individuais, entre as quais essa sua sensibilidade à *cultura* adquirida em sua trajetória de desterro na própria Inglaterra, vindo de uma socialização em Viena e Berlim. Ela se deve também a uma contribuição propriamente coletiva. Tal contribuição coletiva materializou-se, mais do que nos professores que ele teve em Cambridge (Hobsbawm fala do professor Posnam na entrevista que deu a *Estudos Históricos* n°. 06 — uma revista brasileira), nas redes de colegas contemporâneos seus, alguns mais velhos (Christopher Hill, Rodney Hilton), outros mais novos (E. P. Thompson, Raphael Samuel). Tais redes provêm de Cambridge, onde Hobsbawm estudou, mas também de uma “instituição” peculiar como o grupo de historiadores do Partido Comunista da Grã-Bretanha, que materializaria a ligação direta entre historiadores de Cambridge, Oxford e Londres — que de outro modo se faria de forma demorada, concorrencial, ou não se faria.

Hobsbawm sempre se preocupou em perguntar-se sobre a relação entre possibilidade e formulação de determinados resultados de pesquisa e pertencimento institucional, bem como sobre a ligação do pesquisador com o objeto estudado. Assim, no artigo “História do Trabalho e Ideologia” retomado em *Mundos do Trabalho*, ele mostra como a maior parte da produção dos historiadores do trabalho, desde os Webbs, Hammonds, e G.D.H. Cole, até E. P. Thompson, num período posterior, deu-se fora da universidade e em ligação com o movimento operário². Em outro artigo,

² Nesse mesmo artigo, Hobsbawm formula claramente essa *démarche* geral — de que ele é precursor, com os artigos de *Labouring Men* — de passar da história institucional e narrativa da classe operária para a história social da classe, dos

sobre o grupo de historiadores do partido comunista³, Hobsbawm volta a esse tema de uma história refelexiva, da construção do conhecimento vinculado a certas determinações sociais. Nesse artigo, ele descreve essa interfecundação coletiva nesse grupo, entre 1946 e 1956⁴. Essa preocupação com uma história marxista que renovasse a produção fabiana anterior sobre o movimento operário, assim como contribuições coletivas em diferentes frentes de trabalho para a feitura de uma nova história geral da Grã-Bretanha, viria a ter sua importância sobre a produção posterior de muitos desses historiadores marxistas que se estabeleceram depois na universidade ou que já estavam estabelecidos na época. Desse grupo surgem preocupações com o nível de vida da população inglesa na época da Revolução Industrial, e sobre a “aristocracia operária”, ambos assuntos que produziram debates que fizeram época – além de partir a idéia da fundação da revista *Past and Present* em 1952, articulando marxistas e não marxistas, historiadores e não historiadores⁵.

No entanto, no artigo-depoimento de Hobsbawm sobre esse grupo, não são ressaltadas as ligações diretas do grupo com trabalhadores ou instituições do movimento operário, como ele resalta em relação aos Webbs e aos Hammonds e mesmo a E. P. Thompson num período posterior, no contexto da educação de adultos como extensão universitária.

Provavelmente, o contato com o movimento operário era mediado mais diretamente pelo trabalho partidário. Se essa ligação direta com o movimento operário não é ressaltada por Hobsbawm no contexto do grupo trabalhadores, para a diferenciação interna da classe, etc.

³ “The Historian’s group of the C.P.”, in: *Rebels and their causes, em homenagem a A.L. Morton*.

⁴ Destaco esse tema um pouco por causa de toda essa vinculação entre o mundo do trabalho, o dos intelectuais e o das instituições ligadas ao movimento operário. Acho que isso interessa às instituições que trouxeram Hobsbawm ao Brasil desta vez e que nos convidaram aqui: o Instituto Cajamar, a Secretaria de Cultura de Porto Alegre, o sindicato dos trabalhadores químicos de São Paulo.

⁵ Um desses não marxistas e não historiadores é o antropólogo Max Gluckman, que depois vai ter uma certa importância na origem de um dos livros de Hobsbawm

de historiadores do Partido Comunista da Grã-Bretanha, ela o será de passagem, quanto à sua experiência individual, na situação da II Guerra Mundial, quando ele manteve contato (como estudante universitário que era) com trabalhadores no interior das forças armadas em situação de guerra, onde atuou no setor de educação⁶. Esse encontro entre estudantes e trabalhadores no exército constitui-se em outro elemento tendo contribuído para a sensibilidade de Hobsbawm com relação ao tema da cultura, em particular o tema da cultura operária.

Entretanto, se a existência de um grupo de historiadores do PC acaba não sendo tão importante para o contato direto com os trabalhadores na Inglaterra – o contato sendo mediatizado pela estrutura partidária – esse contato direto aconteceu em outros países (em particular na Itália e na Espanha): intelectuais do Partido Comunista Italiano tinham contatos na região do sul da Itália com grupos camponeses, ou contatos espanhóis na Andaluzia no período franquista (ver *Os Rebeldes Primitivos*).

Hobsbawm faz observações diretas desses países, e também faz, digamos assim, história oral precocemente – antes que essa modalidade de trabalho empírico estivesse “na moda”⁷. Ele cruza essa observação de grupos de camponeses e trabalhadores rurais atingidos pela expansão do capitalismo, que resistem a ela de forma “pré-política” (isto é, anterior a seu pertencimento ao mundo do teatro da grande política nacional, segundo formulação recente do termo feita por Hobsbawm na revista *Estudos Históricos*) como ele diz, com a observação de manifestações similares de trabalhadores urbanos pré-industriais da própria Inglaterra, como mostra nos artigos “Turmas Urbanas” e “Rituais Operários” – artigos estes que retomam outros anteriores e que foram publicados depois em *Labouring Men*.

É interessante observar que o início da produção do livro *Rebeldes Primitivos*, publicado em 1959, antes de *Labouring Men* (o qual contém

⁶ Creio que essa menção à possibilidade de encontro entre estudantes e operários no quadro da mobilização de guerra está no artigo “As classes operárias inglesas e a cultura no século XIX até 1914”.

⁷ Vide o apêndice de *Rebeldes Primitivos*, que se chama “Eles Mesmos Falam”.

artigos mais antigos que os de *Rebeldes Primitivos*) foi propiciado pelo convite de antropólogos da Universidade de Manchester (Max Gluckman, Mary Douglas e Meyer Fortes), que vinham estudando o movimento dos Mau-Mau no Quênia, e que pediram a Hobsbawm conferências sobre movimentos equivalentes na Europa. É provável que soubessem das viagens de Hobsbawm ao sul da Europa ou conhecessem artigos anteriores dele sobre a história do trabalho⁸.

É esse cruzamento entre diferentes temáticas, é essa subversão de diferentes disciplinas – quando ele se coloca ao mesmo tempo na fronteira da “história do trabalho” e na fronteira dos “estudos camponeses” – que fazem Hobsbawm formular um objeto na intersecção desses dois domínios, revalorizando e renovando ambas as temáticas tradicionais. É esse vai-e-vem entre Europa desenvolvida (Inglaterra, França e Alemanha) e Europa subdesenvolvida (sul da Itália, Espanha) que provoca a construção de um novo objeto, fecundando toda uma área de investigações (a área dos “rebeldes primitivos”, dos movimentos “pré-políticos”, que abrange tanto a área urbana quanto a área rural, tanto o primeiro mundo quanto o terceiro). Esse mesmo vai-e-vem faz Hobsbawm voltar-se, juntamente com George Rudé, para o movimento de trabalhadores rurais na Inglaterra – lacuna na história do trabalho tradicional – a fim de investigá-lo a fundo, dando-lhe um outro valor que o atribuído pelos Hammonds no livro *Captain Swing*, de 1969. Ele continua suas investigações nessa linha, dentro desta vertente fora da Europa, no livro *Bandidos* (também traduzido no Brasil).

É interessante notar como essa ligação com os antropólogos e com a temática antropológica (no caso mais explícita e clara em *Rebeldes Primitivos*) é pioneira e é esquecida, hoje, com a “nova onda”, nos anos 80, de aproximação entre história e antropologia. Tal aproximação, que se manifesta na “história cultural” de Robert Darnton e William Sewell Jr. –

⁸ Entre parênteses seja dito que a edição brasileira de *Rebeldes Primitivos*, publicada pela Editora Zahar em 1971, foi proposta por um antropólogo americano chamado Shelton Davis – então professor no Museu Nacional. Davis também deveria redigir a introdução; mas, por problemas editoriais que freqüentemente evidenciam uma certa estreiteza dos editores, isso foi deixado de lado.

que são discípulos do antropólogo Clifford Geertz – ou na terceira fase da revista *Annales* (com Jacques Le Goff, Roger Chartier e outros), ou na micro-história de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi –, acaba não sendo devidamente ressaltada na história social feita anteriormente⁹.

Por outro lado, é interessante ressaltar como a história social sobre os trabalhadores e sobre o campesinato contribuiu pioneiramente para essa aproximação que no momento atual tem melhores condições de se fazer, tem melhores condições de recepção e de interesse editorial. Isso fizeram Hobsbawm, E. P. Thompson e mesmo historiadores sem referências explícitas à antropologia (como Rolande Treppe e Michelle Perrot, na França), que no entanto faziam um trabalho próximo.

Esse vai-e-vem entre áreas temáticas diferentes, de países diferentes, fez com que Hobsbawm prosseguisse os estudos sobre história operária e retornasse a eles, de forma a continuar seu trabalho de renovação. Seu pioneirismo é seguido por outros como E.P. Thompson e seu *The Making of the English Working Class*. Hobsbawm retornou a esses temas com a bagagem de outras temáticas como a de *Rebeldes Primitivos* e ainda hoje continua a renovar a história operária. Tal é o caso dos artigos publicados em *Mundos do Trabalho – Worlds of Labour*¹⁰.

Se em *Labouring Men*, no início da renovação da história operária, já havia um trabalho de dessubstancialização de grupos – isto é, apesar do título *Os Trabalhadores*, havia a criação de temas diferentes sobre os trabalhadores, em que são enfocados menos os operários e mais as relações em que estão envolvidos, e a pertinência de tais relações –, em *Mundos do Trabalho* essa *démarche* prossegue fortemente.

É interessante observar que, na renovação dos estudos sobre classe operária, ao mesmo tempo em que se passa das instituições para a classe operária, para os indivíduos que a compõem, e para o grupo social em sua

⁹ Assim, não é por acaso que é Hobsbawm que responde a Lawrence Stone numa polêmica sobre a narrativa na revista *Past & Present*.

¹⁰ *Mundos do Trabalho* talvez queira significar também universos culturais, universos mentais plurais.

vida cotidiana, há também a formulação de novos objetos – que consistem nas relações sociais. Mais do que se ater ao grupo como ele existe, ao grupo real, aos operários por si mesmos, procura-se perceber as relações sociais em que eles estão inseridos. Assim, em *Mundos do Trabalho* há diversos artigos como os *sapateiros politizados* (termo em inglês), os *artífices e a aristocracia operária*, as *imagens de homens e mulheres na esquerda*, numa preocupação com o imaginário e com o gênero, além de toda uma retomada da temática do E. P. Thompson sobre a construção da classe operária. Hobsbawm rediscute a construção e a reconstrução da classe operária em diferentes períodos: ele insiste em mostrar como a classe operária dos anos 50 (que é descrita etnograficamente por universitários vindos da própria classe operária, como Richard Hoggart e Raymond Williams) – que é a classe operária tradicional inglesa contemporânea – provém da conjuntura histórica de 1880 e não daquela do início do século XIX. É como se esse trabalho de construção se desse novamente, em um outro período¹¹.

Duas outras temáticas importantes do trabalho de Hobsbawm são a da história sócio-intelectual reflexiva dos historiadores do movimento operário, e a da história do marxismo e dos marxistas. Há indicações sobre a história dos historiadores do movimento operário em *História do Trabalho e Ideologia*, em *Classes Operárias Inglesas e a Cultura*, em *O grupo dos historiadores do PC Inglês*, em entrevistas, entre outros. Por outro lado, a coletânea organizada por Hobsbawm, *História do Marxismo*, é um esforço de fôlego em sua obra.

Assim como Hobsbawm trabalha a construção e a reconstrução da classe operária, ele trabalha também, nessa mesma perspectiva, a importância daqueles que pensam sobre ela ou que organizam a classe trabalhadora, tendo importância sobre a própria construção dessa classe. Isto significa que há um certo “efeito-teoria”, quer dizer, a teoria tem um efeito sobre a realidade, que também acaba se incorporando a essa perspectiva

¹¹ Esse é um tema sobre o qual Nicolau Sevcenko chamou a atenção na apresentação anterior – o tema da historicização dos conceitos. Essa questão da construção e da reconstrução da classe operária é um exemplo de historicização dos conceitos.

construtivista exercida por historiadores e intelectuais em relação à classe operária. Isso se liga à questão da historicidade dos conceitos e à questão da historicidade da produção e dos produtores dos conceitos.

Há uma outra linha de estudos que Hobsbawm trabalha e que eu não examinei aqui, que são os estudos macro-históricos. São estudos que demonstram uma grande erudição sobre a história mundial, na trilogia *A Era das Revoluções*, *A Era do Capital* e *A Era dos Impérios*.

Hobsbawm tem sempre presentes os limites objetivos da análise construtivista e cultural das classes subalternas. Talvez, um outro tema, em sua obra seria o equilíbrio entre a análise objetivista e a análise subjetivista ou construtivista: por um lado, há toda uma abordagem da cultura das classes subalternas e, por outro lado, há uma contextualização e uma análise investida na possibilidade e nas limitações dessa construção cultural.

Enfim, essa obra múltipla suscita muitos instrumentos de trabalho, novos objetos e novas abordagens. Para recapitular, chamo a atenção para a questão, por um lado, da renovação do tema da classe trabalhadora, da história do trabalho e, por outro lado, da renovação dos estudos camponeses. Ao renovar esses dois temas, Hobsbawm se situa na fronteira entre os dois, fazendo essa ligação (que poucos fazem) entre história do trabalho urbano e industrial e história do trabalho camponês.

Mediante essa posição, ele pôde construir novos objetos pertinentes, como a construção e reconstrução da classe trabalhadora, de suas tradições, dos seus rituais, assim como a construção dos “rebeldes primitivos” e da região do “pré-político”, bem como a temática da *invenção das tradições*. Aliás, esta última como que soma, agrega tanto sua contribuição da invenção das tradições das classes subalternas como seus estudos macro-históricos sobre as classes dominantes. A invenção das tradições como que junta duas partes da obra de Hobsbawm, a parte das classes trabalhadoras e a parte ligada à história mundial ou à história das classes dominantes.

Esses conceitos e abordagens de Hobsbawm são históricos e servem como instrumentos de trabalho que iluminam estudos contemporâneos de sociólogos e de antropólogos. Poderia dar um exemplo mais referido ao meu

trabalho, como Hobsbawm, em seu artigo sobre os luditas, sobre os “quebradores de máquina”, inspirou-me numa análise pequena que fiz para um boletim do CEDI, o *Aconteceu*, em 1980 – uma pequena análise sobre os operários da construção civil. Na verdade, esse artigo era sobre o movimento dos operários da construção civil e como aquele (“The machine breakers”) servia para entender como os “quebra-quebras” que ocorreram em canteiros de obras naquela ocasião, ou ainda como a greve-arrastão que foi feita naquele mesmo movimento, expressam um pouco as formas violentas de enfrentamento com os patrões, e que na realidade poderiam ser vistos como uma negociação coletiva através do “quebra-quebra”. No fundo, meu artigo procurava a racionalidade num movimento aparentemente irracional – que é a *démarche* de Hobsbawm. Também pude me servir do artigo “Costumes, Carga de Trabalho e Salário” para a análise dos trabalhadores têxteis em Pernambuco.

Enfim, há uma série de áreas em que os trabalhos de Hobsbawm, desde os *Rebeldes Primitivos* até *A Invenção das Tradições*, servem de instrumento de trabalho para os pesquisadores contemporâneos – antropólogos, sociólogos, historiadores – assim como para os formadores de educação sindical e dos movimentos populares e de cidadania.

Bibliografia

COE, T., 1982. “Hobsbawm and Jazz”, in: *Culture, Ideology and Politics; essays for Eric Hobsbawm*. Londres, Routledge & Kegan Paul.

KAYE, H. J., 1994. *The British Marxist Historians*.

GENOVESE, E., 1984. “The politics of class struggle in the

history of society: an appraisal of the work of Eric Hobsbawm”, in: THANE, G. & FLOUD (eds.) *The Power of the Past, essays for Eric Hobsbawm*, Cambridge/Paris: Cambridge University Press/Maison des Sciences de l’Homme.

McCLELLAND, K., 1982.

“Bibliography of the writings of E. Hobsbawm”, in: *Culture, Ideology and Politics; essays for Eric Hobsbawm*, Londres:

Routledge & Kegan Paul
[artigo com 31 páginas de bibliografia, com 27 itens classificatórios e vários sub-itens].

Entrevistas em:

- *Visions of History*.

- *Estudos Históricos* nº 6.

HOBBSAWM, HISTORIADOR DO MARXISMO

Marco Aurélio Garcia*

Analisando a produção intelectual inglesa nos anos 60, Perry Anderson caracterizou-a como marcada por um certo provincianismo. Essa afirmação não deixa de ser surpreendente. Naquele momento, a Inglaterra reunia um grupo de intelectuais que marcou profundamente a produção historiográfica deste século, não somente com estudos específicos sobre a realidade nacional dos britânicos, mas também com contribuições teóricas e metodológicas decisivas para repensar a história moderna e contemporânea. Ao pensar que a Inglaterra legou-nos Christopher Hill, Edward Thompson, Raymond Williams, Raphael Samuel, George Rudé e Eric Hobsbawm, entre outros, não se pode deixar de sentir uma certa inveja desse “provincianismo”.

Neste evento, organizado pelo Instituto Cajamar, discutimos a obra de um desses historiadores: Eric Hobsbawm.

Não é fácil abordar a produção de Hobsbawm tal a amplitude de suas contribuições historiográficas, que se estendem sobre a análise de mais de dois séculos de história. Ele oferece uma visão abrangente do “longo século XIX” nos seus três grandes livros¹ - *A Era das Revoluções*, *A Era do Capital* e *A Era dos Impérios* -, que com extrema modéstia o autor caracteriza como obra de *haute vulgarisation*, destinada a um “*cidadão culto e inteli-*

* Prof. do Departamento de História do IFCH-Unicamp.

¹ Quando esta mesa-redonda foi realizada, Hobsbawm ainda não havia publicado o quarto volume, *A Era dos Extremos*, de sua monumental visão da história contemporânea.

gente que não tem uma simples curiosidade sobre o passado, mas que deseja compreender como e porque o mundo veio a ser o que é hoje, e para onde se dirige”.

Não sendo endereçada prioritariamente à historiadores, os três livros resgataram um tipo de narrativa historiográfica então questionada. A crítica à história *événementielle* reorientaria grande parte da produção dos historiadores para a micro-história ou para a história das mentalidades. Hobsbawm recuperou a possibilidade de realizar estudos abrangentes, aquilo que muitos chamariam - com propriedade ou não - de história total.

Essa perspectiva universalizante de sua obra - que articula dimensões econômica, social, política e cultural - ele soube combinar em muitos outros trabalhos com a realização de estudos de caráter particular, monográficos, como demonstram as análises sobre a classe operária reunidas em *Trabalhadores* e *Mundos do Trabalho*, por exemplo. A filiação teórica marxista e o engajamento político, associado a um cosmopolitismo intelectual, levaram Hobsbawm a dar uma importância fundamental à história das revoluções e à discussão sobre a mudança social e política desde 1789 até os dias de hoje.²

Ao lado da amplitude de suas preocupações intelectuais - bastaria lembrar a história do Jazz - há outro traço que atrai na obra de Hobsbawm: a narrativa. Fiel à tradição historiográfica inglesa, tantas vezes criticada como “empirista”, Hobsbawm construiu um *récit* que dispensa as longas introduções teórico-metodológicas. Teoria e método não são enunciadas, mas *aparecem* concretamente em seu discurso.

Muitas das questões até aqui mencionadas serão abordadas com mais detalhe e pertinência pelas outras contribuições que integram este debate. Por essa razão, minhas notas procurarão destacar um aspecto da produção de Eric Hobsbawm: sua contribuição para a história do marxismo, contida na sua obra

² Sua *Era dos Extremos* e *Ecos da Marselhesa*, publicados depois da derrubada do muro de Berlim e do fim da União Soviética, da mesma forma que muitos de seus artigos e entrevistas recentes, mostram o impacto da evolução política dos últimos anos sobre sua produção intelectual. Sensível às vertiginosas mudanças dos últimos anos, Hobsbawm revela, no entanto, uma continuidade e coerência teórica que nada tem a ver com dogmatismo.

Revolucionários e, sobretudo, na monumental *História do Marxismo*, em 12 volumes, que ele coordenou e para a qual escreveu ensaios decisivos.

Juntamente com o historiador francês Georges Haupt, de origem romena e já falecido, Hobsbawm foi um dos primeiros a analisar o marxismo como fenômeno histórico, o que permitiu uma considerável renovação nos estudos sobre o socialismo no século XX. Até então, a historiografia do socialismo e do comunismo estava dominada por duas tendências opostas. De um lado, a chamada “historiografia da Guerra Fria”, que buscava reduzir revoluções, movimentos sociais e partidos revolucionários a expressões de uma conspiração internacional orquestrada por Moscou; de outro, a historiografia oficial dos partidos comunistas, da qual o *Manual de História do Partido Comunista da União Soviética* é o exemplo clássico.

Os manuais de história dos partidos comunistas, longe de reconstituir objetivamente a história das revoluções, idéias ou organizações revolucionárias, tratavam de legitimar os grupos dirigentes e as políticas dominantes nos PCs, mesmo que para isso fosse necessário tergiversar, apagar ou refazer o passado, eliminar personagens politicamente incômodos e pôr em evidência personalidades cujo papel histórico havia sido secundário ou simplesmente nulo. Essa tendência, que provocava sucessivas reconstruções historiográficas e submetia a pesquisa do historiador ao avatar da ideologia dominante, foi duramente abalada pelos acontecimentos de 1956 quando, no XX Congresso do Partido Comunista da URSS, Nikita Krushev levantou o véu sobre uma parte do período staliniano.

O impacto dessas revelações sobre os intelectuais marxistas no mundo inteiro foi considerável. Grande parte dos integrantes da “célula” de historiadores do Partido Comunista britânico deixou a organização. Hobsbawm, um dos poucos a não romper com o PC, manteve, no entanto, independência e espírito crítico.

Sua postura intelectual, recusando o dogmatismo da historiografia oficial comunista, não fez dele um “renegado” (para resgatar uma expressão da época) nem o conduziu à busca de um “marxismo perdido”, como ocorreu com boa parte das dissidências de esquerda do comunismo oficial. Ao con-

trário, ele tratou de compreender o movimento operário, o socialismo, o comunismo e a vasta produção teórica feita a partir destes objetos como um fenômeno social, e não o resultado de um caminho inexorável em direção a um objetivo histórico pré-determinado.

Por não ter sucumbido às tentações teleológicas, Hobsbawm não se perdeu quando o que parecia ser inevitável, a “marcha para o socialismo”, foi interrompido pela série de “acidentes históricos” que marcaram as últimas décadas deste século. Sem ter se fixado em um marxismo “puro”, situado “em algum lugar no passado”, pôde historicizar as sucessivas e distintas relações que a teoria formulada por Marx manteve com o movimento operário e socialista em diversas conjunturas históricas.

Essa questão ele desenvolveu, particularmente, em suas análises sobre o fenômeno da mundialização da herança teórico-política de Marx em princípios do século XX e nas relações do marxismo com os intelectuais.

Com esse tratamento histórico, Hobsbawm libertou o marxismo dos debates fundamentalistas e conseguiu realizar uma aproximação radicalmente distinta do que se convencionou chamar, nos últimos trinta anos, de “crise do marxismo”.

Os volumes da *História do Marxismo* desmistificam, assim, um passado até então encoberto por sucessivos e pesados contenciosos políticos impostos pelo presente.

Na avaliação da herança de Marx, particularmente as relações com o movimento operário e socialista, Hobsbawm enfatiza a necessidade de diferenciar a dimensão analítica do marxismo de suas propostas programáticas. A crise programática do marxismo não infirma de forma alguma a riqueza de sua dimensão analítica, mesmo levando-se em consideração mudanças históricas ocorridas neste último século.

Para uma tentativa de historicizar essas relações de Hobsbawm com o marxismo, é necessário situar como ele constitui suas referências analíticas e políticas.³

³ A temática acabou explicitada pelo autor em breves notas autobiográficas publicadas em *A Era dos Extremos*.

Hobsbawm, jovem estudante judeu que chegou à Inglaterra fugindo do nazismo alemão, converteu-se ao comunismo sob o impacto da política das Frentes Populares, que ganharam importância a partir de 1935.

As Frentes Populares não estavam reduzidas apenas à estratégia desenhada para elas pela Internacional Comunista, transformada naquele momento em dócil instrumento da política externa da União Soviética. Elas eram muito mais do que o resultado de uma política ditada em Moscou no VII Congresso da IC. Tinham na origem um movimento social: a reação das bases socialistas e comunistas na França contra a ameaça da extrema direita; na Espanha, o impacto dessa política foi tal que abalou até mesmo o doutrinarismo dos anarco-sindicalistas, a ponto de fazê-los participar do processo eleitoral que desembocou na vitória da Frente Popular; mesmo na América Latina, na versão insurrecional brasileira ou institucional chilena, as Frentes Populares foram capazes de agrupar amplos setores de “centro-esquerda” para enfrentar a ameaça fascista. As Frentes, tentando responder aos efeitos perversos da crise do capitalismo que afetou o mundo inteiro nos anos trinta e à ofensiva fascista que se desenhava na Europa, representavam uma alternativa democrática, com fortes conteúdos sociais que iam além das intenções subjacentes dos estrategistas do *Comintern*. Elas foram um movimento de renovação da cultura política capaz de agrupar importantes segmentos da intelectualidade mundial.

A tragédia espanhola da segunda metade dos anos trinta teve forte impacto não apenas sobre as esquerdas, mas também sobre amplos setores democráticos. Intelectuais ingleses participaram (e morreram) na Guerra Civil da Espanha. Alguns - como Kim Philby, Burgess, Maclean e o historiador Anthony Blunt - transformaram-se nesse período em agentes soviéticos e protagonizaram um dos mais sensacionais episódios de espionagem deste século.

Esse campo político-cultural está na origem da formação do jovem historiador Eric Hobsbawm. Ele aliou sua reflexão historiográfica, que soube desenvolver em escala planetária, a uma discreta militância política, limitada pela pequena influência do Partido Comunista em um país onde os trabalhistas afirmaram-se como força hegemônica do movimento operário.

Sua influência intelectual fez-se sentir mais tarde no próprio *Labour Party*, conforme se pode constatar em suas *Escolhas para uma esquerda racional*.

Do ponto de vista teórico, ele não sucumbiu à ofensiva estruturalista que sacudiu o marxismo nos anos 60 e que teve no francês Louis Althusser sua fonte inspiradora. Hobsbawm não chegou a criticar esse marxismo com a energia de E.P. Thompson em *Miséria da Teoria*. Simplesmente seguiu seu caminho historiográfico, avesso aos formalismos da moda. Seu discurso, mais do que seu “empirismo”, encerrava uma nova proposta teórica na qual o movimento da história era captado em sua dimensão total, integrando a multiplicidade de aspectos do real.

Essa reflexão paciente dos historiadores ingleses, feita no meio acadêmico e afastada do movimento operário, entregou às gerações futuras um instrumento de análise dos problemas do socialismo no momento de sua crise mais aguda.

Futuros trabalhos sobre a história do marxismo terão de dar conta da contribuição que Hobsbawm, Thompson e outros historiadores ingleses deram para a mundialização das idéias de Marx neste fim de século.

OBRA FASCINANTE, MAS PERIGOSA!

Michael Hall*

Vou ser extremamente breve, em parte para abrir um pouco de tempo para a discussão. Tinha pensado em preparar uma exposição um pouco na linha da apresentada por José Sérgio, embora, certamente, menos erudita, mas ele tornou desnecessário qualquer esforço adicional nessa direção. Passei quatro ou cinco horas, hoje, preso no trânsito, e aproveitei para pensar um pouco sobre a obra de Hobsbawm, procurando não descer aos aspectos mais desagradáveis do pós-modernismo, no qual o expositor é incapaz de distinguir a própria história da de seu objeto.

Vou fazer apenas duas ou três observações. Em primeiro lugar, Hobsbawm é sobretudo o historiador do capitalismo — do século XVII até suas crises atuais. E o que é realmente extraordinário quando se pensa nisso é como, no decorrer de 35 anos, Hobsbawm, praticamente sozinho, sem maior força institucional no meio acadêmico britânico, conseguiu abraçar as questões centrais da história da Inglaterra e mudar a maneira como os ingleses encaram seu próprio passado. E isso em um lugar – como posso dizer? – onde as tradições historiográficas conservadoras e liberais possuem uma certa força.

É impossível hoje em dia pensar a Revolução Industrial, a emergência e a ascensão da classe operária e o imperialismo sem levar em conta sua obra. Isso certamente não quer dizer que Hobsbawm tenha convencido todo mundo – mas ele conseguiu algo realmente extraordinário, que foi mudar o

* Prof. do Departamento de História do IFCH-Unicamp.

rumo dos debates. Considerando tanto o modo como essas questões foram tratadas na historiografia inglesa dos anos 1930 ou 1940 quanto o debate atual, é evidente que, antes de mais nada, qualquer historiador tem de se situar em relação a Hobsbawm para, eventualmente, tentar reformular o argumento e passar à crítica. Porém, a centralidade das questões levantadas por ele e a genialidade que imprimiu à sua análise são, de fato, um feito quase inédito na historiografia. Não consigo pensar em outro caso comparável.

O que mais me impressiona em sua obra, para descer de novo ao aspecto autobiográfico, é sua capacidade de fazer com que os acontecimentos históricos tenham sentido. Hoje, esperando no trânsito, me dei conta do fato de, talvez, ter-me tornado historiador por ter lido *A Era das Revoluções*. Numa primavera californiana do começo dos anos 1960, eu estava fazendo um curso de sociologia e tinha de estudar um autor de quem, ao que parece, os professores brasileiros geralmente poupam seus alunos, Talcott Parsons. Textos cuja “chatura” e cujo prestígio nas ciências sociais norte-americanas dos anos 1950 e 1960 são difíceis de comunicar a vocês, assim como é difícil transmitir a aridez, a complacência, a pretensão, a irrelevância dos escritos dessa figura central da sociologia norte-americana do período. Gostaria de poder dizer que meu abandono da sociologia foi uma opção política clara, mas acho que não. Pensando bem, foi mais uma reação estética. Ninguém que escreve tão mal quanto Parsons poderia ter algo de importante a dizer.

O que tanto me impressionou em *A Era das Revoluções*, ao contrário, foi o que Hobsbawm sempre consegue fazer da história: estabelecer conexões entre as mais diversas áreas das atividades humanas e, no caso, dizer algo que fazia sentido sobre o século XVIII e início do XIX. Nunca tinha visto alguém expor as conexões entre as artes, a economia, a política e a sociedade como fez Eric Hobsbawm nesse livro excepcional.

Há poucas obras que logram fazer o que Hobsbawm conseguiu – e o que continuou fazendo nos volumes seguintes da série¹. Mas, agora, com

¹ Hobsbawm, Eric, 1982. *A Era do Capital, 1948-1875*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; 1988. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; 1995. *A Era*

uma certa perspectiva, creio que o que é tão extraordinário em sua obra é, como ele próprio explicou certa vez, o fato de que pretende tentar escrever a história da sociedade², isto é, demonstrar as relações, analisando as conexões em todas as esferas da vida humana.

E o que impressiona, ao menos para historiadores, é a maneira como conseguiu, nos últimos anos, incorporar as mudanças nos estilos e enfoques da historiografia sem perder de vista seu objetivo central: esclarecer as questões centrais do poder e do Estado – sobretudo como o poder é construído e mantido. E como, sutil e elegantemente, reelabora tais questões para iluminar a política e a vida atuais.

Recordo-me de que, após ter lido *A Era das Revoluções*, resolvi provocar um professor meu, um eminente historiador – que acho mais simpático não dedar aqui. Durante uma aula sua, eu o interrompi dizendo: “mas Hobsbawm afirmou...” Ele me olhou, olhou, e replicou com um grau de ironia que não sei avaliar a essa altura: “Eh! Hobsbawm... Ele é fascinante sim, mas perigoso!” Na época, fiquei indignado com esse comentário. No entanto, passados quase 30 anos, já não me parece uma observação tão inadequada sobre a obra de Eric Hobsbawm. Fascinante, mas perigosa!

dos Extremos: o Breve Século XX, 1914-1989. São Paulo, Companhia das Letras.

² “Da história social à história da sociedade”, *In*: 1998. *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras.

COMENTÁRIOS DE ERIC HOBSBAWM

Não quero dizer muito, porque estas ocasiões me parecem demasiado comemorativas. O debate sobre os temas que trabalhei, e espero continuar trabalhando alguns anos ainda, parece mais do que um rito funerário. Claro que em meio a tantos elogios e análises...

A verdade é que a inspiração original do meu pensamento e da minha vocação de historiador tem sido a política, em consequência dos meus compromissos com o marxismo e com a Escola Média na Alemanha - faz tanto tempo, os anos da ascensão de Hitler que facilitou a politização de muitos.

É claro que desta origem alguns elementos contribuíram para a minha vocação de historiador. Estes elementos estão arraigados no pensamento de Marx que seria melhor explicitar. O primeiro problema histórico que me interessou foi justamente o da base sobre as estruturas. Para nosso tempo, as idéias e os modos culturais estão relacionados com os temas de nossa sociedade, com a estrutura econômica e política correspondente. Cada vez mais, por isso, eu mantive o interesse por alguns elementos da história cultural, e não só da história econômica ou política.

O outro elemento, que talvez pareça a mesma coisa, é precisamente o da síntese, o que os franceses chamavam de *l'histoire totale* (história total). Não há história total, mas é importante para o historiador ver a história de uma era em todos os seus aspectos e entender suas interconexões. Esta é a única maneira de compreender as mudanças históricas, as quais não são unidimensionais (política, econômica, etc.).

Outro elemento que certamente escolhi como minha temática é a formação da sociedade moderna, as fases do desenvolvimento do capitalismo e a

maneira pelas quais este sistema essencialmente instável tem gerado crises periódicas, as quais, até o momento, têm reestruturado o próprio sistema.

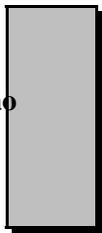
O terceiro elemento é precisamente a necessidade de se comunicar: a unidade entre o trabalho do historiador e o da pessoa engajada. Uma pessoa que participou de movimentos e da vida política, e que tem interesse em continuar participando, necessita discutir com colegas que não sejam unicamente os seus colegas especialistas. Me parece que esta é uma parte da tradição, de uma velha tradição marxista - o marxismo é uma tradição “ilustrativa”, a mesma dos velhos filósofos do século XVIII, que para interpretar e transformar o mundo tiveram que falar a todos e não somente a uma elite.

A coisa de que mais gosto é ver meus livros sendo lidos com prazer pelos estudantes. Há uma diversidade de livros, um grande número de trabalhos intelectuais que não saem de um pequeno círculo “esotérico”. Mas isto não basta aos historiadores que buscam uma identificação maior com os movimentos. O ofício de escrever precisa de uma larga prática, para aprender a escrever bem. Mas parece que um grande número de estudantes leram meus livros e os continuam lendo, por isso me felicito.

Finalmente, eu quis fazer - porque sou marxista - uma análise marxista precisa da recepção destes livros. Às vezes, existe uma relação entre a leitura de livros de intelectuais conhecidos de esquerda e a situação histórica e política em vários países. Me parece, por exemplo, que há certos momentos na evolução de alguns países que facilitam a popularidade de certo tipo de obras, como ocorreu por exemplo na Espanha, na Itália e no Brasil.

Eu certamente me sinto beneficiado, pois certas situações não dependem dos méritos do autor, mas da situação concreta e objetiva da recepção destes livros. Isso para qualificar o que tem sido visto com muita inteligência e demasiado, digamos, perspicácia por meus colegas e amigos aqui na mesa.

Tradução



AS GUINADAS LINGÜÍSTICAS NA HISTÓRIA SOCIAL BRITÂNICA*

Miles Taylor**

No presente momento, a história social contemporânea inglesa passa por uma crise de identidade, incerta quanto a seu futuro e cada vez mais crítica em relação a seu passado. Por mais de trinta anos, a história social neste país experimentou um crescimento duradouro, com as ferramentas e as técnicas da “história vista de baixo” sendo utilizadas em uma grande variedade de áreas – história do trabalho, da família e da sexualidade, relações de classe, crime e protesto social, patriotismo e lazer. Vista nos anos 50 como um simples braço da história econômica ou como uma crônica, nos moldes trevelyanescos, dos hábitos e costumes populares, nos anos 80, a história social tornou-se uma disciplina maior por seus próprios méritos, acompanhada de uma grande quantidade de cadeiras na academia, periódicos, conferências anuais e centros de pesquisa. Nos últimos anos, entretanto, esse confiante tema comum tornou-se dividido e sem direção. A velha história social caiu em desgraça. Pioneiros da “história vista de baixo” como Georges Rudé, E. P. Thompson e Raymond Williams – todos conhecidos pelos especialistas italianos – tornaram-se alvo de reavaliações

* Tradução de “The Linguistic turns in British Social History”, artigo publicado no *Bullettino de Diciannovesimo Secolo*, n.º 4, 1995. Tradução de Fernanda Pitta. Revisão de Paulo Fontes e Cristina Menguello. Somos gratos ao autor e a Paolo Macry editor do *Bullettino*, pela permissão concedida para a publicação.

**King’s College, University of London.

de críticos e a grande, e há muito esperada coletânea *Cambridge Social History of Britain*, quando finalmente lançada em 1990, teve uma recepção bastante fria. A urgência de renovação teórica tem exercido pressão sobre as novas pesquisas. A mais recente conferência da Social History Society (em York, em janeiro de 1995) foi, pela primeira vez em vinte anos, dedicada à discussão metodológica, e debates sobre o futuro da história social apareceram em praticamente todos os principais periódicos acadêmicos de língua inglesa nos últimos anos¹.

No centro da atual crise da história social inglesa encontra-se um ataque ao reducionismo econômico e social. Desde os anos 60, seus críticos argumentam que a história social tem-se baseado em modelos de comportamento coletivo que encontram nas condições sociais e econômicas as principais determinantes da experiência humana. Tais modelos não são necessariamente marxistas. De fato, na Grã-Bretanha, influências não-marxistas sobre a história social têm sido predominantes – os fabianos e John e Barbara Hammond, historiadores econômicos radicais como G. D. H. Cole e R. H. Tawney, e cientistas sociais behavioristas americanos como Robert Merton. No entanto, tal como Marx, historiadores sociais têm se preocupado em descobrir os “fundamentos invisíveis” (segundo Tawney) da mudança política ou cultural. Críticos da história social argumentam que isso levou a uma preocupação exagerada com a estrutura econômica e social e a um insuficiente reconhecimento do fato de que muitas mudanças culturais e políticas podem ser independentes de desenvolvimentos sócio-econômicos subjacentes. Alguns revisionistas têm exigido que os historiadores sociais dediquem mais atenção ao papel do Estado². Outros – principalmente historiadores do crime e dos movimentos operários –

¹ Veja-se, por exemplo, o editorial do número 50 de *Social History* (1992); o número especial de *International Labour and Working Class History* (Outono, 1994). Cf. G. Eley, “Playing it safe. Or: How Is Social History Represented? The new Cambridge Social History”, *History Workshop Journal* (1993); A. Wilson (ed.) *Rethinking Social History* (1993).

² Cf., por exemplo, o recentemente estabelecido *Journal of Historical Sociology* (1987).

sugeriram que os historiadores sociais voltem-se para os trâmites internos das instituições, como as cortes e os sindicatos³. Entretanto, acima de tudo, críticos da velha história social inglesa têm argumentado que é em direção à linguagem e à simbologia das pessoas comuns e dos movimentos sociais que os historiadores devem agora se voltar para poder entender com propriedade a dinâmica da experiência e do poder da mudança social no passado. Essa é a guinada lingüística [*linguistic turn*] que atualmente se tornou a palavra de ordem contra tudo o que está errado e necessita ser reparado na história social contemporânea inglesa.

De fato, os historiadores sociais britânicos estão sendo impelidos a fazer ao menos três guinadas lingüísticas. Todas as três têm diferentes implicações para o objeto. Primeiramente, há uma guinada lingüística “culturalista”, que enfatiza a importância do imaginado, do simbólico, da retórica e do discurso como instrumentos com os quais homens e mulheres comuns contestaram o poder e a subordinação vindos de cima, criando seus próprios rituais de resistência e experiência compartilhada. Essa abordagem em relação à linguagem não é nova. Ela pode ser encontrada na obra seminal de E. P. Thompson, *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1963), e tem sido mantida desde então em periódicos tais como *History Workshop* e *Past and Present*, como também no trabalho recente de historiadores como James Epstein. Em segundo lugar, há uma guinada lingüística “contextualista”, que afirma que formas de identidade social, como classe ou nação, não existem separadas de linguagens políticas específicas por meio das quais elas são articuladas. Esse método, que tem algumas afinidades com o trabalho de historiadores da história intelectual como Quentin Skinner e John Pocock, identifica-se sobretudo com *Languages of Class: Studies in Working Class History, 1832-1982* (1983), de Gareth Stedman Jones. Finalmente, há uma guinada lingüística “pós-modernista”, que vai um passo além e sugere que todas as formas de experiência e subjetividade são construídas por

³ J. Innes e J. Styles, “The crime wave: recent writing on crime and criminal justice in eighteenth-century England” republicado em Wilson (ed.), *Rethinking Social History*; J. Zeitlin, “From labour history to the history of industrial relations”, *Economic History Review* (1987).

“narrativas” nas quais os indivíduos imaginam a si mesmos e a seu lugar dentro da ordem política e social. Na Grã-Bretanha, essa abordagem foi encabeçada por Patrick Joyce em dois trabalhos recentes: *Visions of the People: Industrial England and the Question of Class, 1840-1914* (1991) e *Democratic Subjects: The Self and the Social in 19th Century England* (1994). Na continuação deste artigo, revisarei os debates atuais sobre a guinada lingüística na historiografia inglesa detendo-me no trabalho de Thompson, Stedman Jones e Joyce. Eles não são os únicos protagonistas desse debate, mas suas obras são as mais representativas das diferentes tendências acadêmicas nas últimas três décadas da historiografia social inglesa.

Nos últimos anos estive em voga criticar o trabalho de Thompson como reducionista ou “essencialista”⁴. Entretanto, ironicamente, há trinta anos, Thompson e outros historiadores britânicos da “nova esquerda” foram os pioneiros de uma história vista de baixo que tinha, acima de tudo, o intuito de libertar-se tanto do determinismo econômico daquilo que Thompson chamou “marxismo mecânico”, quanto da história política e econômica feita nas universidades britânicas e norte-americanas⁵. A história contemporânea inglesa era dominada, nos anos 50, por duas tendências majoritárias – a história política de Lewis Namier, que diminuía o papel de ideologia e via os movimentos populares de protesto como incoerentes e irracionais; e a nova história econômica, associada ao americano Walt Rostow, que pintava uma imagem positiva da industrialização, na qual a classe operária era o beneficiário passivo do crescimento. Em seu livro *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1963) Thompson desafiou tudo isso, tentando resgatar a história operária daquilo que chamou “condescendência da posteridade”. Thompson argumentou que por trás da resposta aparentemente incoerente à industrialização inglesa, reside uma ideologia radical e popular racional. As

⁴ Cf. ensaios de G. Eley, R. Gray e W. Sewell, em: H. Kaye e K. McClelland (orgs.). *E. P. Thompson: Critical Perspectives* (1990).

⁵ Para os antecedentes dessa discussão, cf. H. Haye. *The British Marxist Historians* (1984) e B. D. Palmer. *E. P. Thompson: Objections and Oppositions* (1994).

multidões e as turbas do começo do século XIX – os participantes dos motins da fome, os seguidores de Paine, os luditas e os manifestantes em Peterloo – não eram parte de uma reação espasmódica à tensão social, mas sim trabalhadores individuais defendendo costumes (a “economia moral”), e exigindo o reconhecimento de seus direitos constitucionais (aqueles do “inglês livre de nascimento”). Para Thompson, essa combinação da experiência da classe operária da nova ordem industrial e uma herança comum de uma tradição popular radical e por vezes revolucionária alimentou uma crescente consciência de classe. Em outras palavras, a classe operária não foi feita simplesmente pelo motor a vapor ou pelos amplos processos de indústria-lização. Antes, “a classe operária fez-se a si mesma tanto quanto foi feita”. Em uma série de artigos publicados entre 1967 e 1978, Thompson estendeu esse relato sobre a cultura plebéia no fim do século XVIII, a fim de lançar um olhar sobre as tradições, costumes, simbologia e ordem moral que jaziam sob os movimentos sociais de protesto⁶.

A resposta ao trabalho de Thompson foi lenta. Inicialmente, *A Formação da Classe Operária Inglesa* foi vista como mais um momento do debate sobre a questão de se a industrialização levou a uma melhoria ou a uma deterioração dos padrões de vida. Durante alguns anos, Thompson foi criticado tanto por escritores marxistas como Tom Nairn e Perry Anderson, quanto por historiadores conservadores como Geoffrey Best, por enfatizar em demasia a natureza radical da classe operária inglesa⁷. Gradualmente,

⁶ Esses artigos foram reimpressos ao lado de trabalhos mais recentes em Thompson, E. P. *Customs in Common* (1991). [*Costumes em Comum*. São Paulo, Companhia das Letras, no prelo. (N.T.)]

⁷ P. Anderson. “Origins of the present crisis”, *New Left Review* (1964); T. Nairn, “The English working class”, *New Left Review* (1964); G. Best, “The making of the English working class”, *Historical Journal* (1965). A resposta de Thompson a Nairn e Anderson, “The Peculiarities of the English” (1965), que foi reimpressa em *Misery of Theory and Others Essays* (1978), não foi publicada na edição brasileira de *A Miséria da Teoria e Outros Escritos* (Rio de Janeiro, Zahar, 1978). Foi publicada sob o título “As peculiaridades dos ingleses”, na coleção *Textos Didáticos*, n.º.10, IFCH, 1998, 3ª ed. Sua resposta a Best está no posfácio à edição de 1968 de *Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra,

porém, a influência da obra de Thompson cresceu e forjou a imagem de uma geração de historiadores sociais britânicos em diversas áreas – a história do crime e da repressão, do lazer, das políticas e protestos populares desde os anos 1790 até a era cartista, e também a história das mulheres. Seu impacto sobre a historiografia do trabalho na América do Norte também foi considerável. Os quinze anos que seguiram sua chegada ao *Centre for the Study of Social History*, na Universidade de Warwick em 1965, podem ser considerados como os anos de ouro da história social inglesa.

Tal supremacia não durou. No final dos anos 70, o trabalho de Thompson começou a ser revisto por vários historiadores que trabalham sobre o século XIX, para os quais sua ênfase na consciência revolucionária da classe operária provou-se de difícil aceitação à luz do colapso da política das classes trabalhadoras após a derrota do cartismo. Essa reavaliação da consciência de classe foi parcialmente instigada por uma nova onda de teoria marxista nas universidades britânicas. Os escritos de Gramsci, então disponíveis em inglês, foram influentes, como também os de Louis Althusser e Nicos Poulantzas. Por essa razão, o debate hoje é lembrado principalmente como uma disputa sobre a “teoria”⁸. Mas havia, na mesma medida, considerações propriamente historio-gráficas. Primeiramente, lembrou-se que a narrativa feita por Thompson sobre a relação entre a experiência econômica da classe operária e a consciência de classe era por demais simplista. As experiências da classe operária eram diversas; as divisões dentro da classe eram tão significativas quanto as entre a classe operária e a classe média; e a consciência de classe na Inglaterra freqüentemente “olhava para trás”, numa atitude romântica e apolítica. Em segundo lugar, argumentou-se que uma excessiva concentração na auto-formação da classe operária e em sua experiência de industrialização levou-o a negligenciar suas relações com o Estado e com a ideologia da classe dominante. Uma história “vista de cima” era necessária para complementar a “história vista de baixo”. Uma maior

1987. (N.T.)

⁸ K. Nield. “A symptomatic dispute?: Notes on the relation between Marxian theory and historical practice in England”, *Social Research* (1980).

clareza em relação à diversidade e heterogeneidade da experiência da classe operária, às atividades do Estado e às limitações da ideologia da classe operária tornaram-se as características dominantes de muito do que a história social produziu entre a metade dos anos 70 e a metade dos 80.

Gareth Stedman Jones foi um dos envolvidos na reavaliação do trabalho de Thompson no fim dos anos 70. Nos anos 60 ele esteve associado, na *New Left Review*, aos críticos marxistas de Thompson, Perry Anderson e Tom Nairn. Como estes, ele estava interessado em explicar o abismo entre o retrato feito por Marx e Engels do proletariado inglês e a verdadeira atitude da classe operária inglesa do século XIX. Ao mesmo tempo, Stedman Jones aceitava a avaliação de Thompson acerca do crescimento da consciência de classe no início do século XIX e, como Thompson, ele dispensava as explicações sociológicas para o comportamento político da classe operária tais como a teoria da “aristocracia operária” ou do “controle social”. Em seu trabalho publicado na metade dos anos 70, Stedman Jones estava preocupado em entender o declínio da cultura popular radical analisada por Thompson em *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Sua análise pioneira da emergência de uma cultura de salão em Londres após 1870 foi escrita muito em acordo com a tradição da “história vinda de baixo”, inspirada por Thompson⁹.

No entanto, no final dos anos 70, Stedman Jones convenceu-se de que a explicação para o declínio da cultura política da classe operária depois de 1850 deveria ser encontrada na política do movimento cartista. Esse era o tema de seu ensaio *The Language of Cartism*, publicado em 1982¹⁰. Mediante um exame atento da linguagem política dos cartistas, Stedman Jones demonstrou as similaridades entre a retórica cartista e os argumentos dos radicais do século XVIII. O principal foco desses argumentos não era uma crítica da ordem industrial ou da exploração de classe, mas o monopólio do

⁹ “Working class culture and working class politics in London, 1870-1900: notes on the remaking of a working class” [1975] reimpresso em Stedman Jones. *Languages of Class*.

¹⁰ Em: Epstein e D. Thompson (orgs.) *The Chartist Experience: Studies in Working Class Radicalism and Culture, 1830-1860* (1982).

poder político exercido pela aristocracia, ou a “velha Corrupção”, como era conhecida. As divisões sociais das quais reclamavam os cartistas não se davam entre uma classe média exploradora e uma classe operária alienada, mas entre os opulentos “ociosos”, sustentados pelo Estado, e as classes “produtivas” que viviam de seu próprio trabalho. Por esse motivo, o cartismo, sugeria Stedman Jones, não poderia ser considerado um movimento do proletariado industrial, como Engels pensara, nem uma expressão da consciência de classe, como argumentara Thompson, pois a linguagem usada pelos cartistas para descrever seu movimento e suas reivindicações antecedia a formação da classe operária. Stedman Jones não negou que o cartismo era composto pela classe operária, nem que o descontentamento econômico e social ofereceu as bases para a emergência do movimento. Mas ele insistiu que a participação da classe operária nesse movimento não explicava por que esse descontentamento deveria tomar uma forma especificamente cartista. Conforme ele explicitou, “o crescimento e o declínio do cartismo aconteceram em função de sua capacidade em persuadir seus componentes a interpretar sua miséria ou descontentamento nos termos de sua linguagem política”. Nos anos 1830, os cartistas foram capazes de atribuir a causa da miséria social às políticas do Estado Whig não-reformado e a seus aliados da classe média. Altos impostos indiretos e intervenção governamental central, através da nova Lei dos Pobres [*Poor Law*] foram vistas como uma nova forma da “velha Corrupção”. Entretanto, nos anos 1840, o governo dirigido por *Sir Robert Peel* implementou uma grande onda de reformas tributárias sem nenhuma reforma parlamentar real. Stedman Jones argumentou que, desse modo, Peel tornou impossível aos cartistas atribuir a miséria a uma causa política, e por conseguinte o movimento perdeu sua força.

Em 1983, uma versão mais longa desse artigo sobre o cartismo foi republicada em uma coletânea de ensaios de Stedman Jones, *Languages of Class*. Na introdução à coletânea, o autor expôs uma nova abordagem teórica para explicar a consciência de classe nos séculos XIX e XX. A classe, argumentou, deveria ser vista como um produto “discursivo”, não como uma entidade “ontológica”. O uso da linguagem de classe no debate

político não é simples reflexo ou referência a uma realidade social anterior. Pelo contrário, a própria linguagem define as necessidades, aspirações e a identidade coletiva. Portanto, para compreender os movimentos políticos da classe operária, os historiadores deveriam estudar de que modo a classe operária se constituiu como discurso político, e quão acertadamente essa construção descreveu a auto-identificação daqueles para os quais ela se dirigia. Em *Languages of Class*, Stedman Jones também demonstrou de que maneira tal fórmula pôde ser usada na história do Partido Trabalhista na Inglaterra, assim como no movimento cartista.

O trabalho de Stedman Jones provocou reações díspares¹¹. Historiadores do cartismo rapidamente refutaram alegações de que o cartismo não era primordialmente um movimento de classe. Alguns tentaram recuperar teorias marxistas da linguagem ou enfatizaram que Thompson estava ciente da importância da linguagem e da ordem simbólica¹². Particularmente significativo foi o trabalho de James Epstein¹³. Em uma série de artigos sobre o radicalismo inglês do início do século XIX, Epstein argumentou que as linguagens políticas eram indeterminadas e “multi-vocais”. Os significados de diferentes idéias, palavras, signos e símbolos eram invocados para si por grupos políticos e sociais. Em outras palavras, a linguagem era uma fonte de disputa e de conflito, não um significado sedimentado, como Stedman Jones tendia a

¹¹ Para um resumo da recepção ao livro, ver: J. Lawrence e M. Taylor. “The poverty of protest: Gareth Stedman Jones and the politics of language – a reply”, *Social History* (1993). Para a resposta de Stedman Jones a seus críticos, ver a edição alemã de seus ensaios: *Klassen, Politik und Sprache: für eine theorieorientierte Socialgeschichte*. Münster, 1988.

¹² J. Foster. “The declassing of language”, *New Left Review* (1985); R. Gray. “The deconstructing of the English working class”, *Social History* (1986); N. Kirk, “In defense of class”, *International Review of Social-History* (1987); D. Mayfield e S. Thorne. “Social history and its discontents: Gareth Stedman Jones and the politics of language”, *Social History* (1992).

¹³ J. Epstein. “Rethinking the categories of working class history”, *Labour/Le Travail* (1986); J. Epstein. *Radical Expression: Political Language, Ritual and Symbol in England, 1790-1850* (1994).

acreditar. O trabalho de Epstein é significativo também pela ampla gama de meios de comunicação que estuda. Como outros críticos, ele argumentou que o modelo de Stedman Jones concentra-se por demais na linguagem política “formal” – a “história das idéias” – e não se interessa pela rica cultura visual e falada do início do século XIX na Inglaterra. No entanto, poucos historiadores exploraram as implicações do modelo de Stedman Jones para explicar a inter-relação entre linguagem política e estrutura social. Houve mais interesse em buscar as continuidades presentes nas idéias radicais, segundo as linhas delineadas por Stedman Jones para reconsiderar as origens dos argumentos cartistas no século XVIII. Alguns desses trabalhos por vezes enfatizaram em demasia a disjunção entre a linguagem política e a mudança cultural e social¹⁴. Semelhante crítica pode ser feita a um recente estudo de Dror Wahrman. Influenciado por Stedman Jones, esse ambicioso e abrangente livro investiga uma variedade de fontes políticas, jornalísticas, visuais e literárias, a fim de documentar a construção da idéia de “classe média” na Inglaterra¹⁵.

Stedman Jones foi também criticado por não ir longe o suficiente em sua acolhida à abordagem pós-estruturalista da consciência de classe. Joan Scott argumentou que o ensaio de Stedman Jones sobre o cartismo não atenta suficientemente para a idéia deconstrutivista da *différence* e, deste modo, falha em entender como a linguagem “produtivista” do cartismo baseava-se em uma idealização das virtudes do cidadão masculino¹⁶. Patrick Joyce sugeriu que Stedman Jones não foi longe o suficiente para revelar a ampla variedade de meios pelos quais linguagens que não são de classe invadem a política e a cultura populares na Inglaterra do século XIX. Como

¹⁴ E.F. Biagini & A. J. Reid (orgs.). *Currents of Radicalism: Popular Radicalism, Party Politics and Organized Labour in England, 1850-1914* (1991); J. Lawrence. “Popular radicalism and the socialist revival”, *Journal of British Studies* (1992); M.Taylor. *The Decline of British Radicalism, 1847-1860* (1995).

¹⁵ D. Wahrman. *Imagining the Middle Class: The Political Representation of Class in England, c. 1780-1840* (1995).

¹⁶ J. Scott. “On language, gender and working class history”, *International Labor and Working Class History* (1987).

Epstein, Joyce é crítico em relação à definição restritiva que Stedman Jones faz da linguagem política como história intelectual.

Os objetivos dos dois livros de Joyce são muito mais amplos do que os de Stedman Jones. Utilizando ecleticamente os estudos de gênero, a teoria literária pós-estruturalista e a sociologia política recente, Joyce busca uma nova interpretação dos “valores” populares, ou de como os trabalhadores da era vitoriana “viam o mundo”. Muito de seu material de pesquisa provém de Lancashire, o *locus classicus* do industrialismo, e tema de seu trabalho anterior¹⁷, mas ele o utiliza diversamente em seus dois livros. Ambos partem da crítica à noção thompsoniana de consciência de classe. Joyce vai mais além do que Stedman Jones, argumentando que a linguagem prefigura a “experiência”. Nossas crenças e nossa maneira de entender e ordenar o mundo são moldadas pela linguagem. Em *Visions of the People*, Joyce sugere que a linguagem predominante na era vitoriana era a do “populismo”, não a de classe, dividindo seu livro em três capítulos que analisam o papel do populismo na política, as relações industriais e a cultura popular do período. Da política popular do período Joyce revela uma série de temas e formas retóricas – a da “gente” virtuosa e correta, a comunidade protestante, o poderoso imaginário religioso do martírio e do “eleito”, uma idéia mística da idade de ouro do pastoreio da terra, a moralidade do melodrama gótico. Ele afirma que o senso de justiça e direitos presentes nesses temas ofereceram material para a retórica política do período e que, após 1860, tanto o Partido Liberal quanto o Conservador apropriaram-se com sucesso dessas imagens. Similarmente, ao estudar as relações industriais, Joyce encontrou em funcionamento o populismo, não a classe. Tanto os sindicatos como os empregados usavam a linguagem da harmonia, “justa troca” e compartilhavam um respeito pela hierarquia corporativa, a noção de igualdade perante a lei, e a reciprocidade de direitos e interesses. No capítulo final do livro, Joyce investiga a cultura popular do período, estudando a literatura em dialeto, a balada popular e o salão de baile, encontrando pouca evidência da consciência de classe. Em vez disso, encontra uma identidade local e regional,

¹⁷ *Work, Society and Politics: The Culture of Factory in Late Victorian England* (1980).

uma celebração da “gente decente” (não uma classe em particular), uma cultura da pobreza que oscilava entre fatalismo e utopia, e um forte sentido do passado protestante britânico.

Como *Languages of Class, Visions of the People* foi criticado por seu determinismo lingüístico, embora alguns historiadores tenham notado que a declaração de Joyce em favor do pós-estruturalismo feita em sua introdução não foi sustentada com a menor consistência no restante do livro¹⁸. Explorando os valores, as crenças, a *mentalité* da classe trabalhadora de Lancashire e em sua ênfase em uma cultura comunal e consensual, sua agenda e suas conclusões estavam talvez mais próximas de seu trabalho anterior e também de uma abordagem “culturalista” do que parecia de início.

Em *Democratic Subjects*, publicado no outono de 1994, Joyce acolheu essa crítica. Ele tentou sanar a deficiência engajando-se mais diretamente na teoria pós-estruturalista, especialmente a de Michel Foucault, Jacques Rancière e Jean Baudrillard, mas também na sociologia política norte-americana, como a de Charles Taylor. Nesse seu último livro, ele está mais preocupado com a construção lingüística da subjetividade e da auto-identidade, que ele explora através de um exame do que chama de “o inconsciente político” ou o “imaginário democrático”.

O livro divide-se em três partes. Há dois estudos de caso – do memorialista e poeta que escrevia em dialeto de Lancashire, Edwin Waugh, e do orador liberal e membro do Parlamento John Bright. Ambos foram habitualmente vistos como representantes dos valores das classes média e operária. Joyce procede a uma leitura atenta dos diários de Waugh e dos discursos de Bright e encontra, nos dois, não uma série de afirmativas acerca da identidade de “classe”, mas uma série de “narrativas” que descrevem batalhas pessoais e redenção. A de Waugh é uma luta por seu aprimoramento pessoal e pela aquisição de conhecimento, enquanto Bright permanece em um “passado Quaker ficcional”, denotando um sentido de

¹⁸ Mayfield e Thome. “Social history and its discontents...” *Social History* (1992); G. Spiegel. “History and post-modernism”, *Past and Present* (1991); J. Epstein. “The populist turn”, *Journal of British Studies* (1993).

exclusão e um processo de ostracismo alimentado por uma esperança num triunfo eventual. Na parte final do livro, Joyce mostra como essas narrativas de trajetórias pessoais também foram fonte de uma identidade política coletiva. Após 1860, por intermédio do desenvolvimento da imprensa escrita, a proliferação de edições baratas de discursos políticos e a ascensão da liderança política carismática sob William Gladstone, as condições estavam dadas para a fabricação de um “imaginário democrático”. Os indivíduos imaginavam a si próprios como sujeitos políticos pela recorrência a várias narrativas românticas – notadamente as da profecia e do martírio, da perda de uma “idade de ouro” e a da constituição inglesa como o “jardim do Éden”. Acima de tudo, Joyce é enfático ao afirmar que a retórica política estava permeada de romantismo – a política dos últimos anos da era vitoriana era uma luta moral de esperança e humanidade contra o materialismo e o interesse de classe: uma batalha da fé e do conhecimento contra a experiência.

Todavia, ainda é cedo para falar de uma recepção crítica a *Democratic Subjects*. Entretanto, é de crer que ele vá encontrar duas objeções principais – uma por parte dos “velhos” historiadores sociais conservadores, outra dos simpatizantes do pós-estruturalismo. Joyce foi muito além do que qualquer outro historiador social revisionista ao adotar a teoria pós-modernista. Em *Democratic Subjects* e em um artigo mais recente¹⁹, ele clamou por uma nova fundamentação para a história social, na qual “não há verdadeira fundamentação, somente a construção do sentido”. Para muitos historiadores sociais ortodoxos, isso poderá parecer mais uma forma niilista de relativismo, sem a mínima observação às leis acadêmicas da evidência, plausibilidade e exatidão. Os historiadores pós-estruturalistas, em contrapartida, receberão de bom grado tal iconoclastia, mas provavelmente insistirão em que Joyce deveria ser mais cuidadoso, especificando de que modo os significados são construídos e de que maneira eles estimulam as crenças e o comportamento. Por exemplo, a noção de “narrativa” de Joyce parece vaga e mal formulada quando

¹⁹ “The end of social history”, *Social History* (1995).

comparada a outras histórias sociais pós-estruturalistas, como a obra de Judy Walkowitz, um estudo muito mais cuidadoso de Londres durante os anos de “Jack, o estripador”²⁰.

Deste modo, a história social inglesa é confrontada não a uma guinada lingüística apenas, mas ao menos a três. Os historiadores sociais podem continuar a explorar o conflito social encarnado na linguagem, seguindo as trilhas abertas por E. P. Thompson e pelo mais recente trabalho de James Epstein. Ou, seguindo Stedman Jones, podem reconstruir os contextos políticos específicos nos quais formas-chave da identidade coletiva – nação, feminilidade e masculinidade, classe etc. – foram articuladas. Finalmente, eles podem percorrer a estrada do pós-modernismo com Patrick Joyce e explorar o processo pelo qual os indivíduos no passado “narrativizaram” suas identidades. Qualquer que seja o caminho, os historiadores sociais britânicos devem reconhecer os obstáculos epistemológicos que estarão a sua espera. As três guinadas lingüísticas revistas neste artigo não são totalmente compatíveis. As abordagens “culturalista” e “pós-modernista” vêem os significados e os símbolos sendo contestados, mas diferem quanto à visão de como a linguagem mediatiza a experiência. As abordagens “culturalista” e “contextualista” concordam que a ideologia política popular é racional e coerente, mas diferem quanto à importância a atribuir às classes. A “contextualista” e a “pós-modernista” compartilham a premissa segundo a qual o discurso constrói a identidade, mas divergem em sua opinião do que seja um contexto discursivo significativo. Essas são diferenças importantes que não serão resolvidas sem uma discussão mais abrangente sobre quais devem ser os objetivos da explicação histórica, como tem ocorrido recentemente nos Estados Unidos, em periódicos tão variados quanto *Critical Inquiry* e *The American Historical Review*. Infelizmente, na Grã-Bretanha o debate sobre a guinada lingüística não tem sido propriamente um debate sobre a filosofia da história.

²⁰ *City of Dreadful Delight: Narratives of Social Danger in Late-Victorian London* (1992).

THOMPSON E A PRIMEIRA GERAÇÃO DOS *ANNALES*: UMA ABORDAGEM COMPARATIVA A PARTIR DAS NOÇÕES DE ESTRUTURA E PROCESSO EM HISTÓRIA *

Ana Rosa Clolet da Silva **

Resumo: Este artigo analisa comparativamente alguns textos de Marc Bloch, Lucien Febvre e E.P. Thompson, de modo a confrontar algumas de suas principais concepções teórico-metodológicas acerca da disciplina histórica. Uma especial ênfase é dada às noções de *estrutura* e *processo*, apresentadas nas obras desses historiadores, a partir das quais acreditamos ser possível apreender as principais semelhanças e divergências entre suas proposições. Mais que sugerir uma provável interferência da historiografia dos *Annales* no pensamento do historiador marxista inglês, esta discussão visa a apontar a relevância de uma reflexão articulada dessas duas propostas historiográficas.

Abstract: This article intends to build a comparative analysis of some of Marc Bloch, Lucien Febvre and E.P. Thompson's texts, making a confrontation between some of their main theoretical-methodological conceptions about the historical discipline. A special emphasis is given to the notions of *structure* and *process*, presented in these historians' works, from which we believe it becomes possible to remark some of the main similarities and divergences between their propositions. More than suggesting the existence of a possible interference of the *Annales* historiography over the English Marxist historian's thought, this discussion tries to bear out for the relevance of an articulated reflection on these two historiographic proposals.

* Agradeço ao prof. Dr. Sidney Chalhoub e a profa. Dra. Isabel A. Marson pelas colaborações e sugestões oferecidas ao longo de seus cursos de pós-graduação.

** Doutoranda em história social pela Unicamp.

Palavras-Chave: Marc Bloch – Lucien Febvre – E. P. Thompson – *Annales* – estrutura – processo – experiência.

Keywords: Marc Bloch – Lucien Febvre – E. P. Thompson – *Annales* – structure – process – experience.

Introdução

Num artigo publicado na *Review*, em 1978, P. Burke discute a questão da adequação ou não dos *Annales* como paradigma a ser seguido pela historiografia social britânica e, particularmente, pelos historiadores de tradição marxista. Nesse artigo, o autor constata um desconhecimento por parte dos historiadores ingleses dos trabalhos produzidos na França por historiadores como Marc Bloch e Lucien Febvre, desconhecimento este que teria perdurado até a década de 1950¹.

Uma primeira reação aos *Annales* teria ocorrido nessa década, sendo, porém, caracterizada por Burke como uma “reação negativa”, na qual tanto o desconhecimento de termos e conceitos utilizados pelos franceses (o que ele chama de “barreira conceitual”) quanto o medo das grandes generalizações dos *Annales*, bem como a excessiva preocupação destes com as questões de metodologia (em contraposição ao “empirismo” britânico), teriam propiciado um contato pouco construtivo entre essas duas historiografias. No entanto, conforme ressalta Guy Bois, esse contato não deve ser focado unidirecionalmente: se por um lado houve pouca assimilação dos *Annales* na historiografia marxista até a década de 50, por outro, já por essa época, a historiografia francesa sofria uma influência indireta do marxismo. Segundo ele, “foi como método de análise unindo economia e história que o marxismo influenciou na França a ciência histórica”², no período em questão, destacando-se nesse processo de “penetração difusa” do marxismo, historiadores como Ernest Labrousse e Marc Bloch.

¹ Eric Hobsbawm questiona esse suposto atraso na assimilação dos *Annales*, pela historiografia britânica, em comentário ao texto de P. Burke.

² A citação é extraída por Guy Bois de *A História Hoje*, de Jean Bouvier (cf. Bois, 1993: 245).

A década de 60, por sua vez, marcaria aquilo que Burke caracteriza como a “reação positiva” dos historiadores britânicos aos *Annales*, em que, graças às traduções de algumas obras francesas, à maior abertura a trabalhos estrangeiros, bem como ao aumento da interdisciplinaridade nas universidades inglesas, foi possível um maior conhecimento do que se processava na historiografia francesa e, simultaneamente, a elaboração de uma crítica construtiva desta. Por outro lado, é a partir da década de 60 que a influência indireta do marxismo na História Nova passa a se dar sob formas renovadas. Conforme destaca Guy Bois, o “elemento novo é que essa influência não se limita mais apenas ao domínio econômico-social: ela se estende ao conjunto das instâncias da vida social”³. Nessa influência indireta, destacam-se mais recentemente as contribuições diretas do marxismo à historiografia francesa, mediante “historiadores que se referem explicitamente ao materialismo histórico, que conduzem suas pesquisas no âmbito de suas hipóteses gerais e cujo esforço principal tem por objeto um problema dado: a articulação entre História e determinada ciência humana, ou a abertura de novos campos históricos”⁴.

Nesse processo de interferência mútua entre o marxismo e a historiografia francesa, ainda que diferentes grupos de historiadores britânicos tenham assimilado esta última de formas também diversas, e, ainda que Bloch tenha sido sempre uma influência mais marcante que Febvre nesse processo de assimilação, Burke destaca a especial recepção dos historiadores britânicos marxistas à historiografia dos *Annales*⁵. Uma recepção, segundo Hobsbawm,

³ Segundo Bois (1993: 246), os historiadores franceses passam a utilizar, ainda que implicitamente, o conceito de modo de produção, assim como incorporam o conceito de ideologia – como é o caso de Jacques Le Goff e de Georges Duby.

⁴ É o caso de historiadores como Régine Robin, em *História e Linguística* e Michel Vovelle, em *História das Mentalidades*.

⁵ De acordo com Guy Bois (1993: 249-250), essa interferência reflete a obra de historiadores marxistas “plenamente conquistados” pela utilização dos novos métodos, e cuja preocupação central é fazer a metodologia marxista progredir. Destacam-se, nesse sentido, os trabalhos do historiador alemão Hans Medick, e do antropólogo marxista francês Maurice Godelier.

amigável e até mesmo “cooperativa” – e que é de estranhar dado o caráter geralmente fechado dos marxistas às escolas de outras tradições.

Foi nesse contexto mais geral da assimilação dos *Annales* pela historiografia britânica e, particularmente, pelos historiadores marxistas, que E.P. Thompson elaborou um de seus principais trabalhos históricos: *A Formação da Classe Operária Inglesa*, de 1963. Neste, muitas das questões teóricas e políticas subjacentes à análise de Thompson já aparecem desenvolvidas, ainda que uma discussão mais explícita seja feita basicamente no prefácio da obra.

No entanto, muitas dessas questões são retomadas e mais bem elaboradas em seus trabalhos posteriores, destacando-se dentre estes o texto *A Miséria da Teoria*, de 1978. Nesse trabalho, Thompson sistematiza, a partir de uma crítica ao “estruturalismo althusseriano”, suas próprias concepções sobre a disciplina histórica – discutindo questões relativas tanto ao objeto desta última quanto a seus métodos de investigação – a partir de um enfoque que busca resgatar a própria teoria marxista em sua originalidade.

Nesse esforço de explicitar seus pontos de vista teórico-metodológicos em relação à disciplina histórica, Thompson se vale, em diversos momentos do texto, de referências ao historiador francês Marc Bloch, revelando profundas convergências em relação à concepção deste último sobre os temas que definem o “ofício do historiador”. Thompson (1981: 29) chega mesmo a referir-se a Bloch como “aquele formidável praticante do materialismo histórico”. Em outros momentos do texto (pp. 82 e 104), demonstra estar a par dos trabalhos publicados na revista dos *Annales (Annales E.S.C.)* e critica Althusser pelo fato de este ignorar a produção historiográfica francesa, referindo-se particularmente ao método comparativo de Bloch e à noção de tempo histórico de Braudel.

Uma análise mais detida da *Miséria da Teoria*, comparativamente a alguns dos textos elaborados pelos fundadores dos *Annales* (Marc Bloch e Lucien Febvre), revela muito mais convergências entre os paradigmas históricos por eles propostos, que aquelas explicitamente ressaltadas por Thompson. Estas convergências sugerem, para além de uma simples

coincidência teórica entre os historiadores dessas duas tradições, o importante papel referencial que os trabalhos dos *Annales* tiveram na obra de Thompson, particularmente o texto *Introdução à História*, diversas vezes citado pelo autor, texto que foi elaborado por Bloch no final de sua vida e sistematiza suas concepções sobre a natureza e os métodos da disciplina histórica.

Além disso, uma leitura comparativa desses dois textos, tendo como referência outros trabalhos dos *Annales* (alguns trabalhos históricos de Bloch e Febvre, bem como os textos deste último reunidos sob o título de *Combates pela História*) e de Thompson (particularmente seu estudo *A Formação da Classe Operária Inglesa e Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial*), revela que grande parte das diferenças e similitudes entre esses historiadores podem ser apreendidas se nos detivermos num exame mais atento de suas noções de estrutura e processo em história. Conforme procuraremos analisar neste trabalho, essas noções delimitam os dois focos de questões que estão sendo criticados tanto pelos *Annales* (em sua oposição à história-tradicional) quanto por Thompson (em sua crítica ao estruturalismo althusseriano), a partir dos quais se delineiam seus próprios métodos e concepções mais gerais acerca da natureza do conhecimento histórico.

Dessa forma, partindo dos contextos mais gerais que marcaram a emergência das obras de Febvre e Bloch (com especial ênfase neste último, que é explicitamente citado na *Miséria da Teoria*) e de Thompson – identificando aí seus principais interlocutores, em oposição aos quais se elaboraram suas “apologias” da disciplina histórica – o objetivo deste artigo será relacionar suas noções de *estrutura* e de *processo histórico*. Perseguindo este objetivo, teremos a oportunidade de resgatar suas principais propostas acerca do objeto e métodos de investigação da disciplina histórica.

Contexto e Interlocutores

A revista *Annales*, criada em 1929, emergiu num contexto de oposição – que vinha sendo gerado desde o final do século XIX – ao que se denominou “história tradicional”: uma história ligada ao nome de Leopold

von Ranke, que desbancava a história sócio-cultural do século XVIII, centrando-se na narrativa dos acontecimentos políticos, a partir da vida de grandes personagens históricos⁶. Nesse contexto de crítica à história política, característico da virada do século, o debate essencial travado no interior das ciências sociais girava em torno da própria instituição da história como ciência humana, da legitimidade de suas pretensões científicas e, de forma mais abrangente, da própria definição de ciência.

Um debate em que se encontravam, de um lado, aqueles que, valendo-se de uma concepção do conhecimento própria ao mundo físico, negavam ao conhecimento histórico a capacidade de responder a critérios reconhecidamente científicos. Essa posição abrangia tanto o grupo dos sociólogos reunidos em torno de Émile Durkheim, que atribuíam a capacidade de elaboração de uma “ciência da evolução humana” apenas à sociologia – o que significava ignorar o “evento” e boa parte da “vida mais intimamente individual” – quanto os “historiadores historizantes”, formadores dessa história tradicional, os quais, não “conseguindo inserir a história nos quadros do legalismo físico”, negavam-lhe a possibilidade de ser reconhecida como conhecimento científico. De outro lado, situavam-se os historiadores que expressavam uma nova concepção de ciência, mais voltada para as “probabilidades” e para a “relatividade” e que, nestes termos, procuravam instituir a história como disciplina científica⁷. Era nesta nova concepção que se inseriam os principais fundadores dos *Annales*, Marc Bloch e Lucien Febvre.

⁶ Segundo P. Burke (1992: 18-19), mesmo no século XIX alguns historiadores discordaram dessa história tradicional, destacando-se entre eles Michelet e Burkhardt e, fundamentalmente, os historiadores econômicos, os “opositores mais bem organizados da história política”.

⁷ Segundo Bloch (1965: 22), os estudiosos estavam, a partir de então, “muito mais preparados para admitir que um conhecimento merece o nome de científico ainda que não seja suscetível de demonstrações euclidianas ou de imutáveis leis de repetição. Aceitamos muito mais facilmente fazer da certeza e do universalismo uma questão de grau”.

Neste sentido, estes historiadores não apenas estiveram profundamente influenciados pelas correntes do debate prévio à fundação da revista, como colocaram em prática e reelaboraram vários dos programas por elas lançados. Conforme destaca Burke (1992: 12), eles perseguiram três idéias diretrizes: a substituição da história tradicional por uma história-problema; a defesa de uma “história total” das atividades humanas (em lugar da história política) e, para levar a cabo esses dois pontos, a interdisciplinaridade.

Redefinir o papel central da história no interior das ciências sociais a partir dessas diretrizes básicas implicava, por sua vez, a própria discussão teórica acerca da natureza da disciplina histórica, tanto no que diz respeito a seu objeto de estudo quanto, e fundamentalmente, no que se refere a métodos de investigação compatíveis com as pretensões de uma história explicativa, que almejava o estatuto científico⁸.

A partir desse contexto mais geral da emergência dos *Annales*, podemos nos perguntar em que medida ele guarda similitudes e diferenças em relação ao contexto de emergência da obra do historiador marxista inglês E.P. Thompson. Para tanto, devemos considerar os fatores mais gerais que propiciaram a confluência entre a historiografia marxista – e mais particularmente o marxismo britânico – e a historiografia francesa, conforme apontado mais acima.

Em primeiro lugar, deve-se ter em conta o fato de o marxismo aspirar “a uma visão global, coerente e dinâmica dos processos sociais” (Bois, 1993: 241), tendendo assim a uma “história total”, que engloba simultaneamente os diversos aspectos da vida social (econômico, político, social, mental). Dessa forma, conforme destaca Guy Bois, o marxismo apresenta uma vocação para a interdisciplinaridade – uma das diretrizes

⁸ É neste sentido que Bloch (1965: 28) afirmava, na década de 40, a idéia de que a história deveria ser entendida como “uma coisa em movimento” e, mais que descrevê-la, o importante era dizer como espera esta ciência “fazer-se progressivamente”. Uma “ciência da diversidade e do plural”, que tem como objeto “os homens no tempo” e que “não se define apenas por seu objeto, mas pelos métodos de investigação”.

básicas da historiografia dos *Annales*. Além disso, conferindo um papel central às classes sociais e à sua luta no “movimento das sociedades”, o marxismo se volta mais para a análise das “estruturas” que para os “acontecimentos superficiais”, mais para o “coletivo”, que para o “individual”, mais para o “cotidiano” que para o “acidental”, pontos estes que também convergem com as novas diretrizes dos *Annales* na crítica à história tradicional (cf. Bois, 1993: 245).

De modo mais específico, podem-se destacar vários outros fatores que propiciaram a recepção dos *Annales* na Inglaterra, num período até mesmo anterior ao identificado por Burke. Reconhecendo o contato com essa historiografia desde a década de 30, Hobsbawm (1978: 158) destaca a importância da presença de Bloch em Cambridge, por essa época, quando já era reconhecido como “o maior medievalista”. Além desse fato localizado, o contato entre essas tradições historiográficas teria sido propiciado pela importância adquirida entre os “jovens marxistas” pela história econômica e social, através da qual teria havido uma “direta influência e relação do grupo dos *Annales* na história britânica”, até a geração de Burke.

Hobsbawm (1978: 159) cita ainda como fator propulsor do contato entre essas duas historiografias a existência de um foco temático comum a ambas, no período do pós-guerra: o interesse pelo período de “desenvolvimento do mundo moderno”, nomeadamente a economia dos séculos XVI e XVII. Na Inglaterra, esse interesse foi suscitado, em grande medida, pelo debate Dobb-Sweezy (acerca da questão da “transição” do feudalismo para o capitalismo) levando a um contato com os trabalhos desenvolvidos na França, por Febvre e Braudel, sobre os séculos em questão. Por último, vale notar, o contexto de confluência entre marxismo e *Annales* representou um momento em que tanto estes quanto os marxistas britânicos estavam lutando num mesmo campo, ou seja, buscando desbancar a história tradicional, que ainda predominava na Inglaterra nas décadas de 50 e 60, na tentativa de instituir uma “história total”.

No entanto, é importante destacar que, no que diz respeito a essa comparação entre a obra de Thompson e a dos *Annales* (Bloch e Febvre), a

percepção do “inimigo comum”, se assim podemos entender o significado da história tradicional para ambos, dava-se a partir de enfoques e momentos bastante distintos. No contexto da década de 30, os *Annales* fundavam uma nova corrente historiográfica, a partir de uma crítica mais geral a toda uma tradição histórica que vinha sendo praticada durante o século XIX. Tratava-se, conforme já destacado, de um embate direto com a “história historicista”, factual e linear. Uma “luta de poder” no seio das ciências humanas, na qual o que estava em questão não era propriamente a constatação de uma crise no interior da disciplina histórica, mas o estabelecimento dos termos de um debate que visava a própria instituição da história como disciplina, o papel desta no âmbito das ciências sociais, a reelaboração do conceito de ciência e o estabelecimento de métodos adequados aos objetivos de uma disciplina que visava não mais apenas a “saber”, mas a compreender e a explicar.

Nesse contexto, portanto, os *Annales* emergiam como uma nova “escola” historiográfica – apesar de esta designação ter sido foco de muitas controvérsias –, em que a grande polêmica não era travada com os marxistas, mas com a historiografia liberal do século XIX. Outros, porém, serão os interlocutores de Thompson, no momento em que este desenvolverá sua obra.

Desde seu rompimento com o Partido Comunista Inglês, em 1956, e a fundação, juntamente com outros membros dissidentes do partido, do *The Reasoner*, um jornal crítico às tendências “antidemocráticas” e de “linha pró-soviética”, Thompson passou a afirmar suas proposições políticas – definindo-se como um “democrático” e um “comunista libertário” – tendo colaborado na construção do movimento político conhecido internacionalmente como a *New Left* (cf. Abelow, 1982: 135). Da mesma forma, passou a desenvolver suas principais noções conceituais e metodológicas acerca da disciplina histórica, as quais apareceriam de modo mais elaborado em seus trabalhos posteriores.

É neste sentido que *A Formação da Classe Operária Inglesa*, escrito em 1963, pode ser entendido como o primeiro trabalho em que Thompson desenvolve tais questões. Nessa obra, ele afirma sua posição contrária à dos

intelectuais de esquerda pertencentes ao PC inglês, apresentando uma noção de classe trabalhadora não como simples reflexo de uma base infra-estrutural condicionante, mas como – ainda que “pressionada” pelas circunstâncias – fazendo-se a si mesma num processo conflituoso, entre 1780 e 1830. De modo mais geral, podemos dizer que o embate de Thompson, já nesse trabalho, dava-se contra as vertentes do marxismo e das ciências sociais, caracterizadas pelo “determinismo econômico e pela negação da ação humana” (cf. Kaye, 1989: 160). Estas questões seriam perseguidas em outros trabalhos de Thompson e, em 1978, retomadas e exaustivamente discutidas na *Miséria da Teoria* que, conforme o próprio autor prometera em entrevista concedida dois anos antes, teria como finalidade apresentar explicitamente as proposições políticas subjacentes à sua obra⁹.

Portanto, o contexto de emergência dos trabalhos de Thompson é aquele em que, falando do interior da tradição marxista inglesa, num momento em que a história já se instituíra como disciplina, constatava-se uma crise teórica e política nessa tradição, atribuída em grande medida ao êxito do materialismo histórico, o qual proporcionara uma certa “letargia conceitual”. Isto teria levado, segundo Thompson, a uma negligência das próprias linhas teóricas da história e, no momento em que haveria novos avanços, houve um ataque pela própria historiografia que se pretendia “mais

⁹ Segundo Abelove (1982: 132), essa promessa havia sido feita por ocasião de uma entrevista concedida por Thompson à *Radical History Review*, em 1976, quando o historiador foi indagado sobre a existência ou não de um intento político em seus escritos históricos. De acordo com Abelove, *A Miséria da Teoria* é uma “fonte de luz nos escritos históricos de Thompson”, em que o autor investe contra quatro oponentes: além do alvo central anteriormente destacado – o “estruturalismo althusseriano” –, haveria uma crítica aos intelectuais ocidentais da era da guerra-fria, “que ajudaram tornar ‘apatia’ em ‘ideologia’”; uma crítica mais específica aos contribuidores da *New Left Review*, que catalisaram a ação da classe operária, tida como desconhecadora do marxismo; e contra Leszek Kolakowski que, de admirável “marxista crítico do Stalinismo”, teria passado a “negar ao marxismo todo potencial humanista”. Entre esses oponentes, no entanto, o livro acaba centrando-se na investida contra a teoria de Althusser, por suas implicações tanto teóricas quanto políticas, uma vez que estas não se dissociam.

marxista que o próprio Marx”: tratava-se da crítica de Louis Althusser e seus seguidores, que submetia o materialismo histórico a um severo questionamento, devido a seu suposto “empirismo” e à própria natureza do objeto histórico, tido como incognoscível (cf. Thompson, 1981: 9-10).

As críticas de Althusser, segundo Thompson, foram aceitas sem grandes questionamentos, como mais um “marxismo”, quando na verdade o que ele fazia era oferecer, no lugar do materialismo histórico, um teoricismo a-históric-co. Nesse ponto, Thompson também se confrontava com uma dada concepção de ciência própria ao mundo físico: trata-se de procedimentos teóricos derivados da filosofia cartesiana, segundo a qual uma idéia é tida como verdadeira apenas na medida em que concorda com seu original na natureza¹⁰.

Dessa forma, a crítica de Thompson dirige-se a uma das vertentes do marxismo, mais precisamente ao estruturalismo althusseriano, que concebe o conhecimento histórico a partir de uma perspectiva puramente filosófica – emergindo totalmente do âmbito do pensamento –, de modo que a “verdade histórica” só poderia ser revelada por meio da prática teórica¹¹. Não se

¹⁰ Ao assumir essa posição, Thompson (1981: 24 e 30-31) investe contra a concepção de Popper acerca do conhecimento histórico. Popper, utilizando-se do critério da prova experimental, próprio às ciências naturais, concluiria que os fatos em história não são empiricamente verificáveis e, dessa forma, o passado sobrevive ou de maneiras arbitrárias ou de maneiras que impõem uma determinada pressuposição ao investigador. A história, desta forma, não é vista como passível de um conhecimento objetivo, de modo que qualquer conhecimento em história deve ser entendido como expressando apenas um “ponto de vista” – uma concepção de ciência e de conhecimento científico muito próxima daquela que os historiadores dos *Annales*, conforme apontado anteriormente, buscavam desbancar.

¹¹ Rejeitando qualquer modo empírico de prática intelectual, entendido por Althusser como “empirismo”, Thompson (1981: 22) entenderia como sendo o papel de qualquer ciência a elaboração de “fatos científicos” (a própria teoria) a partir de “fatos ideológicos” (a forma como as evidências se apresentam). Neste sentido, Thompson considerava a ciência como uma “cesura epistemológica” com relação a uma pré-história ideológica. Trata-se de uma prática teórica idealista, na medida em que nela o universo conceitual impõe sua idealidade ao mundo material, ao invés de com ele travar um constante diálogo.

tratava de instituir uma “nova escola” historiográfica em oposição a uma outra, como era o caso dos *Annales*; tratava-se, antes, de uma dissidência dentro da tradição marxista inglesa, visando a recuperar a própria “originalidade” da teoria de Marx.

Percebemos, assim, que, apesar das diferenças de contextos e de interlocutores entre os *Annales* e Thompson, as críticas deste ao estruturalismo althusseriano revelam um grande paralelismo não apenas com as críticas dos *Annales* aos “filósofos da história” – o termo “filósofo” referindo-se quase sempre aos sociólogos –, por não considerarem as especificidades mais concretas das realidades sociais, preferindo trabalhar com grandes modelos abstratos elaborados a partir do pensamento filosófico, mas também com as críticas mais diretas à história historicista. Em ambas as tradições (historicista e marxista althusseriana), utilizava-se um conceito de ciência (e noções de conhecimento) próprio às ciências naturais e inadequado ao objeto da disciplina histórica.

No entanto, é importante ressaltar que, embora as concepções de ciência e de conhecimento criticadas por Thompson e pelos *Annales* em muito se aproximem, o primeiro rejeitava, diferentemente destes últimos, a designação da História como ciência, pois, segundo ele, ela difere em muito de outros conhecimentos, e tal designação só havia sido motivo de confusão (cf. Thompson, 1981: 49). Neste sentido, o que Thompson reivindicava era muito mais o reconhecimento de formas não científicas do conhecimento, as quais, mesmo não obedecendo a critérios consagrados pela ciência, revelavam uma lógica própria que garantia sua validação social.

Podemos dizer, ainda, que tanto os historiadores dos *Annales* quanto Thompson estavam fazendo, nos diferentes momentos em que elaboraram suas obras, uma história engajada – ou seja, seus trabalhos históricos não deixavam de refletir uma preocupação política posta a partir do presente. É nesse sentido que tanto Febvre – no ataque às obras de Spengler e Toynbee, tidos como “filósofos da história” – quanto Thompson – nas críticas a Althusser – procuram compreender o conteúdo e as repercussões dessas obras a partir do contexto político no qual emergiram.

No primeiro caso, o sucesso da obra de Spengler é explicado com base nas “necessidades de uma Alemanha já então em gestação do que iria se tornar o nacional-socialismo hitleriano” (cf. Febvre, *s.d.* (b): 132). Sua proposta histórica atendia à “inquietação intelectual dos burgueses de após-guerra”, na medida em que apresentava uma “história totalitária”, que dava conta de grandes períodos passados, em lugar da especialização monográfica, predominante na Alemanha de até então¹². Da mesma forma, o trabalho de Toynbee não é entendido como “idéias desinteressadas de um homem de ciência”, estando também permeado de “segundas intenções políticas, a um só tempo conscientes e determinantes”(cf. Febvre, *s.d.* (b): 137). Ainda nesse contexto dos *Annales*, o principal trabalho de Bloch aqui analisado (*Introdução à História*), foi elaborado no contexto da invasão nazista na França, período durante o qual o próprio Bloch esteve engajado nas forças da resistência (sendo posteriormente aprisionado e fuzilado pelos nazistas).

No caso das críticas de Thompson a Althusser, o sucesso deste é explicado a partir do contexto da Guerra Fria, que teria substituído o evolucionismo (a idéia de progresso técnico e econômico) e o voluntarismo (liberalismo autêntico e romântico), entendidos como “ilusões de época” anteriores, por um estruturalismo que, bebendo no próprio vocabulário burguês, expressava o contexto de cristalização de duas estruturas antagônicas, pouco maleáveis à ação individual (cf. Thompson, 1981: 84-86). Segundo Thompson, o contexto no qual emergiu Althusser foi o da tentativa internacional de reimposição da ortodoxia stalinista, a qual se levantava contra o “socialismo humanista”¹³ da União Soviética, visto como

¹² Segundo Febvre (*s.d.* (b): 134-135), Spengler apresentava inimigos comuns a seus leitores (os futuros nazistas), ou seja, “a democracia, o liberalismo burguês e o marxismo”, de forma que seu sucesso não era o de um “historiador analista e dedutivo, mas de um profeta, de um mago, de um visionário perfeitamente adequado às necessidades da Alemanha agitada do período compreendido entre 1922 e 1929”.

¹³ Thompson refere-se ao período Krushev, após o XX Congresso do Partido Comunista Russo em 1956, quando houve uma reavaliação do culto à personalidade e a denúncia dos crimes de Stalin.

um conceito burguês, “direitista”, só adaptável às circunstâncias específicas daquele país. Dessa forma, Althusser representava uma tentativa de restabelecer o stalinismo dentro da teoria (cf. Thompson, 1981: 139-150). Na Inglaterra, as influências desse stalinismo teriam impregnado o próprio movimento operário – causando sua paralisia –, bem como a esquerda intelectual, que se viu segregada da teoria, sem contato com a experiência da luta prática (Thompson, 1981: 204).

Essa atitude – elaborar a crítica a seus contendores a partir do resgate da historicidade de suas obras – revela ainda um ponto comum entre as obras de Thompson e a dos *Annales*: em ambos, há uma preocupação não em julgar, mas em compreender. Uma atitude que, conforme veremos mais adiante, expressa-se no próprio método de investigação por eles proposto. Mesmo utilizando-se de um método polêmico na elaboração de suas críticas – o qual aparece tanto na *Miséria da Teoria* quanto, por exemplo, em *Combates pela História*, de Febvre – essa polêmica não implica uma crítica descontextualizada, puramente ideológica. Não que Thompson e os historiadores dos *Annales* deixem de apresentar um julgamento pessoal a respeito de seus interlocutores, mas este é um julgamento baseado na explicação, na historização¹⁴.

Estas são, portanto, as similitudes e diferenças mais salientes no que diz respeito aos contextos de emergência, bem como aos interlocutores dos *Annales* e de Thompson. Passaremos agora a um estudo comparativo de algumas das concepções desses historiadores sobre as questões mais específicas da natureza da disciplina histórica e dos métodos de investigação por eles propostos, a fim de apreender suas concepções de estrutura e de processo em história.

¹⁴ Referindo-se à obra de Spengler, Febvre (*s.d.* (b): 131-132) afirma: “Não julgemos; julgar não é próprio de um historiador; tentemos compreendê-lo, o que significa, no caso, colocar o seu livro, e seu sucesso, em relação com as necessidades de uma Alemanha já então em gestação do que iria se tornar o nacional-socialismo hitleriano”.

As noções de estrutura e de processo em História

Entender as noções de estrutura e de processo, tais como aparecem nas obras dos *Annales* (Febvre e Bloch) e na de Thompson, remete-nos necessariamente ao resgate das suas concepções mais gerais acerca da natureza e dos métodos de investigação da disciplina histórica, uma vez que é a partir destas que se pode apreender o sentido por eles atribuído às duas noções. Particularmente no que se refere aos *Annales*, em que as questões teóricas são, freqüentemente, desenvolvidas e apresentadas ao longo dos próprios trabalhos históricos, havendo pouco esforço em sistematizá-las separadamente da prática historiográfica, acreditamos ser necessário perseguir alguns desses trabalhos, a fim de apreender o modo pelo qual as noções de estrutura e de processo delineiam-se a partir da aplicação do método que eles propõem.

Conforme apontamos anteriormente, a proposta inovadora trazida pelos *Annales* era, em linhas gerais, a da substituição da historiografia tradicional – com seus métodos positivistas de análise, sua concepção linear de tempo histórico e sua pretensão puramente narrativa – por uma história-problema, com objetivos explicativos. O significado desta proposta, bem como suas implicações em termos dos métodos de investigação da disciplina histórica, devem ser entendidos a partir da própria definição do objeto histórico nas visões de Bloch e Febvre, tanto quanto da forma como estes autores concebiam a relação entre presente (tempo do historiador) e passado (tempo do objeto).

Em sua *Introdução à História*, escrita em 1941, Bloch (1965: 29-30) sintetiza essas duas idéias afirmando, primeiramente, que a história é a ciência “dos homens no tempo”, o qual deve ser entendido não apenas como “mais uma medida”, como o era para muitas ciências, mas como “o próprio plasma em que se banham os fenômenos e como que o lugar da sua intelegibilidade”. Em outras palavras, nessa concepção o tempo cumpre o papel de *contextualizar o objeto* histórico, muito mais que o de precisar os momentos de suas ocorrências e, nesse sentido, explicar um determinado fenômeno, uma

“consciência estranha”, conforme afirmava Bloch: significa penetrar a realidade passada, apreendendo-a em suas múltiplas atividades, resgatando o homem em sua unidade (1965: 132).

Explicar, portanto, envolve a perspectiva da *globalidade*, a apreensão da realidade passada na complexidade de seus aspectos e, ao mesmo tempo, exige do historiador um despojamento de valores e idéias preestabelecidas a partir do seu próprio tempo – despojamento este crucial para evitar o “pecado entre todos irremissível: o anacronismo” (cf. Bloch, 1965: 123)¹⁵.

Mas, se por um lado esta é a pretensão de uma história explicativa, por outro, esses historiadores reconheciam os limites dessa relação entre presente e passado, dado que uma das principais peculiaridades do conhecimento histórico é o fato de este se dar por meio de “vestígios” legados pelo passado. Em outras palavras, trata-se de um conhecimento indireto, que só nos revela o passado parcialmente, uma vez que este é um “tirano”, que permite aos historiadores apenas dele conhecer o que ele próprio lhes confiou (cf. Febvre, s/d: 52-56). Neste sentido, dado o caráter fragmentário dos documentos, em contraposição às pretensões de uma “história globalizante”, tudo deve ser convertido em fonte utilizada na explicação desse passado, o que implica a necessidade de empregar diferentes técnicas para cada tipo de testemunho – o que reforça a defesa do *trabalho em equipe* entre pesquisadores de diferentes disciplinas, ou ainda, da própria *interdisciplinaridade*.

Nesta concepção da relação presente-passado própria aos *Annales*, destaca-se ainda a forma peculiar como estes entendem o tratamento dado às fontes: estas devem ser, antes de tudo *interrogadas*, “forçadas a falar, mesmo contra sua vontade”, o que impõe a necessidade de elaborar um “questionário” no processo da investigação histórica (cf. Febvre, s/d: 60).

¹⁵ A expressão “pecado do anacronismo” é utilizada por Febvre (s/d (a): 15-16) na sua introdução ao estudo do pensamento de Rabelais. Nesse caso, o “problema do método”, tal qual definido por Febvre, é exatamente a tentativa de penetrar a consciência de um homem do século XVI, procurando identificar as marcas impressas de uma época estranha ao historiador, e fazê-lo de modo a desvendar a forma como esse homem foi compreendido por seus contemporâneos.

Dito de outro modo, na concepção dos *Annales*, os fatos não existem em estado acabado, prontos para ser apreendidos pelo historiador, ao qual revelariam a história “tal qual ela aconteceu”. Conforme afirma Febvre (*s.d.* (a): 105), em se tratando de história, “é o historiador que os forja” e não o “passado” (cf. Febvre, *s/d*: 11-13).

As questões por meio das quais as fontes são abordadas emergem, por sua vez, a partir do próprio contexto do historiador, ou ainda, das condições específicas da produção do conhecimento histórico. São, portanto, questões colocadas a partir do presente e que devem ser revistas à medida que este se transforma. Conforme afirma Febvre (*s/d*: 11-13), o historiador não é aquele que “sabe, mas o que procura... e, conseqüentemente, o que põe em causa as soluções adquiridas, que revê, quando é preciso, os velhos processos”, de modo que “cada época fabrica mentalmente, não só seu universo, como a sua representação do passado”¹⁶. Isto implica que o conhecimento histórico é datado, ou ainda, que se trata de um conhecimento *historicamente construído*, que nunca se pretende definitivo.

Além disso, conforme afirma Bloch (1965: 55), se por um lado essa “construção” revela que o conhecimento histórico se dá a partir de uma “escolha refletida”, em que o historiador já parte de hipóteses previamente estabelecidas, por outro lado ela significa que tal escolha deve ser “extremamente maleável”, moldável a partir do próprio *diálogo* que vai sendo estabelecido com os documentos, no decorrer do processo de investigação. A noção de que o conhecimento é construído implica, assim,

¹⁶ Podemos no entanto dizer que se trata de um conhecimento limitado, uma vez que a apreensão da realidade passada se dá de acordo com as condições de atuação do historiador, mas que ela não deixa de ser uma apreensão real do passado, dado que os documentos impõem sua materialidade ao presente, de modo que o estatuto ontológico do passado não é modificado pelas condições atuais de produção do conhecimento. Segundo Bloch (1965: 61), “o passado é, por definição, um dado que coisa alguma pode modificar. Mas o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa”. Neste sentido, marca-se uma fundamental cesura entre história e ficção.

uma concepção não positivista do conhecimento histórico, contrária à praticada pela história tradicional.

Dessa forma, percebemos que as linhas básicas do método de investigação histórica e do próprio objeto dessa disciplina, tais como propostos pelos *Annales*, vão no sentido de resgatar a intelegibilidade do contexto específico a cada fenômeno histórico estudado; um contexto que, apesar de só se revelar através de fragmentos e cujo conhecimento está constantemente sendo revisto, não deixa de ser passível de uma apreensão racional pelo historiador, de modo a desvendarem-se as articulações específicas das múltiplas atividades que o compõem. Diversamente da história tradicional, portanto, que se prendia à superficialidade dos eventos e ao estabelecimento de uma causalidade linear entre eles, a grande inovação dos *Annales* situa-se na ênfase dada à análise *sincrônica*, como forma de atender às pretensões explicativas da história.

Em que medida, portanto, é possível relacionar essas noções acerca do conhecimento histórico às apresentadas por Thompson em sua *Miséria da Teoria*, escrita mais de três décadas depois das obras de Bloch e Febvre? Começemos a comparação pelos aspectos comuns às concepções de método dessas duas historiografias.

No capítulo dedicado à análise dos conceitos de estrutura e de processo, tais como estes estariam sendo definidos pelo “marxismo” althusseriano, Thompson (1981: 82) expõe o que entende ser o objeto de investigação proposto pelo materialismo histórico. Segundo ele, “o materialismo histórico propõe-se a estudar o processo social em sua totalidade; isto é, propõe-se a fazê-lo quando este surge não como mais uma história ‘setorial’ (...) mas como uma história total da sociedade, na qual todas as outras histórias setoriais estão reunidas. Propõe-se a mostrar de que modos determinados cada atividade se relacionou com a outra, qual a lógica desse processo e a racionalidade da causação”.

Esta citação nos revela, assim, uma proximidade muito grande com a proposta dos *Annales*, ou seja, a de produzir uma “história total”, que desse conta das diferentes atividades humanas, de forma a resgatar a lógica própria

aos contextos dos fenômenos analisados. Segundo Thompson (1981: 82), essa pretensão do materialismo histórico teria duas implicações imediatas. Uma primeira, seria o fato de ela significar que o materialismo histórico deve ser entendido como a única “disciplina unitária”, que abarca todas as outras, implicando assim que “a ‘História’ deve ser reconduzida a seu trono como a rainha das humanidades”¹⁷. Uma segunda implicação seria o fato de que, apesar de ser a “mais unitária e geral de todas as disciplinas humanas”, a história também é a mais imprecisa, na medida em que seu conhecimento é sempre aproximado, “alcançado através de seus próprios procedimentos de lógica histórica, seu próprio discurso da comprovação” (Thompson, 1981: 82)

As idéias introdutórias desse capítulo da *Miséria da Teoria*, portanto, apontam não apenas para a concepção de Thompson acerca do objeto da disciplina histórica (“o processo social em sua totalidade”), como também para a forma pela qual esse historiador entende a relação entre presente e passado. Mais uma vez, Thompson revela noções muito próximas das defendidas pelos *Annales*, ao definir essa relação como se dando por meio das fontes, as quais existiriam “não para revelar seu próprio significado, mas para ser interrogadas” pelo historiador¹⁸. Além disso, afirma Thompson, os fatos, ou “evidências”, exibem determinadas propriedades, de modo que seus significados só seriam revelados por um questionamento teórico adequado. Esse questionamento, por sua vez, deve variar de acordo com as próprias contingências da análise, pois “assim como o objeto da investigação se modifica, também se modificam as questões adequadas”

¹⁷ Este, aliás, era o próprio *status* da disciplina histórica requerido por Bloch e Febvre, para quem a defesa da interdisciplinaridade não significava apenas uma descompartmentalização da disciplina histórica, mas a necessidade de instituir essa disciplina como a “rainha” das ciências humanas.

¹⁸ Thompson (1981: 38) cita seis formas pelas quais o questionamento das fontes deve se dar: 1) sobre as credenciais dos fatos; 2) nos termos da própria investigação histórica disciplinada; 3) como evidências mais ou menos sem valor, neutras ou inertes, sem intromissão ideológica; 4) como elo causal numa cadeia de ocorrências; 5) como elo numa cadeia lateral de relações; 6) como fatos isolados.

(Thompson, 1981: 48). Trata-se de uma idéia já expressa por Bloch e Febvre, a qual enfatiza uma determinada idéia de representação do passado em que a evidência assume um papel também determinante, impondo sua materialidade ao conhecimento – ainda que este seja historicamente datado, uma vez que para cada época o passado se apresenta de uma certa maneira, suscitando diferentes questões.

Neste sentido, Thompson revela uma concepção do conhecimento histórico comum à dos *Annales*: *aproximado*, por meio de vestígios, e em *constante transformação*, cuja dinâmica é proporcionada pelo próprio confronto entre teoria e fatos. Um conhecimento que, apesar disso, não está destituído de uma *racionalidade*, a qual é garantida por procedimentos orientados segundo aquilo que Thompson (1981: 49) define como sendo a “lógica histórica”, ou seja: “um método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação, etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (...) O discurso histórico da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro”.

Por outro lado, ele reconhece que o “objeto humano real, em todas as suas manifestações” não pode ser apreendido por um único “ponto de vista teórico (...) mas apenas através de disciplinas separadas, informadas por conceitos unitários” (1981: 54). Dessa forma, as propostas historiográficas dos *Annales* e de Thompson convergem no que diz respeito a mais uma questão: a defesa da *interdisciplinaridade*.

Se todas as questões relativas à natureza da disciplina histórica e a seus métodos de investigação revelam uma grande similaridade de idéias entre os fundadores dos *Annales* e o historiador marxista inglês, cabe-nos agora explicitar os pontos em que suas abordagens se distanciam. Tais pontos, acreditamos, derivam muito mais das preocupações diferenciadas que conduzem suas obras, suscitadas pelos contextos históricos específicos nos quais elas emergiram e que informaram suas noções metodológicas, que de divergências de cunho teórico.

Conforme apontamos, a argumentação de Bloch e Febvre – suas noções sobre a disciplina histórica – tinha em vista a instituição de uma história explicativa e foi nesse sentido que desenvolveram um método de investigação visando a apreender os fenômenos analisados a partir de seus *contextos* de ocorrência. Em outras palavras, o foco de suas atenções – a *análise sincrônica* dos objetos estudados – era exatamente aquilo que havia sido ignorado pela história tradicional durante anos, em nome da análise dos eventos.

As preocupações que movem Thompson, por sua vez, revelam uma postura em grande medida oposta ao foco de atenção dos *Annales*. Um dos pontos centrais por ele criticado na *Miséria da Teoria* é o fato de que as diferentes críticas dirigidas às credenciais do materialismo histórico convergiram sempre no sentido de argumentar contra a cognoscibilidade do *processo histórico* – visto como mera narrativa empirista – tendendo para análises antes sincrônicas que diacrônicas (1981: 83). Thompson constata, assim, uma excessiva ênfase das análises “marxistas” na apreensão das estruturas em detrimento do processo, quando, na verdade, os objetivos do materialismo histórico, conforme visto anteriormente, visam à “totalidade” (o que remete para procedimentos sincrônicos) do “processo social” (o que implica uma diacronia que, segundo Thompson, não tem sido trabalhada). Mais precisamente, o embate de Thompson é travado contra uma dada noção de estrutura: o estruturalismo althusseriano.

Dessa forma, o que para os *Annales* era um ponto essencial na instituição de uma história explicativa – a consideração do objeto a partir de seu contexto, mediante um método essencialmente sincrônico –, para Thompson convertia-se num dos principais problemas da tradição marxista, na medida em que o excessivo enfoque na estrutura havia barrado a consideração do processo. Entretanto, entender essas divergências entre o enfoque dos *Annales* e o de Thompson, divergências estas que derivam das diferentes preocupações tendo guiado suas formulações teóricas, requer um adentramento nas noções de estrutura e de processo em Thompson, bem como

o significado que elas assumem no método proposto por Bloch e Febvre, atentando-se, inclusive, para as próprias diferenças entre estes historiadores.

Começemos pelas críticas de Thompson à noção de estrutura de Althusser, a fim de apreender a forma como ele próprio define esse conceito. Essas críticas, vale notar, não significam uma negação da importância dos métodos sincrônicos nas análises históricas – o próprio Thompson procura esclarecer este ponto, afirmando que “ambas as heurísticas [sincrônica e diacrônica] são válidas e necessárias”¹⁹ O problema, segundo ele, tem sido o questionamento da possibilidade de apreensão do processo histórico, entendido “como uma lógica total de mudança do conjunto de atividades inter-relacionadas”, em nome da “estase da análise estrutural”, vista como única capaz de “trazer o conhecimento” (Thompson, 1981: 83).

É neste sentido que emerge a epistemologia de Althusser, cujo vocabulário estruturalista – entendido no sentido de “ideologia” historicamente informada pelas experiências reais do contexto da Guerra Fria – tende a acarretar uma “reificação” do processo histórico, na forma de sistemas e subsistemas, elementos e estruturas, que se auto-regulam, submetendo os agentes históricos à vontade inexorável do processo social. Mais que isto, trata-se de um processo com um dado sentido que dispõe, de um lado, a determinação em última instância pelo modo de produção e, de outro, a autonomia relativa das superestruturas, as quais aparecem não apenas como um “puro fenômeno da estrutura” mas como sua própria condição de existência²⁰.

A epistemologia althusseriana, segundo Thompson, nega a própria “lógica histórica”, que é descartada por Althusser sob alegação de

¹⁹ Nesse ponto, Thompson (1981: 82) cita a revista *Annales (Annales E.S.C.)*, entre outras, como exemplo de um maior emprego de vocabulários sincrônicos especializados nas análises históricas, no decorrer das últimas décadas.

²⁰ A idéia de uma infraestrutura determinando a superestrutura, a qual, por sua vez, está destinada a confirmá-la ou a legitimá-la, é aquilo que Althusser define como “sobredeterminação”. Tal conceito, segundo Thompson (1981: 94-126), emerge em substituição à dialética marxista: ele a coloca numa forma estática, expressando a natureza interna contraditória da estrutura.

empirismo, e em seu lugar oferece um modelo estruturalista no qual as categorias permanecem como “categorias de estase” e no qual os movimentos (processo) só podem ocorrer nos limites de uma estrutura dada previamente (1981: 97).

Além disso, essa estrutura é concebida a partir de diferentes “níveis”, com a priorização do econômico como “determinante em última instância”, o que, segundo Thompson, teria algumas decorrências básicas para a análise histórica. Uma primeira seria o fato de ela implicar a utilização de categorias desintegrativas da totalidade do processo histórico, indo contra os próprios objetivos da teoria marxista original, que visaria à elaboração de uma história total.

Uma segunda implicação, segundo Thompson, refere-se à própria inadequação do estruturalismo althusseriano aos procedimentos sincrônicos comuns. Isto porque, para Althusser, trata-se de determinar a articulação de um dado elemento da estrutura em função dos demais, ou ainda, o “índice de determinação” de que estão dotados os elementos ou estruturas na estrutura como um todo, de forma que o sincrônico passa a ser apenas a concepção das relações específicas existentes entre tais elementos e estruturas. Mas tal concepção de sincronia elimina a possibilidade de apreensão de um instante simultâneo da totalidade, como seria o procedimento sincrônico comum, dado que essas diferentes estruturas e elementos são portadores de temporalidades distintas. Dessa forma, o próprio conceito de tempo histórico é redefinido, passando a significar a forma específica da existência da totalidade social considerada, na qual diferentes níveis estruturais (com diferentes temporalidades) interferem em função de suas relações peculiares, de modo que “o processo da história é incorporado como um atributo secundário da estrutura” (1981: 104, 106-107).

Além de “afastar a história do processo”, as proposições teóricas de Althusser implicariam ainda o afastamento da agência humana da história, uma vez que o “sistema de fechamento” por ele proposto, sua concepção de estrutura, expressa uma noção de movimento interno determinado pelas próprias articulações estruturais (em que homens e mulheres aparecem como

meros “vetores” de funções determinadas por suas posições no quadro estrutural) e, em última instância, pela estrutura econômica – não se considerando, assim, os fatos que com mutação afetam as articulações existentes. O afastamento da agência humana refletiria ainda, segundo Thompson (1981: 85), a própria influência ideológica do contexto da Guerra Fria, que viera substituir a “ilusão de época” anterior, – ou seja, o “voluntarismo”, com sua ênfase no papel dos indivíduos no fazer da história.

Será a partir da crítica a essas noções do estruturalismo althusseriano, portanto, que Thompson formulará sua própria idéia de estrutura e de processo. Segundo ele, a teoria de Althusser nega “a *história como processo*, como acontecer *inacabado e indeterminado* – mas não por isto destituído de *lógica racional* ou de pressões *determinantes* – nos quais as categorias são definidas em contextos próprios mas sofrem continuamente uma redefinição histórica, e cuja *estrutura* não é pré-fornecida, mas *protéica*, mudando constantemente de forma e articulação” (1981: 97).

Trata-se, portanto, de definir a estrutura não como um momento “congelado” dos acontecimentos, mas como processo, como um “vir-a-ser” de possibilidades. De outra forma, concebe-se o processo como totalidade estruturada (com pressões mas aberto), passível de apreensão pela lógica histórica, cujo fluxo permanece indeterminado, na medida em que se desenvolve a partir do “cruzamento da determinação” – informada pelas condições materiais – “e da auto-atividade” – vista como o tratamento consciente que os agentes históricos dão às experiências materiais. Contrariamente ao que pressupõe a epistemologia althusseriana, “não há níveis percorrendo a história, mas homens e mulheres fazendo a história em sua vida material, em suas experiências e na auto-consciência destas. Não há diferentes histórias desarticuladas, mas um único tempo real, o tempo em que o processo se realiza, e é esse processo integral o objetivo do conhecimento do historiador” (1981: 112-117).

Neste sentido, Thompson reinsere na história os dois termos expulsos por Althusser: o *processo* e a *agência humana* – uma reinserção que é feita

através do conceito de “experiência”, que aparece como o próprio mediador entre o “ser social [e a] consciência social”, ou ainda, como um “ponto de junção entre estrutura e processo” dado que a estrutura (condições materiais) “continua dominando a experiência”, determinando os limites de ação dos indivíduos, “mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena [pois] a experiência é manipulada de forma a desafiar qualquer previsão”²¹. Aqui, portanto, a noção de processo revela-se avessa ao estabelecimento de “leis” universais, o que não elimina a possibilidade de falar em “regularidades do processo”. Estas, no entanto, devem ser entendidas não como necessidades sujeitas a leis, nem como coincidências fortuitas, mas como “pressões moderadoras e diretivas, articulações indicativas de práticas humanas”, que podem ser apreendidas se buscarmos não as leis, mas a “lógica do processo” (1981: 99).

Trata-se de uma lógica que deve ser pensada a partir da própria diversidade segundo a qual a realidade social se apresenta. Tendo em vista essa preocupação, Thompson procura resgatar, em seus trabalhos históricos – referimo-nos particularmente a *A Formação da Classe Operária Inglesa e a Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial* –, o modo como uma mesma experiência material é diferentemente assimilada por agentes inseridos em contextos diversos. Somente a partir dessa diversidade é que se procura uma lógica comum, que nas obras em questão refletiria a própria formação de uma consciência de classe. Segundo Thompson (1987, 1: 10), se “a experiência aparece como determinada” – e determinada, em grande medida, pelas relações de produção –, “o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma”.

Passemos agora a uma reflexão mais detida sobre as noções de estrutura e de processo em Bloch e Febvre, a fim de compreender em que

²¹ Thompson (1981: 112-117) recupera a teoria marxista em sua originalidade: “Os homens fazem sua história (...) mas não a fazem como querem”.

medida elas são compatíveis com a conceituação de Thompson e até que ponto podemos entendê-las como noções homogêneas na reflexão daqueles dois historiadores.

Ao chamar a atenção para a necessidade de analisar um fenômeno a partir de seu contexto, Bloch (1965: 35) afirma que “nunca um fenômeno histórico se explica plenamente fora do estudo do seu momento. E isto é válido para todas as etapas da sua evolução”. Portanto, a ênfase de Bloch no método sincrônico, visando compreender as articulações sociais específicas de um dado momento, capazes de dar plena inteligibilidade aos fenômenos estudados, não aparece dissociada do método diacrônico, ou seja, da análise desses fenômenos a longo do tempo. Em outras palavras, embora seu método chame a atenção para o “contexto”, para o tempo em que estão imersos os fenômenos, não exclui a importância de considerar o *processo*, na medida em que o próprio tempo é entendido como sendo contínuo e, simultaneamente, em perpétua mudança (Bloch, 1965: 30). Vejamos como essa questão se precisa a partir do próprio método de análise histórica elaborado por Bloch.

A preocupação em considerar um fenômeno em “todas as etapas da sua evolução” aparece relacionada a uma outra questão, central em sua proposta metodológica: a idéia de *causa*. Partindo da crítica à história tradicional, que buscava reconstruir os fenômenos históricos pelo estabelecimento de uma seqüência causal entre eles, Bloch (1965: 31-34) afirma que, na explicação dos fenômenos históricos, devem-se buscar as origens não no sentido de um “começo único” – uma vez que “filiação” não se confunde com “explicação”. Mais que as causas de emergência de um fenômeno, é preciso explicar suas condições de manutenção e, desta forma, as próprias origens devem ser entendidas a partir de um enfoque dinâmico, como se perpetuando e, ao mesmo tempo, transformando-se ao longo do tempo. Isto porque, pergunta ele, teremos “nós a veleidade de compreender esses homens se os estudarmos apenas nas suas reações perante as circunstâncias peculiares a um momento? Mesmo a respeito daquilo que nesse momento eles são, a experiência será insuficiente. Muitas virtualidades provisoriamente pouco aparentes, mas que, a cada instante, se

podem revelar, muitos motores, mais ou menos inconscientes, das atitudes individuais ou coletivas, ficarão na sombra” (1965: 42).

A forma como Bloch define seu objeto de estudo em *A Sociedade Feudal*, escrito em 1939, – a qual pode ser considerada uma “obra-síntese” na produção intelectual desse historiador²² –, sistematiza, em grande medida, as proposições metodológicas vistas até aqui. Segundo ele, seu objetivo nesta obra foi “a análise e explicação de uma estrutura social com as suas conexões”, ou seja, uma análise da “ossatura das instituições que regem uma sociedade”, a qual, por sua vez, “só pode explicar-se pelo conhecimento de todo o meio humano”, considerando-o na *globalidade* de seus aspectos, sem que se busque estabelecer uma hierarquia entre seus traços fundamentais de forma a estabelecer relações dicotômicas de causa e efeito, mas entendendo estas instituições a partir de suas “*perpétuas interações* que tecem uma sociedade como um espírito” (1982: 14 e 76. Grifo nosso).

Uma primeira constatação a partir dessa definição é que, se anteriormente foi possível notar que a ênfase de Bloch na sincronia não exclui a análise do processo, sua concepção de *estrutura* revela-se um conceito dinâmico, como uma “estrutura social” historicamente construída, que deve ser considerada em sua própria evolução. Não se confunde, portanto, com a noção de estrutura de Althusser, criticada por Thompson.

Por outro lado, a recusa em buscar causas únicas e primeiras em história concorda, em grande medida, com a crítica de Thompson ao determinismo da teoria marxista ortodoxa, segundo a qual haveria um sentido de determinação de uma infra-estrutura econômica para uma superestrutura formada pelas demais instâncias da vida social. Além disso, ela concorda com uma outra peculiaridade da lógica histórica, tal como definida por Thompson, ou seja, o fato de este rejeitar a idéia de causas suficientes, em se tratando do conhecimento histórico. Isto porque as noções de causação (assim como as de contradição, mediação, organização etc.) são

²² Nesse trabalho, encontram-se sistematizadas não somente diversas produções prévias abordando o tema do feudalismo, como também algumas de suas principais concepções teórico-metodológicas acerca da disciplina histórica.

produzidas pela teoria a partir de um constante confronto com as evidências, que devem ser apreendidas no tempo como processo indeterminado, capaz de contrariar qualquer relação causal preestabelecida²³.

Uma outra constatação que se pode extrair das noções de “causa” e “origens”, é que elas indicam um outro ponto comum entre Bloch e Thompson: o fato de que, em ambos, o estabelecimento de causas únicas e suficientes é visto como um procedimento arbitrário do historiador, informado por seus próprios juízos de valor (estabelecidos a partir do presente) em relação ao fenômeno analisado, aos quais, segundo Thompson (1981: 53), as evidências não podem responder. Neste sentido, expressam um “juízo” – o que é entendido por ambos os historiadores como não sendo o papel do historiador –, e não uma atitude explicativa em relação ao passado. Segundo Bloch (1965: 169-170), “a superstição da causa única, em história, é muitas vezes a forma insidiosa da procura do responsável: portanto, do juízo de valor”. Logo, “as causas, em história ... não se postulam. Investigam-se”.

À idéia – até esse ponto consensual entre Bloch e Thompson – de que as articulações estruturais de uma dada realidade devem ser apreendidas numa perspectiva dinâmica – ou seja, de que a estrutura deve ser considerada como processo – acresce-se o fato de que tal estrutura deve, na visão de ambos, ser resgatada em sua *totalidade*, ou, conforme define Bloch, a partir do “conhecimento de todo meio humano”. Se por um lado Thompson rejeita a noção de “níveis” que percorrem a história²⁴, postulando a existência de um “único tempo real, o tempo em que o processo se realiza” em sua integridade,

²³ Thompson (1981: 166) se vale do exemplo de uma mulher para mostrar que nenhuma análise que procure compreender seu comportamento a partir das múltiplas determinações estruturais às quais está submetida seria suficiente. Apenas sua observação no tempo seria válida na identificação de algumas dessas causas.

²⁴ A discordância de Thompson em relação à idéia de pensar a história a partir de “níveis” sugere uma divergência deste historiador em relação aos métodos da história serial e ao terceiro nível, praticados pelas gerações posteriores dos *Annales*, em que a cultura é vista como uma instância da sociedade, descolada, em grande medida, de suas articulações estruturais.

por outro lado Bloch chama a atenção para a “profunda unidade do *eu*”, não havendo um “*homo religiosus, homo economicus, homo politicus*”, apresentando-se separadamente ao historiador (cf. Thompson, 1981: 108; Bloch, 1981: 132).

A idéia de que explicar requer a apreensão de uma dada realidade na totalidade de seus aspectos desdobra-se, em Bloch, na proposta de um *método comparativo*, o qual significa buscar *experiências coletivas diversas*, tanto num dado momento, quanto em suas evoluções simultâneas, apreender as múltiplas manifestações da vida social, para, somente a partir delas, selecionar e aproximar, nomear e classificar. Em outras palavras, trata-se de abstrair a partir de situações específicas e, somente com tal procedimento, apreender convergências entre diferentes experiências, passar da “diversidade dos fatos humanos à unidade das consciências”, ou ainda, conforme diria Thompson (1981: 128), identificar “regularidades” no processo. Em ambos os historiadores, portanto, a ênfase é posta nas *diversidades*, na singularidade pela qual diferentes sociedades ou diferentes grupos sociais vivenciam experiências parecidas.

Percebemos, dessa forma, que nas noções de estrutura e de processo de Bloch a experiência assume, assim como em Thompson, uma importância fundamental. Neste último, conforme visto, por revelar-se o próprio termo a partir do qual se torna possível pensar a história como “processo estruturado”; em Bloch, por articular a diversidade das manifestações da vida, tanto no plano individual, quanto no social, permitindo comparar e, neste sentido explicar²⁵. Em ambos os historiadores,

²⁵ Embora a importância do método comparativo em Bloch acabe levando a uma priorização das diversidades em detrimento das regularidades em sua análise – o que se revela um procedimento comum entre seu método e o de Thompson – essa importância não é motivada pelas mesmas preocupações que envolvem o trabalho deste último historiador. Conforme vimos, ao ressaltar as singularidades pelas quais uma realidade social se apresenta, Thompson visa a entender de que maneira uma experiência semelhante, determinada pelas condições materiais, é apreendida de modos distintos pelos diferentes agentes no processo de formação de uma “consciência de classe”. Isso invalida a tese de Althusser, que vê tal consciência como um reflexo direto do modo como se estruturam as relações de produção. Em

por sua vez, por denotar a idéia de *tempo*, só se fazendo compreender como *processo*.

Todavia, se as aproximações entre esses dois historiadores revelam-se tão explícitas a partir deste breve resgate de suas noções de estrutura e de processo em história, devemos nos perguntar em que medida é possível identificar essas mesmas concepções em Febvre. Conforme já apontamos, este último compartilha da mesma preocupação em instituir uma “história explicativa”, propondo, para tanto, um método que vise a compreender o fenômeno histórico a partir de seu contexto e em sua globalidade. No entanto, é preciso ressaltar que, para além desses “pontos comuns” entre as propostas de Bloch e as de Febvre, as diferentes formas pelas quais estes historiadores definem seus objetos de estudo revelam-nos algumas divergências entre suas concepções teórico-metodológicas acerca do conhecimento histórico.

Em seu trabalho *O Problema da Descrença no Século XVI: a Religião de Rabelais*, de 1942, Febvre desenvolve de modo bastante elaborado sua proposta metodológica, de tal forma que seu próprio objeto nesse livro é definido como “a procura de um método” (Febvre, s/d: 19). Diferentemente de Bloch, que visa a apreender uma realidade passada pela história de suas instituições sociais, pela comparação entre diferentes experiências coletivas, Febvre procura compreender toda uma concepção religiosa do século XVI a partir do pensamento de Rabelais. Trata-se da tentativa de apreender o “espírito de uma época” (seus modos de pensar, agir e sentir) pelo adentramento numa consciência individual, buscando nesta a cristalização de uma época, ou ainda, apreendendo, a partir das múltiplas exteriorizações dessa consciência individual, a própria globalidade

Bloch, a ênfase no enfoque comparativo deve-se, em grande medida, à própria influência intelectual que a sociologia durkheiminiana teve em sua formação. Segundo a sociologia de Durkheim, a comparação é uma condição essencial para a explicação – o que elevava a sociologia ao *status* de única ciência humana possível (ver A. Burguière, 1993: 339).

da sociedade em questão, numa abordagem que se aproxima da psicologia coletiva (cf. Burguière, 1993: 339).

Em Febvre, portanto, a ênfase desloca-se da relação entre experiências coletivas – ou, mais precisamente, uma “mentalidade coletiva” – e as “instituições sociais”, para a relação entre pensamento e obra de um *indivíduo* e a *sociedade* na qual ele está inserido, sem buscar um “contraste” entre eles, mas resgatando a globalidade da sociedade em questão a partir da própria experiência individual (cf. Febvre, s/d, (a): 113). Esse enfoque, portanto, diverge daqueles apresentados tanto por Bloch quanto por Thompson, uma vez que, em ambos, a ênfase recai sobre experiências coletivas e, neste último, mais particularmente nas “experiências de classe”, conforme veremos mais adiante.

No entanto, apesar do enfoque diferenciado na apreensão da realidade passada, o método de Febvre não exclui a idéia de *processo*. Assim como Bloch, Febvre admite a importância do método comparativo na análise histórica e, em sua perspectiva, tal método acaba se deslocando para a própria diacronia, ou seja, para a busca das transformações sofridas pelo pensamento do indivíduo ao longo de sua vida²⁶. A consideração dessa dimensão temporal é fundamental, uma vez que, também Febvre nega a idéia de “causa” como um começo único que explica, de modo que o próprio tempo é definido a partir de um conjunto de “proposições”, que vão sendo historicamente colocadas e manipuladas pelo indivíduo. No caso do estudo sobre Rabelais, Febvre nuança o próprio contexto de influências sobre seu pensamento, não buscando “golpes definitivos” que o remetam a referências únicas e suficientes²⁷.

²⁶ Ainda que tanto em Bloch quanto em Febvre o tempo assuma o papel de categoria histórica central, o “tempo” que envolve o objeto deste último historiador é o das “rápidas transformações” ou, ainda, o tempo em que se desenrola a própria vida do indivíduo estudado, ao passo que em Bloch a análise das instituições desenvolve-se no tempo da “longa duração”, cobrindo séculos de história.

²⁷ No caso da obra sobre a descrença no século XVI, Febvre mostra ao longo de sua análise como as doutrinas e idéias da época não são simplesmente assimiladas por Rabelais, mas instrumentalizadas de acordo com as diferentes fases de sua vida e,

Essa ênfase na experiência individual refletindo, articulando e produzindo idéias e doutrinas de uma época implica, portanto, que o método de Febvre privilegie, mais que o do próprio Bloch, o papel da *agência humana* no processo histórico. É neste sentido que podemos entender, em grande medida, o fato de Febvre negar a noção de estrutura (ainda quando historicamente concebida), preferindo trabalhar com a idéia de “utilização mental” de uma época, definida como um conjunto de “ferramentas” (filosóficas, científicas e mesmo metafísicas) disponíveis num dado momento, a partir das quais os indivíduos podem elaborar seus raciocínios e agir. O método de Febvre, dessa forma, não visa a buscar regularidades e diretivas que se repõem durante um certo período, enfatizando muito mais a indeterminação do processo histórico, na medida em que este é focado, em grande parte, pela perspectiva da experiência individual²⁸.

Dessa forma, ainda que não inserido numa tradição marxista, Febvre consegue fazer da noção de “experiência” – e, mais precisamente, da “experiência individual” – um mediador entre as “condições materiais”, englobadas em sua definição de “utilização mental” e o processo histórico analisado na sociedade em questão – sugerindo, ainda, uma interessante via para pensar a relação entre indivíduo e sociedade. Neste sentido, é possível pensar numa proximidade entre seu método e a proposta de Thompson apresentada na *Miséria da Teoria*²⁹.

em grande medida, reelaboradas.

²⁸ Segundo Burguière (1993: 341), são exatamente essas diferenças de enfoque entre Bloch e Febvre que levam este último a criticar *A Sociedade Feudal*, por ser um livro excessivamente “esquemático” que, utilizando a abstração, faz com que o indivíduo esteja praticamente ausente da análise.

²⁹ É importante notar que, se por um lado o que Febvre consegue desenvolver em termos de sua produção historiográfica concorda com as propostas teóricas de Thompson na *Miséria da Teoria* mais do que o que desenvolve Bloch, por outro lado os próprios trabalhos históricos de Thompson – e aqui estamos nos referindo especialmente a *A Formação da Classe Operária Inglesa* – são frequentemente criticados por não conseguirem revelar o modo como os agentes históricos constroem, ao longo do processo histórico, suas condições materiais – ou seja, a própria “estrutura”. Acreditamos, porém, que essa crítica deva ser matizada a partir de

Se todos esses pontos relativos às noções de estrutura e de processo em Thompson e nos *Annales* assinalam – ainda que com aproximações diferenciadas – uma profunda convergência entre seus entendimentos sobre a natureza da disciplina histórica, cabe-nos aqui ressaltar um último ponto que atenua as semelhanças teórico-metodológicas entre esses historiadores. Referimo-nos à própria forma como, em cada um deles, é concebida a *dinâmica do processo histórico*.

Em Thompson, conforme procuramos ressaltar, o conceito de experiência revela-se a própria “genética” do materialismo histórico, segundo a qual “homens e mulheres retornam como sujeitos” da história. Essas experiências, por sua vez, são vistas como determinadas por suas situações e relações produtivas, as quais expressam necessidades, interesses e antagonismos (cf. Thompson, 1987, 1: 182). Detenhamo-nos neste último termo.

O que Thompson tem em mente ao enfatizar as diversidades das experiências vividas pelos indivíduos é, conforme vimos, a identificação, a partir delas, de um fundo comum, uma “regularidade”, que refletiria a própria formação de uma consciência de classe. De outro modo, podemos dizer que tais experiências são vividas como “experiências de classe” – sendo entendida como “um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência” (Thompson, 1987: 9). A classe, por sua vez, “acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas e partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (Thompson, 1987: 10).

leituras mais atentas dos trabalhos históricos de Thompson – leituras centradas na forma como Thompson desvenda os embates teóricos daquele momento, os conflitos e divergências no interior e fora das fábricas (estando aí aquilo que talvez seja relevante para compreender o papel da agência humana no processo histórico da formação da classe operária inglesa).

Dessa forma, o processo histórico, segundo a concepção de Thompson, traz em si a idéia de *conflito*. Desenvolve-se a partir da própria noção marxista de luta de classes – entendida aqui não por um enfoque mecanicista, em que as classes aparecem como “coisa”, como meros reflexos das relações de produção, passíveis de imobilização num dado momento e funcionando como o “motor da história” – mas como surgindo no “cruzamento da determinação e da auto-atividade”, como um “vir-a-ser que se desenvolve num processo inacabado de relação e luta no tempo” (Thompson, 1987: 121).

O processo histórico revela-se, assim, como *processo dialético*, cuja dinâmica é concebida a partir de relações sociais contraditórias. Mais que isto, o que Thompson propõe não é apenas o resgate dessa dialética marxista como lógica do processo, segundo ele expulsa pela teoria althusseriana sob o nome de “sobredeterminação”, mas a própria necessidade de “pensar dialeticamente um modo dialético de apreender uma realização fluente e contraditória”. Em outras palavras, trata-se de estender o raciocínio dialético para o método de conhecimento, constituindo-se, assim, na própria “lógica histórica”³⁰.

Em Bloch e Febvre, por sua vez, a dinâmica histórica é concebida de modo diverso, e entendê-la requer a retomada de algumas noções conceituais e metodológicas de suas propostas historiográficas. Conforme assinalamos, a preocupação desses historiadores com a instituição de uma história explicativa embasa suas ênfases nos procedimentos sincrônicos de análise, chamando a atenção para a consideração do contexto estrutural em que ocorreram os fenômenos estudados. Este é o procedimento que permitiria ao historiador situá-los em seu próprio tempo histórico, evitando o erro do anacronismo. Para tanto, nada mais seguro do que compreender uma época, uma dada organização social, por seu “interior”, por aquilo que

³⁰ Segundo Thompson (1987: 54), todo conceito surge de engajamentos empíricos e, na medida em que a tese (conceito/hipótese) é posta em relação com a antítese (evidência), resulta a dialética do conhecimento.

ela possui de mais “profundo”, ou seja, por seu *quadro mental*, de onde é possível extrair valores e significados próprios ao momento analisado.

Conforme destaca Burguière (1993: 340), neste sentido o estudo das *mentalidades* revela-se um dos meios mais seguros para evitar o anacronismo em história, razão pela qual, desde cedo tornou-se um ponto importante na abordagem dos *Annales*. No que diz respeito ao modo como o tema é tratado por Bloch, podemos identificar sua presença já em seu trabalho sobre a crença no poder curativo dos reis – *Os Reis Taumaturgos*, de 1924 – em que o “toque régio”, tomado enquanto fato social, é entendido como uma criação do próprio “inconsciente coletivo”, a partir de uma crença já arraigada acerca do milagre³¹. Em outras palavras, Bloch desenvolve um método de análise segundo o qual as instituições sociais são enfocadas a partir do que revelam de mais profundo: seu quadro mental. Segundo Burguière (1993: 342), nos *Reis Taumaturgos* “Bloch estuda as práticas simbólicas e, através delas, as representações mentais que as informaram (...). Ele analisa esta concepção mágica do poder como um elemento do patrimônio imaginário de uma sociedade, que atravessa os séculos e transcende as fronteiras de classe”.

Esse método reaparece nos trabalhos finais de Bloch – *Introdução à História* e *A Sociedade Feudal* – nos quais, segundo Le Goff (1993: 29), ele desabrocha em seu sentido mais explícito. Neste último trabalho, Bloch procura dar um tratamento diferenciado ao tema, buscando entender “as atitudes morais ou afetivas” da sociedade feudal “pelo seu próprio enraizamento social, pela sua ligação com as condições econômicas e demográficas da época”. No entanto, ainda que essa preocupação prevaleça, Bloch acaba enfatizando os traços comuns a uma dada “mentalidade coletiva”, o que permite, inclusive, que ele conceba o feudalismo como um “tipo social”.

³¹ Segundo Burke (1992: 30), tanto a ênfase no coletivo quanto o uso do termo “fato social”, pelo qual Bloch expressa uma concepção das instituições como sínteses de múltiplas determinações, revelam uma forte influência da sociologia durkheiminiana, que exercera forte ascendência sobre Bloch.

O destaque dado ao coletivo pode ser melhor compreendido se considerarmos as implicações de seu método em termos da *crítica documental*. O fato de Bloch utilizar um método comparativo, por meio do qual visa a articular diferentes experiências, ou ainda o fato de a experiência assumir em sua análise um papel articulador entre as diversas manifestações da vida humana, faz com que os testemunhos históricos sejam tomados como “evidências”, de forma a buscar entre eles conexões lógicas capazes de explicar a sociedade em questão. Trata-se, portanto, de um raciocínio, que não admite a idéia de contradição entre os testemunhos: as diferenças entre eles são entendidas como antinomias, como ambivalências que convivem numa dada sociedade. Segundo Bloch (1965: 132)., mesmo “quando os papéis alternadamente desempenhados pelo ator único parecem opor-se tão brutalmente (...) é possível que, vista de perto, a antítese seja apenas a máscara de uma solidariedade mais profunda”. Além disso, vale notar, essas experiências não são tratadas em termos de classe – ainda que Bloch utilize esse conceito em *A Sociedade Feudal* – sendo definidas como “experiências coletivas”, assumindo um sentido mais globalizante.

Dessa forma, a ênfase de Bloch na análise sincrônica pode ser melhor compreendida a partir da idéia de recuperação da “estrutura profunda” que encerra o fenômeno analisado – o que significa abordar a realidade passada a partir da *história das mentalidades*. O modo como esta última é praticada por Bloch, que implica a utilização de um método comparativo que articule as experiências coletivas analisadas, acaba, por sua vez, por nuançar as divergências colocadas no plano mental – as quais devem guardar uma correspondência nas especificidades materiais que define grupos e classes – deixando ausente da análise do autor a noção de conflito. Neste sentido, seu conceito de mentalidade não se confunde com o de ideologia – o qual expressa a idéia de interesses contraditórios e, portanto, conflitantes – revelando-se muito mais globalizante, podendo ser mais precisamente expresso pela idéia de “ambiência mental”. Diferentemente de Thompson, Bloch não revela uma concepção dialética do processo histórico, mas uma concepção *evolucionista*, na qual a dinâmica histórica é concebida a partir

das antinomias que perpassam a sociedade. Enfatiza-se a *convivência* entre diferenças que habitam uma mesma estrutura social, assim como habitam o plano das consciências humanas.

Em Febvre, porém, a idéia da contradição é admitida. Como vimos, para Febvre a necessidade de apreender uma dada realidade social a partir de seu “interior” não resulta numa “história das instituições sociais” em suas articulações com o “sentido implícito dos comportamentos coletivos”, como em Bloch, mas na tentativa de uma “síntese” histórica sobre os problemas intelectuais de uma época, “unindo história intelectual e psicologia histórica numa perspectiva global, da qual o indivíduo seria o elemento unificador”. A noção de mentalidade em Febvre, portanto, passa a significar a “totalidade dos fenômenos intelectuais e psicológicos”, matizando a própria separação entre “produção intelectual e crenças inconscientes”³².

Essa concepção da abordagem de uma realidade passada implica a necessidade de adentramento numa mentalidade individual – o que é feito por Febvre mediante o resgate dos documentos a partir de seus próprios contextos, confrontando-os entre si, recompondo as polêmicas e debates que lhes deram origem, realizando, enfim, uma minuciosa *análise de discurso*. Dessa forma, esse procedimento de crítica documental no qual o próprio sujeito é reinserido no contexto de seus interlocutores como mais um interlocutor, permite que Febvre apreenda as ambigüidades, as “verdades contraditórias” que envolvem o pensamento individual e que se exteriorizam nas próprias contradições da sociedade da época.

³² Segundo Burguière (1993: 339-344), Febvre expressa nesse ponto uma influência marcante do filósofo Henri Berr, fundador da *Revue de Synthèse Historique*, o qual propunha juntar “história intelectual” e “psicologia histórica” numa perspectiva global, na qual o indivíduo aparece como o elemento unificador. Por esta mesma época (início do século XX), uma outra revista exerceria maior influência sobre Marc Bloch: *L'Année Sociologique*, de tendência durkheiminiana. Essas diferentes filiações intelectuais, portanto, explicariam, em grande medida, as diferentes concepções de mentalidade em Bloch e Febvre e, acreditamos, diferenças mais gerais em suas propostas metodológicas.

Isso, porém, ainda que revele uma proximidade bastante grande com a forma pela qual Thompson aborda os documentos – pois Thompson também reinsere os textos no contexto dos debates em que foram produzidos, fazendo-os polemizar entre si – não significa que Febvre conceba uma dinâmica histórica dialética, no sentido empregado por Thompson, uma vez que, para Febvre, essas contradições não se colocam em termos de luta de classes. Neste sentido, o termo *mentalidades* também assume em Febvre um sentido globalizante, de modo que o pensamento individual é tomado como expressão de todo um “espírito de época”.

Podemos assim constatar que o que se constitui numa contribuição central dos *Annales* – a *história das mentalidades* – desenvolveu-se, tanto em Bloch quanto em Febvre, por meio de métodos em que o processo histórico, ainda que concebido a partir da consideração de experiências distintas e de aspectos contraditórios de uma mesma experiência, não se traduz numa dinâmica dialética, enfocada a partir do processo conflituoso de formação das classes.

Isso, porém, não significa que Thompson e outros historiadores de tradição marxista tenham deixado de contemplar os objetos estudados pela história das mentalidades, no sentido inaugurado pelos *Annales*. Apesar de Burke destacar as barreiras a esse tipo de história³³, o que nos parece relevante (e aqui aderimos ao argumento de Hobsbawm) não é o uso do termo – mesmo porque este se revela controverso entre os próprios historiadores da tradição dos *Annales* – mas o fato de que outras filiações teóricas têm permitido aos historiadores de diferentes tradições generalizar seus métodos e objetos de análise para o estudo das mentalidades³⁴.

³³ Burke (1978: 154) cita como barreiras à comunicação entre os *Annales* e os historiadores ingleses, o “*individualismo metodológico*” destes últimos, em contraposição à ênfase no coletivo dos primeiros; a falta de métodos para o desenvolvimento da psicologia histórica, imbricada na história das mentalidades, e o fato de esse tipo de história, tal como praticado por Bloch e Febvre, não respaldar o estudo das idéias e valores morais nas diferenças de grupos e classes sociais.

No caso de Thompson – e do marxismo britânico em geral – Hobsbawm ressalta que essa generalização foi favorecida em grande medida pelo diálogo estabelecido entre História e Antropologia Social e, mais precisamente, pelo estudo da cultura a partir de uma abordagem “histórico-antropológica”. Esse diálogo, aliás, é reivindicado por Thompson no próprio *Miséria da Teoria*, em que critica Althusser por ter, segundo ele, “liminado toda antropologia de sua teoria”, ao conceber as necessidades humanas como sendo determinadas essencialmente pelo econômico – o que colocaria homens e mulheres como simples “apoios de estruturas”, no interior das quais as necessidades são previamente atribuídas (cf. Thompson, 1981: 161-163).

Cabe-nos entretanto atentar para o tipo de apropriação dos métodos e conceitos antropológicos que é feito por Thompson. Em seu comentário crítico aos trabalhos de Keith Thomas, *Religion and the Decline of Magic*, de 1971, e de Alan MacFarlane, *The Family Life of Ralph*, o autor condena a tendência, tanto da antropologia quanto da sociologia, para generalizar descobertas de um contexto social para outros, o que confere a essas disciplinas um caráter a-histórico. Segundo ele, “a disciplina histórica é, acima de tudo, a disciplina do contexto; cada fato pode ganhar significado apenas em meio a outros significados”, os quais, por sua vez, são construídos na vivência de suas experiências particulares e coletivas (cf. Thompson, 1972: 43-49).

Esse modo de conceber o tratamento dos objetos inicialmente pertencentes ao campo da história das mentalidades é desenvolvido por Thompson em seu trabalho *Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo*

³⁴ Segundo Hobsbawm (1978: 160-61), não é de crer que os historiadores britânicos que têm praticado a “história das mentalidades” revelem uma herança direta dos *Annales*, “exceto no campo da Idade Média, onde Bloch é claramente fundamental”. O próprio marxismo tem feito a conexão entre “o mundo das idéias e sentimentos e a base econômica”, ainda quando a partir do modelo “base-superestrutura”. Além disso, não é preciso seguir a filiação teórica de Lévi-Bhrul – cujo livro *A Mentalidade Primitiva*, de 1922, foi a grande fonte de inspiração de Bloch e Febvre e deve ser encarado como uma abordagem datada – para praticar esse tipo de história.

Industrial, em que o autor analisa a mudança no sentido do tempo (impulsionada pela difusão dos relógios a partir do século XVII), provocada na “disciplina de trabalho”, e até que ponto ela afetou “a percepção interior do tempo da gente trabalhadora” (cf. Thompson, s/d: 341).

Thompson analisa a internalização dos valores capitalistas – traduzidos em grande medida por uma nova noção de tempo, denotadora de dinheiro e distinta daquela guiada pelas atividades de trabalho dos camponeses e artesãos ingleses no período pré-industrial – que, se por um lado é fruto da imposição dos patrões, por outro não se faz sem conflito e resistência, e tampouco sem combinar com os novos valores, elementos de uma cultura antiga. Além disso, Thompson enfatiza a necessidade de pensar de maneira articulada as transformações materiais e mentais, pois, segundo ele “não existe o desenvolvimento econômico se não é desenvolvimento ou mudança cultural; e o desenvolvimento da consciência social, como o do pensamento do poeta, não pode, em última instância, planejar-se”. (s/d: 293)

Neste sentido, sua concepção do processo histórico, que, conforme vimos, revela como categoria fundamental o conceito de “experiência”, não deixa de contemplar a história das mentalidades – ainda que através de um método e de filiações teóricas distintas daqueles empregados por Bloch e Febvre, e ainda que prescindindo do próprio uso do termo: em sua análise, o termo *cultura* assume uma conotação suficientemente abrangente, que permite englobar o estudo das mentalidades. Neste sentido, a dinâmica histórica é concebida como um processo de luta no tempo, no qual as experiências não são apreendidas apenas no nível das idéias, mas “enquanto sentimentos que são trabalhados na cultura, a qual pode ser descrita aqui como consciência afetiva e moral”, de modo que “todo antagonismo em torno de interesses materiais, também é um conflito de valores” (s/d: . 190).

Conclusão

Certamente, este breve resgate de algumas das principais obras de Thompson, Bloch e Febvre não tem como pretensão esgotar as possíveis

similaridades e divergências entre suas concepções teórico-metodológicas acerca da disciplina histórica. Tal objetivo exigiria uma análise muito mais abrangente e aprofundada das obras desses historiadores, principalmente no que diz respeito a seus trabalhos históricos, aqui pouco analisados.

No entanto, acreditamos que os textos confrontados nos permitiram identificar alguns pontos centrais, a partir dos quais podemos pensar as possíveis convergências entre as proposições do historiador marxista inglês e as da “primeira geração” dos *Annales*. Conforme vimos, nos três historiadores analisados foi possível perceber uma mesma *concepção do conhecimento histórico*: um conhecimento *datado*, visto que as questões com que abordamos o passado são formuladas a partir de um presente em constante transformação e que se constrói a partir do próprio *diálogo* estabelecido entre essas questões e as evidências.

Além disso, tanto Thompson quanto Bloch e Febvre revelam a preocupação com o estabelecimento de uma história que dê conta da “totalidade” das sociedades analisadas, ou seja, eles visam a instituir uma *história total*. Nos três historiadores, ainda, evidencia-se a consideração da importância de um método de análise simultaneamente *sincrônico* e *diacrônico*, que apreenda a “totalidade do processo histórico”, conforme diria Thompson, ou, de acordo com os historiadores dos *Annales*, que considere um dado fenômeno a partir de seu contexto e em “todas as fases de sua evolução”.

Se esses pontos indicam um campo de proximidades teóricas significativas entre esses historiadores, ainda que com ênfases diferenciadas em questões específicas, as divergências entre seus enfoques parecem estar centradas, fundamentalmente, nos desdobramentos que suas preocupações políticas e filiações teóricas distintas acarretam em termos de suas proposições metodológicas, bem como da forma como concebem a *dinâmica do processo histórico*. Em Thompson, a preocupação em devolver ao marxismo as credenciais do materialismo histórico, afastadas pelo estruturalismo althusseriano, leva-o a resgatar a importância tanto da *ação humana*, quanto do *processo histórico*, a partir da idéia de *experiência*. Esta

se revela o elemento articulador das noções de estrutura e processo, implicando que este último seja concebido como o próprio processo de formação das classes no tempo: um processo de luta, que denota a idéia do *conflito* entre interesses e valores antagônicos, de forma que o processo histórico apresenta-se como um *processo dialético*.

Nos historiadores dos *Annales*, a preocupação em desenvolver uma história explicativa implica a ênfase no resgate dos objetos estudados a partir de seus contextos de ocorrência, de onde emerge o destaque dado ao *método sincrônico* de análise. Nesse caso, porém, recuperar um fenômeno em sua plena inteligibilidade implica a tentativa de resgatá-lo a partir de sua “estrutura profunda”, ou seja, a partir *história das mentalidades*. Este, porém, revela-se um conceito “globalizante”, não implicando, tanto em Bloch quanto em Febvre, a análise dos fenômenos sociais a partir da luta de classes. Em Bloch, a ênfase recai na busca das conexões entre experiências coletivas diversas, de modo que o processo histórico é concebido a partir das *antinomias* que aí se revelam, tratando-se, portanto, de uma concepção muito mais *evolucionista* desse processo. Em Febvre, ainda que seu método permita identificar as contradições que habitam o pensamento de um indivíduo e, a partir deste, extrapolar para toda uma época, não aparece a idéia do conflito como o elemento determinante da dinâmica do processo histórico.

Por fim, cabe-nos reforçar a relevância que acreditamos existir numa análise que confronte simultaneamente os trabalhos de Febvre, Bloch e Thompson, bem como o motivo pelo qual as noções de estrutura e de processo nos parecem privilegiadas como parâmetros para a condução desse diálogo. Para tanto, é preciso ter em mente o fato de que não apenas as similaridades entre estes dois últimos autores nos parecem mais evidentes, como a própria referência a Bloch é a única explicitamente identificada em *A Miséria da Teoria*. Sem dúvida alguma, a ênfase privilegiada do historiador inglês nas proposições de Bloch merece uma investigação mais aprofundada, que foge ao escopo deste artigo. Acreditamos que o fato de Bloch estar mais próximo da história econômica, tão cara ao marxismo,

constitui-se numa possível via explicativa para a maior familiaridade de Thompson com sua obra. Além disso, não devemos imputar a este historiador a mesma leitura que aqui fizemos dos trabalhos dos *Annales*. Sendo assim, o que apontamos como possíveis aproximações entre suas concepções teórico-metodológicas pode ter sido interpretado por Thompson como pontos de divergências fundamentais. Não se pode, ainda, desconsiderar a própria possibilidade de este historiador não ter tido acesso à obra de Febvre, o que explicaria a falta de menção a sua obra no trabalho de Thompson.

De qualquer forma, o que nos parece relevante neste estudo comparativo é a fertilidade, em termos da teoria e da prática da disciplina histórica, de uma reflexão articulada sobre as questões discutidas por esses historiadores – as quais, conforme procuramos demonstrar, revelam-se por meio de uma análise que persiga suas noções de estrutura e de processo. Isto porque, no caso dos *Annales*, a ênfase no “contexto estrutural” que comporta o fenômeno estudado aparece como uma decorrência direta de suas preocupações com a substituição da história tradicional por uma história explicativa, de onde derivam suas principais formulações teórico-metodológicas. No caso de Thompson, a tentativa de reinserir o processo na história, recuperando o marxismo na sua originalidade, leva-o a reagir contra uma dada concepção de estrutura – o estruturalismo althusseriano – extraindo daí os termos centrais de sua proposição historiográfica: a noção de *experiência* e o conceito de *classe*. Em ambos os casos, portanto, as noções de estrutura e de processo parecem-nos funcionar como os catalisadores dos termos de um debate por meio do qual esses historiadores elaboram suas próprias apologias acerca da disciplina histórica.

Bibliografia

ABELOVE, H. 1982 “E.P. Thompson. The Poverty of Theory”, *History and Theory*.

Studies in the Philosophy of History, vol. XXI, n. 1..

- BLOCH, M. 1982. *A Sociedade Feudal*. Lisboa, Edições 70.
- _____. 1965. *Introdução à História*. Lisboa, Publicações Europa-América.
- BURGUIÈRE, A. 1993. “La notion de “mentalités” chez Marc Bloch et Lucien Febvre: deux conceptions, deux filiations”, *Revue de Synthèse*, 111-112, jul-dez.
- BURKE, P. 1978. “Reflections on the Historical evolution in France: The *Annales* School and British Social History”, *Review*, vol. 1, n. 3/4. Inverno-verão.
- _____. 1992. *A Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo, Unesp.
- FEBVRE, L. s/d. (a). *O Problema da Descrença no Século XVI: a religião de Rabelais*. Lisboa, Início.
- _____. s/d. (b). “Contra duas filosofias oportunistas da história: de Spengler a Toynbee”, in: Mota, C.G. (org.) *Febvre*, São Paulo, Ática.
- KAYE, H.J. 1989. “Los Historiadores Marxistas Británicos”, *Ciencias Sociales*.
- LE GOFF, J. 1993 *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes.
- MOTA, C. G. (org.). s/d. *Febvre*. São Paulo: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- THOMPSON, E.P. 1981. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. 1987. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3 vols.
- _____. s/d. “Tiempo, Disciplina de Trabajo y Capitalismo Industrial”, in: *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona, Editorial Critica.

_____. 1972. "Antropology and the discipline of historical context", *Midland History*,

vol. 1, n. 3, primavera, pp. 41-45.

Artigo



POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO: CLASSE E GÊNERO*

Ana Paula Vosne Martins**

Resumo: Este artigo discute a questão das relações entre os conceitos de classe e gênero para a análise histórica. A partir dos debates entre marxistas e feministas e da influência do trabalho historiográfico de Thompson para a escrita da história social das mulheres, o objetivo é entender algumas das críticas endereçadas a Thompson sobre a experiência feminina no processo histórico da formação da classe operária, bem como discutir de que modo as relações de gênero estão presentes em alguns trabalhos mais recentes de Thompson.

Abstract: This article discusses the relations between the concepts of class and gender in the historical analysis. Beginning with the debates between marxists and feminists and the influence of the E.P. Thompson's historiographic works for the writing of women's social history, its aim is to understand some criticism addressed to Thompson about the female experience in the historical process of the making of the working class, as well as to discuss how gender relations are present in Thompson's more recent works.

Palavras-chave: Classe - Gênero - História social

Keywords: Class - Gender – Social history

* Este texto é resultado de discussões desenvolvidas no curso do Prof. Sidney Chalhoub durante o primeiro semestre de 1996, a quem agradeço pelas observações, sugestões e críticas.

** Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e doutoranda em história social pela Unicamp.

Introdução

A historiografia feminista marxista conquistou um espaço acadêmico-institucional indiscutível nas últimas três décadas, principalmente no meio anglo-saxônico, onde a história social das mulheres foi produzida com maior fôlego. No entanto, desde meados dos anos 80, a história social vem sendo alvo de críticas, formuladas, em grande parte, pelas feministas – de origem marxista ou não – insatisfeitas com os resultados da extensa produção da história social das mulheres, que, segundo a crítica, em muito pouco alterou o estatuto dos estudos sobre a mulher no interior da disciplina histórica, simplesmente por não questionar os pressupostos teóricos a partir dos quais os historiadores realizavam suas pesquisas – particularmente no que se refere às categorias de identidade e de experiência.

Entender a crítica feminista à história social requer o estabelecimento de algumas questões de fundo, como as relações entre feminismo e marxismo e os problemas de ordem conceitual, alvo das críticas mais radicais, como veremos. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é discutir as possibilidades analíticas de uma abordagem que articule as categorias classe e gênero, tomando como referência o trabalho de E.P. Thompson e as críticas à história social. Abordar a forma como Thompson definiu a classe no decurso de seu trabalho historiográfico e a forma como o gênero está sendo definido no interior das ciências humanas e da história significa enfrentar esquemas teóricos bastante diferentes, mas a intenção aqui é buscar pontos em comum, possibilidades de diálogo.

Apesar das críticas que as historiadoras feministas endereçaram aos historiadores marxistas por não terem dado a devida atenção às mulheres e às relações de gênero no processo de constituição da classe operária, não se pode esquecer que grande parte da historiografia que problematizou a participação política das mulheres foi produzida à sombra da obra de Thompson.

Desta forma, minha análise terá como ponto de partida as relações entre o marxismo e o feminismo para entender por que o trabalho de Thompson exerceu grande atração e influência sobre os estudos de história das mulheres. Em seguida, discutirei como a abordagem de Thompson sobre

as relações entre classe e cultura deu visibilidade à participação das mulheres no processo histórico da formação da classe operária inglesa e, por fim, apresentarei o estado atual das discussões em torno do conceito de gênero, bem como as críticas ao trabalho de Thompson.

A partir dessas discussões, pretendo retomar os dois conceitos e expor as possibilidades de uma análise que os articule, pois tanto a classe como o gênero são categorias que compreendem fenômenos históricos envolvendo determinados agentes em suas múltiplas e complexas relações sociais e de poder.

Marxismo e feminismo

Entender como a obra de Thompson e suas críticas às interpretações a-históricas do capitalismo e da luta de classes influenciaram decisivamente a produção de uma história feminista marxista requer uma breve exposição sobre a relação entre o feminismo e o marxismo a partir dos anos 60.

Numa publicação coletiva de 1981, Heidi Hartmann expunha o mal-estar dessa relação no artigo “The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Toward a More Progressive Union”. Nesse artigo são abordados os entraves de ordem teórica e política presentes na incorporação da chamada “questão da mulher” à agenda marxista e as possibilidades de reestruturação teórica a partir da aproximação entre o movimento independente de mulheres e a Nova Esquerda (cf. Sargent, 1981).

Por que um “casamento infeliz”? Segundo Barbara Taylor (1983), essa relação pode ser recuada até os movimentos socialistas do século XIX, em que a discussão sobre os direitos das mulheres e as desigualdades entre os sexos integrava o debate político e fazia parte do projeto socialista de uma nova sociedade. As integrantes dos partidos socialistas e comunistas insistiam no caráter social e político das desigualdades de gênero, mas tinham que se contentar com o caráter secundário dado a essas questões frente à prioridade da luta de classes. Mesmo depois das revoluções russa, chinesa e cubana, a questão da mulher continuaria secundarizada frente aos

novos desafios das sociedades comunistas, como as guerras, o desenvolvimento econômico, o imperialismo, etc.

No ocidente, as feministas continuavam sua demanda por incorporar no quadro teórico-político do marxismo as desigualdades sexuais. Sem abandonar os conceitos mais centrais do marxismo, as feministas procuravam explicar a histórica opressão e submissão das mulheres a partir do paradigma da produção (cf. Benhabib e Cornell, 1993).

Segundo a conceituação de Marx, a produção envolve um duplo relacionamento: a re-produção da vida, da espécie humana, e a produção social, resultado da cooperação de vários indivíduos e que determina a natureza da sociedade. Mas, em certos trabalhos, Marx enfatizará a natureza social da produção de mercadorias e negligenciará a produção de indivíduos – a reprodução – e a produção simbólica (cf. Nicholson, 1993: 24-27).

Para incluir a questão das relações sociais de sexo no escopo teórico marxista, as feministas passaram a utilizar o termo “reprodução”, isto é, o conjunto de atividades sociais que envolviam a procriação, o cuidado dos filhos e o trabalho doméstico. O problema dessas formulações é que elas continuavam articulando as atividades intersubjetivas a partir do conceito de produção e, assim, as questões pertinentes às relações sociais de sexo continuavam secundarizadas. Algumas tentativas foram feitas no sentido de unificar classe e sexo – como se o sexo fosse uma forma de classe –, ao se estabelecer uma correlação entre trabalho e marxismo e sexualidade e feminismo. Em outras palavras, a exploração do trabalho estaria para o marxismo como a exploração da sexualidade para o feminismo. Assim, teria sentido falar das mulheres como classe, tendo em vista a posição que elas ocupavam nas relações de produção afetivo-sexuais (cf. Benhabib e Cornell, 1993: 9).

As tentativas de ampliar as categorias marxistas falhavam ao continuar operando no interior do paradigma da produção. Isso levava, no caso da história das mulheres, a uma lógica do suplemento, isto é, à escrita de uma história na qual as mulheres eram adicionadas ao conjunto dos grandes acontecimentos ou das estruturas. No máximo, o marxismo podia ser ampliado para dar guarida a outros temas como a ideologia, a cultura e a

“questão da mulher”, mas as explicações e a ênfase das pesquisas continuavam a ser as relações de produção.

No contexto anglo-saxônico, o movimento independente de mulheres, aliado à Nova Esquerda, contribuiu para a produção de análises históricas em que o paradigma da produção começava a ser questionado, bem como o modelo topológico de classe, ao tratar historicamente as relações sociais entre indivíduos que viveram situações determinadas no tempo. Essa perspectiva abria novas possibilidades analíticas para as relações sociais de sexo no interior do marxismo, como se pode observar através de importantes publicações das décadas de 70 e 80 ¹.

No entanto, a aproximação entre feministas e marxistas continuava sendo marcada por oposições entre explicações de ordem estrutural e explicações históricas. De qualquer forma, as relações sociais de sexo não eram incorporadas à análise histórica. Tal problema pode ser melhor visualizado por meio das argumentações de Perry Anderson sobre as relações entre feminismo e marxismo.

Anderson (1984: 104-108) reconhece a negligência do marxismo para com as mulheres. Todavia, a luta contra as desigualdades de sexo jamais forneceria o ímpeto principal para uma liberação humana mais ampla, simplesmente porque “as estruturas de dominação sexual recuam muito mais no passado e penetram mais profundamente na cultura do que a exploração classista. A divisão entre sexos é um *fato da natureza*, não pode ser abolida. A divisão entre classes é um *fato da história*”.

Além dessa dicotomia entre natureza e cultura, sexo e classe, o aspecto mais crítico para Anderson era o caráter da luta das mulheres. Segundo o autor, por mais justa e universal que pudesse ser a causa feminista, ela era insuficiente como ação coletiva e incapaz de eliminar a economia e a política do capital. Somente os trabalhadores – produtores imediatos – teriam tal força, devido a sua capacidade de organização de classe ou a sua posição estrutural no processo geral da produção capitalista.

¹ *New Left Review*, *History Workshop Journal*, *Radical History Review*, *Journal of Social History* e a coletânea feminista-marxista *Powers of Desire*, de 1983.

Apesar de ter sido escrito originalmente em 1983, quando as discussões em torno das oposições sexo-natureza/classe-cultura já estavam praticamente sendo ultrapassadas, o trabalho de Anderson continuava defendendo em primeira instância a determinação da posição dos sujeitos na produção, tanto para a história como para a ação política.

Tentando romper com essa abordagem dicotômica, as historiadoras marxistas gastaram muita tinta para comprovar como sexo e classe se imbricavam historicamente como divisões sociais que se fundamentavam em sistemas de dominação e exploração. Os periódicos citados acima e tantas outras publicações individuais e coletivas dos anos 70 e 80 testemunharam o debate em torno das relações entre o patriarcado e o capitalismo. O objetivo desse intenso debate era mostrar como as mulheres eram alvo de um duplo sistema de exploração e como a história negligenciou o processo de sobreposição do capitalismo ao patriarcado. Havia então toda uma história de opressão e exploração a ser resgatada².

É importante ressaltar a intenção política da história da opressão em criar uma identidade para as mulheres a partir do corpo teórico marxista. O que unia as mulheres era sua história de exploração e opressão pela ordem patriarcal e pela ordem capitalista. Em que pese o esforço intelectual e a qualidade dos trabalhos realizados sob essa ótica, a história da opressão gerou alguns equívocos, como a idéia de que a escrita dessa história só deveria ser realizada pelas próprias mulheres – uma concepção linear da história a partir da condição de oprimida e, paradoxalmente, o reforço da ação masculina e da submissão feminina ao transformar a opressão no fator principal e unificador da história das mulheres.

É nesse contexto que o trabalho de Thompson teve um importante significado para as historiadoras feministas, particularmente o livro sobre a formação da classe operária inglesa. Ao afirmar que procurava resgatar as práticas e experiências dos indivíduos da condescendência da posteridade,

² Um bom exemplo desse debate e do tipo de pesquisa histórica que ele suscitou é o livro de Sheila Rowbotham (1973).

Thompson abria caminhos para a escrita da história de sujeitos sociais que antes estavam subsumidos em agentes coletivos ou em estruturas.

Os trabalhos de Thompson e de outros historiadores britânicos como E. Hobsbawm e C. Hill propunham uma outra perspectiva de análise histórica das relações sociais: a história vista de baixo. Essa perspectiva tinha como objetivo entender as relações entre as classes sociais a partir das classes baixas – camponeses e operários – sem perder de vista a natureza política dessas relações. Portanto, abandonava-se o enfoque dicotômico opressão-subordinação em favor das relações de opressão, exploração, submissão, acomodação, luta e resistência. Complexificavam-se, assim, as relações de poder, rompendo com os pares opostos opressor-oprimido, ativo-passivo, ao pensar os sujeitos da história como sujeitos políticos.

Essa abordagem político-cultural das relações sociais foi bem recebida pela história das mulheres: tratava-se de uma história que resgatava a ação e a palavra das mulheres, que fornecia provas não somente da opressão mas das estratégias de luta e resistência para sobreviver aos sistemas opressores. Foi à sombra das reflexões thompsonianas sobre o caráter político das relações de classe que se produziu, então, a história social das mulheres nos anos 80, com ênfase no trabalho feminino e na participação política das mulheres nas sociedades em processo de transformação da ordem pré-capitalista para a ordem capitalista, de uma cultura rural para uma cultura urbana. O hiato entre a publicação de *A Formação da Classe Operária Inglesa* e o auge da produção da história social das mulheres deve-se ao fato de que o feminismo só muito lentamente conseguiu adentrar nas universidades e nos departamentos de história, enfrentando uma forte oposição dos historiadores mais conservadores (cf. Scott, 1992).

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que grande parte dos trabalhos publicados nos anos 80 são resultado de teses de doutorado que foram realizadas durante a década de 70, já sob a influência do livro de Thompson e do movimento feminista. Um exemplo esclarecedor do fortalecimento da história marxista feminista ao longo da década de 70 é a mudança do subtítulo de *History Workshop*, periódico publicado desde

1976. Até 1982, o periódico caracterizava-se como uma “revista de historiadores socialistas”. A partir de então, passou a ser uma “revista de historiadores socialistas e feministas”. Segundo o editorial do nº 13 (1982), a alteração se fez necessária porque as demandas do feminismo não podiam ser subsumidas ao socialismo em seu conjunto, ou seja, apesar de não se oporem, o socialismo e o feminismo não podem ser reduzidos um ao outro. Outro fator decisivo para a alteração foi o incremento da produção historiográfica sobre as mulheres, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Desta forma, o periódico se propunha a ser um fórum de debates e um espaço para a divulgação da história produzida sob a perspectiva da luta de classes e do efeito das divisões sexuais tanto no passado quanto no presente.

Acompanhando publicações como *History Workshop* e outras congêneres, fica evidente que o período delimitado entre meados da década de 70 e os anos 80 é uma época de “acumulação primitiva” para a história das mulheres, com centenas de publicações e elaboração de teses sobre a temática. Foram as historiadoras marxistas que resgataram a documentação sobre as mulheres operárias e sua participação na constituição da classe operária, bem como problematizaram as transformações de ordem econômica e ideológica que sustentaram a oposição entre o público e o privado, o que resultou em importantes análises sobre a ideologia da domesticidade e o impacto dos valores da classe média sobre a classe operária ao longo do século XIX e início do século XX.

Cabe aqui citar algumas dessas historiadoras que se destacaram por seus trabalhos, como Barbara Taylor, Dorothy Thompson, Catherine Hall, Leonore Davidoff, Sally Alexander, Michelle Perrot e Louise Tilly, entre tantas outras que tinham como objetivo mostrar que a classe, como processo histórico, tinha diferenças internas que levavam a experiências igualmente diversificadas. Escrever a história das mulheres pela perspectiva da “história vista de baixo” significa escrever uma história de resistências, de alternativas fracassadas e de politização do cotidiano. Desta forma, as historiadoras feministas afastavam-se de uma visão miserabilista das histórias das mulheres e começavam a ampliar as possibilidades teóricas da abordagem

thompsoniana sobre classe ao pensar sobre os significados políticos dessa categoria.

Catherine Hall (1988) comenta que as mulheres aparecem no livro de Thompson como ativistas políticas, participando de sociedades, clubes e organizações sindicais ou então como profetisas e visionárias. No entanto, o feminismo recolocou o significado da presença feminina ao pensar a cultura radical do século XIX e seus espaços bem definidos para homens e mulheres, mostrando como a experiência de classe não era vivida igualmente por todos os seus agentes.

É inegável a contribuição de Thompson ao dimensionar politicamente a formação da classe mediante as experiências de seus sujeitos históricos, permitindo às historiadoras feministas problematizar as diferenças de gênero que atravessavam a classe. Resta, então, entender como o trabalho histórico-conceitual de Thompson foi tão bem aceito pelas feministas marxistas e por que Catherine Hall diz que é necessário ampliar o conceito de política na narrativa histórica sobre a cultura da classe operária.

Das “classes no papel” para as classes na história

Não é tarefa das mais fáceis definir o trabalho de Thompson, pois acostumados que estamos às classificações e à perniciosa separação entre ação e intelecto, fica difícil compreender a trajetória incerta e por vezes contraditória de um intelectual em ação como ele. Dizer que Thompson foi um historiador marxista é dizer pouco, pois ele não foi somente pesquisador. Quanto ao marxismo, haveria necessidade de investigar o significado de ser marxista para o contexto britânico pós-segunda guerra mundial. O objetivo desta seção é analisar seu trabalho histórico-conceitual.

Adjetivo dessa forma o trabalho de Thompson por entender que ele foi um crítico ferrenho da “ciência do encaixe”, ou seja, suas análises dos processos históricos não partem de nenhum *a priori* histórico auto-confirmador. Pelo contrário, os instrumentos conceituais manejados pelo historiador só têm sentido e eficácia na dinâmica do processo histórico. O trabalho

de Thompson é, de certa forma, uma estocada nas abordagens idealistas da história, que confundem os conceitos, as construções conceituais do pensamento, com as realidades que lhes dão sentido. Na ótica de Thompson, não há sentido em falar de um conceito senão a partir de sua historicidade. Esse entendimento da natureza crítica do conhecimento histórico torna-se evidente em sua obra, e é o que fundamenta a sua definição de classe social.

A tendência do marxismo ortodoxo em explicar a história e a dinâmica das relações sociais a partir de uma perspectiva topológica resultava num modelo teórico no qual a sociedade era representada como um espaço que se compunha de uma base material que determinava a natureza da sociedade pela posição que os indivíduos ocupavam nela. As relações que os indivíduos e os grupos sociais estabelecem entre si eram vistas, portanto, como determinadas pela posição que eles ocupam nessa topografia social. Como bem caracterizou Bourdieu (1989), essa abordagem recortava teoricamente conjuntos semelhantes de indivíduos – as classes – a partir de sua posição estrutural, tratando-se, portanto, da existência teórica de uma “classe no papel”, e não de uma classe real nem de um espaço de relações sociais. Faltava história e sobrava determinismo nesse esquema teórico.

Thompson se opõe radicalmente a essa abordagem. A rejeição ao determinismo economicista e à pretensão totalizante da “ciência materialista da história” levou-o a defender a especificidade do conhecimento histórico, bem como a combater a atitude elitista dos intelectuais de esquerda em se considerar – não sem arrogância – detentores do saber da história e do lugar da consciência política. As “classes no papel” pouco explicavam o processo de sua constituição. O trabalho de Thompson foi, assim, o resultado de um esforço intelectual para compreender os fenômenos histórico-sociais que tiveram lugar no processo de formação da classe operária.

O conceito de classe é central em *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987), embora não seja um conceito *stricto sensu*. Com exceção do prefácio, Thompson não demonstra maiores preocupações em primeiro expor seu conceito de classe social. Na verdade, no primeiro volume do livro – *A Árvore da Liberdade* –, quase não aparece no texto a própria palavra “classe”,

como irá ocorrer nos outros dois volumes. Isto se explica porque Thompson parte de uma realidade conhecida – a efetiva constituição da classe operária inglesa nos anos 1830 – para entender, por um método regressivo, o processo mediante o qual a classe “se fez”, recuperando todo um conjunto de relações sociais e de práticas culturais mais ou menos comuns. Assim, a classe não estava dada; ela se constituiu na trama histórica das relações sociais.

O caráter histórico do conceito de classe tem alguns importantes desdobramentos. Primeiro, a classe não é pura abstração, mas uma categoria composta por indivíduos concretos que, pelo fato de terem uma experiência comum, se reconhecem como membros de uma classe. Segundo, essa experiência comum se dá por meio de determinações objetivas e subjetivas que somente a pesquisa histórica pode analisar. Terceiro, a formação da classe operária é inseparável do enfrentamento político de sujeitos antagônicos – a luta entre interesses geralmente opostos de indivíduos que reconhecem ter experiências comuns antecede e dá a natureza política das relações sociais de classe.

Para além do conceito de classe, percebe-se no conjunto da obra de Thompson a importância da prática política. É por meio dela que se constituiu a classe e a consciência de classe. Daí a centralidade do embate político em sua narrativa histórica.

Para os propósitos deste texto, seria necessário analisar melhor o que significa “experiência” para Thompson e qual o entendimento da prática política. No prefácio de *A Formação da Classe Operária Inglesa*, Thompson diz que a experiência de classe (herdada ou partilhada) dos indivíduos é, em grande medida, “determinada pelas relações de produção em que os homens nasceram ou entraram involuntariamente”. Por outro lado, em *A Miséria da Teoria* (1981), “experiência” é o termo utilizado para referir, primeiro, às práticas de homens e mulheres envolvidos em relações produtivas determinadas e, segundo, à forma como essas práticas são “tratadas” pelos indivíduos em sua cultura.

Para Thompson, a experiência não se reduz às práticas autônomas dos indivíduos. Ela se dá, antes, nas práticas de indivíduos em relações sociais de produção no tempo. Essas práticas são vividas a partir de um conjunto de

valores culturais. Em outras palavras, embora haja a determinação material na análise de Thompson, esta só é compreensível através da ação-experiência-consciência de homens e mulheres concretos.

É importante ressaltar que não há hierarquização entre as esferas da experiência humana nessa formulação, isto é, o econômico não se sobrepõe ao político ou aos valores morais. Tal procedimento analítico é resultado, por um lado, de uma aproximação cautelosa com a antropologia e, por outro lado, do enfrentamento dos “silêncios de Marx” sobre os costumes, os valores morais e todo o conjunto de atividades humanas resultantes da produção simbólica.

“Experiência” e “cultura” são termos que evidenciam o forte sentido de tempo para Thompson, bem como reforçam o estatuto da ação humana no processo histórico. Mas não se trata de uma ação desprovida de sentido: os estudos realizados por Thompson revelam sua obstinação em apreender o sentido político das práticas culturais e das ações dos sujeitos. Como expus anteriormente, um dos desdobramentos da conceituação histórica da classe é a noção de luta de classes. Ela antecede a classe, ou melhor, forja a classe num jogo de forças e na polarização de interesses opostos de grupos sociais. Assim, é difícil entender a formação e a consciência da classe operária fora do embate político.

As reflexões de Thompson abriram, portanto, grandes possibilidades para abordagens sobre a cultura das pessoas comuns e da classe operária. Os conceitos de luta de classe e de experiência permitiram a visualização de sujeitos-em-relação, bem como dos valores morais e dos códigos de conduta que traziam uma certa dose de indeterminação para a análise histórica.

O trabalho de Thompson inspirou outros que buscavam analisar o processo de constituição das mais diversas formas de relações de poder, bem como a formação de identidades sociais. Experiência e consciência, mediadas pelas práticas culturais, eram conceitos centrais na escrita da história não só da classe operária, mas também dos camponeses, dos escravos e das mulheres.

O trabalho histórico-conceitual de Thompson deu suporte teórico para os estudos sobre a participação política das mulheres no processo de formação da classe operária, assim como contribuiu para o alargamento da noção de

política, com seus estudos sobre a racionalidade das ações coletivas e de práticas culturais, que até então eram consideradas reações instintivas ou exemplos do atraso e da barbárie das classes baixas – como os motins de subsistência e a venda de esposas, por exemplo. As historiadoras marxistas viam no trabalho de Thompson um grande aliado para o entendimento das experiências femininas na história, bem como um efetivo aporte teórico para analisar os sistemas de exploração sem cair no determinismo econômico.

Contudo, a análise thompsoniana sobre a formação da classe operária se ressentia das diferenças. A experiência de classe era comum a todos os homens e mulheres? Se não era, como explicar as diferenças? Essas e outras questões foram elaboradas a partir do momento em que, no interior do pensamento feminista, a lógica identitária começou a ser questionada e a diferença passou a ser problematizada.

Partir de Thompson, mas ir além de Thompson: este era o desafio para as historiadoras feministas que começavam a pensar nas relações sociais fundadas a partir das diferenças de gênero.

Classe e gênero

Se há um mínimo de consenso entre as diversas correntes no interior do feminismo, trata-se da recusa de explicações a-históricas para as desigualdades de gênero. As relações entre os sexos e a forma como estão organizadas não são determinadas pela natureza ou por qualquer mecanismo biológico, mas pela forma como essas diferenças são percebidas e tratadas socialmente. Nenhuma feminista se oporia a essa definição, independentemente de sua orientação teórica. As divergências ocorrem na forma de explicar o processo histórico que engendra as relações sociais de sexo. Além disso, há divergências quanto à própria terminologia: “sexo”, “relações sociais de sexo”, “gênero” e, mais recentemente, “subjetividade múltipla”.

As feministas abandonaram expressões como “sexo” e “relações sociais de sexo” por entender que elas continham um forte determinismo biológico. A expressão “relações sociais de sexo”, por exemplo, dá margem a

deduções sobre outra forma de relação (natural?) entre os sexos que não fosse social. Para evitar o determinismo e reforçar o caráter histórico-social dessas relações, passou-se a utilizar a palavra “gênero”, que designa uma forma de categorizar coisas e pessoas a partir das diferenças sexuais. A ênfase é dada no processo social de percepção, caracterização e valorização das diferenças biológicas.

Tanto para a pesquisa quanto para a prática feminista, a introdução da categoria gênero teve amplas repercussões. A primeira – e talvez a mais importante – foi o questionamento da noção de identidade. Ao longo da década de 70, constituiu-se um campo de estudos e de práticas feministas articulado em torno da noção de identidade feminina. Nesse sentido, as marxistas contribuíram bastante com a conceituação de reprodução e as análises a respeito da sobreposição do capitalismo ao patriarcado. As antropólogas, críticas literárias, sociólogas e psicanalistas também participaram ativamente desse campo procurando elementos que explicassem a especificidade do feminino.

No meio acadêmico francês, a teoria lacaniana e a filosofia desconstrutivista de Derrida começavam a minar a lógica da identidade, paralelamente à crítica das mulheres do terceiro mundo pós-colonial a uma identidade feminina que não dava conta das desigualdades e das diferenças raciais, culturais e de classe social. Assim, o gênero parecia ser uma alternativa para as análises dicotômicas da identidade sexual. A discussão do significado político do deslocamento da identidade para a diferença é bastante complexa e requer uma análise muito minuciosa. No entanto, devo expor meu entendimento desta questão. Os estudos sobre identidade de gênero devem ser referenciados ao contexto histórico e cultural pois, do contrário, pode-se incorrer nos equívocos de uma abordagem sobre a “condição” feminina ou masculina, equívocos estes que acabam reforçando interpretações essencialistas e a-históricas.

No campo dos estudos históricos, o gênero não significa um tema de pesquisa, como o foram a mulher e a identidade feminina. O gênero é uma forma de problematizar, de compreender determinadas relações de poder. Se

o gênero está na origem dos processos de significação e de legitimação do poder (cf. Bourdieu, 1995) isso significa que ele não atua independentemente de outras categorizações sociais. Se um dos objetivos da pesquisa histórica é entender as configurações múltiplas do poder, então o gênero, como categoria analítica, pode ser uma das formas de explicar a organização das desigualdades. Portanto, o desafio para a pesquisa histórica é ampliar o entendimento das relações de poder a partir da interação de diferentes relações sociais: de gênero, de classe e de raça.

As críticas feministas ao trabalho de Thompson serão aqui abordadas a partir desse desafio. Com a ironia que lhe era peculiar, Thompson comenta como foi alvo de um charivari intelectual ao não se alinhar às interpretações miserabilistas da opressão da mulher, comum entre os pesquisadores das chamadas “minorias sociais”, os quais tendem a vitimizar os indivíduos submetidos a relações de poder e a hierarquias sociais, numa interpretação demasiadamente centralizadora e vertical do poder. As críticas mais pertinentes são aquelas que questionam os conceitos utilizados por Thompson, como classe e experiência. Se as críticas se aplicam aos textos mais antigos de Thompson, tentarei demonstrar como o gênero está articulado em suas análises posteriores, presentes na coletânea *Customs in Common* (1993).

As críticas mais pertinentes vieram das historiadoras que foram influenciadas diretamente pelo trabalho de Thompson. O relato de Catherine Hall (1988) sobre esse debate é bastante informativo. Ela comenta como o livro de Thompson sobre a classe operária inglesa foi bem recebido no meio acadêmico e entre as feministas, influenciando decisivamente a produção da história das mulheres. A questão não era a presença das mulheres no livro, mas a ausência de uma explicação sobre o significado político e cultural das mulheres no processo de formação da classe. Esse é o objetivo das pesquisas que foram realizadas a partir do livro de Thompson, como o trabalho de Barbara Taylor, já citado. Taylor demonstra como a identidade da classe operária em 1830 foi construída no interior de uma visão de mundo

sexualmente dividida, expressa na citação de uma integrante do movimento owenista: “*the men are as bad as their masters*” (1983: 82)³.

Apesar de sua contribuição inegável, a análise histórica de Thompson dava margem para uma concepção neutra ou masculina da identidade de classe. Para C. Hall, isso se deve ao fato de o conceito de experiência em Thompson não dar conta das diferenças de gênero. Se a classe é formada por indivíduos que compartilham experiências e nelas reconhecem sua identidade como grupo social por meio de mediações culturais, é importante saber se todos os indivíduos vivem da mesma forma essas experiências e como interpretam os códigos de valores. Em suma, qual o efeito de outras divisões sociais sobre as relações de classe?

Essa questão está na origem de pesquisas que procuram relacionar classe, gênero e raça. Bridget Hill (1995) dá alguns exemplos de como as diferenças raciais podem interagir com o gênero, de como a unidade de classe pode ser corroída pelos conflitos de gênero e de como as diferenças de classe podem sobrepor-se ao gênero e à raça. O mais importante, segundo a autora, é ter claro que as três formas de relação não se excluem. Este é o mesmo raciocínio de Nancy Stepan (1994) e de Heleieth Saffiotti (1992). Stepan mostra como, no século XIX, as diferenças de gênero, raça e classe estavam constantemente sendo articuladas no interior do discurso científico – o que explica as analogias entre mulheres, negros e trabalhadores pobres. Saffiotti discorre sobre a importância de repensar o conceito marxista de produção (mercadorias e indivíduos) para entender as contradições vividas no seio da mesma classe, alertando para o fato de que a organização de gênero promove cisões na consciência de classe.

Outro exemplo de como articular classe e gênero vem de Hobsbawm (1987). Num artigo bastante inovador, ele discute a construção das imagens de gênero nos movimentos revolucionários e socialistas no século XIX e início do XX. Seu artigo revela como as mudanças na história da organização operária e socialista foram representadas pela iconografia mediante uma mudança na imagem feminina e da subsequente masculinização das imagens.

³ “Os homens são tão maus quanto seus patrões”.

Se as diferenças de gênero não estavam presentes em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, é interessante observar como posteriormente, à medida que Thompson avançava nos estudos sobre a cultura plebéia, seus trabalhos foram adquirindo uma tonalidade de gênero. Quando escreveu o artigo sobre a economia moral, em 1971, Thompson identificou o papel das mulheres no interior das comunidades pré-industriais e sua participação nos motins. Posteriormente, ele se deteve mais sobre essa questão em dois artigos presentes na coletânea *Customs in Common* (1993).

Num deles, “Moral Economy Reviewed”, Thompson mostra como o fenômeno dos motins e de sua composição requerem uma análise que leve em conta o conteúdo estereotipado das fontes, as fases do motim, o papel das mulheres no mercado e na comunidade e as relações das mulheres com as autoridades e o poder. O texto de Thompson é uma resposta a certas interpretações da história social britânica que defendiam a existência da flexibilidade dos papéis de gênero nas sociedades pré-industriais. Ele afirma que a divisão dos papéis de gênero era, pelo contrário, bem demarcada e a questão a entender era a autoridade das mulheres na economia doméstica e nas comunidades, bem como saber por que, na segunda metade do século XIX, a presença das mulheres nos protestos públicos da classe operária declinou e sua imagem passou da de rebelde para a de mãe-dona-de-casa.

Num outro artigo da mesma coletânea, “The sale of wives”, Thompson problematiza um costume que a historiografia, os folcloristas e as feministas viam como um lamentável exemplo da opressão das mulheres na Inglaterra. Trata-se de um ritual popular em que o marido vendia a esposa por meio de anúncios e de sua exposição em local público, com testemunhas da transação entre o marido e o comprador. Aos olhos das classes médias letradas, o ritual da venda era um exemplo da barbárie das classes populares, incompatível com a sensibilidade burguesa e com os ideais de uma sociedade civilizada. Decodificando o ritual da venda, interpretando seus significados à luz da cultura plebéia, Thompson chega a outras conclusões, mostrando como aquele ritual foi a forma que homens e mulheres encontraram para resolver seus “descasamentos” e relações amorosas. Brilhantemente, ele articula

determinações objetivas e subjetivas, demonstrando as diferentes tradições e relações sociais que atravessavam o ritual da venda das esposas – entre elas, a especificidade das relações de gênero.

Acredito que a sensibilidade de Thompson para as diferenças de gênero se deu, em grande parte, porque ele passou a estudar as relações entre as culturas patrícia e plebéia no século XVIII. Sua preocupação com as tradições e a luta em torno da defesa de valores e interesses opostos levou-o a detectar relações sociais e de poder diferenciadas no interior da mesma cultura (a cultura plebéia). Era essa abordagem que as historiadoras marxistas feministas reclamavam no estudo sobre a formação da classe.

Muito diferente é a crítica formulada por Joan Scott, historiadora norte-americana que teve sua formação inicial ligada à história social, autora de um estudo sobre os trabalhadores da indústria vidraceira francesa e co-autora, com Louise Tilly, de um importante estudo sobre mulheres trabalhadoras (cf. Scott e Tilly, 1978).

Em 1988, Joan Scott publicou um livro de ensaios, *Gender and the Politics of History*, cujo tema central é a questão da história e do gênero. Conhecido no Brasil pela tradução de um dos ensaios (1990), o livro de Scott é uma tomada de posição radical no que diz respeito à escrita da história, tratando de questões teóricas, historiográficas e políticas.

Na segunda parte do livro, “Gênero e classe”, a autora faz sua crítica à história social a partir de uma leitura de *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Na verdade, a disposição crítica da autora já está esboçada na introdução, quando ela defende a necessidade de uma “epistemologia radical” para a escrita de uma história feminista igualmente mais radical. Segundo Scott, tal radicalismo não é possível nos marcos da história social porque a explicação para as hierarquias de gênero se fundamenta na separação entre as determinações objetivas (econômicas e sexuais) e a ação dos sujeitos na história, mas também porque a análise é conduzida a partir de categorias essencialistas

como sexo, classe ou “oprimidos”, tendo como resultado narrativas históricas unificadas como, por exemplo, “a classe operária inglesa”⁴.

Francamente simpatizante de Foucault, da análise desconstrutivista de Derrida (1973) e da crítica literária, Scott (1994: 16) se diz interessada em entender “como as hierarquias de gênero são construídas e legitimadas. A ênfase no “como” sugere um estudo de processos, não de origens, de causas múltiplas, ao invés de causas únicas, da retórica e do discurso, ao invés da ideologia ou da consciência”. Esse objetivo, aliado a suas escolhas teóricas, coloca em evidência o papel do significado dos conceitos, das práticas e das identidades.

Segundo a definição de Scott, o gênero é uma das primeiras formas de significar as relações de poder. Portanto, as diferenças sexuais estão presentes nas mais diversas lutas pelo poder e nos processos de dominação. Para encontrar e entender o gênero na história, Scott recorre à crítica literária e à desconstrução, alerta tanto para a textualidade quanto para o conteúdo do que é exposto. Seguindo mais de perto algumas das reflexões de Derrida, a autora diz que cabe ao historiador descobrir como os significados atribuídos às diferenças sexuais são construídos, reproduzidos e transformados.

Se os significados são construídos mediante exclusões, sua desconstrução, a explicitação das forças em conflito nesse processo, não se restringe aos textos que nós, historiadores, elegemos como índices do acontecido. O historiador deve estar atento e reconhecer os significados que ele produz e as exclusões que faz em sua narrativa, na representação do acontecido.

É esse tipo de exegese que Scott vai fazer para fundamentar sua crítica a Thompson sobre a classe operária e, por extensão, ao projeto da história social. No ensaio *Women in The Making of the English Working Class*, a autora tem como objetivo realizar uma crítica conceitual à narrativa histórica de Thompson, problematizando a maneira como os significados de gênero estão presentes em seu texto sobre a organização política da classe operária.

⁴ Sobre as censuras de Scott à história social e as críticas a sua epistemologia radical, consultar *Cadernos Pagu* nº 3, (1994), em que Louise Tilly e Eleni Varikas posicionam-se a respeito com ensaios muito instigantes.

A autora procura demonstrar que, apesar do humanismo e do igualitarismo defendidos por Thompson, sua estratégia textual revela uma determinada simbologia de gênero. Em outras palavras, mesmo não sendo o objetivo de Thompson analisar a importância das diferenças sexuais no processo de formação da classe, tanto o masculino como o feminino estão presentes em seu texto por meio de oposições, contrastes, definições e valorações que servem para dar um significado à classe. Scott ataca o que, para ela, é uma definição universal de classe, bem como o tipo de narrativa produzida por Thompson – que atribui uma coerência e unidade à formação da classe.

Embora Thompson tenha afirmado que a definição de classe só pode ser relativa ao tempo e ao contexto, ele não explica de que maneira uma determinada definição se impôs, ou seja, como foi construído o significado da classe. Para Scott, não se pode escrever sobre a classe sem se interrogar sobre seus significados, sem analisar a organização simbólica e as representações. Nessa perspectiva, classe é tanto o que se vive quanto o que se pensa e se percebe sobre essa experiência. Nesse sentido, a representação tem tanta importância quanto as determinações sociais.

A definição de classe que emergiu como dominante tanto no contexto histórico quanto na narrativa histórica só foi possível por excluir outros possíveis significados. Desta forma, a identidade de classe só pode ser entendida dentro de um jogo de forças políticas por meio do qual o significado se impôs. É na desconstrução desse significado que a categoria gênero se mostra uma ferramenta valiosa para Scott. Não basta acrescentar as mulheres e suas experiências a uma narrativa histórica sobre a formação da classe operária. É necessário saber de que modo as diferenças sexuais atuaram no sentido de construir uma identidade masculina para a classe – em suma, de que maneira o gênero e a classe se constituíram como representação, identidade e prática política. Para Scott, uma análise que articule classe e gênero não é possível nos marcos de uma história como a de Thompson, em que a questão da produção de sentidos e da luta política para a imposição do significado de classe não é problematizada.

Embora a análise desconstrutivista levante questões extremamente pertinentes quanto à dinâmica da produção do sentido tanto na vida social quanto na construção do conhecimento, acredito que a questão não é, como muito bem colocou Varikas (1994), escolher entre uma análise desconstrutivista ou a história social. A crítica de Scott a Thompson é bastante acertada ao mostrar os limites de sua definição de classe e em apontar o lugar do gênero na construção da identidade. No entanto, se a crítica é válida para *A Formação da Classe Operária Inglesa*, não o é para os trabalhos posteriores de Thompson, que, com certeza, Scott já conhecia por ocasião da redação de seu ensaio. Thompson sabia dos riscos em congelar a classe em identidades monolíticas e a-históricas – daí seu alerta para a necessidade de estudos que abordassem as discontinuidades e as mudanças na experiência e na consciência da classe operária (cf. Kaye, 1984: 173).

Tanto o gênero como a classe são fenômenos históricos e se definem por meio das relações sociais. Ambos podem expressar relações de poder mas também de complementaridade e de reciprocidade. Desta forma, a pesquisa histórica pode dizer de que modo e em que contexto as diferenças de gênero atravessam a identidade de classe ou como a consciência e a luta de classes se sobrepõem às diferenças de gênero. Parafraseando Saffiotti, posso dizer que somente análises de fatos reais e históricos podem esclarecer a maneira como os indivíduos vivem diferentemente suas experiências e como elas apresentam, em sua complexidade, um colorido de classe e um colorido de gênero. O desafio é encontrar o lugar da diferença na definição da identidade de classe.

Bibliografia

ANDERSON, P. 1984. *A crise da crise do marxismo. Introdução a um debate contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense.

BENHABIB, S. & CORNELL, D. (orgs.). 1993. *Feminismo como crítica da modernidade*.

Releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos.

BOURDIEU, P. 1989. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel.

- _____. 1995. "A dominação masculina.", *Educação e Realidade* 20 (2), pp. 133-184.
- DERRIDA, J. 1973. *Gramatologia*. São Paulo, Perspectiva.
- HALL, C. 1988. "The tale of Samuel and Jemima: gender and working class culture in XIX century England.", in (orgs.) KAYE, H.S. & McCLELLAND, K.
- HILL, B. 1995. "Para onde vai a história da mulher?" *Varia Historia*, 14, Belo Horizonte, pp. 9-21.
- HOBBSAWM, E. 1987. "Homem e mulher: imagens de esquerda", in: *Mundos do trabalho. Novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HOLLANDA, H.B. (org.) 1992. *Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura*. São Paulo/Rio de Janeiro, Fundação Carlos Chagas/ Rosa dos Tempos.
- KAYE, H.S. & McCLELLAND, K. 1988. *E.P.Thompson: Critical perspectives*. Philadelphia, Temple University.
- NICHOLSON, L. 1994. "Feminismo e Marx: integrando o parentesco com o econômico", in: BENHABIB, S. & CORNELL, D. (orgs.).
- ROWBOTHAM, S. 1973. *Hidden from History. Three hundred years of women's oppression and the fight against it*. Londres, Pluto Press.
- SAFFIOTTI, H. 1992. "Rearticulando gênero e classe social", in: HOLLANDA, H.B. de. (org.).
- SARGENT, L. (org.). 1981. *Women and revolution*. Boston, South End Press.
- SCOTT, J. 1988. "Women in The Making of English Working Class", in: *Gender and the politics of History*. Nova York, Columbia University Press.
- _____. 1990. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", *Educação e Realidade*, 16 (2).
- _____. 1992. "História das Mulheres." in BURKE, P. (org.) *A escrita da História. Novas perspectivas*. São Paulo, Ed. Unesp.
- _____. 1994. "Prefácio a Gender and the politics of History", *Cadernos Pagu* 3, pp. 11-27, Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp. (Trad. Mariza Corrêa).
- SCOTT, J. & TILLY, L. 1978. *Women, work and family*. Nova York, Holt, Rinehart & Winston.
- STEPAN, N. 1992. "Raça e gênero: o papel da analogia na ciência" in HOLLANDA, H.B. (org.).

TAYLOR, B. 1983. *Eve and the New Jerusalem. Socialism and feminism in the XIX century.* Nova York, Pantheon Books.

THOMPSON, E.P. 1981. *A miséria da teoria; ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser.* Rio de Janeiro, Zahar.

_____. 1987. *A formação da classe operária inglesa.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3 vols.

_____. 1993. *Customs in Commom. Studies in tradicional popular culture.* Nova York, The New Press.

VARIKAS, E. 1994. “Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott.” *Cadernos Pagu* 3, Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp.

Artigo



NOTAS SOBRE A TEORIA DA FORMAÇÃO DE CLASSE DE E. P. THOMPSON

Artur José Renda Vitorino *

Resumo: Este texto procura mostrar algumas ambivalências e ambigüidades dos conceitos e noções presentes na teoria da formação de classe social desenvolvida no livro *A Formação da Classe Operária Inglesa*, de E. P. Thompson.

Abstract: This text searches to show some ambivalences and ambiguities among the concepts and notions present in the theory of the social class formation, developed in *The Making of the English Working Class*, by E. P. Thompson.

Palavras-chave: classe - experiência - E. P. Thompson

Keywords: class- experience - E. P. Thompson

Antes de qualquer outro comentário sobre o seminal livro de E. P. Thompson, *A Formação da Classe Operária Inglesa*, cabe uma pergunta: de que lugar escreve E. P. Thompson? Em primeira instância, seu lugar é o tempo. E esse seu tempo revela um lado da obra que aqui não será examinado. É o tempo de sua ruptura com o PC inglês e sua linha intelectual, após 1956, de seu diálogo com as obras escritas até o momento em que escreveu a sua própria obra – e que de alguma forma está colocado nas miúdas notas de rodapé de seu livro –, de sua experiência e ajustes com

* Doutorando em história social pela Unicamp.

o seu passado familiar, de sua crítica – às vezes implícita, outras vezes explícita – ao determinismo da historiografia stalinista e também à historiografia econômica de linha positivista e à sociologia funcionalista etc. Enfim, o tempo representa a metade da obra escrita, que, aqui, não vou analisar. O que vou fazer, em parte, é investigar o *corpus* do livro acima.

Mas, para além do tempo, seu lugar é o marxismo – mesmo que seja dito um “marxismo heterodoxo”. O que se ganha com isso? O que se perde? Além dessas perguntas, lançar um outro questionamento formulado por Gérard Lebrun (1983: 84): “como descrever (...) os comportamentos coletivos dotados, *grosso modo*, de finalidade?”

Aqui, a questão é saber como descrever historicamente a formação (ou o formar-se) da classe operária inglesa. Também, perceber se E. P. Thompson, em sua obra acima citada, acabou – como disse Antonio Negri (1996: 11) – “com qualquer determinismo histórico ao mostrar como realmente haviam sido construídas as motivações do agir e das massas.”

O exercício de leitura a ser exposto nas páginas seguintes deverá ser visto como uma espécie de solilóquio intelectual, como um esforço para explicar esse livro de Thompson.

Como recomendaria Aristóteles, comecemos pelo princípio. Começarei, então, pelo prefácio. Ele é curto e fornece algumas definições caras à tradição marxista, tais como classe, luta de classes, consciência de classe. É um prefácio muito citado pelos historiadores e demais estudiosos da história social do trabalho. Mas, conforme enfatiza William H. Sewell Jr. (1990: 51),

“a despeito da importância do prefácio, muito do que Thompson diz ou não é claro ou é teoricamente problemático, e mais ainda: o prefácio não é de nenhum modo uma afirmação teórica suficiente da sua prática histórica.”

Thompson explica no seu prefácio o título desajeitado: “Fazer-se”¹ – o fazer-se como um processo ativo: tanto a ação humana, como os condicionamentos. Thompson usa o termo “classe” e não “classes” (“classes trabalhadoras”, por exemplo, é para Thompson um termo “evasivo”). Sua definição de classe:

“Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto da matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico.” (1987, 1: 9)

Tirando o propósito de acompanhar o termo “classe” como um fazer-se em sua própria historicidade e inteligibilidade, interpreto essa definição do seguinte modo: pelo termo “classe”, o autor parece querer dizer que é possível perceber um processo coerente e lógico em meio a uma “série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados”. Então, classe seria uma categoria do pensamento (ou como depois deixa transparecer Thompson, um conceito heurístico mas não tão universal como “luta de classes”²) que ajudaria a pôr ordem e somar as múltiplas evidências, proporcionando enxergar uma realidade submersa e/ou além – lembrei-me da metáfora da toupeira usada por Marx no *18 de Brumário* – escondida (obnubilada) aos olhos de quem olha diretamente ou isola microscopicamente os fatos tecidos pelas ações humanas. Deste modo, aqui “classe” é um **conceito de junção**³.

¹ Ao que parece inicialmente, Thompson procura se desvencilhar dos condicionamentos meramente econômicos. Pergunto eu: como fica a teoria do valor trabalho e de seus desdobramentos? Pode-se escrever uma história social do trabalho sem um embasamento teórico e empírico da economia?

² Cf: Thompson, E. P. “La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases?”, em: *Tradición, revuelta y conciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Crítica, 1979, pp. 13-61. Artigo originalmente publicado em *Social History*, 3 (2), 1978.

³ Chamo a atenção para o fato de que a expressão “conceito de junção” é uma tautologia, visto que são com os *conceitos* (de *con* + *cepio* = “captar junto”) que

Além de ser um conceito de junção, “a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica” (Thompson, 1987, 1: 9). O autor continua: “Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura” (*idem*, pp. 9-10). Por isso, para Thompson, “classe” é um termo que carrega consigo uma anfibologia, pois é ao mesmo tempo um “conceito de junção” e um **conceito de interação**.

Por sua vez, como conceito de interação, “classe” está imbricada com a proposição de que ela *é um fenômeno histórico*, sendo deste modo um problema muito mais histórico do que propriamente teórico.

“Não vejo” – diz Thompson (1987: 9) – “a classe como ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.”

Aqui é fácil cair em algumas ciladas da linguagem. Vejamos. Ao anunciar que a “classe ocorre efetivamente (...) nas relações humanas”, Thompson parece querer dizer que são os homens que “fazem” a classe, utilizando uma linguagem que o mantém no terreno protegido do “discurso habitual”, isto é, do discurso prático comum. Mas são todos os homens que “fazem” a classe (no caso, a classe operária), ou é um grupo seletivo que assim age?

Para Thompson, os “trabalhadores são participantes ativos e conscientes na formação de classe”⁴. Porém, o discurso da ação desses agentes individuais também inclui a referência a toda espécie de agentes, mesmo que sejam supra-individuais, o que, para Thompson, não vem a significar que esse discurso da ação – tal como o discurso político-econômico – deva tornar-se suspeito por sua falta de referência direta aos indivíduos. Ou seja, nesse ponto Thompson comete uma aporia e uma incoerência.

formulamos os esquemas mentais que nos permitem apreender os fatos na unidade de suas relações. Assim, são os conceitos que fazem com que consigamos juntar e dar um sentido àquilo que, pelas nossas percepções, parece caótico e sem nexo. Os conceitos já operam, portanto, a junção dos fatos.

⁴ De acordo com Sewell Jr. (1990: 53), essa é uma das quatro proposições teóricas maiores contidas no prefácio de *A Formação da Classe Operária Inglesa*, e que indica uma teoria da formação de classe.

A incoerência é que, na análise de Thompson, quando o discurso da ação é realizado por trabalhadores e/ou simpatizantes dos trabalhadores, mesmo se esse discurso se refira a agentes supra-individuais, ele não é alienador, pois mostra o mundo da *praxis* sem mistificações pelos agentes que o constroem. No entanto, quando o discurso é realizado por proprietários e/ou seus apologistas, ele recobre uma realidade e fabrica “realidades” político-econômicas pela geração de hipóstases ideológicas enganadoras. Enfim, para Thompson, o discurso da ação dos trabalhadores e seguidores apresenta o aspecto lingüístico da crítica das alienações, pois se refere às condições de verdade do discurso do agente, isto é, às condições para que esse discurso tenha sua referência normal a agentes e suas ações. Já o discurso da ação dos proprietários e seguidores é, geneticamente, um discurso político-econômico que, mesmo quando se refere diretamente aos agentes individuais – como o faz o discurso prático – cai no contexto de um discurso ideológico enganador⁵.

Quanto à aporia, ela é a seguinte: tal como no discurso de Marx, a ontologia implícita do discurso de Thompson é a descrição do mundo real dos indivíduos humanos. No entanto, ao descrever esse mundo através do discurso da ação, Thompson enfrenta as mesmas aporias que enfrentou Marx. Dito de outro modo, ao narrar a formação de classe, utilizando-se do discurso da ação, discurso radicado em agentes individuais – mas que conserva um caráter híbrido, incluindo, além das expressões da linguagem de base dos agentes individuais, aquelas, em termos de agentes coletivos, da linguagem político-econômica –, Thompson não superou a tendência a referir esse discurso a entidades supra-individuais, tais como as sócio-políticas (no caso, classe social, consciência de classe, luta de classe etc). Conforme observou Jean-Luc Petit (1985: 98), ao aplicar a análise

⁵ Para o caso de um discurso de ação efetuado por um trabalhador, ver, por exemplo, a declaração de 1818 feita por um “Oficial Fiandeiro de Algodão” ao público de Manchester, às vésperas de uma greve. (Thompson, 1987, 2: 23-28 e 32.) Quanto ao discurso de ação de um apologista do capitalismo, ver, entre outros, sua análise de *A Filosofia das Manufaturas*, de Andrew Ure (Thompson, 1987, 2: 236-244.)

semântica do discurso prático ao discurso de Marx, este não conseguiu “ultrapassar a fase da *crítica* da economia política, para construir uma teoria positiva *unitária* da *praxis* humana, com base seja na totalidade orgânica, seja nos agentes individuais”.

O problema acima – que não se reduz a uma mera questão metodológica e muito menos de exposição narrativa – fica no ar como um fino arabesco: como descrever, na prática, as ações humanas estruturalmente condicionadas e dotadas de agentes? Em outras palavras, trata-se da questão de como detectar o sentido das ações humanas a partir dos próprios atos dos homens, sejam esses atos deliberados ou não, e como resultado dos atos que esses mesmos homens sofrem das ações de outros homens e da natureza, acontecidas contemporaneamente ou no passado. Eis aí um *tour de force* que desafia os historiadores!

Voltando à proposição “os trabalhadores são participantes ativos e conscientes na formação de classe”, esses homens agiram deliberada e conscientemente, tendo em vista um fim – no caso, formar a classe operária – ou agiram conscientemente mas sem ter *a priori* uma finalidade à qual pretendiam chegar?

Conforme entendo, para Thompson a questão é perceber que as motivações objetivas e subjetivas que levaram os trabalhadores a formar a classe operária não existiam teleologicamente, visto que a classe não é o produto de um pensamento que se desdobra a partir de si mesmo, e que foi encarnado por seres humanos na história. Trata-se, também, de mostrar que “a classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada.” (Thompson, 1987, 2: 18). Assim, a classe operária não é produto de uma realidade dotada de uma racionalidade imanente a partir de uma base (o sistema fabril). Ela é, antes, um complexo de visões e de interesses antagônicos:

“O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural, quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril” (Thompson 1987, 2: 17).

Também, em sua polêmica com Althusser, quando rebate o estruturalismo do historiador inglês Smelser, Thompson (1981: 91) afirma que

“o ‘sistema social’ não tinha ‘meta’, nenhuma intencionalidade interiorizada, já que os homens e mulheres em seu interior tinham metas e intenções opostas.”

Deste modo, para Thompson, a lógica do processo histórico é indeterminada, mas trata-se ainda de um processo sujeito a certas pressões. Por isso, para ele, “em última análise, a lógica do processo só pode ser descrita em termos de análise histórica” (Thompson (1981: 97).

Por outro lado, considero que as questões acima também devem ser pensadas diante do esforço de Thompson em resgatar o **conceito de alienação** marxiano, tendo em vista seu projeto de militância política. Diante disso, coube a Thompson *re-antropologizar* a crítica marxista à sociedade capitalista, a fim de mostrar que essa sociedade também é construída através de juízos de valor antagônicos – “toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores” (Thompson, 1981: 190) – e que recuperar o sentido da história passada serve para desembocar na prognose de uma história futura mais humana. Esse resgate da dimensão do trabalho humano inserido no contexto das relações de classe, leva-o a afirmar que

“um fato bruto, como, por exemplo, uma colheita ruim, pode parecer estar além do controle humano. Mas a forma como os fatos se desenrolaram ocorreu sob um complexo particular de relações humanas: direito, propriedade, poder.” (1987, 2: 30)

Assim, ao expôr historicamente que as instituições capitalistas foram formadas e moldadas pelas lutas entre os homens de classe social diferenciada, conclui que existe potencial para a renovação dessa luta dentro dessas instituições.

Como leitor de Marx, na medida em que também pretende exibir a *praxis* humana subjacente às categorias abstratas do discurso político-

econômico, Thompson (1987, 1: 10), ao expôr a noção de classe como um conceito de interação, assinala que a

“relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. Além disso, não podemos ter duas classes distintas, cada qual como um ser independente, colocando-as a seguir em relação recíproca”.

Para que a noção de classe não figure como algo puramente subjetivo, mostrando sua significação a partir da unidade transcendental da autoconsciência à maneira da lógica transcendental kantiana (a ser vista como uma categoria do entendimento que transforma o dado em objeto, em que a pluralidade do dado da experiência é reunida em uma consciência precisamente pela relação com o Eu transcendental⁶), a classe, para mostrar sua objetividade, precisa existir realmente e acontecer em um determinado tempo e lugar nas relações humanas. Sendo assim, quando acontece a classe? Para Thompson (1987, 1: 10),

“a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e

⁶ Kant, ao deparar com o problema filosófico da realidade física do universo e as virtudes dos seres humanos, de como estabelecer uma aliança entre o Ser que representava a objetividade do mundo e o Valor atribuído às ações humanas, ou derivado delas, estabeleceu a clássica oposição entre a razão e as paixões do homem. Mas o imperativo categórico kantiano levava ao extremo a oposição entre a realidade empírica da paixão e dos instintos e a racionalidade, o antagonismo entre corpo e espírito. Por isso, a tarefa fundamental da lógica transcendental se concretizava como o exame do valor das categorias do entendimento humano, delimitando a diferença entre objetividade e subjetividade, a fim de estabelecer os limites do conhecer humano. Já para Thompson, como estamos acompanhando, a “lógica histórica” é flexível e até ambígua, pois os homens que constroem a história agem espiritualmente (razão) e corporalmente (paixão), não estabelecendo um antagonismo entre corpo e espírito.

contra outros homens⁷ cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus.”

Porém, ainda para Thompson (1987, 1: 11-12), para perceber a existência da classe faz-se necessário realizar uma baliza cronológica adequada:

“Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições.”

Ainda quanto às balizas cronológicas: classe, para Thompson, (1987, 1: 12) deve ser entendida como formação social e cultural, “surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico”. Reiterando o que foi afirmado acima, não é em qualquer período que é possível detectar um processo de atualização de classe, mas somente nos períodos em que o processo consiga acontecer durante um longo espaço de tempo e durante os quais se materialize culturalmente sua ideologia (conjunto de idéias e práticas que reiterem e instaurem uma visão de mundo). Daí o recorte cronológico de Thompson para narrar a formação da classe operária inglesa: nos anos **1780** e **1832**, pois neles

“os trabalhadores ingleses, em sua maioria, vieram a sentir uma identidade de interesses entre si, e contra seus dirigentes e empregadores. Essa classe dirigente estava, ela própria, muito dividida, e de fato só conseguiu maior coesão nesses mesmos anos porque certos antagonismos se dissolveram (ou se tornaram relativamente insignificantes) frente a uma classe operária insurgente. Portanto, a

⁷ Como fica essa parte da relação? Como se formam a consciência de classe e a classe burguesa (classe esta que Thompson evasivamente denomina de “classe dirigente”, de “Velha Corrupção”)? Se classe traz consigo o conceito de interação, como é possível estudar unilateralmente a formação da classe operária – sem também estudar a formação da classe burguesa? Não foi o próprio Thompson (cf. citação *supra*) quem escreveu que “não podemos ter duas classes distintas, cada qual com um ser independente, colocando-as a seguir em relação recíproca”?

presença operária foi, em 1832, o fator mais significativo da vida política britânica.” (Thompson, 1987, 1: 12)⁸

Além disso, para Thompson (1987: 12), o acontecimento classe é um *resultado de experiências*: “a classe é definida pelos homens enquanto vivem a sua própria história”. Por isso, caberia uma definição de “experiência” (que é individual) e de “experiência de classe” (que é coletiva). Então, pergunto: 1) o que é para Thompson “experiência” e “experiência de classe”?; 2) como as experiências se transformam em experiência de classe? A resposta à primeira pergunta é que, para ele, não existe uma divisão entre experiência individual e experiência coletiva: a experiência sempre acontece em relação a alguma coisa, estabelecendo os meios e os intercâmbios entre os sujeitos históricos reais. Sendo assim, Thompson (1981: 15) conceitua experiência como “a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento.” Essa “resposta mental e emocional”, está ligada, como experiência, a um termo mediático para, digamos assim, consubstanciar-se. Esse termo é a *cultura*⁹, visto que

⁸ A afirmação de Thompson de que “a presença operária foi, em 1832, o fator mais significativo da vida política britânica”, encontrou ressonância, em 1978, nas seguintes palavras de Kazumi Munakata (1980), quando este se referia às greves de 1978 no ABC paulista: “O acontecimento político mais importante (...) o fato político mais importante (...) o mais importante, talvez, não só do primeiro semestre, mas dos últimos tempos [foi] (...) a irrupção do movimento grevista (...) o movimento [que] fez emergir à tona (...) um novo fator: exatamente a presença dos trabalhadores (...)”. Uma análise crítica desse texto de Munakata e dos desdobramentos de sua concepção militante para a historiografia de movimentos sociais pode ser encontrada em Marson (*s.d.*).

⁹ Thompson vai ratificar em outros estudos – por exemplo em “O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial”, publicado originalmente em *Past and Present*, nº 38, 1967 – a afirmação de que “não existe tal coisa como um crescimento econômico que não seja, simultaneamente, o crescimento ou a transformação duma cultura; e o crescimento da consciência social, tal como a mente do poeta, não pode jamais, em última análise, ser planejado”. Deste modo, o “crescimento da consciência social” não tem um objetivo a atingir, a consciência social é indefinida e não mensurável. Há conseqüências políticas para essa maneira de encarar o “crescimento da consciência social”. Não se trata apenas da questão

“as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instintos proletários etc. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral.” (Thompson, 1981: 189)

Mas como a experiência surge? Ela “surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas os filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo.” (Thompson, 1981: 189)

Pode-se notar, novamente, que ao procurar teorizar o discurso habitual da ação, Thompson não foge da necessidade de incluir a referência a toda espécie de agentes, mesmo que sejam entidades supra-individuais (no caso da citação, utilizando-se da metáfora “ser social”). Assim, Thompson, a despeito de propagar o contrário, também sustenta a existência substancial unitária e efetiva ao ser coletivo, ao ser comum, ao “ser social”, atribuindo-lhes predicados de ação (no caso: “ser social”) substantivados e a propriedade desses termos de passar, além da atribuição própria, à atribuição metafórica orgânica: “a experiência surge espontaneamente no ser social”.

Ainda com relação à primeira questão, podemos ver que, voltando à definição de experiência, para explicar de uma outra forma que “a experiência surge espontaneamente no ser social”, Thompson (1981: 16) diz que

“ocorrem mudanças no ser social que dão origem à experiência modificada; e essa experiência é determinante,

epistemológica a respeito da teleologia do processo histórico. Por isso, para Thompson (e conforme compreendo), a história social pode ser interpretada via a história cultural da sociedade em questão porque as alterações realizadas na e pela cultura materializaram também as transformações sócio-econômicas – a cultura dá forma às experiências que são determinadas, em grande medida, pelas relações de produção. A cultura traz à tona a consciência de classe e se substancializa nela.

no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados.”

Então, aqui, entende-se que experiência é um **conceito de interação**: é uma categoria que medeia ser social e consciência social. Mas o ser social e a consciência social existem fora da experiência? Se se seguirem as afirmações de Thompson, não. Não, porque experiência é uma categoria que estabelece a mediação entre as coisas – para Thompson (1987, 1: 9-10), as interações entre os homens, por dependerem unicamente deles, formam um *processo* e não uma estrutura, em que é possível, portanto, pensá-la e descrevê-la diacronicamente (“relação (...) é algo fluido, que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura”). Deste modo, ontologicamente, ser social e consciência social existem porque são experiencializados. De acordo com William Sewell Jr. (1990: 59-60),

“qualquer ‘ser social’ que exista fora da experiência deveria ser uma estrutura sincrônica do tipo cuja existência Thompson nega explicitamente. E a consciência que exista fora da experiência deveria ser do tipo deduzido da consciência que os stalinistas atribuíram à classe operária.”

No entanto, ainda conforme assinalou Sewell Jr., essa formulação apresenta um problema, já que a experiência parece compreender ambos os termos da relação que se supõe que ela deveria mediar. Deste modo, conclui (Sewell Jr., 1990: 60)

“a despeito das afirmações explícitas de Thompson em contrário, a experiência não pode exercer um papel mediador na sua perspectiva da formação da classe operária inglesa porque, para ele, a formação da classe operária não é senão uma experiência”.

Chegamos, então, ao segundo termo da primeira questão acima: o que é experiência de classe?

“A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens

nasceram – ou entraram involuntariamente.” (Thompson, 1987, 1: 10)

Em outras palavras, a experiência de classe no capitalismo como formação social é realizada pelos homens enquanto produzem a riqueza material da vida. Mas ainda não está indicado o que é experiência de classe, mas sim o que, em grande medida, a determina: as relações de produção. Conforme vimos acima, o termo “experiência” é *ambíguo*, já que compreende os termos da relação que se supõe que a experiência deveria intermediar: os termos que ela pretende inter-relacionar na verdade confundem-se com sua própria definição, que é mediar “ser social” e “consciência social”. Assim, pode-se inferir que a experiência torna-se experiência de classe a partir do momento em que ela vai mediar relações de produção (leia-se: “ser social”) e consciência de classe (leia-se: “consciência social”). Para Thompson, é importante lembrar, enquanto a experiência apareceu como determinada, “o mesmo não ocorre com a consciência de classe”. Segundo diz Thompson (1987, 1 :10),

“podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.”

Um novo problema surge: como enfrentar a noção de que o ser social determina a consciência social? Em outros termos, como descrever a passagem do modo capitalista de produção para o capitalismo como formação social? Conforme Thompson, o ser social determina (e, para ele, *determinação* também é um **conceito de junção**, tal como *necessidade e classe*), às vezes de maneira frouxa e/ou indireta, a consciência social. Ao inserir o termo ausente, a experiência histórica, Thompson pôde mostrar que entre “ser social” e “consciência social” não existe uma determinação tão direta, imanente e auto-produtiva. Além disso, quanto à determinação, esta foi constatada *a posteriori*, e não *a priori*. Assim, “o materialismo histórico” aprofundado pelas pesquisas empíricas

“verificou que Marx teve uma intuição mais profunda, que na verdade *antecedeu* o *Grundrisse*: a de que a lógica do processo capitalista encontrou expressão dentro de todas as atividades de uma sociedade e exerceu uma pressão determinante sobre o seu desenvolvimento e forma: dando-nos o direito de falar do capitalismo, ou de sociedades capitalistas.” (Thompson, 1981: 74)

Por seu turno, Thompson descobriu que é possível unir o Marx de *Para a Crítica da Economia Política* com o Marx de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Dito de outro modo, Thompson descobriu que é através das descrições históricas das experiências humanas, que

“os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas” (Marx, 1982: 21),

o que torna possível perceber melhor como acontece “a produção social da existência”, e mostra que o modo de produção na vida material determina em maior ou menor grau o caráter geral dos processos sociais, políticos e espirituais de vida.

Por sua vez, é em *A Miséria da Teoria* que encontraremos uma certa resposta para por que introduzir o termo “experiência” nos estudos sobre o capitalismo como formação social:

“E quanto à ‘experiência’ fomos [os historiadores marxistas ingleses] levados a reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão (sistemas que o próprio rigor da disciplina, em Ricardo ou no Marx de *O Capital*, visa excluir): parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo o que, em sua totalidade, compreende a ‘genética’ de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como

experiências de classe peculiares) sua pressão sobre o conjunto.” (Thompson, 1981: 188-9)

É através da experiência que “a estrutura é transmutada em processo, e o sujeito é reinserido na história” (Thompson, 1981: 188), numa clara tentativa de restituir o teor prático perdido pelos atos das pessoas individuais. Todavia, também a passagem acima traz dificuldade para o seu entendimento por ser ambivalente (cf. Seweel, 1990: 61). Ao que tudo indica, Thompson está dizendo que ele e os demais historiadores ingleses, ao examinar o capitalismo como uma formação social, perceberam a necessidade de “reexaminar (...) sistemas densos, complexos e elaborados” fabricados por uma longa corrente de “sistemas” que vai do “parentesco” à “ideologia”, de maneira diferente como foram compreendidos pelo marxismo tradicional, visto que esses “sistemas” são em si mesmos estruturados paralelamente à estrutura do modo de produção, capazes de demonstrar como “a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão”. Deste modo, esses sistemas, não apenas não se reduzem ao modo de produção – pois constituem estruturas paralelas à estrutura do modo de produção –, mas, sobretudo, somente podem ser compreendidos sob a noção de experiência.

Porém, como esses “sistemas, densos, complexos e elaborados” – “sistemas que se reúnem, todos, num certo ponto, na experiência humana comum” – contribuem para a formação da classe operária “como experiências de *classe* peculiares”, visto que para Thompson a “experiência de classe é determinada, em grande medida pelas relações de produção”, e aqueles “sistemas” não são redutíveis ao modo de produção? A resposta de Thompson a essa questão encontra-se no trecho seguinte (1981: 189), que contradiz a passagem acima:

“Mas, em minha opinião, não descobrimos outros *sistemas*, coexistentes, de *status* e coerência iguais ao sistema da (anti) Economia Política, exercendo pressões que fossem todas igualmente determinantes: um Modo de Parentesco, um Modo Simbólico, um Modo Ideológico etc. A ‘experiência’ (descobrimos) foi, em última instância,

gerada na ‘vida material’, foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente o ‘ser social’ determinou a ‘consciência social’. *La Structure* ainda domina a experiência, mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena.”

Ou seja, os “sistemas densos, complexos e elaborados” ao mesmo tempo em que não são redutíveis aos modos de produção, ao mesmo tempo em que, juntos, formam um reino da experiência, tornam-se experiência de classe, porque “a experiência (...) foi, em última instância, gerada na ‘vida material’, foi estruturada em termos de classe”. Em outras palavras, mesmo os “sistemas densos, complexos e elaborados” não redutíveis ao modo de produção são, em algum sentido, atribuíveis precisamente ao modo de produção. Em síntese, as passagens acima revelam o quanto é contraditória a teorização do conceito de experiência para Thompson.

Outrossim, a partir do que foi exposto, torna-se possível dar uma resposta (nada satisfatória, eu diria), à questão de como as experiências individuais se transformam em experiência de classe. Como, para Thompson, o “ser social” determina direta ou frouxamente a “consciência de social”, uma experiência (e/ou sistema de experiência) torna-se experiência de classe pelo simples motivo de essa experiência ter sido realizada em um sistema social capitalista.

Qual seria, então, o papel da consciência de classe na teorização de Thompson da formação de classe? Ao que tudo indica, para Thompson, a classe como fenômeno histórico está formada quando existe uma consciência de classe. Mas, como isso pode ser teorizado, averiguado e exposto pelo historiador? Responder a esta questão caberia a um outro texto, como uma continuação deste.

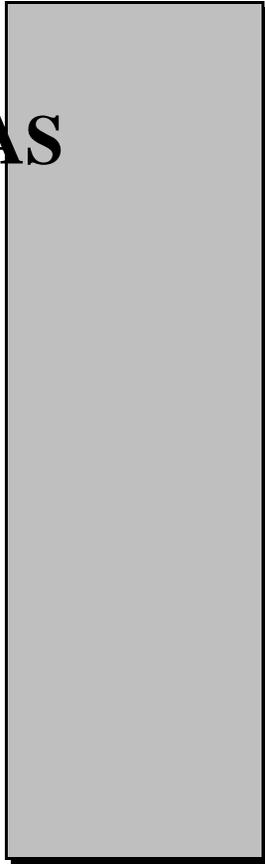
Bibliografia

LEBRUN, G. 1983. “O microscópio de Michel Foucault”, *Passeios*

ao Léu. Trad. Renato Janine

- Ribeiro. São Paulo, Brasiliense, pp. 78-84.
- MARSON, A. “Lugar e identidade na historiografia de movimentos sociais”, in Bresciani, M. A. *et al.* (orgs.) *Jogos da Política: imagens, representações e práticas*. São Paulo, ANPUH/ Marco Zero/ Fapesp, pp. 31-49.
- MARX, Karl. 1982. *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. Trad. José Barata-Moura e Eduardo Chitas. Lisboa/Moscou, Editorial “Avante!”/ Edições Progresso.
- NEGRI, A. 1996. “Revoluções de Kuhn”, *Folha de S. Paulo*, 28 jul (MAIS!, 5.), p.11.
- MUNAKATA, K. 1980. “O lugar do movimento operário”, in: CASALECHI, J.E. & TELAROLLI, A. (orgs.) *Movimento sociais*. Anais do IV Encontro Regional de História de São Paulo, ANPUH/ Unesp, Araraquara.
- PETIT, J.-L. 1985. “Marx e a Semântica do Discurso Prático”, *Manuscrito*. vol. VIII, nº 1, Abril pp. 85-99.
- SEWELL Jr., W.H. 1990. “How Classes are Made: Critical Reflections on E. P. Thompson’s Theory of Working-class Formation”, in KAYE, H.J. & McCLELLAND, K. (eds.) *E. P. Thompson: Critical Perspectives*. Cambridge, Polity Press, pp. 50-77.
- THOMPSON, E. P. 1981. *A Miséria da Teoria ou Planetário de Erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Trad. Waltelsir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____ *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 1987. (3 vols.) Trad. Denise Bottmann (vols. I e III); Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida (vol. II). São Paulo, Paz e Terra

RESENHAS



A Cidade. Os Cantos e os Antros, de Roberto do Amaral Lapa. São Paulo, Edusp, 1996

Valter Martins *

José Roberto do Amaral Lapa é dessas pessoas cuja inquietude intelectual levou a produzir muitos e variados livros, numa contribuição que se pode medir em termos de uma obra construída como se constrói o que chamamos de conhecimento histórico – aos poucos, por partes. Antes, dedicou-se principalmente ao estudo do Brasil colonial – ora navegando entre Lisboa, Bahia de todos os santos e Índia, em naus mercantes portuguesas, ora preocupado com os desventurados inquiridos do Santo Ofício no Grão Pará. Esses temas distintos acabaram por inspirar outros pesquisadores. Depois de percorrer lugares e tempos distantes e discutir a historiografia brasileira contemporânea (*História e Historiografia: Brasil pós 64*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.), entre outros assuntos, Amaral Lapa encontrou um outro motivo de desassossego, que resultou em seu mais recente livro, *A cidade. Os cantos e os antros*. Nele, a cidade de Campinas é mais do que um objeto de estudo. Na verdade, é personagem principal e cenário, com certeza bem conhecido do autor, habitante local que por capricho de sua história de vida ali nasceu.

Estudar a cidade onde se mora e onde se nasceu pode aparentar ser tarefa mais fácil. Mas não é bem assim, especialmente quando a proposta é voltar a um passado em que as mudanças foram tantas e tão significativas. Nesse estudo, situado entre 1850 e 1900, com direito a referências também a períodos anteriores e posteriores, Amaral Lapa busca perceber como a cidade imperial, que guardava ainda um desenho urbano colonial e hábitos senhoriais, recebeu e reagiu às primeiras insinuações de modernização,

* Doutorando em história social pela Universidade de São Paulo.

acelerada a partir dos anos 1870, marcando a chegada da ordem burguesa que envolveu escravos e livres, monarquistas e republicanos.

A inauguração dos “tempos modernos” em Campinas, para o autor, tem como símbolo maior o teatro São Carlos (1850). Tempos esses que chegaram devagarinho, estendendo-se pela economia, sociedade, política, mentalidades e sentimentos estéticos. Ser moderno era ser “abolicionista, imigrantista, amante do progresso, higiênico e republicano” (p. 19), mesmo que a cidade se enfeitasse e iluminasse para receber o Imperador.

Naquele período, a aristocracia cafeeira se transformou em alta burguesia, ainda cafeeira, mas também comercial e industrial. E foi justamente a rápida acumulação de capital gerada pelo café que possibilitou a Campinas experimentar suas maravilhas e agruras – ou as contradições que lhe são inerentes. Esse único produto, apreciado desde os mais finos ambientes de Paris até os infectos bairros operários londrinos, interligou Campinas e outras cidades do planalto paulista ao resto do mundo, ou pelo menos, ao mundo que interessava: Europa e Estados Unidos. Tal conexão tornou-se ainda mais rápida e viável com as estradas de ferro, das quais a cidade se tornou muito bem servida, para não mencionar os bondes puxados por burros, uma necessidade criada com o crescimento urbano.

O autor descreve minuciosamente como a cidade aos poucos vai se redesenhando e reaparelhando, reordenando a si mesma e, de roldão, a vida de seus habitantes. Surgem novas ruas, calçamento, iluminação a gás; o trabalho e a diversão podiam ser prolongados. A gente “bacana” de Campinas, como diria Amaral Lapa, foi a segunda no mundo a poder namorar por telefone, e uma das primeiras no Brasil a chupar balas de alcaçuz no escurinho do cinematógrafo.

Essas grandes melhorias urbanas da segunda metade do século XIX tiveram, segundo Amaral Lapa, decisiva participação do capital privado, de liberais, conservadores e republicanos, em associação com o poder público, sempre às voltas com a escassez de verbas. Os fazendeiros diversificavam seus investimentos e sua própria cidade se apresentava como bastante promissora aos negócios. De seus elegantes sobrados, muitos deles com o

traço de renomados arquitetos, a ordem senhorial acabou sendo absorvida pela racionalidade burguesa, o que originou um outro estilo de vida que desabonava seu antecessor, mas que por vezes conseguia apenas ocultá-lo. A cidade onde todos se conheciam passou a ser marcada pela impessoalidade, mesmo com o aumento de seus espaços públicos. Muitos, para saber das notícias locais, passaram a ler os jornais, que traziam também fatos de mais alta relevância como assassinatos e incêndios ocorridos na Rússia ou em Madagascar. O comércio da cidade denunciava que ali vivia gente “que podia”, e que tinha bom gosto. Vinhos do Porto, Madeira, Chianti; queijos do reino, presuntos de York, cervejas alemãs e charutos cubanos; modelitos franceses para moças casadoiras, sóbrios costumes ingleses envergados por barões de bem com a vida, pianos, cartões postais e de visita. Deleites atuais há cem anos atrás.

Mas havia algo errado nesse paraíso: as maravilhas da civilização não chegavam a todos. A maioria pobre e marginalizada fazia suas humildes compras nos mercados ou junto a quitandeiras e mascates, num comércio que preocupava os bons homens da Câmara que buscavam regulamentá-lo e controlar os movimentos, nem sempre cordatos, nem sempre higiênicos, dessa população. Mudanças se faziam prementes, mas o inevitável preço do progresso exigia, principalmente dos pobres, continuamente na mira da polícia, deslocamento e confinamento espacial. As posturas municipais ganhavam cada vez mais artigos detalhados, em seu desejo de disciplinar e padronizar espaços públicos e privados e as vidas na cidade, e de fazê-la mais bela e perfumada. Era imperioso livrar Campinas dos miasmas deletérios e dos atentados contra sua saúde e beleza. Assim, praças foram arborizadas e ganharam quiosques, córregos foram canalizados e saneados, brejos drenados, lixo recolhido regularmente, poços e fossas entulhadas, introduzidos a água encanada e os esgotos, cemitérios e suas emanações mefíticas banidos para a periferia. Os desígnios higiênicos da nova salubridade incomodaram e indignaram muita gente, mas sua resistência sucumbiu diante do medo que assaltava uma população atormentada por sucessivas e variadas epidemias. Vacinação obrigatória, visitas da temida

polícia sanitária, cotidianos e lares devassados, para o bem da frágil saúde pública. E nessa terra marcada pela varíola e, depois, pela febre amarela, a caridade de ricos e pobres, com as bênçãos da Câmara Municipal, ergueu hospitais e asilos em benefício dos esquecidos da sorte. Longe da mera coincidência, esses eram na maioria escravos e ex-escravos, aos quais se proporcionava abrigo, alimento, cuidados médicos e até mesmo uma sepultura mais ou menos cristã.

Assim, Amaral Lapa apreende uma dupla vida da cidade: a dos cantos – do *beautiful people*, lido, viajado e atualizado com as novidades chegadas no último pacote da Europa ou Estados Unidos – e a dos antros que se desejava esconder – dos feios, sujos e malvados, que viviam na penúria, discriminados na vida e na morte, para quem os produtos saborosos e brilhantes expostos nas lojas de nomes estranhos, estrangeiros, eram coisas de um outro mundo. Amaral Lapa conclui seu estudo ao encontrar, no limiar do século XX, uma Campinas transfigurada em suas razões e sensibilidades, que jamais seria a mesma, ainda convalescendo das epidemias de febre amarela dos anos anteriores.

Para realizar tão vasto painel do cotidiano campineiro, o autor revisitou antigos cronistas da cidade e utilizou diversas fontes primárias tais como posturas municipais, correspondência da Câmara Municipal, relatórios de intendentes, almanaques, jornais, entre outras, apresentando seus resultados ao longo de generosos 15 capítulos ricos em informações. Neles, a cidade de Campinas é servida quente, bem temperada e sem monotonia, capaz de satisfazer ao paladar exigente de acadêmicos e leigos.

A Construção de um Sonho: os Engenheiros Arquitetos e a Formulação da Política Habitacional no Brasil, de Marisa Varanda Teixeira Carpintéro. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

José Tavares Correia de Lira*

O projeto moderno de habitação social atua em um plano paradigmático da política. É contra perigos sanitários e riscos sociais de toda espécie que se justifica o interesse pelas formas precárias de moradia e lugares decaídos da cidade. Quando, depois do século XIX, o problema da habitação passa a figurar nos debates parlamentares, nas reivindicações sindicais ou populares, nas medidas e planos de governos, é porque também ele se tornou um elemento de importância apreciável no cálculo das tensões de classe. Aquilo que a estatística e a pesquisa social nascentes determinam em seus estudos sobre as condições de habitação passaria a recobrir antigas vocações e cuidados familiares de conteúdo público e laico. As políticas habitacionais doravante integrariam um conjunto de políticas da reprodução, da organização do consumo, do controle da saúde, da alimentação, da sexualidade etc. Por outro lado, essa habitação tem predicados sociais, na medida em que repercute nas formas de distribuição e localização da população, na definição de seus deslocamentos e circuitos, na extensão das maquinarias e equipamentos que lhe servem e delimitam as fronteiras entre os modos civilizados de vida, a desordem urbana e a insalubridade.

A trajetória desenhada por Marisa Varanda Teixeira Carpintéro não se desvia desses pressupostos da responsabilidade política pelos males habitacionais – objeto de sua análise. Ao passar em revista as iniciativas isoladas de construção habitacional para a população pobre, as denúncias, inspeções médicas e observações sociais das condições de vida nos cortiços

* Doutor em história da arquitetura pela FAU-USP.

e favelas e os relatórios, teses e pareceres técnicos de engenheiros e arquitetos sobre as maneiras de resolver o problema da moradia, o livro trata dessa história primitiva da política habitacional.

Um de seus grandes méritos está no próprio olhar da historiadora. Seu recorte cronológico embaralha os marcos tradicionais da evolução da política habitacional no Brasil: o predomínio da iniciativa privada na construção habitacional antes de 1930 e o surgimento das carteiras prediais financiadas pelo Estado daí em diante. Mas não o faz simplesmente pela reconsideração da mistura entre o público e o privado que a leitura de trabalhos como os de Everardo Backheuser, Émile Muller e Émile Cacheux (1894) ou Antônio Jannuzzi (alguns dos quais estudados pela autora, como Backheuser, E. *Habitações Populares*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906; Muller e Cacheux. *Les Habitations Ouvrières*. Paris, Baudry & C. Librairies Éditeurs, 1889; Jannuzzi, A. *Escorço Histórico do Problema da Construção de Casas Populares na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typog. do Jornal do Comércio, 1927) não cessa de repropor à análise de quaisquer destas conjunturas. Aproveita-se do que a interpretação histórica mais cuidadosa lhe oferece acerca das iniciativas fragmentárias – jurídicas ou sanitárias, públicas, corporativas, filantrópicas ou empresariais – de resolução dos problemas habitacionais para ousar um passo à frente.

A pista talvez seja a referência, ainda no título, aos engenheiros-arquitetos. É este olhar que tem em foco quando propõe examinar a formulação da política habitacional no Brasil. O olhar do profissional, sobretudo nessa São Paulo projetada pelo Instituto de Engenharia (1917), abrindo-se para a imagem da casa proletária e os preceitos morais e higiênicos a ela agregados como meio de formação do trabalhador. Afinal, “aos ‘doutores do espaço’, ‘técnicos do urbanismo’, ‘senhores das réguas e dos esquadros, compassos e pranchetas’ restava a tarefa de projetar a cidade do trabalho, desenhar os bairros, as ruas, avenidas, praças, escolas, os estádios, hospitais e as casas operárias”. Contudo, como bem frisa a autora na introdução, “entre estas tarefas, a mais importante foi a possibilidade de colocar todos os sonhos na ‘realidade’ do papel” (p. 15). As aspas lembram

ao leitor que o sonho e o projeto são carregados de tantos efeitos quantas são as oportunidades abertas aos especialistas para desenhar a cidade e fazer ecoar suas opiniões bem informadas em instituições de ensino, associações profissionais, revistas e boletins científicos, congressos ou encomendas oficiais.

Da mesma forma que as idas e vindas da exposição fazem revolver as antigas cadeias de acontecimentos, a autora escapa da oposição entre projetos e programas e sua realização. De um lado, amarra em uma rede de permanências e rupturas o estudo da cidade moderna retornando ao século XIX industrial em busca dos elos entre as teorias mesológicas e da circulação dos fluidos, as concepções orgânicas e mecânicas e as preocupações dos urbanistas – entre os quais Prestes Maia e Alfred Agache – com a habitação popular, os equipamentos coletivos ou o crescimento desmesurado das cidades. De outro, retira os debates e discussões sobre a questão da habitação do lugar de preâmbulo de empreendimentos futuros, contribuindo com isso para dispor o conjunto das falas responsáveis em sua relevância social e dimensão prática.

Compreende-se, assim, a importância conferida à especialização do discurso sobre a moradia. O tratamento inédito das teses apresentadas no Congresso de Habitação de 1931 revela um interesse especial pelo funcionamento dos discursos particulares acerca da técnica de construir com o mínimo de gastos a boa habitação popular. A discussão sobre os pés-direitos, espessura das paredes, cubagens mínimas de ar nos dormitórios e demais cômodos da casa ou materiais de construção ressurgem então para anexar aos velhos ideais de habitação social (para operários, pacificada, higienizada e moralizada) o crivo econômico. Padronização das soluções arquitetônicas, taylorização dos processos construtivos, organização do trabalho, construção em série, pesquisas e ensaios de materiais, estandardização de componentes, racionalização etc., passam a representar as palavras de ordem do ideal de Habitação Econômica promovido pelos arquitetos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, por departamentos municipais de habitação, gabinetes de investigação e jornadas técnicas como

a promovida pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo em 1941.

Mas a análise não se contenta simplesmente com o discurso competente. O próprio estatuto do saber com o qual opera é questionado na medida em que, ao lado do que dizem os profissionais, entram em cena planos bem distintos de representação da habitação: interesses econômicos de construtores, ações de governo, estratégias de contenção de demandas populares, exigências de inquilinos e operários com respeito à moradia, expressões de satisfação corporal dos indivíduos em relação aos padrões de conforto e higiene propostos.

Mais ainda, este modo de contar a história não trata o que se passou no Rio de Janeiro ou em São Paulo como casos específicos a confirmar ou não uma regra qualquer. Entrega-se, porém, à exigência de saber universal colocada a todo momento pelas falas com que lida. Decerto, o campo das condições e melhorias de vida e moradia dos trabalhadores urbanos – que a medicina e a enquete social, a engenharia, a arquitetura ou o urbanismo enunciam – não se deixa perpassar por variáveis locais, estilos de vida ou características geográficas e culturais diversas. É da assepsia geral do espaço, da *tabula rasa* e das necessidades-tipo do homem abstrato projetado nessas falas que trata a grande utopia política que define o urbanismo como a ciência da administração das coisas da cidade.

Por isso a tentativa de religar a política habitacional e a urbanística moderna ao cosmopolitismo de seus temas de fundo: o trabalho, a higiene, a circulação e a economia. Afinal, é a eles que se remetem as propostas de construção das vilas operárias e cidades-jardins, as visitas domiciliares e instalação das maquinarias de conforto, os planos de avenidas ou de extensão, os estudos sobre mínimos habitacionais ou a codificação legal da edificação urbana. A autora afasta-se, assim, da velha interpretação da importação de idéias, da imitação de soluções ou dos empréstimos culturais que caracterizaria, como quase tudo mais nesta parte do mundo, o saber moderno sobre a cidade e a habitação. Nada a opor, portanto, à leitura simultânea do que se passa em Londres, Viena ou Paris e do que

reformadores sociais, higienistas, urbanistas ou pré-urbanistas tinham a dizer da crise do alojamento ou dos males da cidade.

Talvez nessa opção se encontre uma das virtudes e um dos riscos mais candentes da empreitada. Se é fecunda a liberdade que a autora assume em relação aos consensos localmente estabelecidos pela história da arquitetura moderna, não parece inútil procurar identificar as referências internacionais que entram – e a maneira como entram – em circulação ou em voga no meio especializado de leitores e promotores das novas idéias em São Paulo ou no Rio de Janeiro. Por exemplo: se vale o esforço de relembrar que a história da casa modernista ao fim e ao cabo deve muito aos progressos da engenharia civil na construção em geral e na construção barata da casa popular em particular, talvez fosse necessário avançar também no estabelecimento do diálogo travado entre o meio especializado brasileiro e as várias experiências (algumas das quais efetivamente sugeridas ao longo do livro) belgas, alemãs, inglesas ou francesas na promoção da habitação econômica. Ou ainda, se a leitura da contemporaneidade temática entre propostas como o Plano de Avenidas para São Paulo e a Carta de Atenas de fato reconduz aos princípios comuns “que circulavam e orientavam as propostas urbanísticas na época” (p. 85), talvez fosse o caso de aprofundar o exame dessa cultura arquitetônica e urbanística em formação. Definindo um critério mais nítido de seleção e recurso comparativo de autores e experiências internacionais? Não sei. Atentando para os desníveis e variações nas trajetórias intelectuais e profissionais dos indivíduos, nos modelos teóricos e idéias-chave, nos conceitos, categorias e instrumentos técnicos manipulados? Talvez. Quem sabe procurando redescobrir as fontes comuns de referências estranhas entre si, o sentido das citações e os destinos, apropriações e funcionamentos singulares de tal ou qual idéia. Afinal, por que privilegiar este ou aquele expoente do urbanismo progressista – Garnier, Gropius ou Le Corbusier – em relação a outros muito freqüentados pelos especialistas locais como Nelson Lewis, Raymond Unwin, Louis Bonnier, Jaussely ou Patrick Abercrombie? Por que ignorar desníveis entre um *Vers une Architecture* (Le Corbusier. Paris, Vincent

Fréal, 19230) e um *Les Trois Établissements Humains* (Le Corbusier. Paris, Denoël, 1945) deste nosso militante modernista por excelência? Por que não perseguir as transformações de uma proposta tão importante quanto a da “máquina de morar”, já em sua matriz corbusiereana sobrecarregada de força persuasiva e imprecisão conceitual?

Questões por certo que o trabalho de Marisa Carpintéro dá a pensar ao leitor interessado em história da arquitetura e do urbanismo. Na verdade, a originalidade de suas formulações repousa no vigor interdisciplinar desse ensaio sobre história urbana que nos premia com o empenho de revisão dos nexos políticos e econômicos do modernismo arquitetônico e do próprio papel urbanístico da habitação social.

O Tráfico de Escravos para o Brasil, de Jaime Rodrigues. São Paulo: Ática, 1997.

Roquinaldo Pereira *

Jaime Rodrigues é um autor que tem se notabilizado pelos criativos textos a respeito do tráfico de escravos no Brasil, tendo como eixo temporal principalmente o século XIX. Tais textos foram iniciados em 1990, com *Formas Ilícitas do Tráfico. Repressão e Estratégias (1831-1860)* (Campinas, Unicamp, 1991), em que o autor aplicou métodos de história social, tais como a prosopografia, para analisar a organização do tráfico ilegal de escravos no Brasil. Nesse texto, Rodrigues percorreu um caminho já conhecido por autores como Mary Karash, autora de conhecida obra sobre o tráfico ilegal de escravos no Brasil (*The Brazilian Slavers and the Illegal Slave Trade*. Dissertação de mestrado, Madison, Universidade de Wisconsin, 1967), tratando-o com a meticulosidade de um detetive, o que culminou numa soberba análise de sua organização.

Posteriormente, mais especificamente em sua dissertação (*O Infame Comércio: Propostas e Experiências no Final do Tráfico de Africanos para o Brasil, 1800-1850*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, 1994), nota-se uma espécie de inflexão no trabalho de Rodrigues, com uma notável preocupação com a questão da circulação de idéias abolicionistas no Brasil do século XIX, algo um tanto diferente da perspectiva de história social de seu primeiro trabalho.

Nota-se também uma certa desatualização bibliográfica em sua dissertação de mestrado. Além da já mencionada Mary Karash, são ignorados autores tais como David Eltis (*Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. Nova Iorque, Oxford University Press, 1997), o que, frise-se, não diminui em nada a precisão com que Rodrigues domina seu

* Doutorando em história pela University of California at Los Angeles (UCLA).

tema. Seria apenas o caso de indagar quanto mais ele poderia ter feito se tivesse tido acesso à bibliografia estrangeira.

Mais recentemente, Jaime Rodrigues produziu um texto analisando a imagem desfrutada pelos traficantes de escravos no período da ilegalidade do tráfico (“Os Traficantes e seu Infame Comércio (1827-1860)”, *Revista Brasileira de História*, nº 29). Tal texto se destaca pela inventividade do autor, que mostra como eles foram desbancados da condição de egrégios negociantes para a de praticantes de uma atividade não só mal vista mas combatida como criminosa.

Mais uma vez, o autor trabalha numa linha que contempla sobretudo a circulação de idéias no período do tráfico ilegal. Não são discutidas as características empresariais ou o enraizamento social dos traficantes. Nesse texto, Rodrigues amadurece algumas idéias que haviam sido esboçadas em sua dissertação de mestrado. Ele encontra então um caminho verdadeiramente original, analisando um processo – a “criminalização” da figura do traficante de escravos no Brasil – que, *grosso modo*, teve o mesmo desdobramento e aconteceu simultaneamente em Angola.

O Tráfico de Escravos para o Brasil, o mais recente trabalho de Rodrigues, tem vários méritos. Clareza na construção do texto e amplitude no tratamento da questão do tráfico são algumas de suas principais qualidades. O tráfico é analisado desde seus primórdios, no século XV, quando os portugueses iniciaram o comércio de escravos. Rodrigues destaca a participação de cada uma das nações européias, provendo o leitor com uma visão panorâmica a respeito da participação inglesa, francesa, espanhola e holandesa no tráfico de escravos.

São cometidas, no entanto, algumas simplificações – inevitáveis nesse tipo de publicação voltada para a divulgação do assunto. Por exemplo, Rodrigues não menciona o fato, mas a entrada dos holandeses no tráfico esteve intimamente ligada à invasão holandesa no Brasil, como mostra o historiador Johanes Postma (1991). Destaque-se, também, que Rodrigues segue os passos de Fernando Novais, quando analisa a adoção da escravidão negra no Brasil. Excluindo reinterpretções daquela questão (como a proporcionada por Stuart Schwartz e Manolo Florentino), o autor afirma que

o tráfico foi o fator determinante para a adoção da escravidão não só no Brasil como também nas Américas. Quanto ao fim do tráfico, são apontados principalmente dois aspectos que cercaram aquela decisão: a pressão inglesa e o medo das revoltas escravas. Enquanto o primeiro foi tido desde a época do fim do tráfico como um dos fatores preponderantes na decisão brasileira de finalmente impedir a entrada de africanos no Brasil, o segundo aspecto vem sendo mais recentemente enfatizado pela produção acadêmica através de autores tais como Celia Marinho de Azevedo, Robert Slenes e Dale Graden.

São ignoradas pelo autor possíveis mudanças de atitude na opinião pública brasileira, como destaca David Eltis, ou o contexto partidário que provocou a falência das tentativas liberais de abolir o tráfico, como mencionam Alcir Lenharo (*As Tropas da Moderação*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992) e Robert Conrad (1985). Na verdade, pode-se constatar que os primeiros anos da década de 1830 foram desfavoráveis aos traficantes porque havia uma clara intenção de banir o tráfico de escravos. Pelo menos um dos ministros da justiça da época teve uma marcada atuação contrária ao tráfico, o que fez com que vários navios negreiros fossem apreendidos no porto do Rio de Janeiro. Lenharo contextualiza as ações políticas daquela época e mostra que Acayaba Montezuma, o ministro da justiça de então, estava atuando em consonância com o ideário dos homens que por pouco tempo governaram o Brasil durante o período regencial.

Tudo isso é confirmado pela documentação da diplomacia portuguesa, implicada com os traficantes que atuavam no Rio de Janeiro. Já em 1834, o governo imperial brasileiro havia tentado uma estratégia que seria amplamente adotada nos anos 1850: a expulsão de traficantes de escravos do Brasil. Em 1834 não foram tantos como nos anos 1850, quando centenas deles foram expulsos do país, indo para Lisboa, Nova Iorque e Angola – mas os casos ocorridos demonstram que a passividade diante do tráfico não era total. O mesmo pode ser notado quando se constata que, em 1837, nove navios negreiros foram apreendidos em apenas 45 dias.

Deve-se destacar, também, o fato de que o combate ao tráfico ilegal foi prejudicado pela fraqueza institucional de um Estado que ainda estava em

construção. Muitas vezes, os navios de guerra brasileiros não podiam combater o tráfico por causa das tarefas de “pacificação” de províncias rebeladas no norte e no sul do país. O fato de o tráfico ter retornado aos níveis pré-1830, por volta de 1837 – durante o chamado “regresso conservador” – não deve ser visto como pura coincidência. Havia vozes contrárias ao tráfico de escravos, sim. O fato de isso não se ter materializado numa interrupção do tráfico antes de 1850 deve ser entendido no contexto das disputas políticas da época e da fraqueza do Estado brasileiro. É preciso lembrar que, nos anos 1850, quando foi realmente necessário combater os traficantes, boa parte das ações policiais eram levadas a cabo por um agente clandestino, Joaquim Guedes Alcoforado, ele próprio um ex-traficante. Esse homem tinha uma rede particular de agentes, mantida com dinheiro do Estado brasileiro e da diplomacia britânica, melhor equipada para o combate ao tráfico que a força policial do Rio de Janeiro. Muitas vezes, Alcoforado usava como arma algo que, como mostra o historiador Thomas Flory (*El Juez de Paz Y el Jurado en el Brasil Imperial*. Mexico, Fondo de Cultura Economico, 1986), havia impedido a continuidade da repressão ao tráfico nos anos pré-1850: a corrupção.

Um dos méritos do livro de Rodrigues é encarar o desafio de incluir a África na temática do tráfico, algo poucas vezes intentado pelos especialistas brasileiros no assunto. Rodrigues o faz de uma forma límpida, embora mais uma vez desprovido da produção mais recente sobre o seu tema, conseguindo transmitir os conceitos elementares para entender a inserção da África no tráfico atlântico de escravos.

Sem dúvida por esta razão, talvez haja aqui e acolá um ou outro ponto discutível, como o tratamento dispensado à questão da escravidão na África. A idéia de que os escravos não eram vistos como propriedade na África colide com o que existe na produção mais recente sobre o tema. Autores como John Thornton, Claude Meillassoux, Martin Klein, Paul Lovejoy, Igor Kopitoff e outros nos mostram que a escravidão teve vários sentidos para os africanos. Contudo, não parece acertado afirmar, como Rodrigues categoricamente o faz, que os escravos africanos não eram vistos como mercadoria.

Se a África está presente quando Rodrigues descreve o surgimento e erguimento do tráfico como empreendimento transatlântico, o mesmo não

acontece quando ele analisa o fim do tráfico de escravos no século XIX. Na realidade, é preciso dizer que no período pós-1830 – quando entrou em vigor a proibição que só seria regulamentada pela lei brasileira antitráfico de 1831 –, o tráfico em Angola experimentou um agudo processo de dispersão. O impacto da legislação que proibia o tráfico no Brasil foi quase imediato em Luanda, onde os navios negreiros que chegavam do Brasil eram em parte responsáveis pelo abastecimento de gêneros alimentícios para a cidade. Uma crise creditícia foi o outro impacto imediato do desaparecimento dos navios negreiros de Luanda, frise-se, por causa de uma legislação que oficialmente estava relacionada apenas ao Brasil.

Na verdade, Brasil e Angola estavam de tal forma conectados pelo tráfico de escravos, que tudo o que acontecia aqui se refletia imediatamente em Angola. Em Angola, lugares como Luanda e Benguela, os tradicionais portos de embarque de escravos, estavam perdendo cada vez mais espaço para regiões como Cabinda e Ambriz, onde não havia soberania definida e o combate ao tráfico era mais complicado. Deve-se ressaltar, no entanto, que os lugares onde o tráfico de escravos foi realizado incluíam muitas outras localidades da costa angolana, como menciona o viajante George Tams (*Visita às Possessões Portuguesas da Costa Ocidental da África*. Porto, Typographia da Revista, 1850) que esteve em vários lugares da costa de Angola em 1841. A dispersão dos traficantes tornou-se uma espécie de padrão do tráfico ilegal de escravos em Angola entre 1830 e 1860. Ela iria vigorar até os anos 60 do século passado, quando o tráfico para o Brasil já estava definitivamente morto, e os embarques de escravos tinham então como destino a Ilha de Cuba.

A fuga para regiões inóspitas da costa de Angola foi uma decisão tomada por traficantes como o brasileiro Guilherme Jose da Silva, mais conhecido como “Guilherme do Zaire”, que atuou na região que lhe deu nome, o rio Zaire, na altura dos anos 1850, comandando uma rede de traficantes que costumava embarcar escravos para Cuba.

A dispersão do tráfico angolano foi a principal arma dos traficantes contra o grande esforço militar para conter os embarques de escravos em Angola. Somente entre 1845 e 1860, cerca de 40% da movimentação total de

navios pelo porto de Luanda foi feita por navios de guerra de várias marinhas (Inglaterra, Estados Unidos, França e Portugal), que tentavam acabar com os embarques de escravos pela costa de Angola. Esse esforço militar não surtiu efeitos imediatos, mas deu àqueles que estavam lutando contra o tráfico uma vitória estratégica, que na época eles sequer tinham condições de aquilatar. Graças à repressão, os embarques de escravos por Luanda desapareceram por completo por volta dos anos 1840. Relatos do viajante David Livingstone (*Missionary Travels and Researches in South Africa*. Nova Iorque, 1858), assim como do vice-consul inglês em Luanda, George Brand, quando cotejados com documentos da administração portuguesa em Angola, permitiram constatar que o número de escravos que entraram em Luanda foi continuamente decrescente entre 1833 e 1849. De um total de 15.475 escravos em 1833 e 1834, o número caiu para apenas 130 em 1848 e 1849. Essa não foi uma vitória comemorada pelos abolicionistas que lutavam contra o tráfico em Angola. Isto porque eles não tinham condições de avaliar o quanto o tráfico iria se deteriorar, alijado das condições satisfatórias que Luanda proporcionava aos traficantes. Fora da cidade, os traficantes muitas vezes eram aterrorizados por piratas e por guerras entre os povos africanos da costa, como menciona o inglês John Monteiro (*Angola and the River Congo*. Londres, MacMillan & Co., 1875), que esteve em Angola na época.

Rodrigues não menciona essa complexa conjuntura africana, mas é capaz de habilmente situar a problemática do tráfico de escravos em suas distintas fases. Seu texto é desprovido de qualquer bizantinismo acadêmico e não tem os jargões que tanto amedrontam o leitor ao qual o livro se destina: o estudante do ensino médio. Este é um mérito incomum, portanto, a partir do qual se dá a professores e alunos de ensino médio acesso ao que existe de novo e criativo na academia em matéria de estudo do tráfico de escravos. De certa forma, Jaime Rodrigues dispensa apresentações. Ele é um especialista cuja produção se impõe por si só como uma das melhores no ramo a que se propõe estudar. Sua contribuição é louvável, por mostrar que livro didático pode ser sinônimo de conhecimento atualizado e texto claro e envolvente.

Resistencia e Integración. El Peronismo y la Clase Trabajadora Argentina, 1946-1976, de Daniel James. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1990. Tradução para o espanhol: Luís Justo.

Norberto O. Ferreras *

Os historiadores sociais demoraram para avançar sobre um tema tabu na Academia argentina: o peronismo. Durante muito tempo o peronismo foi campo de trabalho, e não de disputa, para sociólogos, cientistas políticos e economistas. Porém, com maior ou menor grau de sofisticação, suas conclusões são similares: o peronismo era a consequência de um crescimento industrial acelerado, produto da necessária substituição de importações durante a II Guerra Mundial e das mudanças na composição da classe operária com a chegada dos migrantes internos. Sem muita sofisticação, poderíamos concluir que o peronismo seria, então, uma aberração. Uma anormalidade dentro do que deveria ser a normalidade no desenvolvimento do capitalismo. Não estariam tão errados os desprezados marxistas-peronistas, como Hernandez Arregui, que se referiu ao peronismo como um “*fenómeno maldito del país burgués*”.

Para analisar o peronismo, os “estudiosos” têm gerado uma série de pares opostos: modernidade ou tradição, autonomia ou heteronomia, consciência de classe ou falsa consciência etc., o que tem acabado por reforçar a tese da *aberração* e obscurecido a análise das opções de classe ou a possibilidade de defrontarmos com os diversos peronismos possíveis – o nacionalista dos militares, o industrialista dos novos empresários, o radical de Evita, o trabalhista dos sindicalistas, o sindicalista dos operários, o místico das donas de casas e *villeros*, o socialista de Cooke, o social-democrata do velho dirigente socialista Enrique Dickman etc.

* Doutorando em história social pela Unicamp.

Pode ser que por sua origem não argentina – ele é britânico –, e uma conseqüente falta de necessidade de se posicionar diante do peronismo, tenham permitido a Daniel James deixar as explicações estruturais e mergulhar no oceano do peronismo, procurando os relevos e contornos do substrato desse oceano – os elementos que nos permitem compreender o porquê das formas das ondas (violentas ou calmas, com maior ou menor altura e força de impacto), quando se agitam as águas da superfície movidas por ventos e marés.

É por aí que temos que procurar o objetivo de James. Na Introdução, reclama da “*persistente incapacidad de la mayor parte de la teoría académica de captar adecuadamente la complejidad de la experiencia de la clase trabajadora*” (p. 13). Desse modo, ele vai tentar preencher esse vazio: analisar a complexidade da experiência da classe trabalhadora. Encarar esse objetivo para um período absolutamente descuidado pelos historiadores, antes e depois de James, é uma atitude corajosa. Talvez mais corajosa ainda se pensarmos que os testemunhos orais, como grande parte da pesquisa *in situ*, foram logrados entre 1974 (momento de refluxo dos movimentos populares) e 1977 (auge da repressão).

O livro é um *tour de force*, é uma luta para dar um tratamento enquadrado no âmbito da história social a uma questão até então reservada à política – à ciência política, à prática política. James tenta furar o bloqueio, colocando em ação os autores e os conceitos clássicos da história social. Pelo livro desfilam, explicitamente, Raymond Williams e Gareth Stedman Jones e, implicitamente, E.P. Thompson. Os achados desses autores entram em jogo várias vezes para explicar e compreender o que, para outros autores e analistas, tem sido inescrutável: o porquê de a classe trabalhadora argentina – a mais bem organizada e a mais ideologizada da América Latina, com um partido de classe forte como o Partido Socialista –, ter aderido em massa a Perón, individualmente e por intermédio de suas organizações.

Neste sentido, a primeira parte do livro é reveladora. É aí que o autor é mais ousado e inovador. James consegue articular a produção prévia sobre o peronismo a *insights* renovadores, como a análise do discurso de Perón e

da iconografia – com a avaliação da experiência da *Década Infame* – e com o uso da história oral, fazendo emergirem as vozes esquecidas que nos permitem compreender o período. As colocações de dois dos entrevistados de James são reveladoras – tanto do impacto de Perón e de suas práticas políticas sobre os trabalhadores como do uso da história oral. Comparando suas vivências da “década infame” (o período que vai de 1930 a 1943, hegemonizado por governos conservadores eleitos mediante a manipulação das eleições, o chamado *Fraude Patriótico*), ambos se apresentam como impedidos de atuar diante das represálias (“*No había muchos obreros que quisieran ser héroes*”, p. 46) e o que mudou com a aparição de Perón na cena política (“*Bueno, con Perón todos eramos machos*”, p. 45).

O esforço feito na primeira parte do livro perde um pouco de seu impulso na seqüência do trabalho – não por ter sido gasta toda a carga de inovação, mas porque o autor tem de se defrontar à carência de estudos prévios. Ele deve montar seu esquema praticamente a partir do nada. Basta verificar as notas dos capítulos das partes seguintes, as quais denotam uma ampla utilização de fontes, orais e escritas, para poder montar os capítulos e partes do “peronismo sem Perón”.

Na parte 2, o autor retoma a tradição narrativa da história política para poder reconstruir a *Resistencia Peronista*. A *Resistencia* foi a epopéia de operários e militantes desorganizados e desnorreados que, às vezes em grupos pequenos, às vezes individualmente, infernizaram a vida dos “gorilas” – fossem estes chefes no trabalho, políticos golpistas ou militares – como forma de ratificar sua lealdade e de se reafirmar como indivíduos livres, na tradição do anarquismo individualista. (Não será esta uma questão a ser pesquisada, a da persistência das tradições e práticas pré-peronistas e sua adaptação a novos contextos, em lugar de pensar o peronismo como o “*diluvio*”?)

A fim de poder compreender essa atitude do operariado, James se defronta à questão da *experiência*. Para sua análise da experiência e das contradições dos peronistas, ele procura Raymond Williams e seu livro *Marxismo e literatura*. O que poderia ter resultado incongruente é, a meu

entender, um dos melhores lances do trabalho: a *Resistencia Peronista* como uma *estrutura de sentimentos*. As ambigüidades e os elementos do contradiscurso estão submersos como *sentimentos* e unidos como uma *estrutura*. Mas o que dá unidade a essa estrutura? A certeza da infalibilidade do líder, a certeza da conspiração anti-peronista – e portanto, anti-operária e anti-popular. O que estrutura os sentimentos não é dado pela presença de Perón, mas por sua ausência – embora a idealização seja mais um dos sentimentos dessa estrutura.

Porém, essa experiência coletiva não é apresentada com clareza pelo autor, e sua apresentação no nível dos militantes da base perde a racionalidade que possui na correspondência entre Perón e o seu delegado e articulador político John William Cooke (*Perón-Cooke. Correspondencia*. Buenos Aires, Papiro, 1972) Era tão espontânea a *Resistencia*? Qual seu grau de organização? Que importância tinha na estratégia peronista? Estas são algumas das perguntas que restam a responder com maior precisão do que faz James.

As partes 3 e 4 do livro destinam-se a estabelecer a conformação e o funcionamento do poder sindical na ausência da Perón. O pragmatismo político dos novos dirigentes sindicais surgidos durante o período da *Resistencia* – em muitos casos como seus membros – é colocado como forma de relativizar o potencial transformador e até peronista dos mesmos. As relações entre esses novos grupos de sindicalistas, o Estado e Perón foram estudadas pela demonstração da complexidade da identidade peronista. Perón era fonte de legitimidade ante seus dirigidos e, ao mesmo tempo, uma fonte de atrito com o poder político e econômico. Este era um dos principais elementos de confrontação e o que impossibilitava os sindicalistas de ser *integrados* ou reintegrados plenamente ao esquema do poder estatal.

A parte final do livro mostra a fragilidade desse esquema diante da emergência de novos atores e ante à radicalização da cena política da Argentina. Os conflitos e disputas entre peronistas e outros grupos com forte presença nas instituições da classe operária, como nos sindicatos do interior do país, e especificamente na Córdoba dos sindicatos clasistas – os

sindicatos organizados no nível das empresas e agrupados em SITRAC-SITRAM, que desafiaram o poder da CGT dos peronistas ortodoxos e eram liderados por Agustín Tosco e Raúl Salamanca, ambos de origem marxista – colocaram em evidência os conflitos reprimidos e os limites tendentes à hegemonização dos sindicalistas pragmáticos, que tinham sustentado seu poder na negociação e na política de conflitos controlados como forma de atuar sobre o poder econômico e, inclusive, como forma de atuar na política. A irrupção sem seu controle dos operários e do novo ator que era a juventude provocou uma crise que só podia ser contornada pelo retorno de Perón – único objetivo comum entre os radicalizados novos atores e os sindicalistas – ainda que a contragosto destes últimos. Na última parte, James faz uma interessante reflexão sobre os limites do sindicalismo e da análise centrada na *consciência de classe*, confrontando teoria e experiência, resgatando e tentando definir o carácter herético – “*maldito*” – do peronismo.

Esse trabalho, publicado em espanhol em 1990, encontra um estimulante complemento numa obra recente, e não necessariamente acadêmica, do periodista Miguel Bonasso. Em seu *El presidente que no fué. Los archivos ocultos del peronismo* (Buenos Aires, Planeta, 1997). Bonasso centra-se na experiência de um homem (o presidente que não foi) que sempre esteve na primeira linha do peronismo, exceto no período estudado por James: o da *Resistencia*. Esse homem é Hector José Campora, presidente durante 49 dias, de 25 de maio a 13 de julho de 1973, interregno entre o poder militar e o último governo de Perón. Ao concentrar-se numa pessoa só, imersa no contexto da política argentina de 1943 a 1973, o autor permite-nos acompanhar os vaivéns não só da tática de Perón e sua relação com a política, quanto observar o período através de um dos atores centrais, especialmente no período da radicalização de finais da década de 60 e início de 70.

Este livro dá um tom mais próximo à estrutura de sentimentos perseguida por James, e revela elementos centrais do *ethos* peronista – como a lealdade à principal liderança, a condução pendular entre esquerda e direita do Movimento Peronista feita por Perón, os limites ou a incapacidade

de construir um peronismo sem Perón e ainda contra Perón, como tentaram os *Montoneros* nos últimos dias de vida de Perón –, ausentes em sua análise.

Duas frases poderiam sintetizar as dificuldades enfrentadas até o momento por ambos os pesquisadores, e que têm sido inteligentemente assumidas pelo mesmos. Estas frases mostram a imbricação da relação entre o peronismo e o “argentino”. A primeira é “*Pero si yo siempre fui peronista, yo nunca me metí en política*” (Osvaldo Soriano, *No habrá más penas ni olvidos*); a outra é a de Miguel Bonasso e se refere a: “*Preguntaron a Perón cual iba a ser el resultado de las elecciones y el contestó: los radicales van a sacar tanto, los conservadores tanto, los socialistas tanto. El periodista le dijo que había llegado al 100 por ciento y preguntó por los peronistas. A lo que Perón respondió: - Bueno peronistas son todos*” (Miguel Bonasso, *El presidente que no fué*).

Os dois livros não são necessariamente complementares, porém ambos abrem caminho a uma das discussões mais demoradas da historiografia argentina, a continuidade do peronismo como forma de agrupar as massas populares contra proibições e perseguições. Embora os dois os livros tenham origens diferentes – o de James a história social e o de Bonasso, a narrativa jornalística – ambos são boas vias para acompanhar a experiência dos indivíduos e dos grupos sociais na Argentina do último meio século.

Baile de Máscaras. Mulheres Judias e Prostituição. As Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua, de Beatriz Kushnir. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

Magali Gouveia Engel *

Originalmente apresentado como dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, em novembro de 1994, o livro de Beatriz Kushnir, *Baile de Máscaras: Mulheres Judias e Prostituição: As Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*, publicado pela Editora Imago em 1996, representa sem dúvida uma contribuição significativa não apenas no âmbito mais geral da história das mulheres e das relações de gênero, mas também, mais especificamente, para os estudos sobre movimentos imigratórios de grupos de origem judaica para as Américas – em particular para o Brasil –, bem como para as reflexões sobre a questão da prostituição na sociedade brasileira.

O estudo em questão tem como objeto central de análise as associações de ajuda mútua criadas por “um determinado grupo, marginalizado em sua dupla condição de imigrante e de fora-da-lei” (p. 20), constituído por judeus e judias provenientes de várias regiões da Europa Oriental – em especial, a *Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita (ABFRI)*, do Rio de Janeiro, e a *Sociedade Feminina Religiosa e Beneficente Israelita (SFRBI)*, de São Paulo. Inspirada nas concepções de Michel Maffesoli, a autora busca “compreender as redes de sociabilidade e solidariedade que envolveram homens e mulheres ligados ao comércio da prostituição estrangeira nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Santos” (p. 39), estabelecendo relações com as experiências de Nova York e Buenos Aires, quando possível.

* Professora de história do Departamento de História da UFF.

A ênfase dos objetivos perseguidos recai, contudo, sobre as “histórias e trajetórias” das *“polacas”*, procurando-se situar “o espaço privado dessas mulheres” – através das experiências comunitárias e cotidianas de suas associações –, “vislumbrar seus rostos (...), desmistificando esse mundo da marginalidade envolto por estereótipos” e, por fim, “identificar suas estratégias de sobrevivência, seus valores e as instituições que sustentavam e davam identidade ao grupo” (p. 40). Em resumo, o ponto basilar e central da abordagem proposta assenta-se sobre o desejo de “apreender rostos e não rótulos”, “rompendo com as máscaras sociais previamente estabelecidas” (p. 21). Segundo a própria autora, tal perspectiva de análise confere a seu trabalho um caráter absolutamente singular e original em relação aos enfoques já existentes sobre a questão da prostituição. A trajetória percorrida em busca dos referidos objetivos norteou-se, como explicita Beatriz Kushnir, em torno de referenciais teóricos estruturados a partir de instrumentos conceituais formulados não apenas por Maffesoli, mas também no âmbito da história cultural e da história da vida privada por autores como Robert Darnton, Carlo Ginzburg e Michelle Perrot.

Certamente não foi tarefa fácil detectar e compreender aspectos históricos da “vida privada de mulheres públicas” (p. 21), a partir da análise dos documentos das associações de ajuda mútua do Rio de Janeiro e de São Paulo – tais como, atas de assembléias, estatutos, livros-caixa, livros de registros de óbitos, material iconográfico e depoimentos de funcionários e descendentes – e de 32 fichas policiais pertencentes a sócias da ABFRI (RJ). Trata-se de fontes que, ao meu ver, revelam-se insuficientes para esclarecer questões-chave como, por exemplo, quem eram essas mulheres, como viviam, como eram seus casamentos, como vivenciaram a experiência da maternidade. Contudo, pode-se considerar que a autora foi relativamente bem sucedida no sentido de resgatar certos aspectos do “mundo íntimo” – entendido como “o comunitário, o cotidiano de suas associações” (p. 40) – dessas personagens. A realização de uma pesquisa cuidadosa e persistente, da qual resultou a descoberta (e a garantia de preservação) de algumas fontes inéditas, confere ao trabalho um de seus maiores méritos.

O livro de Beatriz Kushnir apresenta, contudo, algumas deficiências que devem ser apontadas. Excessivamente preocupada em demonstrar a especificidade de seu objeto e a singularidade de sua abordagem, a autora acaba por imprimir à análise empreendida duas características bastante problemáticas. De um lado, a ausência de um diálogo mais profundo, mais consistente e, portanto, mais conseqüente com a produção historiográfica sobre a questão da prostituição na sociedade brasileira. De outro, a inexistência de uma articulação mais solidamente construída entre a trajetória das associações de ajuda mútua e o contexto sócio histórico no qual se encontram inseridas. Estes são, a meu ver, os pontos mais frágeis do trabalho.

No que se refere ao primeiro ponto, gostaria de ressaltar que os esforços de Beatriz Kushnir no sentido de situar a produção historiográfica brasileira sobre o tema e temáticas afins – sempre bastante resumidos e norteados pela preocupação quase obsessiva em afirmar o que não fez ou não pretendeu fazer – apresentam-se incapazes de revelar a riqueza e a diversidade das contribuições efetivamente produzidas por tais abordagens. Pelo menos no que diz respeito, de um lado, à utilização de certos referenciais teóricos no enfrentamento de questões relativas ao caráter positivo da construção de uma determinada identidade social, pelos laços de solidariedade e de sociabilidade e, de outro, ao enfoque de certas dimensões da história do chamado “tráfico de escravas brancas”, o livro *Baile de Máscaras* possui um débito muito maior em relação às brilhantes reflexões desenvolvidas por Margareth Rago em seu *Prazeres da Noite* do que possa parecer à primeira vista. Mesmo sendo a obra mais citada, também neste caso não há um diálogo efetivo, capaz de evidenciar devidamente a intensidade e as maneiras pelas quais Kushnir percorreu muitas das trilhas abertas por Rago (vale notar, por exemplo, que a Sociedade Feminina Beneficente e Religiosa Israelita, criada por prostitutas judias em São Paulo em 1924, é um dos objetos de análise do último capítulo do livro de Margareth Rago).

Isto, evidentemente, não significa negar os enfoques profundamente distintos que caracterizam as análises de temáticas próximas em cada um dos referidos estudos. Neste sentido, é preciso ressaltar, por exemplo, que para Margareth Rago a crença na existência de um *rosto* que se esconderia atrás

das *máscaras* é insustentável, perspectiva da qual compartilho. Pautadas sobre referenciais esquemáticos e dicotômicos, que permanecem circunscritos no âmbito de certos substratos positivistas, as concepções defendidas por Kushnir, partem, a meu ver, do pressuposto de ser não apenas possível, mas também necessário, chegar aos *rostos* das *mulheres*, os quais, emergindo do mundo privado, seriam capazes de revelar a *verdade*, oculta sob as *máscaras* das *prostitutas* em suas vidas públicas – concebidas exclusivamente como lugar da *fantasia* e dos *estereótipos* e, portanto, da *ficção*. *Rostos* ou *máscaras*, *verdades* ou *mentiras*, *real* ou *imaginário*... Dicotomias que há muito vêm sendo intensa e consistentemente questionadas por várias vertentes historiográficas. Talvez fosse mais interessante e frutífero pensar a multiplicidade de papéis, desempenhados concomitante e contraditoriamente, e que, apesar de profundamente diversificados, estariam sempre referidos, de modo dinâmico e complexo, ao contexto sócio-cultural mais abrangente.

É preciso notar, ainda, que para atingir o intento a que se propõe, a autora acredita que as fontes diretamente produzidas pelos protagonistas de sua análise são as únicas que permitem “ir ao encontro de tais pessoas e suas histórias particulares, rompendo com as máscaras sociais previamente estabelecidas” (p. 21). Ora, como sabemos, todas as fontes são social e historicamente produzidas, o que significa que não existem fontes “objetivas”. A fala dos referidos protagonistas não estaria, portanto, completamente isenta de estereótipos, como parece crer a autora. Por outro lado, como observou Ginzburg, “não é preciso exagerar quando se fala em filtros e intermediários deformadores. O fato de uma fonte não ser ‘objetiva’ (mas nem mesmo um inventário é ‘objetivo’) não significa que seja inutilizável. Uma crônica hostil pode fornecer testemunhos preciosos sobre o comportamento de uma comunidade camponesa em revolta” (Carlo Ginzburg, 1987, *O Queijo e os Vermes: o Cotidiano e as Idéias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia. das Letras, p. 21).

Assim, uma discussão em torno das reflexões desenvolvidas nos trabalhos anteriores que trataram da prostituição e de temas afins, optando por fontes e enfoques distintos, teria certamente contribuído para o enriquecimento e o aprofundamento do estudo desenvolvido por Beatriz

Kushnir. Principalmente quando, apesar de afirmar explicitamente não serem objetos de seu interesse a “problemática da prostituição em si” (p. 39) ou a questão de sua normatização, a autora se vê obrigada, como não poderia deixar de ser, a enfrentar ambas as questões. Ela o faz, a meu ver, de maneira solitária – e, portanto, vacilante e inconsistente –, ao utilizar de forma absolutamente acrítica – e, portanto, contraditória em relação a seus próprios pressupostos –, as “visões estereotipadas” produzidas por médicos, juristas e policiais, como fontes de informação completamente isentas e confiáveis (pp. 83ss. e 143ss.). Ao supor, por exemplo, que a existência de filhos das mulheres pertencentes à Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita (RJ) por si só seria capaz de desmistificar “todo um estereótipo e uma fantasia que cerca o mundo da prostituição” (p.97) (trata-se de uma conclusão apressada e simplificadora, já que os estereótipos médicos que opunham a prostituição à maternidade são construídos a partir da associação entre prostituta e esterilidade, concebida esta última não apenas em seu aspecto físico, mas sobretudo moral – ou seja, eram mulheres incapazes física e/ou moralmente de exercer o sublime papel de mães. Cf. Magali Engel, *op. cit.*, pp. 78-79 e 83). Ou, ainda, ao afirmar (p. 87) que a prostituição foi regulamentada na cidade do Rio de Janeiro em meados do século XIX (a prostituição nunca foi regulamentada no Brasil).

A segunda fragilidade indicada refere-se aos problemas relacionados ao enfoque quase exclusivamente voltado para o objeto da pesquisa, isolando-o do contexto histórico mais amplo. Tal perspectiva, a meu ver, acaba por produzir a idéia de que os estereótipos em torno da prostituição não teriam *contaminado* os espaços alternativos criados pelas prostitutas e cafetinas judias através de suas associações de ajuda mútua. Mais do que isto, fica-se com a impressão de que os laços de solidariedade e de sociabilidade só puderam ser construídos por esse grupo no espaço das referidas associações. Lembro aqui as concepções de Rago, inspiradas em Maffesoli, segundo as quais os bordéis, vistos em sua positividade, também se teriam constituído em lugares privilegiados da função agregativa da prostituição. Mas admitir a importância crucial desse tipo de reflexão seria abandonar a idéia da existência de um rosto atrás das máscaras, enxergando a mulher, a prostituta e

a judia como perfis distintos e contraditórios – entre muitos outros possíveis – de um mesmo rosto. Seria, ainda, renunciar à idéia de uma única identidade positiva possível.

Por fim, gostaria de levantar algumas questões em torno da análise comparativa entre a Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita (RJ) e a Sociedade Feminina Religiosa e Beneficente Israelita (SP). Segundo Kushnir, o caráter misto, característico da primeira, entre 1915 e 1932 – cabendo aos homens as funções administrativas (e, portanto, mais poder) e às mulheres as funções assistencialistas –, pode ser explicado por algumas das regras que definem uma “atitude máfia”, conforme Maffesoli. Mas como entender o caráter eminentemente feminino da referida associação em suas origens (entre 1906 e 1914), retomado e aprofundado a partir de 1932, e a preeminência absoluta das mulheres nas associações de São Paulo e de Santos? Ao que tudo indica, a presença feminina, bem como o exercício de funções de mando pelas mulheres parecem ter sido uma característica extremamente forte e marcante não apenas na SFRBI (SP) e na SBRI (Santos), mas também na ABFRI (RJ) – exceto entre 1915 e 1932. Uma investigação mais atenta e minuciosa desse aspecto poderia ter contribuído, por exemplo, no sentido de reforçar a relativização da vitimização das prostitutas de origem judaica provenientes da Europa Oriental – corrente na literatura especializada, conforme demonstra a autora.

Comparando as atas das assembléias das Associações do Rio de Janeiro e de São Paulo, e baseada no depoimento do Sr. O. (último contador da ABFRI-RJ entre 1954 e 1968), a autora conclui que enquanto a primeira se teria caracterizado pela ausência de conflitos significativos – e, portanto, por uma maior estabilidade e, conseqüentemente, por um clima de maior harmonia entre as associadas – a segunda teria sido profundamente marcada por constantes disputas pelo poder. Entretanto, as crises e freqüentes mudanças nas diretorias da ABFRI (RJ) – analisadas no Capítulo 3 – não apontariam um quadro de tensões e embates? Mais do que revelar a ausência de conflitos na associação do Rio de Janeiro, o fato de as atas da SFRBI (SP) serem “mais ricas” não indicaria a existência de diferentes opções na

construção da memória de cada uma das associações? Afinal, as fontes não falam por si ...

Espero ter conseguido, com esta resenha, estimular um saudável e necessário diálogo, em torno das divergências e convergências que vêm marcando os estudos sobre a problemática da prostituição e sobre a questão feminina na sociedade brasileira.

O ABC dos Operários: Conflitos e Alianças de Classe em São Paulo, 1900-1950, de John French. São Paulo, Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995.

Adriano Luiz Duarte*
Adelaide Gonçalves**

O ponto forte do livre de John French *O ABC dos Operários: Conflitos e Alianças de Classe em São Paulo. 1900-1950* está, cremos, na discussão sobre os anos 30, 40 e 50 e, principalmente, sobre a política populista.

O populismo tem sido considerado uma forma de política nacionalista e reformista sem características de classe. Surgido nas décadas de 30 e 40, seria a expressão da “era do desenvolvimento nacional” (p. 4) até os anos 60. Caracterizado como um movimento de natureza urbana, nacionalista e multiclassista, com uma ideologia eclética e uma adesão clientelística a um líder carismático e originado da crise das oligarquias, o populismo expressaria a busca de alternativas para uma economia agro-exportadora e seria, portanto, o complemento político necessário à “era da substituição de importações” (p. 4), posterior a 1930.

Seu aspecto crucial residiria na subordinação dos operários aos interesses do Estado. Submetido ao controle do poder público, o movimento operário possuiria uma capacidade limitada para representar os interesses de classe. Disso resultaria o sistema da tutela, por meio do qual o Estado orientaria as ações dos sindicatos, transformados em “órgãos de colaboração” (p. 5), sendo então reduzidos a uma função meramente assistencialista.

* Professor de história da Universidade Federal de Santa Catarina.

** Professora de história da Universidade Federal do Ceará.

Problematizando essa interpretação acerca do fenômeno populista, French argumenta, com muita propriedade, que o golpe de 1964 representou um influxo na intelectualidade brasileira. Sentindo-se derrotados e não podendo reverter as mudanças sociais, alguns intelectuais de esquerda mergulharam numa revisão de suas próprias idéias. Rejeitando o passado populista, criticaram as práticas operárias de adesão ao sindicalismo oficial, negaram quaisquer possibilidades de ganho para essa adesão e rejeitaram-na como uma renúncia à revolução socialista. O golpe de 1964, teria gerado, portanto, uma espécie de radicalização acadêmica.

As observações de French acerca dessas mudanças na postura dos intelectuais, evidenciam o quanto da produção acadêmica, tanto no campo da história quanto da sociologia, foi elaborado longe das práticas de uma “disciplina do contexto histórico” – para usar a feliz expressão de Edward Thompson. Muitas dessas análises eram determinadas mais pelo pressuposto de uma derrota da academia e de uma recusa dos desdobramentos do movimento de 1964 do que resultado de uma paciente pesquisa empírica.

Assim, a atual “ortodoxia” (p. 12) acadêmica acerca do populismo encontraria sua matriz em Francisco Weffort que, por um lado, ao negar a questão da migração como causa do atraso e passividade do movimento operário, devolveu-lhe a determinação de sua própria história. Contudo, como bem aponta French, Weffort “exaltava a classe operária em abstrato” (p. 13) e produzia, desse modo, “reconstruções imaginativas acerca do movimento operário” (p. 12). Essas “abstrações” (p. 14), entretanto, não resistem ao minucioso trabalho de pesquisa nos arquivos, único instrumento capaz de conter a imaginação e trazer à luz os conflitos e esperanças concretos das lutas dos trabalhadores. Estes argumentos de French revelam o quanto Weffort foi capaz de determinar a agenda intelectual de toda uma geração e assim criar uma memória para o movimento operário que prescindiu da pesquisa empírica.

French toma o populismo não como mera manipulação, mas como um modo de fazer política no qual os trabalhadores eram parceiros reconhecidos. O limite desse vínculo estaria na tentativa continuada de

evitar e contornar os conflitos de classe. Assim, a ambigüidade populista refletiria o vigor das mobilizações populares e expressaria ganhos líquidos para o operariado. A “adesão” (p. 33) popular às lideranças populistas, explica-se pelo fato de que, após a cassação do PCB em 1947, o debate político polarizou-se entre conservadores *versus* populistas. Assim, a adesão dos trabalhadores às lideranças populistas resulta de ganhos efetivamente alcançados. Essa aliança não expressava submissão ou aquiescência, mas a efetiva abertura de fissuras no espectro político, através das quais se expressava a ação organizada do movimento sindical.

Segundo French, as polêmicas ideológicas entre os vários grupos de esquerda teriam ocultado o quanto do movimento operário paulista, em suas vertentes comunista, socialista ou trotskista, foi influenciado pelas práticas sindicais anarquistas, que mesclavam as lutas econômicas cotidianas a uma visão revolucionária da derrubada do poder do Estado. Seria exatamente da junção dessa dupla atuação – herança das práticas anarco-sindicalistas – que emergiriam os perigos para o movimento operário, diante das novas políticas trabalhistas após 1930. Quando o Estado emerge como regulamentador da vida sindical e, portanto, organizador dos operários, passa a concorrer com os sindicatos de esquerda, e seu sucesso decorre exatamente do fato de atuar nas brechas entre uma minoria ativista radical e a grande maioria dos sindicatos com pretensões modestas e moderadas, exatamente no espaço entre as lutas econômicas cotidianas e a luta pela derrubada revolucionária do poder.

A criação em 1933 da Coligação dos Sindicatos Proletários evidenciaria o surgimento de lideranças não-comunistas e não-anarquistas mas nem por isso subservientes ao governo. Por outro lado, os elementos mais radicais da Coligação haviam acrescentado a suas formas de luta um novo mecanismo para alcançar seus objetivos: as alianças eleitorais e partidárias.

Os novos sindicatos legais não representavam uma transição entre o sindicalismo independente e radical e um outro moderado e dependente do Estado. Tampouco a solicitação do reconhecimento por parte dos sindicatos

expressaria sua conversão às teorias de paz e harmonia social. Ao contrário, aquiesceram aos requisitos externos da lei para utilizá-la como cobertura legal que lhes permitiria atingir seu objetivo de luta: organizar os operários. Assim, o corporativismo, que foi “um sistema projetado para domesticar e controlar o movimento operário havia criado uma liderança da classe operária que estava longe de ser submissa” (p. 48).

Tendo em vista a bem embasada e convincente argumentação de French, seria o caso de perguntar: diante de tais insuficiências no conceito populismo, e dos problemas oriundos de sua excessiva politização e distanciamento de um diálogo efetivo com as evidências empíricas, deveríamos simplesmente abandoná-lo, em nome do avanço na pesquisa?

Há, porém, duas questões que nos parecem exigir um comentário.

1) Para o autor a sindicalização operária após 1930 desejava “antes de mais nada” (p. 51) enfraquecer o poder dos industriais e das oligarquias paulistas. Talvez esse seja um dos objetivos, mas não o prioritário – que, sem dúvida, era minar as forças de esquerda dentro do próprio movimento dos trabalhadores. Por outro lado, French aponta o Estado Novo como objetivando primordialmente enfraquecer as oligarquias paulistas. Como todo trabalho que abrange um período longo, este apaga algumas nuances. Há uma simplificação que perde imbricações importantes.

2) Em alguns momentos, French é excessivamente condescendente com as práticas sindicais dos comunistas. Após 1945, o PCB comporta duas práticas bastante evidentes: por parte das direções, um apelo às bases para que apertassem o cinto e contivessem suas demandas; por parte das bases, um intenso otimismo, nos bairros ou nas fábricas. French edulcora essas ambigüidades.

Tomado em seu conjunto, o belo livro de John French traz uma grande contribuição que pode ser expressa na seguinte idéia: “o passado do operariado não é um passado de fracasso inexorável, demonstro que as conquistas de gerações precedentes ainda estão contribuindo para fixar as condições das lutas de hoje” (p. 269). Por fim, seu aspecto mais estimulante e fecundo é o hábil exercício de pesquisa histórica, que faz desse livro um ABC dos meandros do ofício do historiador.

Trabalhadores e Cidadãos. Nitro Química: a Fábrica e as Lutas Operárias nos Anos 50, de Paulo Fontes. São Paulo, Annablume, 1997.

Renato Perim Colistete*

Paulo Fontes oferece-nos nesse estudo sobre os trabalhadores da Nitro Química nos anos 50 uma contribuição que provavelmente terá seu lugar entre as mais importantes na historiografia do movimento operário no Brasil do pós-Segunda Guerra Mundial.

Há diversos aspectos notáveis no trabalho de Paulo Fontes, a começar pelo texto claro e objetivo com que apresenta os resultados de sua cuidadosa pesquisa. Entre outros méritos, o autor foi capaz de conduzir uma investigação minuciosa das relações de trabalho na Nitro Química sem perder de vista o amplo contexto econômico, social e político em que operários, supervisores, administradores e a própria empresa estiveram envolvidos. Esta não é – talvez ao contrário das aparências – uma tarefa fácil, muito menos sem maior significado analítico para a história como disciplina. O livro de Paulo Fontes é particularmente bem-vindo em um momento em que aspectos fundamentais como as relações econômicas, as organizações estatais e as ações de partidos, por exemplo, têm sido negligenciados em muitos estudos de história social realizados no Brasil.

Um exemplo da perspectiva abrangente adotada pelo autor encontra-se já no capítulo 1, em que são examinados os passos iniciais e o desenvolvimento da Nitro Química nos anos 40 e 50. Paulo Fontes recupera a origem do projeto Nitro nas políticas industrializantes dos anos 30 que, embora ainda incipientes, já eram significativas o bastante para garantir todo o apoio estatal (e pessoal de Getúlio Vargas) à proposta de uma empresa que

* Professor do Departamento de Economia, Unesp–Araraquara e Doutorando em história econômica pela Universidade de Oxford.

pretendia tornar-se, a partir da manufatura do raiom, o núcleo de uma poderosa indústria química nacional. O capítulo mencionado descreve de que modo a origem, em um projeto industrializante, fortemente inspirado pelas íntimas relações entre empresários e Estado, marcou diretamente os desenvolvimentos e dificuldades posteriores da empresa. De fato, a Nitro revelou-se incapaz de consolidar seu propósito original de tornar-se uma empresa líder atuando em áreas de ponta do setor químico. Vários projetos de diversificação produtiva foram abortados nos anos 50, mostrando os limites das relações íntimas com governos em um setor em que os gastos em Pesquisa & Desenvolvimento e a qualidade de processos produtivos são decisivos para o sucesso do empreendimento.

As raízes da Nitro refletiram-se também na ideologia corporativa que passou a ser veiculada nos discursos de dirigentes da empresa e no diversificado sistema de benefícios sociais construído na fábrica. Paulo Fontes mostra como a Nitro Química desenvolveu uma notável rede de assistência, que incluía vila operária, serviço médico, prevenção de acidentes, hospital, maternidade, berçário, cooperativa, restaurante, clube de lazer, prática de esporte e Escola Senai. Nas manifestações públicas dos dirigentes da empresa, esse enorme esquema assistencial foi sempre apresentado não somente como algo a ser valorizado pelo operário, em seu trabalho diário, mas também como parte de um esforço maior de construção nacional por meio da indústria. Um aspecto importante da análise de Paulo Fontes é o de que, apesar de dar grande ênfase às estratégias de dominação da empresa, ele não diminui o significado desse amplo programa assistencial. O autor argumenta que muitas vezes os serviços sociais tiveram origem na própria carência quase absoluta de alternativas de assistência pública ou privada (devido aos baixos salários); que esses serviços responderam aos vários problemas enfrentados pelos operários no local de trabalho; e, não menos importante, que o objetivo de incremento de produtividade consistiu em um importante estímulo para a introdução de benefícios. Estas são possibilidades promissoras de interpretação que

merecem ser exploradas com cuidado em outras análises dos sistemas de assistência social estabelecidos por empresas.

O significado que Paulo Fontes atribui à análise da evolução da Nitro Química, do ponto de vista de sua organização produtiva, linha de produtos e serviços sociais fica explícito no capítulo 3 de seu livro. Nesse capítulo o autor introduz os importantes temas das formas de contratação, alocação de tarefas e condições de trabalho, que estão diretamente relacionados ao que foi discutido nos capítulos anteriores. De uma maneira geral, a Nitro demonstrou reduzido empenho em adotar sistemas criteriosos de contratação, alocação e proteção da grande maioria de sua força de trabalho. Dispondo de um sistema produtivo que permitia amplo uso de mão de obra desqualificada e contando com uma abundante oferta de candidatos impelidos a aceitar salários extremamente reduzidos, a empresa geralmente optava pelo emprego intensivo de trabalhadores sob condições altamente insalubres e perigosas, típicas da manufatura de raíom, e agravadas ainda mais pela ausência de medidas efetivas que protegessem a saúde e a integridade física dos operários. Mesmo assim, Paulo Fontes apresenta evidências de mudanças na política de pessoal da Nitro que, com a ampliação dos serviços sociais e outros recursos, teria sido responsável por uma significativa redução da taxa de rotatividade da mão de obra e de acidentes ao longo dos anos 40 e 50.

Igualmente importante no capítulo 3 do livro é a análise da estrutura hierárquica dos cargos de supervisão na fábrica – chefes, contramestres e encarregados. Os chefes de seção foram, por vários anos, uma peça central na execução das metas estabelecidas por engenheiros e gerentes, o elo de ligação entre planejamento e produção propriamente dita na Nitro. O poder discricionário dos chefes era enorme, pois se encarregavam diretamente tanto da alocação de trabalhadores entre as diversas áreas da seção como da disciplina na fábrica – o que os levava a ter grande influência em promoções, punições e demissões. Contudo, tal quadro de proeminência dos chefes, argumenta Paulo Fontes, começou a declinar rapidamente em meados da década de 50, quando a Nitro Química introduziu os cursos TWI

(*Training Within Industry*) destinados a mestres e contramestres. Utilizado sistematicamente nas fábricas dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra, esse método de treinamento rápido de supervisores foi posteriormente disseminado na Europa e no Japão com as teses de incentivo ao crescimento da produtividade industrial. No Brasil, o TWI também foi rapidamente difundido em empresas como a Nitro Química, que buscavam melhorar seu desempenho via controle mais estrito da mão-de-obra e aumento do ritmo de produção. O autor sugere que tais mudanças na empresa podem ter contribuído sensivelmente para gerar tensões entre os trabalhadores, tensões estas que levariam às grandes mobilizações da segunda metade da década de 50.

Os capítulos seguintes tratam exatamente do contexto dessas mobilizações, partindo da história da organização no local de trabalho desde a fundação da empresa até o evento da “greve dos 400 mil”, ocorrida em 1957. O capítulo 4 pode ser lido como uma breve síntese das relações entre governos, trabalhadores, sindicatos e partidos do pós-guerra em São Paulo, vistas a partir do ângulo dos eventos na Nitro Química. Ali estiveram presentes as intensas mobilizações nos anos de 1945-1946, a violenta repressão patrocinada pelo governo Dutra – em particular a partir de maio de 1947 – a intervenção no Sindicato dos Químicos, a perseguição e a demissão de operários comunistas ou considerados como tais, a organização surda e informal de trabalhadores no local de trabalho durante os “anos de chumbo” do governo Dutra, a lenta e difícil recuperação da atividade sindical a partir do início dos anos 50, até o retorno de amplas mobilizações na segunda metade da década, simbolizadas pela greve de 1957 – que recebe destaque especial no capítulo 5.

Assim como acontece em outras partes do livro, há várias evidências e interpretações instigantes ao longo desses dois capítulos. Aqui, três exemplos podem ser destacados. Em primeiro lugar, na análise que faz da repressão que se abateu sobre os trabalhadores em 1947, Paulo Fontes chama a atenção para o reforço nos mecanismos de controle, disciplina e ritmo de trabalho na Nitro Química. A reação política que atingiu as

organizações sindicais e o Partido Comunista teve como um de seus efeitos o recrudescimento do regime de controle existente na fábrica, que possivelmente se traduziu em maior pressão sobre os operários, maior produtividade e maiores lucros. Ao mesmo tempo, o autor apresenta evidências de que a empresa teria adotado uma política mais agressiva de assistência social, ampliando benefícios e serviços simultaneamente à repressão. Se correto, tal fato indica uma atitude por parte da empresa que merece ser explorada quanto à sua representatividade em relação ao conjunto da indústria, inclusive na tentativa de identificar distintas estratégias empresariais envolvendo relações de trabalho, atuação no mercado e crescimento.

Em segundo lugar, os capítulos 4 e 5 mostram o papel destacado da militância comunista na história da Nitro Química, tanto na organização do sindicato da categoria como nas lutas diárias na fábrica. Sem diminuir o papel da grande maioria de não-militantes, Paulo Fontes argumenta convincentemente que os operários comunistas foram parte fundamental nas conquistas e derrotas dos trabalhadores da fábrica. Ainda que se refira somente a uma empresa, as informações levantadas pelo autor põem em xeque duas visões que, não obstante opostas, são altamente influentes na historiografia do período: uma que sustenta a alienação dos comunistas das fábricas, envolvidos como estariam em negociações de cúpula típicas da política populista; e outra que idealiza a ação dos trabalhadores como espontânea, não contaminada pela influência de militantes e pelas idéias políticas atuantes na época. O livro ora resenhado é mais um estudo que clama por uma revisão de teses arraigadas sobre a política sindical e partidária no Brasil dos anos 50.

Em terceiro lugar, os capítulos mencionados apresentam outros dados e opiniões que se chocam com boa parte da literatura relacionada ao assunto e ao período no Brasil. Tanto em seu exame da “greve dos 400 mil” quanto na parte dedicada a traçar a história das mobilizações envolvendo a Nitro Química, Paulo Fontes enfatiza o papel da fábrica como espaço de aprendizado, convivência, organização e conflito que marcou

profundamente a vida dos operários da empresa. Uma consequência desta perspectiva, por exemplo, é que as condições de trabalho aparecem como um tema recorrente nos protestos, lembranças e mobilizações envolvendo os trabalhadores da empresa. Em lugar de passividade diante do ambiente hostil e perigoso da fábrica por parte de trabalhadores recém-chegados de zonas rurais, os registros recolhidos pelo autor mostram uma realidade muito mais complexa e dinâmica, em que mesmo oferecendo serviços sociais inusitados, a empresa teve de enfrentar uma situação que esteve longe de estar sob controle em suas relações com os operários.

O conjunto de assuntos selecionados nesta resenha indica o alcance das informações e idéias apresentadas por Paulo Fontes em seu livro. Como foi dito no início, talvez o grande mérito desse estudo seja o fato de que, mais do que operários de uma companhia em seu mundo particular, o autor foi bem-sucedido em mostrar que a história dos trabalhadores da Nitro Química esteve intimamente associada às condições e aos destinos da empresa. Sua organização produtiva e sua linha de produtos, sua política de benefícios, sua atuação no mercado, sua relação com os governantes, bem como sua inserção nos conflitos ideológicos e políticos da época, todas estas dimensões (entre outras) da Nitro condicionaram profundamente as vidas e atitudes dos operários que por lá passaram.

O livro de Paulo Fontes, contudo, também permite observar a partir de um outro ângulo a relação entre empresa e trabalhadores, em que a ação destes últimos igualmente afetou a vida de uma poderosa companhia destinada a ser o núcleo da moderna indústria química nacional. Direta ou indiretamente, através de salários e condições de trabalho, qualificação e organização, os trabalhadores da Nitro Química influenciaram características básicas da empresa, de sua política de assistência social à eficiência produtiva. *Trabalhadores e Cidadãos*, enfim, oferece-nos um estimulante convite a repensar a história dos anos do desenvolvimentismo de uma maneira integral, muito mais do que a obra idealizada de um Estado inovador e de uma elite industrial conquistadora.

Sobre História, de Eric Hobsbawm. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Valter Pomar*

Sobre História, o livro mais recente de Eric Hobsbawm, reúne um prefácio e 22 ensaios, escritos entre 1968 e 1997, dos quais apenas seis nunca tinham sido publicados até agora. A maioria deles (16) foi apresentada originalmente em conferências, colóquios e aulas magnas.

Diferentemente de outras coletâneas de Hobsbawm disponíveis em português, esta é “sobre história”, ou seja, reúne ensaios que têm em comum o fato de abordarem diferentes aspectos do debate acerca da natureza da história (nos dois sentidos da palavra).

Toda a obra de Hobsbawm é explicitamente atravessada por essa preocupação, digamos, metodológica. Professor desde 1947, ele organizou seu primeiro livro em 1948 e defendeu sua tese de doutoramento em 1950. Desde então, produz copiosamente. Só no Brasil, teve publicadas as seguintes obras: *Capitão Swing*, *A Invenção das Tradições*, *da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*, *Rebeldes Primitivos*, *Os Bandidos*, *Mundos do Trabalho*, *Os Trabalhadores*, *Revolucionários*, *Estratégias para uma Esquerda Racional*, *Ecos da Marselhesa*, *A Era das Revoluções*, *A Era do Capital*, *A Era dos Impérios*, *Era dos Extremos: o Breve Século XX*, além de um livro sobre jazz e a coleção *História do Marxismo*, da qual foi organizador.

Esta produção, concentrada em dois grandes temas (classes trabalhadoras e história mundial), fez de Hobsbawm um dos mais conhecidos e importantes historiadores da atualidade. Algo que não deixa de ser irônico e surpreendente, nesses tempos de renegados e convertidos, já

* Mestrando em história econômica pela Universidade de São Paulo.

que Hobsbawm nunca escondeu sua dupla condição de marxista e comunista. Situação equivalente, talvez, só a de José Saramago.

O marxismo de Hobsbawm não tem nada de pós-moderno: “o que a história pode fazer é descobrir os padrões e mecanismos da mudança histórica em geral, e mais particularmente das transformações das sociedades humanas durante os últimos séculos de mudanças radicalmente aceleradas e abrangentes. Ora, um projeto dessa ordem exige uma estrutura analítica para a análise da história. Essa estrutura deve estar baseada no único elemento observável e objetivo de mudança direcional nos assuntos humanos, isto é, a capacidade persistente e crescente da espécie humana de controlar as forças da natureza por meio do trabalho manual e mental, da tecnologia e da organização da produção. Aqui reside a importância crucial de Karl Marx para os historiadores, porque ele construiu sua concepção e análise da história sobre essa base. E isso significa, basicamente, uma concepção materialista da história”.

Há, mesmo entre os marxistas, quem considere Hobsbawm um “ortodoxo”. Claro que sua ortodoxia nada tem a ver com os manuais, mas para os padrões elásticos atualmente em voga, ele chega a ser chocante. Como ninguém coloca em dúvida a qualidade de sua obra, há duas alternativas: ou estamos diante de um caso de esquizofrenia teórica, ou é exatamente o alicerce “ortodoxo” que sustenta seu trabalho de historiador.

Além desse tipo de debate teórico, *Sobre História* contém importantes reflexões sobre a finalidade e as conseqüências do trabalho do historiador. Em alguns momentos, é como se Hobsbawm estivesse preocupado em oferecer orientações de “ética profissional”.

Por exemplo: no primeiro ensaio, originalmente uma palestra para estudantes, ele diz que “os governos, o sistema econômico, as escolas, tudo na sociedade, não se destina ao benefício das minorias privilegiadas. Nós podemos cuidar de nós mesmos. É para o benefício da grande maioria das pessoas, que não são particularmente inteligentes ou interessantes, não têm um grau elevado de instrução, não são prósperas ou realmente fadadas ao sucesso, não são nada de muito especial. É para as pessoas que, ao longo da

história, fora de seu bairro, apenas têm entrado para a história como indivíduos nos registros de nascimento, casamento e morte. Toda sociedade na qual valha a pena viver é uma sociedade que se destine a elas, e não aos ricos, inteligentes e excepcionais, embora toda sociedade em que valha a pena viver deva garantir espaço e propósito para tais minorias. Mas o mundo não é feito para o nosso benefício pessoal, e tampouco estamos no mundo para nosso benefício pessoal. Um mundo que afirme ser esse seu propósito não é bom e não deve ser duradouro”.

Hobsbawm possui um sentido muito prático acerca dos efeitos da história (nos dois sentidos da palavra) sobre as pessoas, inclusive sobre si mesmo, como sabem os que leram a Introdução de *A Era dos Impérios*, onde ele afirma ser “extremamente improvável que um encontro assim (entre sua mãe austríaca e seu pai inglês, no Esporte Clube dos arredores de Alexandria) tivesse acontecido num lugar assim, ou que tivesse levado ao casamento entre duas pessoas assim em qualquer outro período (anterior) da história”.

Ou ainda: “todo historiador tem seu próprio tempo de vida, um poleiro particular a partir do qual sondar o mundo. Meu próprio poleiro é constituído, entre outros materiais, de uma infância na Viena dos anos 20, os anos da ascensão de Hitler em Berlim, que determinaram minhas posições políticas e meu interesse pela história, e a Inglaterra, e especificamente a Cambridge dos anos 30, que confirmaram ambos”.

Essa percepção aguda e pessoal dá a algumas de suas reflexões um sentido quase melancólico: “Grande parte de minha vida, talvez a maior parte de minha vida consciente, foi dedicada a uma esperança que foi claramente desapontada, e para uma causa que evidentemente fracassou: o comunismo iniciado pela Revolução de Outubro”. Mas, apoiando-se no professor Reinhard Koselleck (para quem “no curto prazo a história pode ser feita pelos vencedores. No longo prazo, os ganhos em compreensão histórica têm advindo dos derrotados”), Hobsbawm conclui que “o fim deste milênio deve inspirar muita história boa e inovadora. Isto porque, à medida que o século termina, o mundo está mais cheio de pensadores derrotados

preocupados com uma variedade muito ampla de insígnias ideológicas que de pensadores triunfantes – principalmente entre aqueles com idade suficiente para terem longas memórias”.

Além do debate teórico e da discussão sobre o mister do historiador, *Sobre História* contém uma análise sobre os desafios atuais do movimento socialista: “durante a maior parte da história, o mecanismo básico para o crescimento econômico foi a apropriação do excedente social. O crescimento operava por meio da desigualdade. Isso foi compensado, até certo ponto, pelo enorme crescimento na riqueza total. (Os produtores partilhavam dos benefícios) mediante a participação no processo produtivo. Suponhamos agora que a maioria da população não seja mais necessária para a produção. É provável que aumente e intensifique a desigualdade econômica e outras, como a desigualdade entre a maioria supérflua e os demais”.

“Após cerca de 150 anos de declínio secular, a barbárie esteve em crescimento durante a maior parte do século XX e não há nenhum indício de que esse crescimento esteja no fim”.

“O Manifesto Comunista ainda tem muito a dizer ao mundo às vésperas do século XXI. O mundo transformado pelo capitalismo que ele descrevia em 1848 é reconhecidamente o mundo no qual vivemos 150 anos depois. O Manifesto é um documento que levava em conta o fracasso. Esperava que o resultado do desenvolvimento capitalista fosse uma reconstituição revolucionária da sociedade em geral mas, como já vimos, não excluía a alternativa: ruína comum. Muitos anos depois, outro marxiano reformulou a frase como a escolha entre socialismo e barbárie. Qual deles prevalecerá é uma pergunta que devemos deixar para o século XXI responder”.

Tomadas em conjunto, as reflexões sobre a história, sobre os historiadores, sobre os desafios presentes e futuros contidas em *Sobre História* compõem uma espécie de testamento, que está longe de ser pessoal. Afinal, Hobsbawm é apenas o mais destacado dos historiadores marxistas britânicos, grupo que incluiu Maurice Dobb, E.P. Thompson, Christopher

Hill, Rodney Hilton, entre outros que serviram e servem de referência para diversas gerações de historiadores.

Este grupo aprendeu a ver na história “o suor, o sangue, as lágrimas e os triunfos da gente comum, de nossa gente”. Cada qual a seu modo, todos beberam na fonte do marxismo. Desenvolveram uma cooperação intensa, que prosseguiu mesmo depois que parte deles saiu do Partido Comunista. Eruditos, mostraram-se capazes de trabalho duro, muita pesquisa e uma enorme capacidade de interagir com outros ramos do saber e com outras escolas de pensamento. Há quem os considere portadores de uma ou mais tradições teóricas (a esse respeito, seria importante que alguma editora traduzisse *Os Historiadores Marxistas Britânicos*, de Harvey J. Kaye).

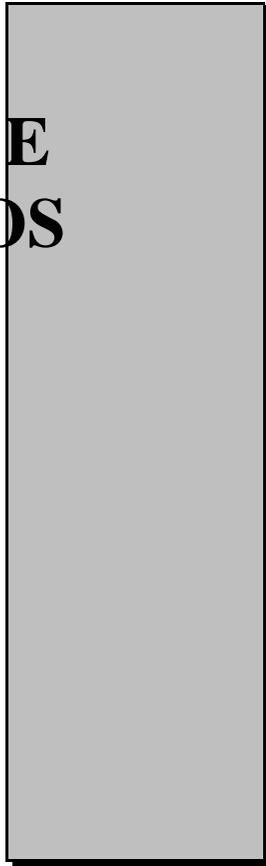
Os marxistas britânicos, entre eles Hobsbawm, constituem hoje uma espécie de “padrão de qualidade” para as atuais e futuras gerações de historiadores. Que enfrentarão um desafio enorme: afinal, se é verdade que “os ganhos em compreensão teórica provêm dos derrotados”, é verdade também que as derrotas sofridas pelo movimento socialista nos últimos anos foram intensas, e os danos intelectuais ainda maiores. Como sabe qualquer professor secundário, ou simplesmente alguém que leia sobre a qualidade de nossos livros didáticos, muito esforço terá que ser feito até mesmo para garantir um ensino regular de história mínimo e decente.

Pelo menos no caso do Brasil, a maioria das pessoas, inclusive os estudantes universitários, lêem menos e estudam menos ainda. As academias fornecem condições de trabalho excessivamente precárias. As organizações dos trabalhadores (partidos, sindicatos etc) dedicam poucos recursos para as atividades teóricas. Aliás, parte da esquerda está mais preocupada em ocupar o seu lugar na ordem do que em subvertê-la, inclusive intelectualmente. Amplos setores da intelectualidade converteram-se em porta-vozes do capitalismo, outros regrediram para uma crítica utópica ao capitalismo. Os que se mantêm marxistas ainda não dispõem de uma análise global do capitalismo contemporâneo, necessária para embasar uma alternativa socialista. Que agora precisa incluir, também, um balanço das tentativas de construir o socialismo ocorridas no século XX. Nesse contexto,

as chances de a “derrota converter-se em compreensão teórica” são tão grandes quanto as de converter-se em qualquer outra coisa.

Qualquer que seja o futuro, e independentemente do que ele ainda nos ofereça, já valem para Hobsbawm as palavras que ele dedicou a Marx, no prefácio de *Sobre História*: “mesmo que eu achasse que grande parte da sua abordagem da história precisasse ser jogada no lixo, ainda assim continuaria a levar em consideração, profunda mas criticamente, aquilo que os japoneses chamam de um *sensei*, mestre intelectual para quem se deve algo que não pode ser retribuído”.

FONTES E ARQUIVOS



CLAMORES DA ESCRAVIDÃO: REQUERIMENTO DOS ESCRAVOS DA NAÇÃO AO IMPERADOR. 1828

Carlos Eugênio Líbano Soares*

A historiografia brasileira que estuda a escravidão já acentuou diversas vezes a ausência da fala do escravo, ou mesmo do negro livre, em grande parte da documentação. Esta escassez explica a popularidade de fontes como os processos-crimes, em que a fala desses personagens, quando envolvidos, é sempre recuperada como ponte para reconstruir vivências muitas vezes ocultas.

Esse desaparecimento da fala escrava é enfrentado pelos historiadores com fatalismo, o tempo todo relativizando a fala senhorial e repressiva que estaria por trás da imensa maioria dos documentos, oficiais ou não, existentes em nossos arquivos. Para a grande maioria dos estudiosos, passou despercebida uma coleção documental que não apenas abre caminho para captar as visões de escravos e pobres livres, mas permite entrar nas concepções políticas das grandes majorias silenciosas: as Representações coletivas de presos e escravos, enviadas para grandes autoridades do Estado, e mesmo para a autoridade máxima, o Imperador.

As coleções de documentos oriundos do sistema prisional vigente no século XIX trazem, de fato, exposições de motivos, elaboradas coletivamente, por detentos, dirigidas às mais altas autoridades, queixando-se de maus tratos, sevícias, condições precárias, alimentação deficiente, etc.

* Doutor em História Social pela Unicamp.

O objetivo desses documentos era colocar os mais altos níveis da hierarquia do Estado a par do que acontecia nos porões e, aparentemente, era oculto pelas autoridades intermediárias.

A série documental da qual foi pinçado o requerimento que aqui abordamos é oriunda do Arquivo da Marinha, localizado na Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro. É um arquivo importante para o estudo da escravidão e da criminalidade na cidade porque o Arsenal de Marinha, onde se localiza o arquivo, serviu como um grande centro de detenção, com a maior população carcerária da Corte, pelo menos até a consolidação da Casa de Correção, já na metade do século XIX ¹.

São documentos de grande riqueza para o estudo da criminalidade na época, pois relatam os padrões sócio-culturais daqueles que eram vistos como criminosos, as formas de repressão e controle das autoridades, os mecanismos de resistência e acomodação dos presos, etc. Além disso, os arquivos da Marinha são de grande utilidade para estudos sobre marinheiros e seu cotidiano na cidade, sobre os escravos do Arsenal, que existiam em grande quantidade na estiva, sobre os conflitos na estiva, os trabalhadores do cais, etc.

A partir de 1808, com a chegada da Corte, o Arsenal passou a receber presos comuns, e durante toda a primeira metade do século essa foi uma de suas funções. O Arsenal de Marinha serviu como presídio até os meados do século XIX, quando esse papel foi totalmente incorporado pelo poder judiciário e policial, nas reformas do sistema penitenciário dos anos 1850 e 1860.

Elaboradas na rebuscada linguagem burocrática da época, e repetindo os advérbios áulicos do falar pomposo do tempo, essas representações parecem distantes de seus elaboradores – o que se explica pelo fato de terem um objetivo básico: atingir autoridades pouco preocupadas com a fala da gente comum ou com a cultura popular. Episodicamente, no entanto, elas

¹ Parte da documentação do Arquivo da Marinha foi levada para o Arquivo Nacional nos anos 1970. As indicações da existência desse documento foram encontradas no Arquivo da Marinha, mas o documento em si somente foi encontrado no Arquivo Nacional.

traem sua origem, destacando-se algumas palavras que revelam não apenas erros do escrivão. A forma como foram escritas denota a presença ou de algum escravo ou detento mais alfabetizado e familiarizado com as formas de expressão correntes na alta burocracia, ou de algum curador mais interessado em passar para a frente a versão dos escravos sobre o que ocorria nas celas.

Encontramos quatro representações de presos, a saber: a primeira, dos presos da Presiganga – navio que servia como prisão² –, enviada ao Imperador em 1823. A segunda, dos presos do Dique – uma grande obra de engenharia naval que durou quase toda a primeira metade do século XIX, e na qual os presos eram submetidos a trabalhos forçados –, dirigida ao Parlamento³. Em seguida, a dos escravos da nação do Arsenal de Marinha, dirigida ao Imperador D. Pedro I em 1828 – reproduzida abaixo, e sobre a qual nos debruçaremos em detalhe⁴. Por último, a maior de todas, dos presos da Casa de Correção, dividida em duas petições – a dos livres, e a dos escravos africanos das obras públicas –, formando um documento de seis páginas.

* * *

Os Escravos da Nação eram cativos pertencentes ao governo, e geralmente empregados nas grandes obras governamentais, como era o Arsenal de Marinha. Esses escravos estavam submetidos ao mesmo tipo de castigo e punição que um escravo comum, mas tinham oportunidades ocupacionais de que raramente um escravo de particular podia usufruir. A grande quantidade de escravos artesãos e especializados no Arsenal de Marinha espelha um pouco essa realidade⁵.

² Arquivo Nacional. Ofícios do Inspetor do Arsenal (doravante I.A.) XM 726, 1816-1824.

³ AN. I.A. XM 802, 1829-1830.

⁴ AN I.A. XM 801, 16 de maio de 1828.

⁵ Para mais detalhes ver Greenhalg, Juvenal (1951, vol. 2: 170-181).

Entretanto, a representação revela que os escravos da nação na “Ribeira” (como costumeiramente era conhecido o Arsenal) estavam passando por maus momentos em 1828. A primeira surpresa que toma o leitor ocorre com a palavra “Cidadão”. Aplicada ao contexto, traz a idéia de que os escravos da Nação se consideravam “cidadãos” e, por isso, credores da proteção do Estado escravista. Um paradoxo que pode ser parcialmente entendido se contextualizarmos o momento em que foi escrito o documento: trata-se de uma época de candentes lutas políticas e do emergir de novas idéias que desafiavam o tradicional Estado colonial. Podemos, a partir disso, dizer que os escravos do Arsenal estavam contagiados pelas novas idéias que tumultuavam a época?

As reivindicações do escravos parecem pautadas nessa premissa básica, mas este elemento do discurso também está aclopado à linguagem da elite política, que era incorporada pelos cativos para tocar as altas esferas do poder, normalmente insensíveis a seu sofrimento. O sofrimento dos escravos é descrito como produto dos desmandos de um soldado que aliciava as escravas, possivelmente para favores sexuais, e por isso conseguira a inimizade dos escravos do sexo masculino, seus parceiros tradicionais, com toda certeza. Na visão destes, a situação anterior era de tranqüilidade, não acontecendo tais abusos. No entanto, com a morte do ex-Inspetor do Arsenal de Marinha o clima de arbitrariedade teria se tornado ainda mais vigoroso.

O Capitão de Mar-e-Guerra João da Cruz era o encarregado dos trabalhos do Dique, o local de trabalho mais temido pelo sentenciados do Arsenal, pela dura rotina de trabalho na pedreira que depois seria o Dique Imperial. (Um sintoma disso é o fato de as punições de casos de transgressões mais graves serem resolvidas com o “envio para o Dique”.) O Tenente Lourenço tem a responsabilidade de controlar o pessoal que trabalha no Dique, sentenciados ou escravos da Nação, como se chamava na época o “aparelho”. Na cadeia de comando, em seguida, vinha o soldado da Brigada de Artilharia da Marinha, Teotônio. Na versão dos cativos, ele tinha o beneplácito do Capitão e do tenente, e enviava informações falsas sobre o

comportamento dos escravos . A condição escrava obviamente facilitava os castigos arbitrários. Aparentemente, existia anteriormente um *modus vivendi* mais equilibrado entre autoridades e cativos. Com a quebra desse *status*, os escravos da Ribeira passaram a ser tratados como outros quaisquer, e residia aí a intolerância com relação à nova situação.

Os cativos faziam uso do alto *status* de seu proprietário, o Imperador, aparentemente senhor absoluto do Estado, para reclamar melhores condições ou, pelo menos, a volta do “acordo” anterior, possivelmente tecido por décadas de convívio. A condição especial de seu domínio (propriedades da Nação) era justificativa mais que suficiente para tentar a “magnanimidade” de Dom Pedro. O “clima de intrigas” pode ser lido como os informes das autoridades, justificando suas punições.

Junto ao documento foi encontrada a resposta que o novo Inspetor do Arsenal, Tristão Pio dos Santos, enviou ao Ministro da Marinha ⁶. Nela, o Inspetor afirma que os constantes roubos e desacatos às autoridades por parte dos escravos forçaram os castigos. Quanto ao aliciamento de escravas por parte do subordinado, entretanto, ele acaba concordando.

O principal valor do Requerimento é dar a perceber o quanto os escravos da nação, naquela época, percebiam a utilidade do discurso liberal – tão em voga, mas ainda tão polêmico – particularmente com relação aos escravos. A utilização desses discursos políticos por negros era percebida por figuras importantes daquela era como um grande perigo, e decerto poderia resultar em ações coletivas perigosas para o *status quo*.

⁶ AN I.A. XM 802, 31/10/1828.

REPRESENTAÇÃO DOS ESCRAVOS DA NAÇÃO DO ARSENAL DE MARINHA DIRIGIDA A SUA MAJESTADE O IMPERADOR, 1828

“Hé de direito natural a defesa e o recurso ao cidadão quando se vê oprimido; e que desgraça será se não tiver remédio o seu clamor, as desgraças estão caminhando umas sobre as outras, mas nada disso aconteceria havendo hum monarca tão retro como o que existe. Prostão-se aos pés de V. Majestade os seus próprios escravos, que se achão nos trabalhos da Ribeira a annos, e assegurão o seu bom comportamento, porém de nada vale a boa conduta de fidelidade e honra, quando o ódio, a vingança e a intriga fazem opposição; há de então a inocência perigar, a verdade desaparecer, enquanto mina a mentira e a falsidade; mas como não possa prevalecer por muito tempo, surgirá agora a mesma verdade triunfando. São os suplicantes os escravos de Vossa Majestade, que tendo no tempo do falecido inspector passado sem vexames, por não ver então os motivos que agora há são hoje vítimas do 1º Tenente da Armada Lourenço de tal encarregado do aparelho; e do Mar e Guerra (sic) João da Cruz, porque o soldado da brigada de nome Theotonio, que anda as ordens do Expector (sic) por andar amigado com as pretas suas parceiras, e zeloso delas, não só espanca os suplicantes, como faz representações falsas ao mesmo Mar e Guerra e ao tenente, para por este modo serem os suplicantes castigados; e como cativos que são sofrem repetidas vezes os mais acerbos castigos, e prezos na Presiganga: não permite Vossa Majestade que seus escravos padeção tanto, sem motivo justo, fazendo-se antes justiça no mau procedimento daquele soldado, donde nascem as intrigas impúdicas. Há Vossa Majestade haja de mandar por cobro em tanta violência.”

BIBLIOGRAFIA

GREENHALG, Juvenal, *O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na História*. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1951 [2 volumes (1769-1822, e 1822-1889)].

O ARQUIVO E A BIBLIOTECA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

João Paulo Coelho de Souza Rodrigues*

O centro do Rio de Janeiro, apesar de seu caos característico de grande centro urbano, ainda conserva, ao contrário da cidade de São Paulo, muito de seu aspecto do início do século. Muitos são os prédios – e até mesmo algumas ruas – que sobreviveram às demolições e reformas empreendidas ao longo das décadas. Destes, boa parte – sobretudo edifícios públicos, tais como o Theatro Municipal, a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional de Belas Artes – apresentam uma forte influência arquitetônica do neo-classicismo da *Belle Époque*, que aqui aportou via influência francesa. Um irmão menor dos prédios acima elencados é o palacete em que se encontra, desde 1923, a sede da Academia Brasileira de Letras, uma cópia em escala menor do Trianon de Paris – daí que o dito palacete tenha recebido o apelido de *Petit Trianon*. À parte sua singela beleza arquitetônica, sem os exageros “barrocos” de um Theatro Municipal, por exemplo, a sede da Academia guarda algumas preciosidades que muito deveriam interessar aos historiadores que trabalham com literatura e intelectuais brasileiros do século XIX e virada para o XX.

A ABL, que completou seu centenário em julho deste ano, possui uma vasta biblioteca de cerca de 80 mil volumes cobrindo todo o século XIX brasileiro e boa parte do XX. Encontra-se ainda naquele centro uma valiosa coleção de obras de literatura francesa, italiana e inglesa do século passado, constituindo-se, para quem quiser investigar os literatos dessa época, num local de fácil acesso a milhares de obras. Contudo, creio que mais valioso do que isso é o fato de que todos esses livros pertencem a coleções doadas

* Doutorando em história social pela Unicamp.

pelas famílias de acadêmicos mortos. Destacam-se na ABL as coleções dos poetas parnasianos Olavo Bilac e Alberto de Oliveira, do romancista Afrânio Peixoto e ainda de Carlos Magalhães de Azeredo (que se constitui basicamente de obras em italiano), Manuel Bandeira e Machado de Assis, entre outros. Assim, a biblioteca da centenária “casa de Machado de Assis” constitui-se talvez no maior acervo pessoal de escritores brasileiros de que se tem notícia. Quase desconhecido dos historiadores – e creio que também dos críticos literários –, é um local que possui um campo ainda virgem para estudos sobre as formas de leitura letrada no século XIX, sobre a formação artística e literária de escritores e sobre os interesses intelectuais destes mesmos sujeitos. Entrar nas coleções particulares de literatos é se aproximar sobremaneira de sua intimidade. A questão das relações pessoais, amizades e grupos que se formavam pode também ser elucidada pela pesquisa de tais coleções, uma vez que no século passado eram extremamente comuns a troca de livros, as dedicatórias, e o envio das obras dos iniciantes para os escritores de renome, em busca de ajuda na conquista do estrelato e da fama literária.

A título de curiosidade, vale lembrar que existem por lá algumas preciosidades, tais como as primeiras edições das obras de Machado de Assis, das *Rimas* e de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, da *Encyclopédie* de D’Alambert, do *Vocabulário Português e Latino*, de Rafael Blitau (1712) e do *Dicionário da Língua Portuguesa* (1813) de Moraes.

A ABL possui ainda um outro espaço tão pouco desbravado quanto sua biblioteca. Trata-se de seu arquivo. Nele estão guardadas coleções de todos acadêmicos que por lá já passaram. São arquivos pessoais que se apresentam sob diversas formas, tanto em variedade quanto em quantidade. De uma maneira geral, podemos encontrar originais de obras, manuscritos vários (como documentos das contas bancárias de Machado de Assis, a monografia do exame de admissão de Artur de Oliveira para a cátedra de lógica do colégio Pedro II e cadernos de anotações), fotos, recortes de jornais e, sobretudo, correspondências pessoais. Para o século XIX, há valiosas coleções de cartas de José Veríssimo, Olavo Bilac, Coelho Neto, Oliveira Lima, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, visconde de Taunay, barão do Rio Branco e outros mais. Embora para boa parte desses literatos

não sejam as maiores coleções individuais, no conjunto trata-se de uma quantidade e uma variedade sem par. Sem recorrer a outros arquivos, é possível ter uma ampla medida das relações que se estabeleceram entre eles.

Tanto o arquivo quanto a biblioteca possuem um fácil acesso (o endereço está no final deste relato), embora o horário de pesquisa seja um tanto restrito: das 13:00 às 18:00, de segunda a sexta-feira, sendo que quinta-feira a ABL fecha aos visitantes ou pesquisadores, tendo em vista ser esse o dia da reunião semanal dos imortais (o famoso “chá das cinco”). Outro problema se refere à classificação e à localização de livros e manuscritos. Com as festividades do centenário, a Academia investiu na remodelação e na ampliação de seus serviços. Assim, tanto a biblioteca quanto o arquivo estão passando por constantes períodos de fechamento. Na biblioteca, os livros estão sendo recatalogados, embora o espaço físico tenha se mantido o mesmo. Não há um espaço reservado para os leitores e pesquisadores, que devem trabalhar em meio à atividade burocrática dos bibliotecários e, duas vezes por semana, em meio a visitas guiadas pelas salas do palacete. O arquivo, por sua vez, está tendo suas salas consideravelmente ampliadas. No projeto está prevista ainda uma sala com aparelhos de leitura de microfimes (parte da coleção será microfilmada) e outra com computadores. Todo o material está sendo recatalogado e o acesso a ele será restringido. Quando o autor destas linhas lá se encontrava pesquisando, podia-se ir diretamente às estantes e folhear livremente as pastas com manuscritos e similares. Também ao contrário de antigamente, a reprodução de originais será submetida a avaliação e a um termo de compromisso do pesquisador quanto a (não) reprodução do material para fins comerciais. Não se sabe ainda quanto tempo durarão as reformas, mas desde já o arquivo e a biblioteca da ABL são espaços que deveriam chamar mais a atenção de historiadores e de críticos literários interessados em nossa história intelectual e cultural.

A Academia Brasileira de Letras se encontra na Avenida Presidente Wilson, 203, CEP 20030-021, Centro, Rio de Janeiro.

**DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS NO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DO IFCH/
UNICAMP EM 1997**

Autor: Gladys Sabina Ribeiro

Título: *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*

Grau: Doutorado

Mês da Defesa: Janeiro

Área de interesse: liberdade, brasileiro, português; Brasil-Primeiro-Reinado.

Autor: Aureo Eduardo Magalhães Ribeiro

Título: *As estradas da vida: história da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuro e Jequitinhonha, MG*

Grau: Doutorado

Mês da Defesa: Fevereiro

Área de interesse: trabalho rural; terra; Nordeste de Minas Gerais no início do século XX

Autor: Renato Aloizio de Oliveira Gimenez

Título: *A Construção Política da Cidade: representações de São Paulo na literatura de Oswald de Andrade (1900-1930)*

Grau: Mestrado

Mês da Defesa: Março

Área de interesse: Oswald de Andrade; literatura/história; crítica e interpretação, modernização

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas - SP	Nº 4/5	233-236	1997/1998
-----------------	---------------	--------	---------	-----------

Autor: Flávio dos Santos Gomes

Título: *A hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVIII - XIX)*

Grau: Doutorado

Mês da Defesa: Março

Área de interesse: América-negra; quilombos; mocambos; hidras; pântanos

Autor: Álvaro Pereira do Nascimento

Título: *Marinheiros em Revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910)*

Grau: Mestrado

Mês da Defesa: Março

Área de interesse: recrutamento; castigos corporais; revolta da Chibata (1910)

Autor: Iara Lis Schiavinatto Carvalho Souza

Título: *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo - 1780-1831*

Grau: Doutorado

Mês da Defesa: Março

Área de interesse: D. Pedro I; Cortes portuguesas; festas reais; herói nacional

Autor: Alessandra da Silva Silveira

Título: *Sacopema, Capoeiras e Nazareth. Estudos sobre a formação da família escrava em engenhos do Rio de Janeiro no século XVIII*

Grau: Mestrado

Mês da Defesa: Março

Área de interesse: família escrava; família; engenhos do Rio de Janeiro

Autor: Ana Paula Palamartchurk

Título: *Ser Intelectual Comunista... Escritores brasileiros e o comunismo (1920-1945)*

Grau: Mestrado

Mês da Defesa: Abril

Área de interesse: publicistas; comunismo; literatura; história social

Autor: Silvana Vieira de Souza

Título: *Cultura de Falas e de Gestos: História de Memória*

Grau: Mestrado

Mês da Defesa: Maio

Área de interesse: memória; cultura popular, história oral, Nordeste

Autor: Beatriz Teixeira Weber

Título: *As Artes de Curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)*

Grau: Doutorado

Mês da Defesa: Junho

Área de interesse: medicina; condições sociais; positivismo; saúde pública

Autor: Marcus Vinicius Corrêa Carvalho

Título: *Raízes do Brasil, 1936: tradição, cultura e vida (sécs. XVIII - XIX)*

Grau: Doutorado

Mês da Defesa: Agosto

Área de interesse: Sérgio Buarque de Holanda; Dilthey; pensamento alemão; compreensão

Autor: Robson Luis Machado Martins

Título: *Os caminhos da liberdade: abolicionistas, escravos e senhores na Província do Espírito Santo (1884-1888)*

Grau: Mestrado

Mês da Defesa: Agosto

Área de interesse: abolição, pós-emancipação; mão de obra livre; Espírito-Santo

Autor: José Roberto Nociti Filho

Título: *As obras de Jean-Auguste Dominique Ingres no Museu de Arte de São Paulo*

Grau: Mestrado

Mês da Defesa: Agosto

Área de interesse: história da arte; Ingres; MASP; São Paulo

Autor: Tânia Salgado Pimenta

Título: *Artes de Curar – um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil no começo do século XIX*

Grau: Mestrado

Mês da Defesa: Setembro

Área de interesse: medicina-prática; medicina popular; história social; Brasil século XIX

Autor: Aletúsy de Araújo Benevides

Título: *Espaço virtual e comunicação: novas faces de uma sociabilidade moderna*

Grau: Mestrado

Mês da Defesa: Outubro

Área de interesse: tecnologia; realidade virtual; sociabilidade; comunicação

Recebemos e agradecemos o envio das seguintes publicações

Boletim n. 1 do CDAPH – Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação. Universidade São Francisco, Bragança Paulista, 1997.

Boletim 31 – Centro de Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Londrina, julho/dezembro 1996.

Bollettino del diciannovesimo secolo – Università degli Studi di Napoli “Federico II”. Centro Studi per la Storia Comparata delle Società Rurali in Età Contemporanea, nº 4, 1995; nº 5, 1996.

Cadernos UFS – História. Universidade Federal de Sergipe. Departamento de História da UFS/Programa de Documentação e Pesquisa Histórica, São Cristóvão/SE, v. 3, nº 4, janeiro/julho, 1997.

Cahiers des Amériques latines – IHEAL – Institut des Hautes Études de l’Amérique latine. Université de la Sorbonne nouvelle – Paris III/CNRS, nº 23 e nº 24.

Diálogos – Revista do Departamento de História. Universidade Estadual de Maringá, Paraná, v. 1, 1997.

Horizontes – Universidade São Francisco, Bragança Paulista, vol. 15, 1997 (dossiê Memória Social da Leitura).

Locus – Revista de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, vol. 3, nº 1, 1997.

Logos – Revista de Divulgação Científica. Ulbra – Universidade Luterana do Brasil, ano 8, nº 4, dezembro 1996; ano 9, nº 1, 1º semestre 1997.

Revista de Negócios – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da FURB – Universidade Regional de Blumenau, v. 2, nº 1, outubro/dezembro 1996; v. 2, nº 2, janeiro/março 1997; v. 2, nº 3, abril/junho 1997; v. 2, nº 4, outubro/dezembro 1997.

Tempo – Revista do Departamento de História da UFF – Universidade Federal Fluminense, v. 2, nº 4, dezembro 1997 (dossiê Modernidade).

Beatriz KUSHNIR. *Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

I - *História Social*, revista do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História Social da Unicamp, destina-se, prioritariamente, à publicação de trabalhos inéditos dos alunos do programa que apresentem resultados originais de pesquisa histórica ou de investigação bibliográfica. Porém, isso não significa a não publicação de colaborações de pesquisadores não vinculados ao referido programa. *História Social* destina-se também à publicação de entrevistas, traduções, dossiês, resenhas e trabalhos de divulgação científica na área de História.

II - Os artigos não devem exceder o tamanho de 30 laudas com 30 linhas de 70 toques (incluindo notas de pé de página e bibliografia, que deverá vir arrolada no final). O autor deve enviar cópia impressa em duas vias (e em disquete) escrita em Word para Windows 6.0 (ou processador compatível), contendo, ainda, resumo, palavras-chave, *abstract* e *keywords*. Sua filiação institucional também deve vir discriminada.

III - Para as citações bibliográficas deve ser usado o sistema autor-data. Exemplo: “de acordo com Holanda (1984: 35),” ou “(Holanda, 1984: 35)”.

As referências bibliográficas devem ser apresentadas em lista única no final do artigo em ordem alfabética.

Tratando-se de um livro, a referência respeita o seguinte modelo: (1) Sobrenome do autor, nome, (2) ano da publicação. (3) Título da obra em itálico. (4) Local de publicação, (5) editora.

Tratando-se de artigo, ou capítulo, a referência respeita o seguinte modelo: (1) Sobrenome do autor, nome. (2) ano da publicação. (3) Título da obra entre aspas. (4) In: nome do periódico ou livro em itálico, (5) volume e/ou número do exemplar.

Toda e qualquer citação de fonte primária ou secundária deve permitir acesso direto de localização pelo leitor do texto.

IV - Resenhas e trabalhos de divulgação científica devem ter no máximo quatro laudas de 30 linhas e 70 toques. No caso de resenhas, serão aceitas as que versarem sobre publicações estrangeiras que datem de, no máximo, três anos desde sua primeira edição ou as que versarem sobre publicações nacionais que datem de, no máximo, dois anos desde sua primeira edição. Entrevistas só serão aceitas se já tiverem sido editadas adequadamente, e não devem exceder 15 laudas de 30 linhas e 70 toques. Toda tradução enviada só será aceita mediante permissão do autor autorizando sua publicação em português e no Brasil. Resenhas e trabalhos de divulgação científica não usam notas de rodapé.

V - Remeter qualquer colaboração à *História Social* significa autorização para publicação. A revista não tem condições de remunerar direitos autorais, nem de remeter de volta as colaborações recebidas.

VI - Originais propostos serão considerados definitivos e, caso tenham sua publicação aprovada, não serão feitas consultas aos seus autores. Em todo caso, ao Conselho Editorial fica reservado o direito de sugerir aos autores alterações com vistas à aceitação do texto. Além disso, todo material selecionado será submetido a uma revisão.

VII - *História Social* compromete-se a dar respostas por escrito às propostas de publicação dos trabalhos. Em caso de recusa, as razões serão comunicadas via parecer do Conselho Editorial ou do Conselho Consultivo.

VIII - Observadas as normas, cabe ao Conselho Editorial a avaliação da procedência da publicação de qualquer colaboração. Somente quando não houver consenso quanto à recusa de uma colaboração esta será submetida ao Conselho Consultivo para a obtenção de um parecer definitivo.

IX - Todas as regras aqui expostas visam à operacionalização da revista. Elas foram feitas para orientar as colaborações, não devendo ser encaradas como imposições draconianas.

X - Aguardamos as colaborações no seguinte endereço:
Unicamp - IFCH - Setor de Publicações
A/C: Revista História Social
Caixa Postal 6110
Campinas, SP
13081-970
e-mail: hsocial@hotmail.com

Artigos

As comemorações do Primeiro de Maio no Rio de Janeiro (1890-1930)

Luciana Barbosa Arêas

Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na Fábrica de Ipanema

Jaime Rodrigues

Dossiê História Social Inglesa

Mesa Redonda

A era de Hobsbawm

Nicolau Sevcenko, José Sérgio Leite Lopes,

Marco Aurélio Garcia, Michael Hall, Eric Hobsbawm

Tradução

As guinadas linguísticas na história social britânica

Miles Taylor

Artigos

Thompson e a primeira geração dos Annales:

uma abordagem comparativa a partir das noções de estrutura e processo em história

Ana Rosa Clochet da Silva

Possibilidades de diálogo: classe e gênero

Ana Paula Vosne Martins

Notas sobre a teoria da formação de classe de E. P. Thompson

Artur José Renda Vitorino

Resenhas

Fontes e Arquivos

Clamores da escravidão: requerimento dos escravos da

nação ao Imperador, 1828 - Carlos Eugênio Líbano Soares

O arquivo e a biblioteca da Academia Brasileira de Letras

João Paulo Coelho de Souza Rodrigues

Dissertações e teses defendidas

